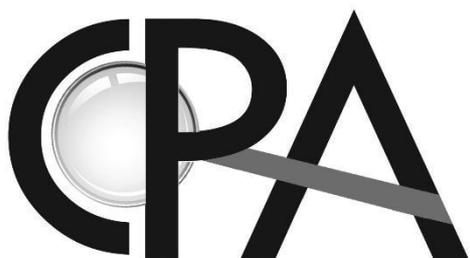


UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Univasf



COMISSÃO PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO - UNIVASF

**RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO CPA/UNIVASF- 2016**

Petrolina - PE

2016

Agradecimentos

Agradecemos a Deus e a todas as forças positivas que conspiraram em favor da realização deste documento. Torna-se imprescindível, também, o agradecimento aos membros, estagiários da CPA/Univasf, que se empenharam nas ações requeridas para elaboração do relatório referente ao ano de 2016 e a todos os que contribuíram de forma direta ou indireta na sua realização.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO
- 1.2. OBJETIVO DA Univasf
- 1.3. OBJETIVOS DA CPA/Univasf
- 1.4. A Comissão Própria de Avaliação da Univasf – CPA/Univasf
- 1.5. Planejamento Estratégico de Autoavaliação

2. METODOLOGIA

- 2.1. Capacitação da Coordenação da CPA/Univasf
- 2.2. Sensibilização da Comunidade Acadêmica

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação) - EIXO 1

- 3.1.1 Representatividade da Avaliação Institucional pelos Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes
- 3.1.2 Síntese Histórica do Planejamento de Ações Acadêmico-Administrativas Decorrentes dos Resultados das Avaliações Internas
- 3.1.3 Histórico dos Resultados Gerados a partir da Participação dos Discentes no Enade
- 3.1.4 Ações Institucionais Decorrentes da Participação dos Discentes no Enade
- 3.1.5 Histórico dos Resultados Gerados a Partir de Avaliações Externas (Reconhecimento e Renovação)
- 3.1.6 Sugestões/Críticas dos participantes quanto ao Processo de Autoavaliação
- 3.1.7 Resultados da Avaliação pelos docentes

3.2. Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 01 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 03 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES -EIXO 2

- 3.2.1 Missão e Objetivos Institucionais
- 3.2.2 A Área de Abrangência da Univasf
- 3.2.3 Cursos de Graduação e de Pós-Graduação Existentes
- 3.2.4 Políticas de Entrada na Instituição
- 3.2.5 Avaliação das Metas Institucionais
- 3.2.6 Responsabilidade Social da Instituição
- 3.2.7 Resultados da avaliação institucional pelos docentes relativos ao PDI

3.3. Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 02 (Política para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 04 (Comunicação com a Sociedade) e 09 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES - EIXO 3

- 3.3.1 Política para o ensino
- 3.3.2 Política para a pesquisa

3.3.3 Política para a extensão universitária

3.3.4 Comunicação com a Sociedade

3.3.5 Políticas de Atendimento aos Discentes

3.3.6 Resultados da Avaliação pelos Técnicos Administrativos referentes as atividade de Pesquisa e Extensão

3.3.7 Resultados da avaliação pelos docentes relativos às atividade de ensino, pesquisa e extensão

3.3.8 Resultados da Avaliação pelos Discentes (matriculados a partir do 2º período) relativos às atividade de ensino, pesquisa e extensão

3.4. Políticas de Gestão: compreende as dimensões 05 (Política de Pessoal), 06 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES - EIXO 4

3.4.1 Política de Pessoal

3.4.2 Organização e Gestão da Instituição

3.4.3 Sustentabilidade Financeira

3.5. Infraestrutura: dimensão 07 (Infraestrutura Física) do SINAES - EIXO 5.....

3.5.1 Resultado da Avaliação pelos Técnicos Administrativos

3.5.2 Resultado da Avaliação pelos Docentes

3.5.3 Resultados da Avaliação pelos Discentes matriculados no Primeiro Período dos Cursos (no semestre 2014.2)

3.5.4. Resultados da Avaliação pelos Discentes matriculados a partir do Segundo Período dos Cursos (no semestre 2014.2)

3.5.5 Sugestões/Críticas registradas nos questionários

4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE: QUESTIONÁRIOS DE AVALIAÇÃO

ANEXOS I a IX: Relatórios Anuais de Avaliação Interna nos Cursos - Arqueologia, Ciências Farmacêuticas, Educação Física (Licenciatura), Educação Física (Bacharelado), Enfermagem, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Produção, Medicina Veterinária e Zootecnia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual de inscritos nos processos seletivos 2015 e 2016 para os cursos de graduação da Univasf por região. Fonte: BRASIL, 2017a.

Figura 2 – Evolução das vagas ofertadas, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016 (BRASIL, 2017a).

Figura 3 – Evolução do número de candidatos inscritos, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016.

Figura 4 – Evolução da concorrência nos processos seletivos da Univasf, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016.

Figura 5 – Percentuais gerais de aprovados oriundos das Mesorregiões atendidas pela Univasf versus outras Mesorregiões (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

Figura 6 – Gráfico comparativo da quantidade de candidatos inscritos no PS-ICG 2016 da Univasf de acordo com os grupos de concorrência (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

Figura 7 – Gráfico comparativo da concorrência no PS-ICG 2016 e 2015 da Univasf de acordo com as modalidades de concorrência, conforme a Lei nº 12.711/2012 (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

Figura 8 – Gráfico comparativo da nota média no PS-ICG 2016 da Univasf de acordo com as modalidades de concorrência, conforme a Lei nº 12.711/2012 (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

Figura 9 – Natureza dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido em 2016.

Figura 10 – Quantidade de contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, através do acompanhamento mensal, durante os anos de 2014 e 2016 (BRASIL, 2017c).

Figura 11 – Unidade (Interna ou Externa) dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014c).

Figura 12 – Natureza dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2014c).

Figura 13 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao envolvimento deles com pesquisa e extensão, Petrolina – 2016.

Figura 14 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos mecanismos de apoio à

produção científica e técnica dos técnicos administrativos, Petrolina – 2016.

Figura 15 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos mecanismos de apoios à sua participação em eventos científicos e acadêmicos, Petrolina – 2014.

Figura 16 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação lato sensu, Petrolina – 2016.

Figura 17 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação stricto sensu, Petrolina – 2014.

Figura 18 – Opinião dos docentes no que se refere à carga horária média dedicada à graduação, Petrolina – 2016.

Figura 19 – Resultados da autoavaliação dos docentes quanto à prática docente em sala de aula, Petrolina – 2016.

Figura 20 – Resultados relativos a como os docentes se autoavaliam quanto à prática de atividade de extensão, Petrolina – 2016.

Figura 21 – Resultados relativos a como os docentes se autoavaliam quanto à prática da pesquisa, Petrolina – 2016.

Figura 22 – Resultados relativos à como os docentes se autoavaliam quanto à prática de atividades administrativas, Petrolina – 2016.

Figura 23 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores cancelam aulas com frequência pelos mais variados motivos, sem justificativas procedentes, Petrolina – 2016.

Figura 24 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores repunham as aulas canceladas em horários inconvenientes para os alunos, Petrolina – 2016.

Figura 25 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores não demonstravam interesse em preparar aulas, Petrolina – 2016.

Figura 26 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores estimulam a participação dos alunos em atividades de pesquisas ou extracurriculares de caráter profissionalizante, Petrolina – 2016.

Figura 27 – Evolução do quantitativo de docentes e técnicos desde o ano de 2004 (FONTES: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, janeiro de 2015).

Figura 35 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos critérios para progressão funcional, Petrolina – 2016.

Figura 29 – Opinião dos técnicos administrativos quanto ao mecanismo de capacitação, e aperfeiçoamento técnico da universidade com possibilidade de aproveitamento para progressão funcional, Petrolina – 2016.

Figura 30 – Opinião dos técnicos administrativos quanto á sua experiência profissional, cuja formação técnica tem contribuído para desenvolver com qualidade a missão que o cargo exige.

Petrolina – 2016.

Figura 31 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às políticas de avaliação de desempenho, Petrolina – 2016.

Figura 32 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à relação entre a quantidade de estudantes do curso e de técnicos administrativos existentes no setor, Petrolina – 2016.

Figura 33 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à valorização do técnico administrativo pela chefia imediata, Petrolina – 2014.

Figura 34 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às práticas institucionais que estimulam a melhoria do trabalho, Petrolina – 2016.

Figura 35 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao aproveitamento, por parte da instituição, dos técnicos administrativos de nível superior com atividades inerente a sua formação, Petrolina – 2016.

Figura 36 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao grau de satisfação em relação à instituição, Petrolina – 2016

Figura 37 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à remuneração, Petrolina – 2016.

Figura 38 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação com relação à jornada/carga horária de trabalho, Petrolina – 2016.

Figura 39 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à limpeza do campus, Petrolina – 2016.

Figura 40 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à limpeza do setor ao qual pertence, Petrolina – 2016.

Figura 41 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela instituição, Petrolina – 2016.

Figura 42 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à instituição, Petrolina – 2016.

Figura 43 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à administração do *campus*, Petrolina – 2016.

Figura 44 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à administração do setor em que está lotado, Petrolina – 2016.

Figura 45 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação com relação as condições de trabalho, Petrolina – 2016.

Figura 46 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a sua chefia imediata, Petrolina – 2016.

Figura 47 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e as Pró-Reitorias, Petrolina – 2016.

Figura 48 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a reitoria, Petrolina – 2016.

Figura 49 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a SGP, Petrolina – 2016.

Figura 50 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e os demais setores que integram a universidade, Petrolina – 2016.

Figura 51 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à manutenção e conservação das instalações físicas da universidade, Petrolina – 2016.

Figura 52 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à manutenção e conservação dos equipamentos, Petrolina – 2016.

Figura 53 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pelo setor de transporte, Petrolina – 2016.

Figura 54 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pela STI, Petrolina – 2016.

Figura 55 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pela SGP, Petrolina – 2016.

Figura 56 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pelas Pró-Reitorias e demais Secretarias, Petrolina – 2014.

Figura 57 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu conhecimento sobre o plano de gestão, Petrolina – 2016.

Figura 58 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao cumprimento do plano de gestão, Petrolina – 2016.

Figura 59 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao comprometimento do gestor com o colegiado acadêmico/setor administrativo, Petrolina – 2016.

Figura 60 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às ações desenvolvidas pelo gestor, para auxiliar o técnico administrativo no desempenho de suas atividades, Petrolina – 2016.

Figura 61 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a qualificação do pessoal técnico administrativo para atender a comunidade acadêmica, Petrolina – 2016.

Figura 62 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria ser acessível para esclarecimento de dúvidas, Petrolina – 2016.

Figura 63 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria fornecer regularmente informações sobre a instituição, Petrolina – 2016.

Figura 64 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria agilizar o encaminhamento de soluções dos problemas de seu setor/departamento e da instituição como um todo, Petrolina – 2016.

Figura 65 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria estar buscando políticas e ações de apoio administrativo-didático-pedagógico aos docentes, discentes e técnicos administrativos, Petrolina – 2016.

Figura 66 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao acesso aos demais setores administrativos para esclarecimento de dúvidas, Petrolina – 2016.

Figura 67 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao encaminhamento, pelos demais setores administrativos da Instituição, de soluções de sua competência, Petrolina – 2016.

Figura 68 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a publicação de informações/atribuições pelos demais setores administrativos da Univasf, Petrolina – 2016.

Figura 69 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao esclarecimento de dúvidas nos seus respectivos setores de atuação, Petrolina – 2016.

Figura 70 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao encaminhamento de soluções e providências de sua competência, Petrolina – 2016.

Figura 71 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a publicação de informações/atribuições dos seus setores, Petrolina – 2016.

Figura 72 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à busca por políticas e ações de valorização dos técnicos administrativos pelos gestores dos seus setores, Petrolina – 2016.

Figura 73 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a ações para fomentar a discussão sobre cursos de capacitação e contínua qualificação, Petrolina – 2016.

Figura 74 – Opinião dos técnicos administrativos sobre os serviços de segurança no *campus*, Petrolina – 2016.

Figura 75 - Opinião dos docentes quanto ao encaminhamento de soluções dos problemas do curso pela Coordenação, Petrolina – 2016.

Figura 76 – Opinião dos docentes quanto aos serviços de manutenção e conservação das instalações físicas, Petrolina – 2016.

Figura 77 – Opinião dos docentes quanto aos serviços de manutenção e conservação de equipamentos, Petrolina – 2016.

Figura 78 – Opinião dos docentes no que se refere à segurança no *campus*, Petrolina – 2016.

Figura 79 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da reitoria, Petrolina – 2016.

Figura 80 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROEN, Petrolina – 2016.

Figura 81 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROEX, Petrolina – 2016.

Figura 82 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PRPPGI, Petrolina – 2016.

Figura 83 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROPLADI, Petrolina – 2016.

Figura 84 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROAE, Petrolina – 2016.

Figura 85 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SRCA, Petrolina – 2016.

Figura 86 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SEAD, Petrolina – 2016.

Figura 87 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SGP, Petrolina – 2016.

Figura 88 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da STI, Petrolina – 2016.

Figura 89 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PU, Petrolina – 2016.

Figura 90 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da CAC, Petrolina – 2016.

Figura 91 – Opinião dos docentes sobre se a quantidade de técnicos é suficiente para atender as demandas de trabalho de laboratório pelo qual é responsável, Petrolina – 2016.

Figura 92 – Opinião dos docentes no que se refere ao serviço de acesso ao acervo, Petrolina – 2016.

Figura 93 – Opinião dos docentes no que se refere à quantidade do pessoal técnico-administrativo, Petrolina – 2016.

Figura 94 – Opinião dos docentes no que se refere à qualificação do pessoal técnico-administrativo, Petrolina – 2016.

Figura 95 – Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD da Univasf entre 2007 e 2014. Fonte: BRASIL, 2014a; PROGEST – Univasf, fevereiro de 2015.

Figura 96 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às dimensões da sala de trabalho em relação à quantidade de serviços e servidores, Petrolina – 2016.

Figura 97 - Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à adequação e limpeza do ambiente, Petrolina – 2016.

Figura 98 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à quantidade e às condições das instalações sanitárias, adequação e limpeza, Petrolina – 2016.

Figura 99 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à condições de acesso para portadores de necessidades especiais, Petrolina – 2016.

Figura 100 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao espaço de convivência (jardim, banco, cantina, espaço para prática de esportes), Petrolina – 2016.

Figura 101 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à quantidade e condições dos equipamentos e materiais de expediente necessários ao desenvolvimento das atividades do setor/laboratório, Petrolina – 2016.

Figura 102 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à existência de rede de comunicação (*internet*), Petrolina – 2016.

Figura 103 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos planos de expansão e da atualização de equipamentos, Petrolina – 2016.

Figura 104 – Opinião dos docentes no que se refere às condições dos laboratórios dos seus respectivos cursos, Petrolina – 2016.

Figura 105 – Opinião dos docentes no que se refere a condições de salas de aula, Petrolina – 2016.

Figura 106 – Opinião dos docentes no que se refere ao conforto térmico nas salas de aula, Petrolina – 2016.

Figura 107 – Opinião dos docentes no que se refere aos espaços de convivência, Petrolina – 2016.

Figura 108 – Opinião dos docentes no que se refere ao auditório e salas de conferência, Petrolina – 2016.

Figura 109 – Opinião dos docentes no que se refere aos banheiros, Petrolina – 2016.

Figura 110 – Opinião dos docentes no que se refere ao acesso a equipamentos de informática, Petrolina – 2016.

Figura 111 – Opinião dos docentes no que se refere aos recursos audiovisuais e multimídia, Petrolina – 2016.

Figura 112 – Opinião dos docentes no que se refere a rede de comunicação científica (*internet e intranet*), Petrolina – 2016.

Figura 113 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à iluminação das salas de aula – 2016.

Figura 114 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto ao conforto térmico das salas de aula – 2016.

Figura 115 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à acústica das salas de aula – 2016.

Figura 116 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à capacidade da sala em função do número de alunos – 2016.

Figura 117 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto aos recursos didáticos (áudio-visuais, lousa) das salas de aula – 2016.

Figura 118 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto ao Restaurante Universitário – 2016.

Figura 119 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à disponibilidade de laboratórios com estrutura adequada para suporte as disciplinas – 2016.

Figura 120 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à adequação dos laboratórios ao número de alunos por aula prática – 2016.

Figura 121 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período sobre se os equipamentos dos laboratórios, destinados ao ensino de aulas práticas, funcionam adequadamente – 2016.

Figura 122 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período sobre se os equipamentos dos laboratórios são suficientes em função do quantitativo de alunos por aula – 2016.

Figura 123 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de computadores por aluno no laboratório de informática – 2016.

Figura 124 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, sobre se a

capacidade dos computadores é adequada para funcionamento e infraestrutura do laboratório de informática – 2016.

Figura 125 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto ao acesso à *internet* no laboratório de informática – 2016.

Figura 126 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto ao conforto (ventilação/iluminação/acústica) das instalações no laboratório de informática – 2016.

Figura 127 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à iluminação nas salas de aula – 2016.

Figura 128 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao conforto térmico nas salas de aula – 2016.

Figura 129 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à acústica nas salas de aula – 2016.

Figura 130 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de alunos por sala de aula – 2016.

Figura 131 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à disponibilidade de recursos audiovisuais nas salas de aula – 2016.

Figura 132 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de computadores por aluno na biblioteca – 2016.

Figura 133 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à capacidade dos computadores, para acesso dos alunos, na biblioteca – 2016.

Figura 134 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao acesso à *internet* na biblioteca – 2016.

Figura 135 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto as salas de estudo individual e em grupo da biblioteca – 2016.

Figura 136 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à atualização das coleções existentes – 2016.

Figura 137 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de exemplares de livros disponíveis por aluno – 2016.

Figura 138 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao estado de conservação dos livros na biblioteca – 2016.

Figura 139 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à existência da bibliografia indicada pelo professor na biblioteca – 2016.

Figura 140 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à coleção de periódicos disponível na biblioteca – 2016.

Figura 141 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto a Coleção de

Referência (dicionários, enciclopédias) – 2016.

Figura 142 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à organização das estantes na biblioteca – 2016.

Figura 143 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às cantinas – 2016.

Figura 144 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às áreas de convivência social na Univasf – 2016.

Figura 145 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às instalações para desporto na Univasf – 2016.

Figura 146 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto aos sanitários nos *campi* da Univasf – 2016.

Figura 147 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às instalações e serviços de reprografia (Xerox) – 2016.

Figura 148 – Ciclo PDCA para gestão da qualidade no ensino superior.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Quantidade total de docentes em exercício na Univasf no período da avaliação, quantidade de docentes respondentes e representatividade por colegiado em 2016.

Tabela 2 – Quantidade total de técnicos administrativos na Univasf no período da avaliação, quantidade de técnicos administrativos respondentes e representatividade em 2016.

Tabela 3 – Quantidade total de alunos na Univasf no período da avaliação, quantidade de alunos respondentes e representatividade em 2016.

Tabela 4 – Conceitos Enade e CPC dos cursos a partir de 2009 (BRASIL, 2014b).

Tabela 4 – Conceitos obtidos a partir das avaliações externas para reconhecimento e renovação desde o ano de 2009.

Tabela 6 – Quantitativo de inscritos, de vagas e a concorrência por vaga, de cada curso, no processo seletivo referente ao ano de 2016 (Fonte: Site da Secretaria de Registro de Controle Acadêmico (SRCA), janeiro, 2017).

Tabela 7 – Inscritos por curso e por modalidade de concorrência.

Tabela 8 – Relação de bolsas vinculadas à PRPPGI nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016 (Fonte: PRPPGI em março de 2017).

Tabela 9 – Relação de bolsas vinculadas à PROEX nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016. (Fonte: PROEX, fevereiro de 2017).

Tabela 10 – Quantitativo de estudantes atendidos pelos programas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016. (Fonte: PROAE em março de 2017).

Tabela 11 – Relação de funcionários por campus da Univasf, no anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Tabela 12 – Titulação dos docentes da Univasf nos anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016. (Fontes: SGP – Univasf, fevereiro de 2016).

Tabela 13 – Regime de trabalho dos docentes da Univasf nos anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016. (Fontes: BRASIL, 2016a; SGP – Univasf, março de 2017).

Tabela 14 – Faixa etária do corpo docente da Univasf, Petrolina, 2016 (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Tabela 15 – Número de vagas para as categorias de técnicos administrativos da Univasf: nível superior, nível médio e nível fundamental, nos anos de 2015 e 2016. (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP

– Univasf, fevereiro de 2017).

Tabela 16 – Nível de escolaridade dos servidores técnicos administrativos da Univasf. (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Tabela 17 – Descrição da alocação de recursos da Univasf durante o ano de 2016 – Petrolina. (Fonte: PROGEST, 2017).

Tabela 18 – Execução orçamentária da Univasf no ano de 2016 – Petrolina, 2016. (Fonte: PROGEST – Univasf, fevereiro de 2017).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nomes dos representantes titulares da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CPA-Univasf) – Petrolina, 2016

Quadro 2 – Nomes dos representantes suplentes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CPA-Univasf) – Petrolina, 2019

Quadro 3 – Planejamento estratégico (cronograma) de atividades da Comissão Própria de Avaliação da Univasf – Petrolina, 2016.

Quadro 4 – Relação de cursos ofertados pelo Plano de Capacitação da Univasf para o ano 2014 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2015).

Quadro 5 – Relação de cursos realizados para os servidores (docentes e técnicos administrativos) da Univasf durante o ano de 2014 – Petrolina, 2014 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2015).

Quadro 6 – Relação dos cursos não realizados aos técnicos administrativos da Univasf durante o ano de 2014 – Petrolina, 2014 (Fonte: SGP – Univasf – fevereiro de 2015).

Quadro 7 – Descrição dos componentes e indicadores de desempenho relativos aos anos de 2013 e 2014. (Fontes: BRASIL, 2014a; Memorando N° 018/2015 – PROGEST, 2015).

Quadro 8 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Petrolina - SEDE, relativos ao ano de 2014 (Fonte: Memorando N° 024/2015 – PU, 2015).

Quadro 9 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Senhor do Bonfim - BA, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Quadro 10 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus São Raimundo Nonato - PI, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Quadro 11 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Paulo Afonso - BA, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

1. INTRODUÇÃO

O tripé do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é composto pela avaliação institucional, para fins de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Ensino Superior (IES), avaliação de cursos para autorização e renovação de reconhecimento e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Para que uma instituição de ensino possa funcionar, é necessário passar pelo processo de credenciamento no Ministério da Educação (MEC), por meio de avaliações feitas *in loco* – em uma escala de um a cinco, tendo, no mínimo, o conceito três para ser credenciada – por profissionais designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), os quais avaliam 10 dimensões, previstas na Lei 10.861, de 2004, que vão desde a qualidade de ensino até políticas de atendimento ao aluno, como pode ser observado no seu Art. 3º:

- I** – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II** – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III** – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV** – a comunicação com a sociedade;
- V** – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI** – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII** – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII** – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX** – políticas de atendimento aos estudantes;
- X** – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No ano de 2013 foram reformulados os instrumentos de avaliação institucional externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme NOTA TÉCNICA Nº 08 CGACGIES/DAES/INEP. Neste novo instrumento, as dez dimensões acima descritas, são distribuídas em cinco eixos, conforme descrito a seguir:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 08 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 01 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 03 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 02 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 04 (Comunicação com a Sociedade) e 09 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 05 (Políticas de Pessoal), 06 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura: contempla a dimensão 07 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Apesar da Portaria nº 224, de 28 de junho de 2012, em seu art. 1º, explicitar também a modalidade a distância, a nota técnica descreve que a Comissão revisou o Instrumento de Avaliação Institucional somente para a modalidade presencial, aguardando por solicitação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), novas decisões regulatórias referentes à Educação a Distância (EaD).

Desde o ano de 2013, a elaboração do relatório foi feita com base nos cinco eixos propostos, uma vez que a pretensão é facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Neste ano, o relatório foi feito segundo orientações da nota técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 2014, com relação a distribuição dos itens. Entretanto, este relatório segue metodologia já utilizada pela CPA/Univasf, contendo resultados atuais, bem como comparações com anos anteriores. De acordo com a referida nota técnica, o 2º relatório parcial será submetido por meio do sistema e-MEC até 31 de março de 2017, de modo que será referente ao ano base 2016.

Passando pelo processo de credenciamento, o INEP avalia, também *in loco*, outras três dimensões: **estrutura física, corpo docente e projeto pedagógico**. Para o credenciamento, é

também utilizada uma escala de um a cinco, sendo três o conceito mínimo. A cada três ou cinco anos, esse ciclo se renova como credenciamento, reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

A avaliação institucional envolve o esforço de um grupo de pessoas que visam o autoconhecimento da universidade e o conhecimento por outros setores da sociedade que, articulada ao planejamento estratégico, é uma ferramenta valiosa para a gestão e permite o direcionamento das ações a serem implementadas.

Para a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a avaliação institucional visa desenvolver a visão integrada da Universidade, identificando o grau de coerência entre a proposta educacional e a efetiva realização em determinado período, que deve focar suas atividades nos três pontos que sustentam a instituição de ensino superior, que são o ensino, a pesquisa e a extensão, beneficiando o corpo técnico administrativo, o corpo docente e o corpo discente, atendendo às demandas e aos anseios da sociedade e da comunidade onde a universidade está inserida.

Devido à crescente preocupação com o nível de qualidade do Ensino Superior no Brasil, órgãos públicos responsáveis pela Gestão e Planejamento das Políticas Educacionais têm, efetivamente, aumentado e aperfeiçoado seus mecanismos de averiguação e monitoramento das instituições de ensino superior em todo o país. Assim, por meio das Comissões Próprias de Avaliação, as instituições de ensino superior têm detectado aspectos positivos e negativos que permitem a constante renovação dos conceitos políticos e educacionais.

O presente relatório registra as ações desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação, da Universidade Federal do Vale do São Francisco – CPA/Univasf – compreendendo o período de março de 2016 a fevereiro de 2017.

O documento se estrutura em dois aspectos que se encontram relatados no decorrer do texto: um descritivo, que lista as principais ações já implantadas e aquelas em processo de execução; e outro analítico, apontando aspectos facilitadores e os obstáculos encontrados para o desenvolvimento das ações, bem como propostas de soluções para minimizar aspectos negativos. O primeiro condensa informações objetivas e dados quantitativos; enquanto o segundo contempla um viés crítico, por meio da coleta de informações das diferentes categorias acadêmicas. Concentram-se, ambos, na perspectiva da implantação de uma cultura avaliativa no âmbito da Univasf, que se faz necessária frente não apenas às exigências legais, mas pela própria compreensão que temos da importância de se proceder com transparência perante a sociedade e necessidade de melhoria contínua.

A Univasf iniciou suas atividades acadêmicas em 18 de outubro de 2004, oferecendo 10 cursos, autorizados pelo Ato Administrativo número 1/2003 de 05 de dezembro de 2003: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, no *campus* de Juazeiro (BA); Enfermagem, Medicina, Psicologia e Administração, no *campus* de Petrolina (PE); e Zootecnia, no *campus* de Ciências Agrárias, também em Petrolina (PE). Posteriormente, foram oferecidos os cursos de Arqueologia e Preservação Patrimonial, ministrado na cidade de São Raimundo Nonato (PI), criado pelo Ato Administrativo número 02/2004, de 14 de janeiro de 2004; Engenharia da Computação (autorizado pela Decisão número 27/2005 – Conselho Universitário da Univasf) e Medicina Veterinária (autorizado pela Decisão número 26/2005 - Conselho Universitário da Univasf).

Neste mesmo ano de 2004, foi instituído o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – através da Lei 10.861/04, de abril de 2004, idealizado como um sistema de avaliação e aprimoramento do ensino público brasileiro, por meio de instrumentos e ciclos de avaliação contínuos, obrigando as instituições a criarem Comissões Próprias de Avaliação, buscando identificar aspectos a serem aprimorados para formar cidadãos conscientes com seu papel estratégico no mundo e na sociedade em que vivem.

Com a adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e conforme a Decisão número 66 de 14 de dezembro de 2007 do Conselho Universitário da Univasf, foram criados, no *campus* de Petrolina (PE), os cursos de Educação Física (noturno) e Ciências Farmacêuticas (integral); no *campus* de Ciências Agrárias, os cursos de Ciências Biológicas (integral) e Engenharia Agrônômica (integral); no *campus* de São Raimundo Nonato (PI), o curso de Ciências da Natureza (noturno); no *campus* de Senhor do Bonfim (BA), o curso de Ciências da Natureza (noturno); e no *campus* de São Raimundo Nonato (PI), os cursos de Artes Visuais (noturno) e Ciências Sociais (noturno); sendo que o processo de seleção dos docentes iniciou em dezembro de 2008 e o vestibular para ingressar nos referidos cursos aconteceu em maio de 2009, com início das atividades no mês de agosto do mesmo ano.

Em 2014, a Univasf inaugurou um *campus* na cidade de Paulo Afonso - BA, localizado no Centro de Formação Profissional de Paulo Afonso (CFPPA), numa área de 98.000 metros quadrados. Já em 2015, a oferta de cursos de graduação da universidade aumentou, sendo criados os cursos de Geografia (Licenciatura) e Ecologia (Bacharelado) no *campus* de Senhor do Bonfim. Por sua vez, em 2016 a gestão da Univasf, junto ao MEC, direcionou esforços para a expansão da universidade, anunciando, nos primeiros dias de 2017 a criação de um novo campus na cidade de Salgueiro -PE, que, inicialmente, ofertará os cursos de Engenharia de Produção e Ciência da

Computação. Atualmente, a univasf conta com 28 cursos de graduação presenciais e três na modalidade à distância, distribuídos em seis *campi* (Petrolina, Juazeiro, Ciências Agrárias, Paulo Afonso, Serra da Capivara, Senhor do Bonfim)

Destarte, neste relatório são evidenciadas as fragilidades e potencialidades de uma instituição relativamente nova, mas ao mesmo tempo estratégica no coração do Semiárido Brasileiro, conferidas por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, permitidas pela dedicação e trabalho constantes daqueles que tem compromisso com a Instituição e com a sociedade brasileira, principalmente pela incansável busca de recursos humanos e financeiros para a construção de uma Universidade sólida e consistente, com infraestrutura que responda às demandas dos diversos cursos e setores acadêmicos, o qual fora o principal foco desta avaliação.

Após entrega do relatório anual de 2015, a CPA elaborou o cronograma de atividades a serem desenvolvidas no ano de 2016, que balizou as ações desempenhadas até esta data. Posteriormente, a comunidade acadêmica teve acesso às ações da CPA no que tange a avaliação institucional, através da página virtual (<http://cpa.univasf.edu.br>), facilitando o acesso da comunidade junto à comissão, esclarecendo seus atributos e competências, sua composição e importância. Somado à divulgação digital, promoveu-se divulgação por intermédio de seminários.

1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ): Número 05.440.725/0001-10

GESTÃO

Reitor:

Julianeli Tolentino de Lima

Vice-Reitor:

Télio Nobre Leite

Pró-Reitor de Ensino:

Mônica Aparecida Tomé Pereira

Pró-Reitora de Extensão:

Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Jackson Roberto Guedes da Silva Almeida

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:

Bruno Cezar Silva

Pró-Reitora de Assistência Estudantil:

Márcia Medeiros de Araújo

Pró-Reitor de Gestão e Orçamento:

Antonio Pires Crisostomo

Secretário de Educação a Distância:

Francisco Ricardo Duarte

Secretária de Gestão de Pessoas:

Maria Auxiliadora Tavares da Paixão

Secretário de Tecnologia da Informação:

Jonildo Martins Cordeiro

Prefeito Universitário:

José Edilson dos Santos Júnior

ENDEREÇOS DOS *CAMPI*

Campus Petrolina Centro:

Av. José de Sá Maniçoba, S/N – Centro - CEP: 56304-917 – Petrolina (PE)

Campus Ciências Agrárias:

Rodovia BR 407, 12 Lote 543 - Projeto de Irrigação Nilo Coelho - S/N – “C1”

CEP: 56300-000 – Petrolina (PE)

Campus Juazeiro:

Avenida Antônio Carlos Magalhães, 510 - Santo Antônio - CEP: 48902-300 – Juazeiro (BA)

Campus São Raimundo Nonato:

Fundação Museu do Homem Americano – FUNDHAM - Centro Cultural Sérgio Motta, S/N – CEP:
64770-000 - São Raimundo Nonato (PI)

Campus Senhor do Bonfim:

Rua Tomaz Guimarães, S/N – Jardim Aeroporto – CEP: 48.970-000 – Senhor do Bonfim (BA)

Campus Paulo Afonso:

Rua da Aurora, S/N – General Dutra – CEP: 48607-190 – Paulo Afonso (BA)

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/Univasf

Av. Antônio Carlos Magalhães, 543 – Santo Antônio – CEP: 48.902-300 – Juazeiro- BA,
cpa@univasf.edu.br – Sala 28.

HISTÓRIA

Primeira Universidade Federal a ter sua sede implantada no interior do Nordeste, a Univasf surgiu com a missão de levar o ensino público superior de qualidade ao Semiárido, numa proposta ousada de estar presente, desde a sua origem, em três dos nove estados da Região Nordeste. Assim, foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, por meio da Lei N° 10.473, de 27 de junho de 2002, a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com sede na cidade de Petrolina, em Pernambuco. Também foram criados outros dois campi, situados nas cidades de Juazeiro, na Bahia, e de São Raimundo Nonato, no Piauí.

O desafio da implantação da nova instituição coube à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que representada pelo reitor José Weber Freire de Macedo, executou as ações de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças e controle interno, conforme o Decreto N° 4.465/2002. A Univasf foi criada com 315 cargos de docentes e 250 de servidores da carreira Técnico-Administrativo em Educação (TAE), dos quais 94 de nível superior e 156 de nível intermediário.

A Univasf foi criada inicialmente com três campi: Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e São Raimundo Nonato (PI). No Campus Petrolina, foram ofertados os cursos de Administração, Enfermagem, Medicina, Psicologia e Zootecnia. As aulas aconteceram no Cefet até 2007.

Em Juazeiro, foram concentradas as Engenharias, cujas aulas eram realizadas na FACJU, onde hoje funciona o Espaço Plural, ligado à Pró-Reitoria de Extensão. Eram ofertados os cursos de Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. O Campus Juazeiro funcionou na FACJU também até 2007.

O mais antigo curso de Arqueologia em andamento no Brasil foi criado na Univasf. Ofertado na cidade de São Raimundo Nonato (PI), na região da Serra da Capivara, que batiza o nome do Campus, o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial teve suas primeiras atividades realizadas nas instalações provisórias cedidas pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Em 2007, tiveram início as obras do Campus Serra da Capivara. Os três primeiros campi da Univasf foram inaugurados em 2008.

A partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 pelo Decreto N° 6.096, a Universidade pôde ampliar o número de cursos ofertados, dando origem à criação de outros dois campi: Campus Ciências Agrárias (CCA), também em Petrolina, na zona rural da cidade; e Campus Senhor do Bonfim (BA).

E em 2013, foi aprovada pelo Conselho Universitário (Conuni) a criação do Campus Paulo Afonso (BA), que oferta o segundo curso de Medicina da Univasf. As atividades acadêmicas do

mais novo campus da Univasf tiveram início em setembro de 2014, pouco antes do aniversário de 10 anos da instituição.

Atualmente, a Univasf está organizada em 6 *campi* Universitários: Petrolina (PE) (Campus Sede e Ciências Agrárias), Juazeiro (BA), São Raimundo Nonato (PI), Senhor do Bonfim (BA) e Paulo Afonso (BA). Oferece, atualmente, 32 cursos de graduação, sendo 28 presenciais (Administração, Educação Física - Bacharelado, Educação Física - Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Medicina (Campus Petrolina - Sede e Campus Paulo Afonso), Psicologia, Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária, Zootecnia, Artes Visuais, Ciências Sociais (Bacharelado), Ciências Sociais (Licenciatura), Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Antropologia, Arqueologia e Preservação Patrimonial, Química, Ciências da Natureza (Campus Senhor do Bonfim e Campus Serra da Capivara), Ecologia, Geografia e três na modalidade a distância (Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Pedagogia).

A Univasf também possui 13 programas de mestrado (Mestrado Ciências da Saúde e Biológicas, Mestrado em Educação Física, Mestrado em Recursos Naturais do Semiárido, Mestrado em Psicologia, Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), Mestrado em Agronomia - Produção Vegetal, Mestrado em Ciência Animal, Mestrado em Ciências Veterinárias no Semiárido, Mestrado em Ciência dos Materiais, Mestrado em Engenharia Agrícola, Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), Mestrado Profissional em Extensão Rural) e 05 especializações, sendo 02 presenciais (Especialização em Práticas Hospitalares em Cães e Gatos e Especialização em Gestão de Sistemas Agroindustriais) e 03 na modalidade a distância (Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão em Saúde, Especialização em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias), além do Programas de Residências Médicas e Residências Multiprofissionais.

1.2. OBJETIVO DA Univasf

A Univasf tem como objetivo primordial ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi*.

1.3. OBJETIVOS DA CPA/Univasf

O objetivo geral da Comissão Própria de Avaliação da Univasf é contribuir para o

acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica, oferecendo subsídios para a tomada de decisões, direcionamento das futuras ações, otimização e excelência dos processos e resultados, através do fomento à formação de uma cultura avaliativa.

Já, quanto aos objetivos específicos, destacam-se:

- Definir as diretrizes do processo avaliativo;
- Sistematizar e analisar as informações;
- Identificar as forças de desenvolvimento e deterioração organizacionais;
- Destacar potencialidades com vistas ao estabelecimento de prioridades;
- Propor estratégias para a superação das fragilidades evidenciadas;
- Subsidiar o redirecionamento da prática administrativa e acadêmica das diversas instâncias institucionais;
- Contribuir com a articulação dos diversos níveis da Instituição, garantindo visão de totalidade e universalidade das partes que a constituem;
- Consolidar o processo de autoavaliação através da elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

1.4. A Comissão Própria de Avaliação da Univasf – CPA/Univasf

A Comissão Própria de Avaliação Institucional da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – CPA/Univasf tem como finalidade a condução dos processos de avaliação da atuação institucional da Univasf em torno de eixos (dimensões), em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei número 10.861, de 14/04/2004, publicada no DOU de 15/04/2004, particularmente no seu Art. 3º.

A coordenação da CPA/Univasf foi eleita entre os seus pares (Resolução 09/2013) e os demais membros designados conforme o regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, cuja composição não privilegia a maioria absoluta de nenhum dos segmentos.

A CPA atua em estreita relação com as Pró-Reitorias e seguindo as disposições de seu Regimento Interno, que por sua vez baseia-se especialmente na Lei número 10.861/2004, nos atos ministeriais que regulamentam o SINAES e nos atos da Reitoria que regulamentam a avaliação institucional na Univasf.

Compete à CPA/Univasf:

- I. Conduzir e responsabilizar-se pela realização das avaliações do ensino superior

ministrado pela Univasf, bem como do desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão;

II. Definir o calendário anual das suas atividades e o cronograma de cada execução da autoavaliação institucional, a ser observado em todos os *campi* da Univasf;

III. Definir os instrumentos a serem utilizados para a avaliação de cada dimensão ou aspecto da atuação Institucional da Univasf, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos ministeriais de avaliação do ensino superior;

IV. Propor os instrumentos a serem utilizados para a sensibilização da comunidade acadêmica e para a divulgação dos resultados das avaliações realizadas;

V. Elaborar as normas de funcionamento e o regimento da CPAC/Univasf;

VI. Prestar informações à Reitoria da Univasf e aos órgãos de avaliação do ensino superior, sempre que solicitadas;

VII. Zelar pelo cumprimento do disposto no Regimento Interno da CPA e na legislação federal concernente à avaliação do ensino superior; e

VIII. Fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

Estrutura organizacional da CPA

A CPA/Univasf foi constituída, inicialmente, conforme a Resolução 07/2005. No ano de 2013, a resolução foi alterada pela Resolução 09/2013 – CONUNI, cuja modificação quanto à composição está no fato do presidente passar a ser eleito entre os seus membros, ocasionando vacância da representação e não mais sendo indicado pela Reitoria. Os quadros a seguir contêm os representantes, segundo as categorias. A eleição do vice-presidente não gera vacância da representação. Todos os representantes e suplentes possuem portaria nº 738, de 03 de outubro de 2013, nos termos da Resolução/CONUNI nº 07/2005, com dados convalidados em datas diferentes como descrito nos Quadro. O cargo da atual presidente foi designado de acordo com a portaria de nº 566 de 08 de agosto de 2016.

Quadro 1 – Nomes dos representantes titulares da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CPA-Univasf) – Petrolina, 2016

NOME	CATEGORIA
LUCIMARA ARAÚJO CAMPOS ALEXANDRE	PRESIDENTE
AILSON DE MENEZES	VICE-PRESIDENTE

ANDRADE	
JANAÍNA COSTA DOS SANTOS	Representante dos docentes na categoria ENSINO.
WAGNER PEREIRA FELIX	Representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de EXTENSÃO Universitária.
EDIGÊNIA CAVALCANTE DA CRUZ ARAUJO	Representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de Pós-graduação e/ou PESQUISA.
AILSON DE MENEZES ANDRADE	Representante dos TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.
VICTOR REIS SANTOS	Representante DISCENTE dos cursos de graduação.
OZANEIDE GOMES DOS SANTOS	Representante da COMUNIDADE EXTERNA.
Aguardando Indicação	Representante da COMUNIDADE CIENTÍFICA/PESQUISA EXTERNA.

Quadro 2 – Nomes dos representantes suplentes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CPA-Univasf) – Petrolina, 2016

NOME	CATEGORIA
ROSICLEIDE ARAUJO DE MELO	Suplente do representante dos docentes na categoria ENSINO
EURICLESIO BARRETO SODRÉ	Suplente do representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de EXTENSÃO Universitária.
CLEONIA ROBERTA MELO ARAÚJO	Suplente do representante dos docentes, dentre os integrantes de Programas/Projetos de Pós-graduação e/ou PESQUISA.
ANTONIA IVONETE GOMES DE SOUZA	Suplente do representante dos TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
Pedro Henrique Sarmiento Fntes	Suplente do representante DISCENTE
Aguardando Indicação	Suplente do representante da COMUNIDADE EXTERNA
VICENTE JOAQUIM CRUZ	Suplente representante da COMUNIDADE CIENTÍFICA/PESQUISA EXTERNA.

Além dos representantes supramencionados, existem as figuras dos estagiários da CPA/Univasf, com jornada de 20 horas semanais, sendo ocupada por discentes remunerados com bolsa. Devido ao fato dos estagiários serem temporários, as atividades da Comissão podem ser prejudicadas ano a ano, conforme registrado no relatório de 2012. Espera-se que, em futuro próximo, o setor conte com Direção, Coordenação e Assistente Administrativo do quadro efetivo.

Conforme a Resolução 09/2013-CONUNI, as CPAC's (Comissões Próprias de Avaliação nos Colegiados) são responsáveis pela avaliação interna nos cursos de graduação e elaboração de relatório anual de suas atividades.

Cada CPAC tem a composição abaixo, cujos membros representantes têm mandato de 02 (dois) anos, a contar de sua designação, permitida a recondução por igual período.

- 1) 01(um) Presidente: Membro docente efetivo indicado pelo Colegiado;
- 2) 01 (um) Vice-Presidente: Membro docente efetivo indicado pelo Colegiado;
- 3) 01 (um) representante docente pesquisador, integrante de grupo de pesquisa, registrado no CNPq e certificado pela instituição, eleito no Colegiado;
- 4) 01 (um) representante docente atuante em projetos de Extensão, eleito no Colegiado;
- 5) 01 (um) representante dos discentes, eleito por seus pares;
- 6) 01 (um) representante da comunidade externa, indicado pelo Colegiado, com atuação na área específica ou afim do respectivo curso.

1.5. Planejamento Estratégico de Autoavaliação

O cronograma das atividades desenvolvidas em 2016 (Quadro 3), contempla as etapas de preparação, desenvolvimento, consolidação e divulgação. Conforme definido em reunião entre os membros da CPA, neste ano não foram realizadas visitas *in loco*, para avaliação de infraestrutura, a qual será realizada no próximo ano de 2017 (realização bianual). Neste ano foram aplicados os questionários de avaliação pelos docentes, discentes e técnicos administrativos, bem como solicitadas as informações às Pró-Reitorias, Secretarias e Prefeitura Universitária. Para mais detalhes ver item 2 a seguir, referente a metodologia da autoavaliação.

Quadro 3 – Planejamento estratégico (cronograma) de atividades da Comissão Própria de Avaliação da Univasf – Petrolina, 2016.

Etapas / Atividades	2016											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
1ª ETAPA – PREPARAÇÃO												
Recomposição da CPA								X				

Recebimento e avaliação dos dados fornecidos pelas Secretarias e Pró-Reitorias	X	X											
Organização dos dados estatísticos em tabelas e gráficos, que permitam visualizar o desempenho da Univasf desde sua implantação em relação a sua missão para a região.	X	X											
Elaboração do relatório da CPA 2016.		X	X										
4ª ETAPA – DIVULGAÇÃO													
Envio do relatório ao MEC e Reitoria.			X										
Audiência(s) pública(s) para divulgar os resultados das atividades da CPA/Univasf 2016.				X									

2. METODOLOGIA

Os questionários foram direcionados aos três segmentos acadêmicos: técnico administrativo, docente e discente (graduação e pós-graduação), sendo que sua construção compreendeu momentos de discussões e críticas no sentido de possibilitar que todas as dimensões de avaliação apontadas nos manuais de avaliação institucional fossem contempladas: institucional, corpo social e infraestrutura física e logística.

Como resultado do processo de revisão dos questionários (Apêndice) juntamente com as CPAC's, o número de questionários aplicados chegou a doze e no ano de 2014 este número reduziu para seis, sendo todos aplicados pela CPA e cinco deles de interesse também das CPAC's, abordando os seguintes quesitos:

- 1) Avaliação Institucional pelos Discentes Matriculados no Primeiro Semestre do Curso de Graduação (CPA e CPAC's);
- 2) Avaliação Institucional pelos Discentes a partir do Segundo Semestre do Curso de Graduação e Pós-Graduação (CPA e CPAC's);
- 3) Avaliação Institucional e de curso pelos Docentes – Graduação (CPA e CPAC's);
- 4) Avaliação do desempenho do Docente pelos Discentes – Graduação e Pós- Graduação (CPA e CPAC's);
- 5) Avaliação do Docente pelos seus Pares – Graduação (CPA e CPAC's);

6) Avaliação Institucional pelos Técnicos Administrativos (CPA).

Por indicação das diversas comissões avaliativas do INEP, a CPA/Univasf se responsabiliza pelas avaliações realizadas pelos técnicos administrativos e pelos discentes de pós-graduação, ao passo que as avaliações direcionadas aos discentes e docentes de graduação são realizadas pelas Comissões Próprias de Avaliação nos Colegiados – CPAC's, cujos resultados foram descritos em relatórios próprios anexos a este documento.

Para uma melhor contextualização da avaliação, a CPA optou por inserir neste relatório o resultado geral da avaliação pelos docentes, uma vez que as CPAC's registram os resultados obtidos a partir da avaliação apenas pelos docentes do Colegiado dos seus respectivos cursos.

A CPA/Univasf assumiu a responsabilidade de implementar os questionários através de sistema *web*, cujos *links* foram enviados para os presidentes das CPAC's e/ou Coordenadores de Cursos, os quais decidiram como e quando aplicar e realizar solicitação dos resultados à CPA para elaboração do relatório anual.

Para subsidiar a autoavaliação interna nos cursos de graduação, a CPA também manteve o encaminhamento de modelo de relatório anual. A CPA disponibilizou ainda os estagiários da CPA para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos. Apesar dos esforços alguns colegiados não entregaram o relatório de avaliação interna, a saber. Novamente, no ano de 2016, não foi possível a implementação das avaliações discentes através do Sistema de Informações e Gestão Acadêmica (SIGA), que apoia as áreas de ensino (graduação e pós-graduação) na Univasf, uma vez que esse servidor não se encontra hospedado na Univasf.

Conforme decidido em reunião da CPA, os questionários e visitas *in loco* para avaliação de infraestrutura serão realizados a cada dois anos, não concomitantemente. No ano de 2016, assim como no ano de 2014, optou-se pela aplicação de questionários. Como este relatório trata-se da versão parcial, o relatório referente ao ano de 2017, que será a versão final conterà tanto os resultados da avaliação com base na aplicação dos questionários, como aquela resultante das visitas *in loco*.

Após análise crítica do processo de autoavaliação, desenvolvida de acordo com a proposta sugerida pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), foram geradas discussões e recomendações, as quais foram distribuídas nos cinco eixos, contemplando nestes, as dez dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861). Para este fim, foram analisados os aspectos contidos no Estatuto da Universidade, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e promoção de avaliações aos 3 segmentos acadêmicos – corpo docente, corpo

discente e corpo técnico-administrativo

Para monitoramento/análise dos resultados das ações implementadas e também para os diagnósticos foram aplicados questionários, nos quais foram distribuídos neste documento ao longo dos cinco eixos citados acima.

2.1. Sensibilização da Comunidade Acadêmica

Para avaliação efetiva da Instituição, é necessária a sensibilização de toda comunidade acadêmica. No ano de 2016, não foi realizada nenhuma reunião com os presidentes das CPAC's, porém foi solicitado aos colegiados que atualizassem a composição das CPAC's e informassem a CPA, via memorando. O apoio para a elaboração dos relatórios, foi dado pelos estagiários da CPA, através de e mail e telefone. Houve apenas uma reunião com os membros da CPA que teve como principal objetivo a apresentação da presidente, cujo exercício se iniciou em agosto do referido ano, e alinhamento sobre o andamento das atividades da comissão.

A CPA buscou manter transparência e diálogo com a comunidade acadêmica, no que tange a avaliação institucional, através da divulgação de horário de funcionamento e outras informações na página virtual (<http://www.cpa.univasf.edu.br>), esclarecendo seus atributos e competências, sua composição e importância.

Atualmente, o atendimento pela CPA à comunidade interna e externa pode ser feito por telefone fixo, celular, *facebook* ou pessoalmente na sala da CPA, localizada no campus de Juazeiro. O *WhatsApp* é utilizado apenas entre a equipe gestora e a presidente da CPA. O atendimento presencial à comunidade acadêmica e civil é disponibilizado das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, de segunda à sexta.

Além das ações descritas, a CPA buscou manter diálogo constante com as CPAC's através de contatos por e-mail, telefonemas e atendimento às demandas das comissões dos colegiados.

3. DESENVOLVIMENTO

Esta seção do relatório está organizada em cinco subitens, correspondentes aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei N° 10.861.

3.1. Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação) - EIXO 1

Diante do panorama estável do ponto de vista organizacional e administrativo, a Comissão Própria de Avaliação optou por realizar avaliações baseadas em questionários quantitativos e qualitativos direcionados aos servidores da Univasf e discentes apenas a cada 02 (dois) anos, promovendo avaliações anuais somente às categorias discentes de graduação e discentes de pós-graduação. Aquela periodicidade não é atribuída ao questionário de avaliação dos docentes pelos discentes, uma vez que estes permanecem sendo aplicados semestralmente.

Durante todo o ano, pode-se novamente constatar que apesar da constituição supramencionada da CPA, somente os membros internos continuam tendo envolvimento contínuo e regular com os processos avaliativos, enquanto os membros da comunidade científica externa e comunidade civil organizada tiveram participação bastante limitada no processo.

Os membros da CPA decidiram pela realização das visitas *in loco* cada dois anos, pois no planejamento será previsto maior tempo para conclusão das referidas visitas e para avaliação de infraestrutura.

No ano de 2016 foram entregues os relatórios das CPAC's dos cursos de Zootecnia, Engenharia de Produção, Medicina (Campus Petrolina-Sede e Campus Paulo Afonso), Geologia, Farmácia, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental, Ecologia, Ciências da Natureza, Ciências Biológicas, Arqueologia, Antropologia, representando 41.67% dos cursos de graduação da Univasf. Houve uma queda percentual de 1.33%, em relação à última avaliação feita em 2014, na qual 43% dos cursos colaboraram com a avaliação institucional. Dentre as justificativas enviadas à CPA, destacam-se a dificuldade no cumprimento dos prazos, em função da suspensão do calendário acadêmico, devido ao movimento de greve, seguido de recesso acadêmico, e o grande número de matérias para apreciação no CONUNI, com demanda excessiva de reuniões ordinárias e extraordinárias.

3.1.1 Representatividade da Avaliação Institucional pelos Docentes, Técnicos Administrativos e Discentes

O processo de autoavaliação ocorreu através da coleta de dados realizadas nos setores da

Univasf e da aplicação de questionários. Como a participação dos sujeitos envolvidos é voluntária, faz-se necessário conhecer a representatividade dos resultados obtidos, com base na aplicação dos questionários.

No ano de 2016, entre os 528 docentes que estavam em efetivo exercício na Univasf, excluindo-se aqueles afastados de suas atividades para missão no exterior (mestrado ou doutorado) e também aqueles afastados para cursar mestrado, doutorado ou pós-doutorado no país, cujos períodos de afastamento foram iguais ou maiores que um ano, apenas 107 (20,30%) participaram voluntariamente do processo de avaliação, com destaque para os docentes dos Colegiados de Ecologia (100%) e Antropologia (66.67%) e menor participação para os do Colegiado de Medicina (0.037%), Administração (0%) e Engenharia Elétrica (0%). (BRASIL, 2014a).

Apesar do aumento no número de docentes, passando de 441 para 528, no ano de 2016 (Tabela 1), a representatividade dos resultados das avaliações docentes diminuiu de 49 para 20,30%, com participação voluntária, isso se justifica uma vez que os questionários de autoavaliação foram disponibilizados entre os meses de novembro/2016 a janeiro/2017, coincidindo com o período de greve dos docentes e discentes e recesso acadêmico, acarretando na ausência de participação. Pode-se observar também que houve maior participação do Colegiado de Engenharia Agrícola e Ambiental (100%) e Arqueologia e Preservação Patrimonial (93%), mantendo-se a menor representatividade no Colegiado de Medicina (16%).

Tabela 1– Quantidade total de docentes em exercício na Univasf no período da avaliação, quantidade de docentes respondentes e representatividade por colegiado em 2016.

Colegiado do Curso	Quant. Total de Docentes 2016	Quant. Docente respondente 2016	Representatividade 2016 (%)
Administração .	16	0	0
Antropologia.	9	6	66,67
Arqueologia e Preservação Patrimonial.	13	1	7,69
Artes Visuais.	13	1	7,69
Ciências Biológicas.	24	2	8,33
Ciências da Natureza-SRB.	22	5	22,73
Ciências da Natureza-SRN.	16	2	12,5
Ciências Farmacêuticas.	30	6	20
Ciências Sociais.	26	1	3,85

Ecologia.	9	9	100
Educação Física.	23	4	17,39
Enfermagem.	25	4	16
Engenharia Agrícola e Ambiental.	20	1	5
Engenharia Agrônômica.	27	2	7,41
Engenharia Civil.	18	1	5,56
Engenharia da Computação.	15	1	6,67
Engenharia de Produção.	18	2	11,11
Engenharia Elétrica.	19	0	0
Engenharia Mecânica.	15	5	33,33
Medicina - Paulo Afonso.	24	9	37,5
Medicina - Petrolina.	53	2	0,037
Medicina Veterinária.	22	1	4,55
Psicologia.	28	3	10,71
Zootecnia.	22	11	50
Total	515	83	16,12

Quanto à participação voluntária dos técnicos administrativos no processo de avaliação, a representatividade foi bastante aquém do esperado, alcançando 10,11% de participação (Tabela 2), dentre os 366 técnicos em exercício durante o período de aplicação dos questionários. Comparando com a representatividade, no ano de 2015 (10%), houve acréscimo de 0,11%.

Tabela 2 – Quantidade total de técnicos administrativos na Univasf no período da avaliação, quantidade de técnicos administrativos respondentes e representatividade em 2016.

Quant. Total de Técnicos Administrativos	Quant. Técnicos Administrativos respondentes	Representatividade (%)
366	37	10,11

Quanto à participação voluntária dos discentes, deve-se considerar que há a aplicação de dois questionários de avaliação institucional, um aplicado aos discentes matriculados no 1º período no semestre 2016.2 e o outro foi direcionado aos discentes matriculados a partir do 2º período do curso de graduação. Observado o total de discentes no início do curso, no período da avaliação, contabilizaram-se 992 discentes, dos quais 23 responderam voluntariamente o questionário,

portanto, 2.32% dos discentes ingressantes participaram do processo de avaliação e compõem a representatividade do resultado. Destaca-se ainda que participaram do processo, apenas discentes dos cursos de Antropologia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina - *campus* Paulo Afonso, Ciências Biológicas. A baixa representatividade se justifica pelo período de greve dos docentes e discentes da Univasf, compreendido entre os meses de setembro e dezembro de 2016, seguido de recesso acadêmico, coincidindo com o período em que os questionários de avaliação foram disponibilizados para a comunidade acadêmica, além da falta de divulgação por parte dos membros da CPAC e docentes do Colegiado dos Cursos. Para os discentes matriculados a partir do 2º período, no segundo semestre de 2016, a representatividade foi ainda mais baixa. Dentre os 5.080 discentes, participaram, voluntariamente, do processo de avaliação, apenas 39 discentes. Pode-se observar que menos de 1% dos discentes aptos a participarem do processo de avaliação o fizeram.

Tabela 3 – Quantidade total de alunos na Univasf no período da avaliação, quantidade de alunos respondentes e representatividade em 2016.

Período	Quant. Total de Alunos	Quant. Alunos respondentes	Representatividade (%)
Ingressantes	992	23	2,32
Veteranos	5.080	39	0,77

Os resultados da avaliação pelos docentes, técnicos administrativos e discentes, quanto aos aspectos internos dos cursos, são de responsabilidade das Comissões Próprias de Avaliação dos Colegiados (CPAC's), de modo que não serão inseridas no corpo do texto deste documento, visto que esses resultados serão descritos no relatório de avaliação de cada CPAC, que segue anexo a este relatório.

3.1.2 Síntese Histórica do Planejamento de Ações Acadêmico-Administrativas Decorrentes dos Resultados das Avaliações Internas

Durante o ano de 2016, a CPA da Univasf não realizou o **Planejamento de Ações Acadêmico-Administrativas Decorrentes dos Resultados das Avaliações Interna**, devido a alguns fatores que se seguem descritos abaixo:

1. Substituição de alguns dos membros da Comissão, devido ao vencimento das portarias;
2. Contratação de novos estagiários, devido ao vencimento dos contratos;
3. Greve dos docentes e discentes, seguida de recesso acadêmico, impossibilitando a

participação acadêmica no processo de avaliação institucional, uma vez que o período de greve coincidiu com a abertura dos questionários de avaliação feitos pela CPA, através dos links disponibilizados via *web*, para toda a comunidade acadêmica;

4. PDI em processo de aprovação junto ao CONUNI.

Em virtude dos supracitados, na tentativa de cumprimento do prazo para envio do Relatório de Autoavaliação junto ao e-MEC, a CPA Univasf decidiu elaborar o relatório com as informações que estavam disponíveis, não sendo possível uma análise qualitativa das mesmas, para o planejamento das ações acadêmicas e administrativas. Porém, após envio do relatório, a CPA se compromete a realizar a análise qualitativa do mesmo, para levantamento das principais fragilidades descritas e planejamento das ações, consoante ao PDI.

3.1.3 Histórico dos Resultados Gerados a partir da Participação dos Discentes no Enade

No âmbito da autoavaliação pela CPA/Univasf, é importante tomar conhecimento e avaliar os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que também constitui um meio de avaliação da qualidade da Educação Superior nos Cursos e nas Instituições Brasileiras.

Para garantia da representatividade, a participação dos estudantes dos cursos avaliados é obrigatória e condição para a obtenção do diploma, sendo registrada no histórico escolar a situação de regularidade com o exame.

O desempenho dos estudantes no Enade é um dos componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC), que varia de 1 a 5. Outro componente é o Índice de Diferença de Desempenho (IDD), que consiste na média entre a nota do aluno no ingresso e no final do curso, além da opinião dos estudantes sobre as IES com relação à infraestrutura, instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação dos professores, e o questionário preenchido pelos participantes do Enade referente aquele ciclo avaliativo.

O CPC, enquanto indicador de qualidade dos cursos de graduação, é utilizado pelo Ministério da Educação (MEC) para subsidiar as ações de regulação da educação superior. Cursos com conceitos 1 ou 2 (considerado insatisfatório) são submetidos à visitas de comissão de especialistas (designada pelo Inep) formadas por docentes da educação superior na área do curso avaliado. Dependendo da avaliação pelos especialistas, os cursos podem sofrer sanções, como a redução do número de vagas para ingressantes ou até mesmo o encerramento da oferta de vagas. Cursos avaliados com CPC maior ou igual a 3 (considerado satisfatório), podem ser dispensados da visita para avaliação *in loco*.

Devido ao início das atividades na Univasf em outubro de 2004, os cursos de graduação tiveram seus primeiros conceitos obtidos através do Enade, somente a partir de 2009, com as

primeiras turmas de egressos. A Tabela 4 contém os conceitos divulgados até a presente data. Em 2016, foram publicados na portaria nº 209, de 07 de março de 2016, os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC-2015), referente ao ano de 2015, do Conceito Enade 2015, e do Conceito Preliminar de Curso (CPC-2015), também referente ao ano de 2015. Deve-se destacar que a Univasf manteve IGC 4.

Tabela 4 – Conceitos Enade e CPC dos cursos a partir de 2009 (BRASIL, 2014b).

Ano	Curso	Conceito Enade	CPC
2009	Administração	5	3
	Psicologia	5	4
2010	Medicina Veterinária	4	4
	Medicina	4	3
	Enfermagem	5	3
	Zootecnia	3	3
2011	Engenharia de Computação	4	4
	Engenharia civil	4	3
	Engenharia elétrica	4	4
	Engenharia mecânica	3	3
	Engenharia de produção	3	3
	Arqueologia	1	2
2012	Administração	5	-
	Psicologia	3	4
2013	Agronomia	5	-
	Educação Física (bacharelado)	4	3
	Enfermagem	5	4
	Farmácia	5	5
	Medicina*	-	-
	Medicina Veterinária	4	3
	Zootecnia	4	4
2014	Artes Visuais (licenciatura)	4	4
	Ciências Sociais (bacharelado)	5	4
	Educação Física (licenciatura)	5	4
	Engenharia Agrícola e Ambiental	3	3

	Engenharia Civil	4	4
	Engenharia de Computação	4	3
	Engenharia de Produção	3	3
	Engenharia Elétrica	4	4
	Engenharia Mecânica	3	4
2015	Administração	5	4
	Administração Pública**	-	-
	Psicologia	5	4
2016	Resultados não divulgados	-	-

*Não houve discente habilitado para a inscrição de concluinte em razão da antecipação da colação de grau

**Não houve discente que se enquadrasse como concluinte em 2016

Com base nos dados descritos, todos os cursos atingiram conceitos satisfatórios, exceto o curso de Arqueologia no ano de 2011. Neste caso, deve-se ressaltar que, segundo o Coordenador do curso, houve enquadramento indevido na área de História. Como o conteúdo da prova não tinha relação com os assuntos abordados no curso, os alunos se saíram muito mal naquela avaliação. Também ressalta-se que, através da avaliação com base em visita realizada no ano de 2015 obteve conceito 4, sendo divulgada renovação do reconhecimento através da portaria nº 57, de 09 de março de 2016.

3.1.4 Histórico dos Resultados Gerados a Partir de Avaliações Externas (Reconhecimento e Renovação)

A CPA/Univasf participa da recepção aos avaliadores externos, tanto para reconhecimento como para renovação de reconhecimento, conforme agenda proposta pelos avaliadores. Inicialmente, a presidente e alguns membros da CPA (número e membros variam de uma visita para outra de acordo com a disponibilidade dos membros da CPA naquela data) apresentam dados institucionais incluindo resultados constantes em relatórios da CPA até aquela data. Durante a apresentação, são feitas as perguntas necessárias para esclarecimentos adicionais.

Na sala da CPA/Univasf também estão disponíveis os documentos (resoluções, atas, questionários de avaliação e outros) inerentes ao processo de avaliação interna.

Na Tabela 05 estão descritos os resultados das avaliações desde o ano de 2009.

Tabela 5 – Conceitos obtidos a partir das avaliações externas para reconhecimento e renovação desde o ano de 2009.

Ano	Curso	Avaliação	Conceito
2009	Engenharia civil	Reconhecimento	3

	Engenharia de produção	Reconhecimento	3
	Engenharia elétrica	Reconhecimento	4
2010	Administração	Reconhecimento	4
	Arqueologia e preservação patrimonial	Reconhecimento	3
	Enfermagem	Reconhecimento	4
	Zootecnia	Reconhecimento	3
	Medicina	O processo de nº 200811467 está no INEP e ainda não foi finalizado.	Sem conceito
2011	Engenharia da computação	Reconhecimento	4
	Engenharia mecânica	Reconhecimento	3
	Medicina veterinária	Reconhecimento	4
	Psicologia	Reconhecimento	4
2012	Artes visuais	Reconhecimento	4
	Ciências biológicas	Reconhecimento	3
	Ciências sociais (bacharelado)	Reconhecimento	4
	Engenharia agrícola e ambiental	Reconhecimento	4
	Educação física (bacharelado)	Reconhecimento	3
2013	Ciências farmacêuticas	Reconhecimento	4
	Ciências da Natureza (Senhor do Bonfim)	Reconhecimento	4
2014	Ciências sociais (Licenciatura)	Reconhecimento	4
	Engenharia agrícola e ambiental	Renovação reconhecimento	4
	Artes visuais	Renovação reconhecimento	4
	Engenharia agrônômica	Reconhecimento	4
	Ciências da natureza (Serra da Capivara)	Reconhecimento	4
	Educação física (Licenciatura)	Reconhecimento	4
2015	Ciências sociais (Literatura)	Reconhecimento	4

	Engenharia Agrônômica	Reconhecimento	4
	Ciências da natureza (Senhor do Bonfim)	Reconhecimento	4
2016	Arqueologia e Preservação Patrimonial	Renovação de reconhecimento	4
	História (PRONERA)	Autorização	-
	Ciências Sociais (PRONERA)	Autorização	-

Pode-se que concluir que os conceitos obtidos a partir das avaliações para reconhecimento e renovação de reconhecimento também foram bastante satisfatórios, nas 29 visitas para avaliação *in loco*, 75,86% conduziram ao conceito 4, 24,13% ao conceito 3. Em relação ao curso de Medicina, *Campus Petrolina*, o relatório final de cumprimento do protocolo de compromisso foi protocolado em 10/06/2015 e atualmente o processo (nº 200811467) está no INEP. A reavaliação (*in loco*) do protocolo de compromisso está com visita agendada para o período 11-14/06/2017.

É de responsabilidade de cada Comissão Própria de Avaliação no Colegiado (CPAC) observar o resultado relativo a cada aspecto avaliado (análise do relatório de avaliação *in loco*) e propor ações para minimizar fragilidades e consequente obtenção de conceitos maiores em futuras visitas. Devido ao CPC de alguns cursos que obtiveram conceito 3 na avaliação *in loco* para reconhecimento, não houve agendamento de visita *in loco* novamente, em função da participação dos discentes no Enade e CPC maior ou igual a 3 (considerado satisfatório).

A recomendação para todos os cursos, mesmo para aqueles que obtiveram conceito 4, é que mantenham o processo de autoavaliação também com base nos resultados da avaliação externa, principalmente nos aspectos cujos conceitos foram menores.

3.2. Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 01 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 03 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES - EIXO 2

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Vale do São Francisco, referente ao período entre 2015 e 2025, de acordo com a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, ainda está em fase de tramitação no CONUNI, sob o processo de nº 23402.001166/2014-20. Ainda de acordo com a Pró-Reitoria, o processo está aguardando uma proposta de nova versão e a aprovação e publicação do PDI está prevista para o ano recorrente. Tendo a validade do PDI 2009-2014 expirado, os tópicos do relatório que discorrem

aprofundadamente sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da Univasf foram prejudicados

A partir do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído em 2007 pelo Decreto Nº 6.096, a Universidade pôde ampliar o número de cursos ofertados, dando origem à criação de outros dois campi: Campus Ciências Agrárias (CCA), também em Petrolina, na zona rural da cidade; e Campus Senhor do Bonfim (BA). E em 2013, foi aprovada pelo Conselho Universitário (Conuni) a criação do Campus Paulo Afonso (BA), que oferta o segundo curso de Medicina da Univasf. Atualmente a Univasf oferta de 28 (vinte e oito) cursos de graduação presenciais e três na modalidade a distância. Na modalidade à distância (EaD), a política de fortalecimento e expansão tem se refletido, principalmente à partir de 2012, na crescente oferta de cursos e vagas, em diversos pólos educacionais.

Entre as pós-graduações, a Univasf vem gradativamente aumentando a oferta de vagas. Atualmente, após doze anos de implantação oferta as seguintes pós-graduações (*stricto sensu*): Programa de Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas, Programa de Mestrado em Educação Física, Programa de Mestrado em Recursos Naturais do Semiárido, Programa de Mestrado em Psicologia, Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Programa de Pós-graduação em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido, Programa de Mestrado em Agronomia - Produção Vegetal, Programa de Mestrado em Ciência Animal, Programa de Mestrado em Ciências Veterinárias do Semiárido, Programa de Mestrado em Ciência dos Materiais, Programa de Mestrado em Engenharia Agrícola, Programa de Mestrado em Ensino Profissional de Física (MNPEF), Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat), Programa de Mestrado Profissional em Extensão Rural.

Dentre as especializações (*lato sensu*): Especialização em Práticas Hospitalares em Cães e Gatos, Especialização em Gestão de Sistemas Agroindustriais, Programa de Residências Multiprofissionais/COREMU, Programa de Residências Médicas/COREME, Programa Nacional da Educação para a Reforma Agrária/PRONERA. Na modalidade à distância, no ano de 2016, foram ofertados os cursos de Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Pedagogia, e Licenciatura em Ciências Biológicas Especialização em Gestão Pública, Especialização em Gestão em Saúde, Especialização em Gestão Pública Municipal e Especialização em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias.

Vale ressaltar que, nos programas de pós-graduação interinstitucionais, estão matriculados docentes de diversos colegiados acadêmicos da Univasf. O incentivo a capacitação docente é um dos fatores que contribuem para o aumento gradativo do Índice de Qualificação Docente da Univasf.

Assim, a Univasf vem aumentando gradativamente a oferta de graduações e pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*, mantendo postura que preconiza a formação integral, para formar um profissional capacitado, tecnicamente, em condições de responder às demandas da sociedade, no que diz respeito aos campos de atuação profissional, que também revela em sua prática o compromisso com a cidadania.

Com relação ao atendimento aos jovens do semiárido brasileiro, através das políticas de ingresso na instituição, pode-se observar na Figura 3, assim como registrado nos relatórios da CPA/Univasf, que a quase totalidade dos inscritos nos processos seletivos para os cursos de graduação da Univasf, refere-se a estudantes da região Nordeste. Adicionalmente deve-se destacar que 91,95% dos candidatos aprovados no PS-ICG-2016 são provenientes da região Nordeste, com destaque para os Estados da BA (47,38%), PE (31,87%), PI (8,59%). Outros 4,56% são provenientes do Estado de São Paulo, responsável pelo quarto maior percentual de aprovação.

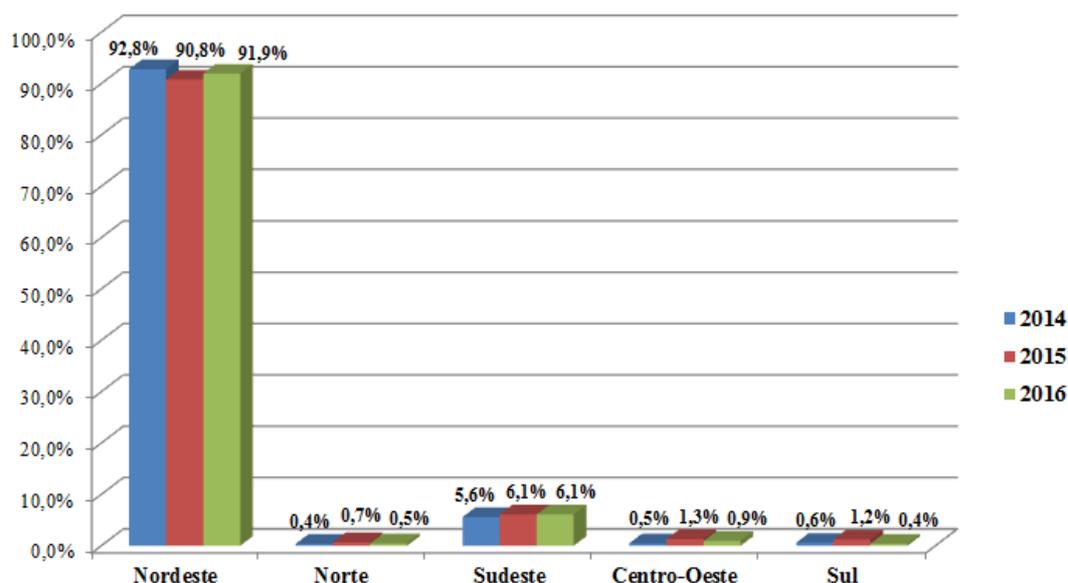


Figura 1 – Percentual de inscritos nos processos seletivos 2015 e 2016 para os cursos de graduação da Univasf por região. Fonte: BRASIL, 2017a.

3.2.1 Missão e Objetivos Institucionais

A missão da Univasf é “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária na região do semiárido brasileiro”. Dentre os objetivos específicos da instituição, de acordo com o Estatuto vigente, destacamos cinco para demonstrar a atuação da Universidade:

- 1) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito inovador, científico e pensamento reflexivo;

2) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

3) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

4) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

5) Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas, tecnológicas e inovadoras geradas na instituição.

3.2.2 A Área de Abrangência da Univasf

Atualmente a área de influência da Univasf no que respeita a todos os vetores de ação desta nova Instituição, isto é, o ensino, a pesquisa e a extensão é bastante ampla. Isso porque uma universidade do porte da Univasf está despontando na formação de estudantes dos mais diversos municípios do Nordeste e, também, do Brasil, além de envolver-se em pesquisas voltadas à realidade regional, cujos resultados se estendem por vários Estados do país, sendo realizadas atividades de interação comunitária.

Inicialmente, apenas do ponto de vista espacial, a localização da Univasf pode ser vista como ocupando um espaço estratégico, porquanto sua sede preenche um amplo espaço, antes necessitado, em termos da distribuição territorial das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior na Região Nordeste.

Com a implantação da Univasf, verificou-se uma redução da força de atração antes exercida pelas IES públicas situadas no arco litorâneo do Nordeste no que tange à população jovem do Polo Petrolina e Juazeiro em busca de uma qualificação profissional de nível superior, uma das grandes preocupações antes da implantação da Univasf.

Destarte, a Univasf tem sua área de abrangência estendida por toda a região do Semiárido Brasileiro, dividindo-se, até o momento, entre três Estados Brasileiros: Bahia, Pernambuco e Piauí.

Para a integração entre todos esses cursos instalados nos diversos *campi* da Univasf, faz-se necessária a adoção de procedimentos coesos, que possibilitem o tráfego contínuo de informações, dados e recursos humanos disponíveis, em suas mais diversas modalidades.

Nesse sentido, pode-se perceber que a Administração Superior, por meio da Reitoria tem adotado medidas que visam otimizar os recursos disponíveis, de modo a atender com eficiência, não apenas a comunidade acadêmica, mas toda a sociedade civil, no que tange à difusão de seus conhecimentos científicos.

Em relação às atividades de ensino à distância, em 2016, não houve oferta de vagas para os cursos de formação pedagógica, sendo oferecidas 180 vagas para o curso de Especialização em Educação, Contemporaneidade e Novas Tecnologias, 150 vagas para o curso de Especialização em Gestão Pública e , por sua vez, 150 vagas para o cursos de Especialização em Gestão em Saúde. Aqueles ingressantes dos cursos oferecidos na modalidade à distância são oriundos dos Pólos de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Campo Alegre de Lourdes (BA), Campo Formoso (BA), Capim Grosso (BA), Ilhéus (BA), Ipirá (BA), Irecê (BA), Ipirá (BA), Irecê (BA), Itaberaba (BA), Jaguarari (BA), Macaúbas (BA), Mundo Novo (BA), Paulo Afonso (BA), Pintadas (BA), Piritiba (BA), Remanso (BA), Afrânio (PE), Águas Belas (PE), Cabrobó (PE), Floresta (PE), Garanhuns (PE), Ouricuri (PE), Palmares (PE), Petrolina (PE), Salgueiro (PE), Sertânia (PE), Trindade (PE), Bom Jesus (PE), Picos (PI), São João do Piauí (PI), Teresina (PI).

3.2.3 Cursos de Graduação e de Pós-Graduação Existentes

Até o ano de 2005 a Univasf oferecia 11 cursos de graduação; em 2006, passou para 13; e, desde 2010, após adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), passou a oferecer vagas para 28 cursos de graduação, sendo 7 deles ministrados no *campus* de Petrolina (Administração, Psicologia, Medicina, Enfermagem, Educação Física - bacharelado, Educação Física - licenciatura e Ciências Farmacêuticas); 4 deles ministrados no *campus* de Ciências Agrárias (Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária e Zootecnia); 9 deles ministrados no *campus* de Juazeiro (Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia da Computação, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Ciências Sociais – bacharelado, Ciências Sociais – licenciatura e Artes Visuais); 4 deles ministrados no *campus* Serra da Capivara (Arqueologia e Preservação Patrimonial, Antropologia, Química e Ciências da Natureza); 3 cursos em Senhor do Bonfim (Ciências da Natureza, Ecologia e Geografia) e 1 curso em Paulo Afonso (Medicina) .

Além dos cursos de graduação, conforme já foi explicitado anteriormente, há a possibilidade de ingresso à instituição por meio de cursos de pós-graduação já citados anteriormente.

3.2.4 Políticas de Entrada na Instituição

Desde o ano 2004, a Universidade Federal do Vale do São Francisco lançou Processos Seletivos para o ingresso de alunos nos cursos de graduação por meio de vestibulares. O primeiro acesso foi realizado pela própria Univasf. Nos anos seguintes, houve uma parceria com a Comissão de Processos Seletivos e Treinamentos (COVEST) para realizar as seleções de candidatos. A partir de 2010, a Univasf aderiu ao Novo ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como forma de ingresso em fase única, de modo que a classificação dos candidatos passou a ser realizada exclusivamente pela nota obtida neste exame, utilizando-se o Sistema de Seleção Unificada (SiSU).

As Figuras 4, 5 e 6 a seguir apresentam a evolução das vagas ofertadas, do número de candidatos inscritos e da concorrência nos processos seletivos da Univasf, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016, elaboradas com base nos dados coletados no *site* da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico – SRCA (<http://www.srca.Univasf.edu.br/>)

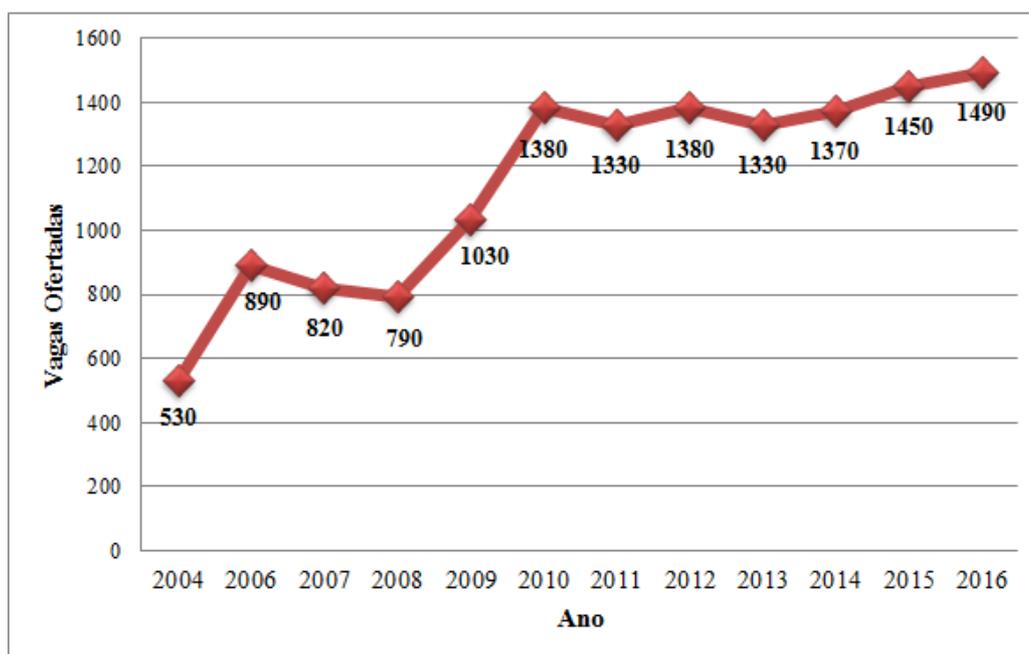


Figura 2 – Evolução das vagas ofertadas, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016 (BRASIL, 2017a).

No primeiro vestibular da Univasf, realizado em 2004, foram ofertadas 530 vagas disputadas por 11.789 candidatos (Figura 2); no processo seguinte, em 2006, a oferta de vagas cresceu 67,9% ao passo que a quantidade de candidatos inscritos reduziu em 46,4%. Conforme pode ser verificado na Figura 3, durante o período no qual a Universidade adotou o vestibular a quantidade de candidatos inscritos foi inferior a 10.000 em todos os processos seletivos, exceto no primeiro em 2004.

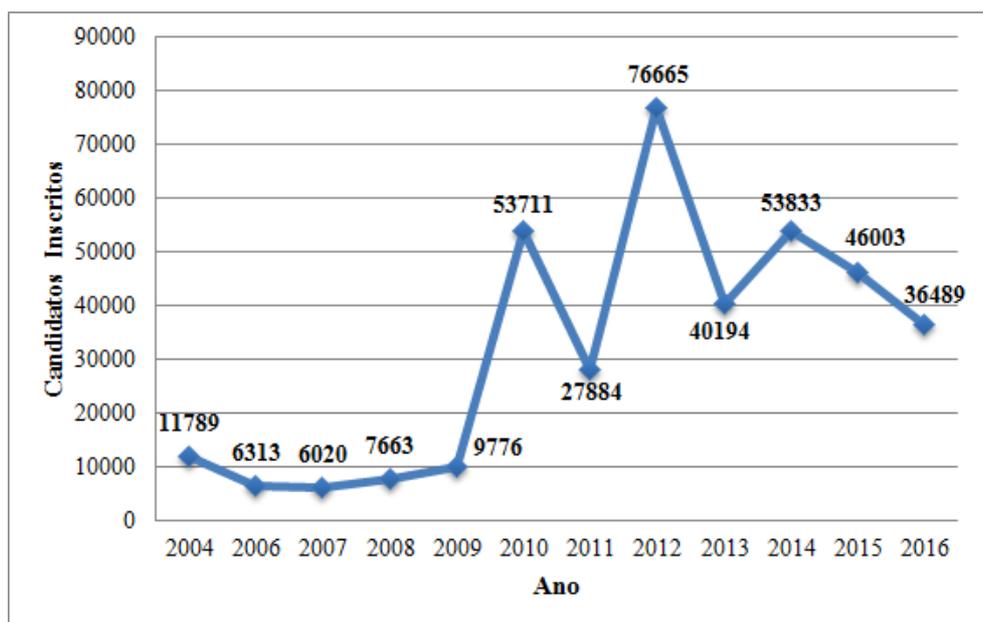


Figura 3 – Evolução do número de candidatos inscritos, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016.

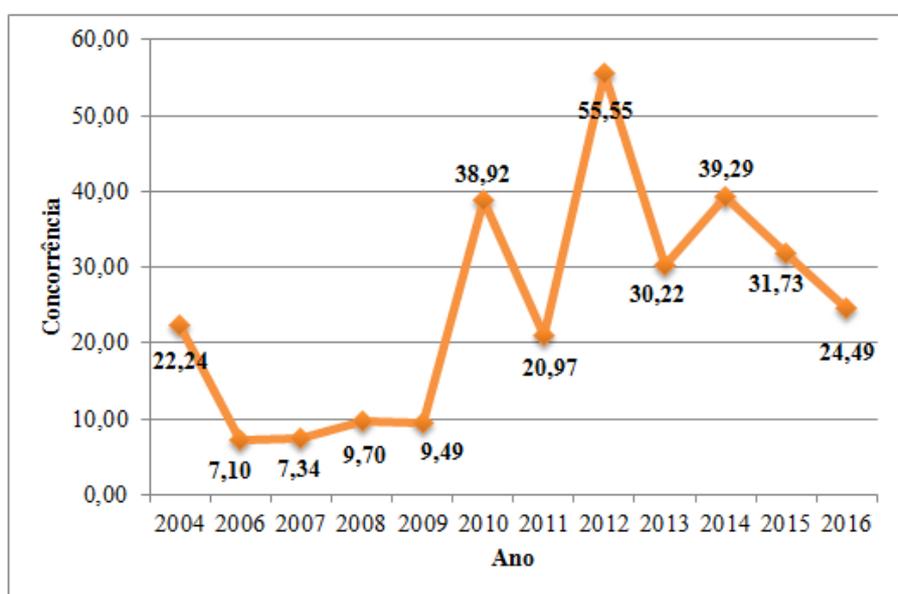


Figura 4 – Evolução da concorrência nos processos seletivos da Univasf, desde o primeiro Vestibular, em 2004, até o processo de seleção pelo SiSU para ingresso de alunos no ano 2016.

Com a adesão ao SiSU, em 2010, e a oferta de novos cursos, a Univasf ofertou 1.380 vagas naquele ano, para seus 23 cursos de graduação, com 53.711 concorrentes, resultando em uma concorrência geral de 38,92 candidatos/vaga (Figura 06), a maior registrada até aquela data. Em 2011, foram ofertadas 50 vagas a menos do que em 2010, assim como foi registrada uma menor quantidade de candidatos inscritos e também uma menor concorrência. A redução de vagas ocorreu para o curso de Ciências da Natureza (de 100 para 50 vagas), no *campus* de Senhor do Bonfim, devido à necessidade de aguardar a finalização das instalações previstas para o referido *campus*. Em

2012 a oferta foi normalizada, porém, em 2013, houve redução de 50 vagas (de 100 para 50 vagas) no curso de Medicina Veterinária, no *campus* de Ciências Agrárias. No relatório da CPA referente ao ano de 2013, foi informado quantitativo de vagas antes da aprovação do curso de medicina no *campus* de Paulo Afonso – BA (BRASIL, 2014a). Diante do exposto, vale ressaltar que desde o ano de 2011, considerando o crescente número de vagas ofertadas pela instituição, em 2016 foi registrada a menor concorrência dos últimos cinco anos (Figura 06). Devido dificuldades na logística das matrículas presenciais e na preparação do sistema *online* (SIG@) para a matrícula em disciplina, além da evasão de alunos que já estavam matriculados no primeiro processo seletivo e foram classificados no segundo processo, decidiu-se pela realização de um único processo seletivo no ano letivo de 2013. No ano de 2014, novamente houve dois processos seletivos, desta vez, devido oferta do novo curso de Medicina.

Além disso, a Univasf modificou a sua política afirmativa adotada desde 2010, a qual reservava 50% das vagas para os candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escolas públicas. Em 2013, passou a vigorar a adoção integral da reserva de vagas prevista na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, cujas cotas adotam critérios socioeconômicos e étnico-raciais. Outras informações sobre as modalidades de concorrência para ingresso na Univasf estão descritas no item 2.6.1.

A Tabela 6 contém a quantidade de inscritos, de vagas e a concorrência geral por vaga de cada curso nos processos seletivos ICG 2016.

Dentre os 36.489 inscritos no PS-ICG 2016, 91,98% são candidatos da região Nordeste (Figura 1), sendo a Bahia o Estado com maior número de inscrições (42,88%), seguida por Pernambuco 41,28%) e Piauí (3,72%). São Paulo foi o quarto Estado com maior número de inscritos (2,89%). Comparando com os dados gerais do ano anterior, observa-se que o percentual de inscritos do Nordeste manteve-se praticamente o mesmo.

Tabela 6 – Quantitativo de inscritos, de vagas e a concorrência por vaga, de cada curso, no processo seletivo referente ao ano de 2016 (Fonte: Site da Secretaria de Registro de Controle Acadêmico (SRCA), janeiro, 2017).

CAMPUS	CURSO	INSCRITOS	VAGAS	CONCORRÊNCIA
PETROLINA CENTRO	ADMINISTRAÇÃO	4100	100	41,00
	EDUCAÇÃO FÍSICA - BACH	1924	40	48,10
	EDUCAÇÃO FÍSICA - LIC	2187	40	54,68

	ENFERMAGEM	1362	40	34,05
	FARMÁCIA	1846	80	23,08
	MEDICINA - PNZ	3049	80	38,11
	PSICOLOGIA	2264	80	28,30
	SUBTOTAL	16732	460	36,37
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1390	80	17,38
	ENGENHARIA AGRONÔMICA	1286	80	16,08
	MEDICINA VETERINÁRIA	1197	50	23,94
	ZOOTECNIA	1449	50	28,98
	SUBTOTAL	5322	260	20,47
PAULO AFONSO	MEDICINA - PAF	2653	40	66,33
	SUBTOTAL	2653	40	66,33
JUAZEIRO	ARTES VISUAIS	931	40	23,28
	CIÊNCIAS SOCIAIS - BACH	1072	40	26,80
	CIÊNCIAS SOCIAIS - LIC	994	40	24,85
	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	739	50	14,78
	ENGENHARIA CIVIL	902	50	18,04
	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	583	50	11,66
	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	645	50	12,90
	ENGENHARIA ELÉTRICA	549	50	10,98
	ENGENHARIA MECÂNICA	534	50	10,68
	SUBTOTAL	6949	420	16,55
SENHOR DO BONFIM	CIÊNCIAS DA NATUREZA - SBF	1907	100	19,07
	ECOLOGIA	652	40	16,30
	GEOGRAFIA	764	40	19,10

	SUBTOTAL	3323	180	18,46
SERRA DA CAPIVARA	ANTROPOLOGIA	409	40	10,23
	ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	382	40	9,55
	CIÊNCIAS DA NATUREZA - SRN	719	50	14,38
	SUBTOTAL	1510	130	11,62
TOTAL GERAL		36489	1490	24,49

Nos anos de ingresso 2014 e 2015, respectivamente, 92,90% e 90,80% dos aprovados são do Nordeste, sendo observada um aumento percentual no ano de 2016 (91,95%). Dentre os Estados, Bahia (47,38%), Pernambuco (31,88%) e Piauí (8,59%) são os que mais aprovaram no PS-ICG 2016. Estes estados também foram os que tiveram maior aprovação nos anos de 2014 e 2015.

Do total de aprovados no ano de 2016 (PS-ICG 2016 e 2016.2), 1.173 (78,72%) são naturais das seis Mesorregiões nas quais a Univasf está localizada. Sendo que 52,60% destes são de cidades que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, que corresponde aos municípios de Lagoa Grande/PE, Orocó/PE, Petrolina/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE, Casa Nova/BA, Curaçá/BA, Juazeiro/BA e Sobradinho/BA, conforme especificado pelo Ministério da Integração Nacional. Desses ingressantes oriundos da nossa RIDE, 95,62% são de Petrolina e Juazeiro. .

Os únicos cursos em que os oriundos de outras Mesorregiões possuem os maiores valores são os de Medicina, pois são os que demandam candidatos em uma concorrência nacional. Além disso, é imprescindível considerar que, no curso de Medicina ofertado em Paulo Afonso, a sua oferta deu-se no Sisu 2º/2014 (Junho/2014), no qual historicamente há baixa oferta de vaga e, portanto, um aumento na procura, principalmente no caso desse curso. A Figura 05 contém o comparativo da ocupação de vagas nas Mesorregiões nas quais a Univasf está localizada e as outras Mesorregiões.

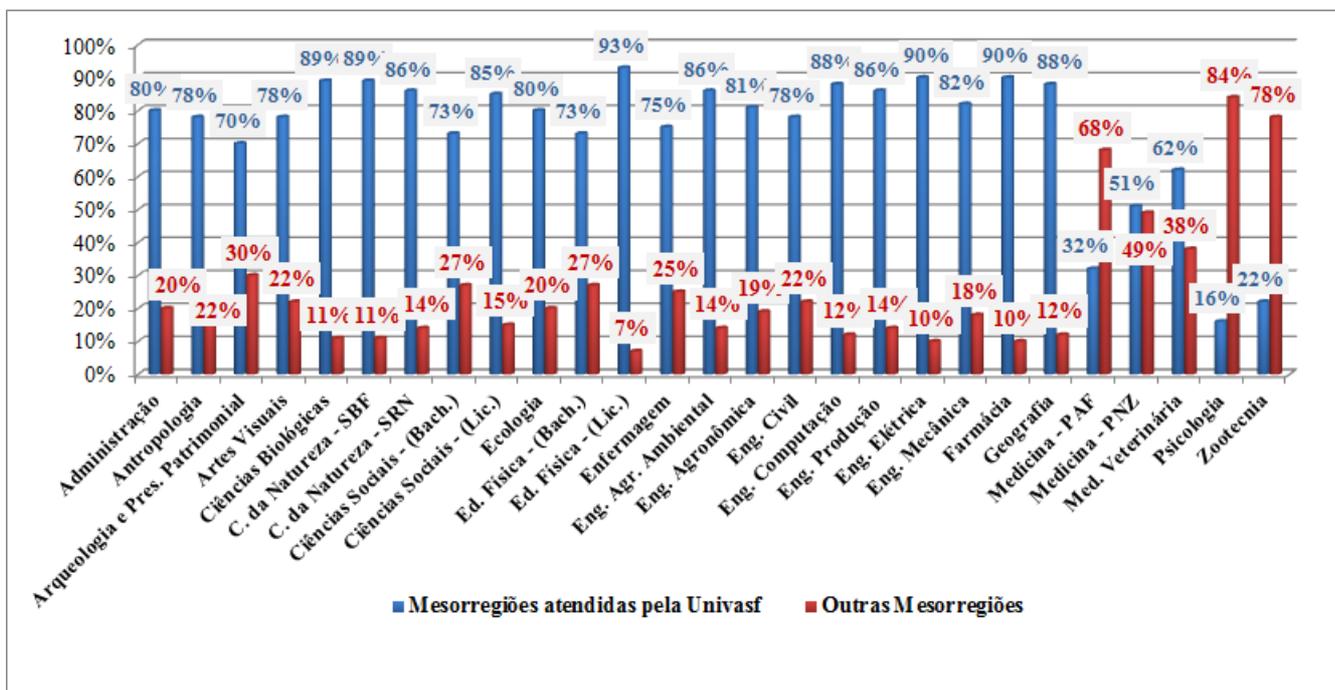


Figura 5 – Percentuais gerais de aprovados oriundos das Mesorregiões atendidas pela Univasf versus outras Mesorregiões (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

Para os cursos de graduação, na modalidade à distância, o ingresso é feito por meio de editais.

a) Políticas Afirmativas de Ingresso na Univasf

Com o advento da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 30 de agosto de 2012, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, publicado no DOU de 15 de outubro de 2012 e da Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 18, de 11 de outubro de 2012, publicada no DOU de 15 de outubro de 2012, as cotas com critérios étnico-raciais e socioeconômicos foram adotados na Univasf após aprovação no Conselho Universitário realizado em 23 de novembro de 2012.

De acordo com esta lei, as instituições federais de educação superior, vinculadas ao MEC, devem reservar, no mínimo, 50% das vagas ofertadas em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Deste percentual, metade das vagas é destinada para discentes com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo (o equivalente a R\$ 1.320,00) e o restante para qualquer renda. Desses dois grupos, também é reservada a soma do percentual de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado no qual o curso é ofertado.

De acordo com o Edital nº 49, de 28 de dezembro de 2012, publicado no DOU nº 1, de 02 de janeiro de 2013, seção 3, páginas 17-19, a distribuição de vagas na Univasf foi composta por cinco grupos de concorrência, sendo eles:

Política Afirmativa L1: vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas;

Política Afirmativa L2: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas;

Política Afirmativa L3: vagas reservadas para candidatos, que independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas;

Política Afirmativa L4: vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), que independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas;

Ampla concorrência: vagas destinadas aos estudantes que não se enquadrarem em nenhum dos grupos acima ou que não optarem pelas vagas reservadas.

Conforme determinado pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, as porcentagens de vagas destinadas a Pretos, Pardos e Indígenas serão determinadas como sendo iguais a no mínimo à proporção da população preta, parda e indígena da unidade da Federação onde está instalada a instituição, de acordo com os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). No caso da Univasf, que tem *campus* em mais de um estado, o percentual adotado por curso será definido de acordo com a proporção da população PPI do estado no qual funciona cada curso.

Os gráficos apresentados nas Figuras 07 e 08, adiante, contêm a quantidade de vagas e de inscritos, respectivamente, no processo seletivo 2016 da Univasf, de acordo com os grupos de concorrência adotados em conformidade com a Lei nº 12.711/2012.

Conforme pode ser observado, dentre os grupos de vagas reservadas aos cotistas, houve maior quantidade de inscritos no grupo Política Afirmativa L2, para autodeclarados com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Do total de 745 vagas reservadas aos cotistas no PS-ICG 2016 da Univasf, 36,78% foram destinadas aos candidatos enquadrados neste grupo de política afirmativa, que representou 18,38% da quantidade total de inscrições de candidatos no processo seletivo.

Para mensurar a amplitude específica das cotas étnico-raciais, das socioeconômicas e dos ingressantes pelas ações afirmativas em geral, destaca-se que:

- 36,78% das vagas reservadas aos cotistas disponibilizadas pela Univasf foram reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (2743 vagas) ou independente da renda, cujo percentual é de 36,38% (271 vagas).

- 13,83% das vagas disponibilizadas pela Univasf foram reservadas para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (103 vagas) ou independente da renda (97 vagas).

Dessa forma, fez-se cumprir a reserva de 50% das vagas para os ingressantes pelas ações afirmativas em geral. A Tabela 7 contém a quantidade de inscritos por curso e por modalidade de concorrência.

Tabela 7 – Inscritos por curso e por modalidade de concorrência.

Curso	Ampla			Política Afirmativa - Cotas Sócio-Étnico-Raciais											
	Concorrência			L1			L2			L3			L4		
	Insc.	Vagas	Conc.	Insc.	Vagas	Conc.	Insc.	Vagas	Conc.	Insc.	Vagas	Conc.	Insc.	Vagas	Conc.
Administração	1893	50	37,86	381	9	42,33	1069	16	66,81	272	9	30,22	485	16	30,31
Antropologia	167	20	8,35	22	2	11,00	86	8	10,75	22	2	11,00	112	8	14,00
Arqueologia e Pres. Patrimonial	198	20	9,90	11	2	5,50	88	8	11,00	20	2	10,00	65	8	8,13
Artes Visuais	389	20	19,45	65	2	32,50	297	8	37,13	24	2	12,00	156	8	19,50
Ciências Biológicas	635	40	15,88	112	7	16,00	291	13	22,38	88	7	12,57	264	13	20,31
Ciências da Natureza – SBF	848	50	16,96	98	5	19,60	585	20	29,25	113	5	22,60	263	20	13,15
Ciências da Natureza – SRN	357	25	14,28	42	3	14,00	165	10	16,50	44	3	14,67	111	9	12,33
Ciências Farmacêuticas	798	40	19,95	181	7	25,86	513	13	39,46	96	7	13,71	258	13	19,85
Ciências Sociais (Lic)	470	20	23,50	56	2	28,00	234	8	29,25	63	2	31,50	171	8	21,38
Ciências Sociais (Bach)	561	20	28,05	47	2	23,50	255	8	31,88	42	2	21,00	167	8	20,88
Ecologia	288	20	14,40	36	2	18,00	171	8	21,38	30	2	15,00	127	8	15,88
Educação Física (Lic)	960	20	48,00	114	3	38,00	540	7	77,14	112	3	37,33	198	7	28,29
Educação Física (Bach)	1011	20	50,55	161	3	53,67	711	7	101,57	110	3	36,67	194	7	27,71

Enfermagem	605	20	30,25	153	3	51,00	359	7	51,29	68	3	22,67	177	7	25,29
Eng. Agrícola e Ambiental	310	25	12,40	50	3	16,67	198	10	19,89	14	2	7,00	167	10	16,70
Engenharia Agrônômica	634	40	15,85	101	7	14,43	345	13	26,45	62	7	8,86	144	13	11,08
Engenharia Civil	454	25	18,16	43	3	14,33	243	10	24,30	32	2	16,00	130	10	13,00
Engenharia de Computação	292	25	11,68	26	3	8,67	139	10	13,90	38	2	19,00	88	10	8,80
Engenharia de Produção	282	25	11,28	61	3	20,33	159	10	15,90	13	2	6,50	130	10	13,00
Engenharia Elétrica	292	25	11,68	17	3	5,67	91	10	9,10	36	2	18,00	113	10	11,30
Engenharia Mecânica	259	25	10,36	30	3	10,00	144	10	14,40	18	2	9,00	83	10	8,30
Geografia	344	20	17,20	70	2	35,00	214	8	26,75	20	2	10,00	116	8	14,50
Medicina PAF	1614	20	80,70	72	2	36,00	507	8	63,38	237	2	118,50	223	8	27,88
Medicina PNZ	1833	40	45,83	246	7	35,14	510	13	39,23	174	7	24,86	286	13	22,00
Medicina Veterinária	627	25	25,08	99	4	24,75	256	9	28,44	64	4	16,00	151	8	18,88
Psicologia	1041	40	26,05	318	7	45,43	522	13	40,15	142	7	20,29	241	13	18,54
Zootecnia	687	25	27,48	126	4	31,50	342	9	38,00	74	4	18,50	220	8	27,50
TOTAL	17849	745	23,96	2738	103	26,58	9034	274	32,97	2028	97	20,91	4840	271	17,86

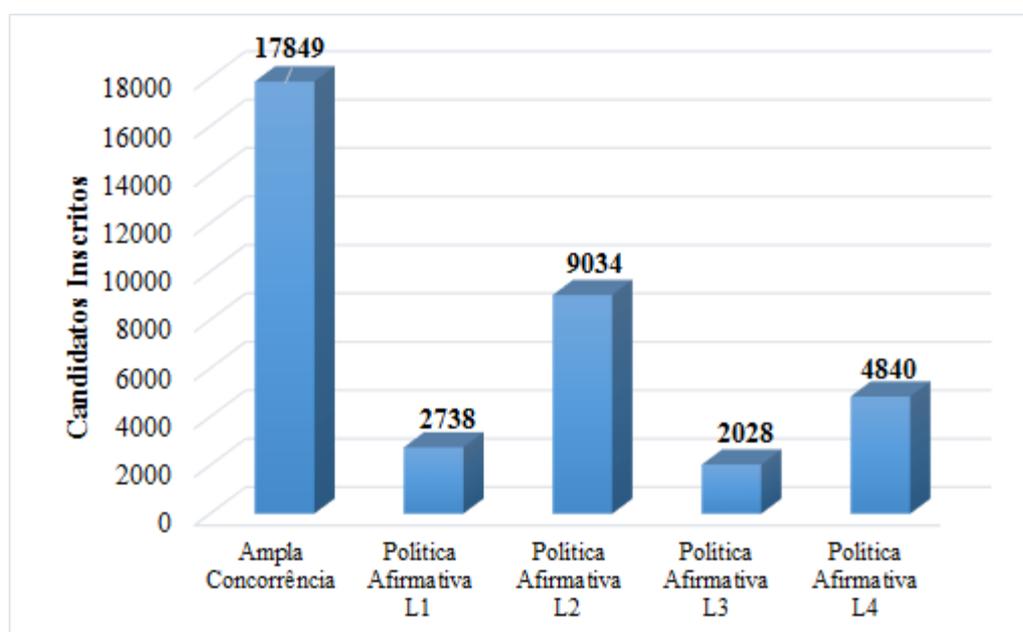


Figura 6 – Gráfico comparativo da quantidade de candidatos inscritos no PS-ICG 2016 da Univasf de acordo com os grupos de concorrência (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

O gráfico da Figura 6 contém a concorrência média no PS-ICG 2016 e no PS-ICG 2015 da

Univasf para cada um dos cinco grupos de concorrência. Nele, é possível observar que a maior concorrência se deu no grupo de vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, com renda familiar *per capita* inferior a 1,5 salários mínimos que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas (Política Afirmativa L2), sendo maior inclusive que a concorrência total da Univasf, que registrou 24,49 candidatos por vaga neste processo seletivo. Em comparação ao ano de 2015, salienta-se a queda nos valores da concorrência média do Processo Seletivo em 2016. Considerando o aumento na oferta de vagas, a redução na concorrência associa-se ao menor número de inscritos.

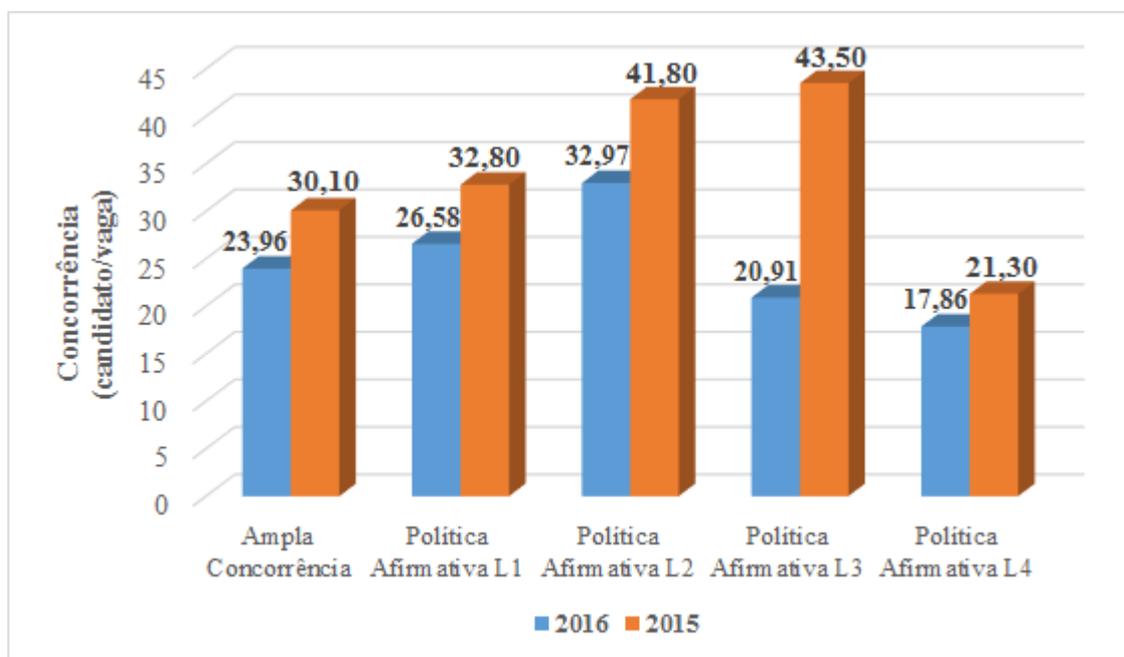


Figura 7 – Gráfico comparativo da concorrência no PS-ICG 2016 e 2015 da Univasf de acordo com as modalidades de concorrência, conforme a Lei nº 12.711/2012 (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

O grupo Política Afirmativa L2 apresentou a menor média das notas do PS-ICG 2016 da Univasf (596,93 pontos). Enquanto que o grupo de estudantes que optaram pela modalidade da Ampla Concorrência obteve a maior média das notas (631,26 pontos), conforme descrito na Figura 8.

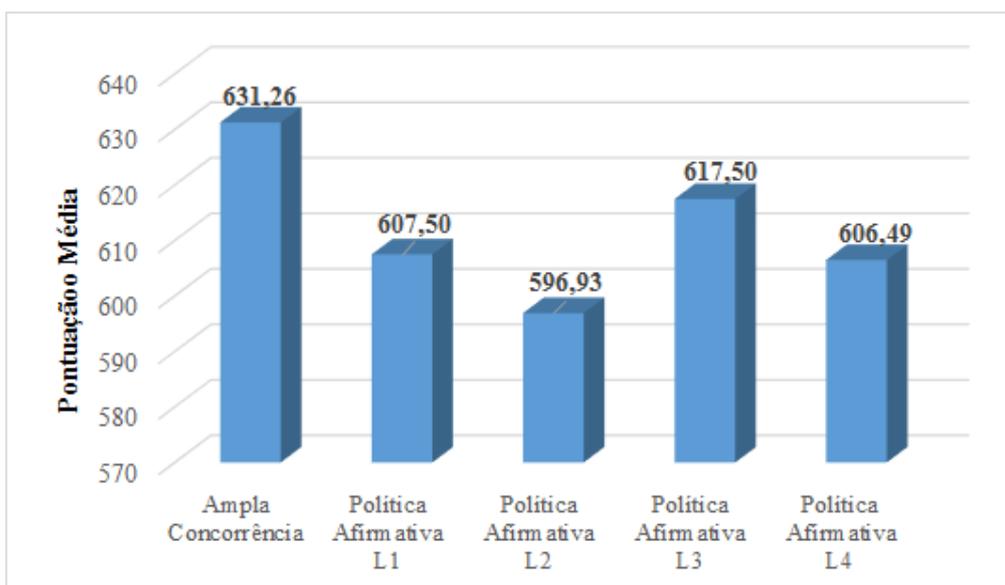


Figura 8 – Gráfico comparativo da nota média no PS-ICG 2016 da Univasf de acordo com as modalidades de concorrência, conforme a Lei nº 12.711/2012 (FONTE: Secretaria de Registro e Controle Acadêmico/Univasf, fevereiro, 2017).

b) Ingresso Extravestibular

O ingresso extravestibular visa à ocupação de vagas ociosas no âmbito dos cursos de graduação existentes na instituição. Para o ingresso extravestibular, o candidato pode propor-se a prestar provas específicas como portador de diploma, para aqueles que já possuem formação de nível superior ou, ainda, realizando transferência interinstitucional ou de curso similar com aproveitamento de disciplinas. Caso o estudante já faça parte do quadro discente da Univasf, pode, também, optar por se submeter às provas seletivas para transferência interna.

c) Mobilidade Estudantil

Entende-se por mobilidade acadêmica a possibilidade efetiva de discentes de graduação cursarem componentes curriculares em outra instituição. O Programa Andifes de Mobilidade Estudantil regula a relação de reciprocidade entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no que se refere à mobilidade de discentes de graduação, a fim de fomentar a mútua cooperação técnico-científica entre as mesmas.

O Programa Andifes de Mobilidade Estudantil foi firmado entre as IFES do Brasil por meio do Ofício Circular SE/Andifes nº 033/2003 de 04 de abril de 2003. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2012), 58 Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo a Univasf, participam do Programa Andifes de Mobilidade Estudantil.

De acordo com a Resolução nº 07/2008 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Vale do São Francisco (CONUNI/Univasf), somente alunos regularmente matriculados em cursos de graduação pelas IFES brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano ou 1º e 2º semestres do curso na Instituição de origem (Remetente), e que apresentem, no máximo, uma reprovação em cada período letivo, poderão participar desse programa.

Esta resolução ainda dispõe que o registro do estudante de Convênio/Andifes deverá ser feito pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sendo que o aluno terá vínculo acadêmico temporário com a Univasf e este não poderá ultrapassar dois semestres letivos, consecutivos ou não. Além disso, garante a esse estudante o direito de acessar o acervo da Biblioteca e demais dependências da Instituição.

d) Disciplinas Isoladas – Aluno Especial

Segundo o Manual do Estudante 2010 da Univasf, estudantes de curso de graduação regularmente matriculados em outra Instituição de Ensino Superior podem solicitar matrícula especial em disciplinas isoladas, com a finalidade de complementar os estudos, desde que exista vaga na disciplina desejada e que atenda às normas acadêmicas da Univasf.

Para tanto, o discente deve se dirigir ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do *campus* do curso que ministra a disciplina pretendida, preencher requerimento dirigido ao Colegiado e anexar histórico escolar original e declaração de matrícula. Essa solicitação deve ser feita depois do período de matrícula dos veteranos, pré-estabelecida no Calendário Acadêmico, para análise do Colegiado Acadêmico do respectivo curso. Caso seja deferido o pedido e haja a vaga, a matrícula é efetivada pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico (SRCA).

e) Políticas de Entrada para os Cursos de Pós-Graduação

A forma de ingresso aos cursos de mestrado conta com inscrição prévia, seleção por meio de entrevista, prova específica e prova de proficiência em língua inglesa.

Já para os cursos de especialização, existe a preferência pela capacitação dos servidores da própria Instituição. O candidato deve promover sua inscrição junto ao órgão competente na Instituição, ou seja, na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPGI), realizar prova eliminatória, passar por entrevista e submeter seu Currículo Lattes para apreciação.

Para os Cursos de Pós-Graduação, na modalidade à distância, o ingresso é feito por meio de editais.

3.2.5 Avaliação das Metas Institucionais

Ao contatar a Administração Superior da Univasf em ao PDI, informou-se que o mesmo está em tramitação no CONUNI, pelo processo de nº: 23402.001166/2014-20, aguardando proposta de nova versão e que o PDI anterior está fora de vigor.

3.2.6 Responsabilidade Social da Instituição

A Univasf é uma Instituição que desenvolve indissociavelmente ensino, pesquisa e extensão em múltiplas áreas de conhecimento e nos diversos campos das atividades humanas, ressaltando as diferenças culturais que lhe são peculiares, tem os seguintes princípios e conceitos básicos:

1. **Responsabilidade Social e Pública:** orientada pelos valores básicos da humanidade como democracia, justiça, solidariedade e respeito à diversidade, deve a Univasf formar cidadãos com elevada competência profissional, científica e ética, capazes de tomar iniciativas e contribuir para o desenvolvimento social da região;

2. **Pertinência:** comprometida com a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscar atender às necessidades da população, cooperando com as demais instâncias públicas nos projetos de maior interesse da sociedade no que diz respeito ao mundo do trabalho e ao desenvolvimento educacional e cultural;

3. **Relevância Científica, Artística e Social:** por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e das diferentes manifestações artísticas, a Univasf deverá se comprometer a produzir e difundir conhecimentos relevantes tanto para o desenvolvimento da ciência como da sociedade através do conhecimento universalmente científico, socialmente relevante e localmente pertinente, fomentando as culturas locais e impulsionando o desenvolvimento sustentável;

4. **Justiça e Equidade:** os processos formativos praticados pela Univasf deverão ter como finalidades a construção de uma sociedade livre e solidária, facilitando o acesso à educação para grupos desfavorecidos;

5. **Inovação:** as transformações da vida contemporânea requerem uma revisão dos currículos escolares, tanto na forma quanto nos conteúdos, exigindo dos cursos uma nova relação com o conhecimento. Nessa perspectiva, a Univasf deve desenvolver a capacidade de contínua inovação diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a capacidade para compreender as novas demandas do mercado e as necessidades fundamentais da sociedade, priorizando aquelas que tenham maior relevância social, aumentando a interatividade com o mundo do trabalho e

intensificando estágios e outras experiências práticas em situações concretas;

6. Internacionalidade e Interatividade: manter colaboração permanente com outras instituições nacionais e internacionais e institutos de pesquisa, de ensino e de extensão em projetos de interesse comum, conciliando, sempre que possível, o caráter universal da ciência e dos valores fundamentais da humanidade com as características e necessidades locais ou regionais.

Responsabilidade Social deve ser entendida como atuação orientada e comprometida para valorização do que é diretamente importante para a sociedade. A atuação orientada implica políticas e objetivos, o comprometimento implica inclusão na missão institucional, o que requer gestão com visão holística e interdisciplinar e orientação multicêntrica, englobando os diversos atores que interagem com a Instituição.

A universidade, enquanto promotora de novos conhecimentos, deve estar comprometida com a cientificidade cidadã que reflita as necessidades contemporâneas, posicionando-se pela dignidade e valorização da pessoa humana, com vistas à transformação social. Nessa perspectiva, constituem objetivos da política de Responsabilidade Social na Univasf:

a) Reestruturar a sua convivência com a comunidade, considerando os impactos administrativos, financeiros e socioculturais desse processo;

b) Comprometer a comunidade acadêmica com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável;

c) Implementar a melhoria contínua dos programas, projetos, ações e atividades em desenvolvimento no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão;

d) Definir e adequar as bases da sua política à legislação em vigor;

e) Estruturar metodologicamente o processo de implementação e execução de metas de responsabilidade social na Instituição;

f) Definir procedimentos relacionados à documentação do processo de implementação da política de responsabilidade social institucional;

g) Instituir mecanismos organizacionais que oportunizem o conhecimento e a possibilidade de inserção em atividades de todos os setores e unidades, bem como à comunidade externa;

h) Construir um sistema de monitoramento e avaliação da política de responsabilidade social descentralizado e integrado, objetivando reconhecer o alcance das ações e a possibilidade de novas respostas às necessidades sociais, econômicas e ambientais, em conformidade com a legislação em vigor;

i) Definir regras que possibilitem a transparência das ações vinculadas à implementação dessa política na Instituição;

j) Elaborar estratégias que oportunizem à Instituição, como um todo, conhecer, planejar e executar as suas ações constitutivas.

Ao cumprir tais objetivos, a Univasf estimula a inovação e a criatividade frente aos dilemas e desafios socioeconômicos das camadas mais fragilizadas da sociedade através de programas, projetos e parcerias com organizações públicas e privadas, numa ação consciente do seu papel enquanto agente de transformação que prioriza a justiça social, dando um retorno visível às populações e colocando o conhecimento a serviço do bem comum. Sua institucionalização implica no trabalho de análise de indicadores sociais internos e externos, considerados como indicativos das ações a serem desenvolvidas nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, priorizando as áreas:

- 1) Compromisso com ações de inclusão social e promoção da cidadania;
- 2) Defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região de sua inserção;
- 3) Compromisso com ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável;
- 4) Defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A política de responsabilidade social na Univasf está constituída a partir do conceito de universidade pública cuja identidade se caracteriza pelo compromisso histórico do fortalecimento da dimensão social e ética do fazer universitário, isto é, da produção, sistematização e difusão do conhecimento e fundamenta-se nos seguintes princípios:

1) Implementação geral da política de responsabilidade social no âmbito das dimensões constitutivas da formação profissional, ensino, pesquisa e extensão, como também nas práticas de gestão administrativa;

2) Definição e implementação de ações de caráter integrador, onde a inclusão social e a promoção da cidadania sejam parâmetros balizadores das atividades acadêmicas;

3) Fortalecimento dos programas e projetos relacionados à defesa do meio ambiente, especialmente no âmbito da região e de sua inserção;

4) Ampliação e aprofundamento da compreensão dos dados da realidade local e regional, visando à composição de indicadores sociais quantitativos e qualitativos que subsidiem o planejamento e a implementação de ações prioritárias de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social;

5) Aperfeiçoamento dos programas e projetos voltados à defesa da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

6) Fortalecimento e estreitamento das relações com os governos municipal, estadual e federal e com a sociedade civil, representada pelas instituições privadas, não governamentais e a comunidade em geral, no sentido de garantir parcerias interinstitucionais que objetivem a

implementação de ações vinculadas à política de responsabilidade social da Instituição em consonância com as demais políticas públicas e sociais.

O processo de consolidação da política de responsabilidade social na Univasf terá como elemento básico o estabelecimento e o aperfeiçoamento do vínculo com a comunidade e suas perspectivas de desenvolvimento social, econômico e ambiental, devendo ocorrer em todos os níveis e instâncias da Instituição e envolvendo gestores, professores, alunos e técnicos administrativos.

A dimensão ética da educação adquire um novo valor quando concilia a competição que estimula, a cooperação que partilha e a solidariedade que une, criando para os estudantes um ambiente de aprendizagem contínua que os capacite a seguir aprendendo ao longo de toda a vida e a permanecerem receptivos a mudanças conceituais, científicas e tecnológicas que vão surgindo ao longo do tempo. A responsabilidade social da universidade passa justamente por esse entendimento.

A responsabilidade social coloca, portanto, a educação superior diante do desafio de refletir criticamente sobre suas atividades de ensino e de pesquisa, bem como sobre suas práticas culturais à luz do sentido social. Mulheres e homens contemporâneos estão desafiados a conviverem com as diferenças, mediante o permanente exercício do diálogo e da tolerância. Essa nova situação modifica profundamente o horizonte da universidade a qual se vê confrontada com a necessidade de repensar criticamente seus ideais modernos a partir de um novo leque de temas e preocupações de grande urgência para a humanidade em geral e para cada indivíduo em particular como a paz, o meio ambiente, a interculturalidade, a transdisciplinaridade, o desenvolvimento sustentável.

No contexto da crise gerada pelos desequilíbrios ambientais e pelas desigualdades sociais vêm à tona também a insuficiência e a incongruência dos paradigmas científicos tradicionais, com suas formas simplificadoras, disciplinárias e fragmentadas de conhecer. A ideologia do desenvolvimento, focada exclusivamente no econômico, ameaça provocar um colapso social e ecológico da civilização humana. Os sintomas de esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predador e socialmente injusto já são bastante conhecidos. Importa agora descobrir, reconhecer e corrigir suas causas e isso representa uma alteração radical da visão de mundo, da relação do homem com a natureza e com a vida.

É preciso devolver ao humano sua centralidade, não permitindo que o conformismo científico elimine a consciência e a política, aqui entendida no sentido originário, referente a *polis*, ao lugar onde se vive, onde se cultiva as tradições, onde se coabita com os outros, onde se faz a própria história, se constrói a identidade. A ciência não pode tornar-se uma esfera autônoma que assume decisões sobre a vida e o destino de mulheres e homens do mundo à revelia de qualquer

debate no âmbito da esfera política.

O relacionamento, que implica responsabilidade e compromisso das Instituições Universitárias com a sociedade somente se efetiva por meio da produção e transmissão do saber, já que esta é a essência da Universidade. A sua legitimidade tende a ficar comprometida se não houver uma significativa inclusão dos segmentos que até então estiveram longe do ensino superior, assegurando, a eles, a mesma formação que sempre esteve voltada aos grupos de melhor renda.

A Instituição é socialmente responsável quando vai além da obrigação de respeitar as leis, pagar impostos e observar as condições adequadas de segurança e saúde para os trabalhadores, e faz isso por acreditar que assim será uma organização melhor e estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

a) Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva (CPEI)

O texto relativo à CPEI foi elaborado por sua equipe, a partir das ações desenvolvidas no âmbito da Educação Inclusiva na Univasf (COORDENADORA CPEI, 2014).

Desde 2008, através do Edital: Incluir a Univasf, a instituição está inserida na proposta de inclusão de alunos com deficiência na universidade.

Através de verba federal foram novamente oferecidos cursos de LIBRAS e Braille no ano de 2013.

Desde novembro de 2012 foi criada a Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva, em substituição ao Núcleo “Univasf e Diversidade”, com o objetivo principal de fomentar práticas e ações de inclusão de alunos com deficiência.

Dentre as atribuições da Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva, conforme descrito no site institucional da PROEN (<http://www.proen.Univasf.edu.br/index.php/educacao-inclusiva/>), destacam-se:

- Coordenar e supervisionar as ações do Núcleo de Educação Inclusiva da Univasf;
- Planejar e executar os recursos financeiros destinados pelo Ministério da Educação e outros órgãos para promoção de ações que fomentem a inclusão de pessoas com deficiência na Univasf;
- Oferecer apoio didático-pedagógico a discentes com necessidades educacionais especiais;
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino, ONGs, comunidade local e os setores público e privado, para promoção de ações de inclusão e acessibilidade;
- Oferecer suporte técnico-científico a docentes e técnicos da Univasf, no que tange ao tema inclusão e acessibilidade;

- Fiscalizar o cumprimento das exigências legais referentes às políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito da Univasf;
- Estimular o debate, a pesquisa e a extensão sobre o tema da inclusão social de pessoas com deficiência;
- Atuar na inserção da temática da inclusão de pessoas com deficiência nos cursos de graduação da Univasf, promovendo ações que formem profissionais para lidarem com pessoas, sejam elas com ou sem deficiência;
- Fomentar a formação inicial e continuada de docentes e técnicos da Univasf para atuar com a diversidade humana.

Equipe da CPEI:

Profa. Dra. Karla Daniele de Sá Maciel Luz – Coordenadora

Josenice B. Gonçalves – Téc. em Assuntos Educacionais

Maria de Fátima Paixão Feitosa – Assistente Administrativo

Getro Barbosa dos Reis – Intérprete de Libras

Eric Nascimento de Oliveira – Intérprete de Libras

Danielle Azevedo – Estagiária

Ações realizadas:

- Projeto Sentindo na Pele – ação em que os participantes são convidados a experimentarem cadeiras de rodas, muletas, vendas e bengalas; após deixam registrado o relato de como se sentiram.
- Evento Saúde em LIBRAS – evento voltado para profissionais de saúde objetivando discutir o atendimento em saúde a pessoa surda diante de sua especificidade linguística.
- Curso Inclusão e Acessibilidade – curso integrado ao programa de capacitação da SGP voltado para servidores da Univasf.
- Projeto de Extensão – “Inclusão começa em mim!– Práticas em Educação Inclusiva e Acessibilidade na Escola Adelina Almeida em Petrolina”. Projeto que objetiva a remoção das barreiras atitudinais na comunidade escolar.

b) Diretoria de Arte, Cultura e Ações Comunitárias (DACC)

Vinculada à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco foi instituída em fevereiro de 2012 a Diretoria de Arte, Cultura e Ações Comunitárias (DACC), com o

objetivo de fomentar as diferentes expressões artísticas e culturais da região, promovendo o diálogo entre universidade e comunidade. Dando continuidade ao trabalho iniciado pela Assessoria de Cultura (ASCULT) em maio de 2010, a DACC reconhece a necessidade de se aproximar o universo acadêmico dos anseios comuns, refletindo-se numa “comuniversidade”. Através da congregação de talentos, ideias e ações são definidas suas atividades. As informações descritas em todo este item foram obtidas a partir do *site* institucional desta diretoria: <http://www.dacc.Univasf.edu.br>. A seguir são descritas atividades e projetos desta diretoria durante o ano de 2014:

1) O projeto “Ensaio Musicais” desenvolvido pela DACC, em sua segunda edição, homenageia os mestres Dominginhos, Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro. A programação contou com a participação de 11 artistas locais: Monzitti Bauman, Wesley Heimard, Dalmo Funchal, Rennan Mendes, Jarana Coelho, Camila Araújo, Marcos Luan, Edu Rocha, Cássia Queiroz, Keu Dantas e Ingrid Torres que fizeram uma releitura de importantes momentos e manifestações da música nordestina. A apresentação deste projeto ocorreu entre os dias 29 e 31 de outubro de 2014 no Complexo Multieventos, Campus Juazeiro.

2) Durante os dias 13 e 14 de setembro de 2014, no Auditório Multieventos da Univasf no campus de Juazeiro, ocorreu o I ValePOP: Festival de Cultura Pop do Vale, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e com a DACC. Em sua segunda edição, o festival contou com a participação de mais de duas mil pessoas que usufruíram das atrações oferecidas pelo evento: exposição de Papercrafts, filmes (nas salas do Cine-POP) e Doramas (séries de televisão japonesas), o segundo concurso de Cosplays, Dança POP e Games, torneio de Dagorhir e League of Legends, Role-Playing Games, Card Games, Quest, Maid Café, Mesa Redonda sobre HQs e Cultura Popular, além de convidados como Edésio Cesar (guitarrista, violonista, arranjador e produtor musical pernambucano que se apresentou tocando músicas do cenário POP) e Márcio Simões (ator, dublador e diretor de dublagem conhecido por dar voz a personagens famosos em filmes e séries do universo POP como Samuel L.

3) No dia 14 de agosto ocorreu o III Seminário: As Culturas do Vale São Francisco – O Som do São Francisco, no auditório da biblioteca da Univasf campus Petrolina. O seminário contou com a participação de vários cantores, compositores e intérpretes da música do Vale, de distintos estilos, em busca da promoção de discussões sobre a diversidade artística da produção musical da região. Unindo, através de mesas redondas, artistas como: Bebela, Mavial Melo, Dalmo Funchal, Euri Mania, Armando (da Banda Sanitário Sexy) e Mauriçola. A finalização do evento foi feita com a apresentação do Une-Versos Artísticos, projeto que reúne poesia e música.

4) Durante os dias 18 e 19 de julho, ocorreu o Encontro Semestral de Capoeira que faz parte do Projeto de Capoeira da Univasf. Em sua segunda edição a temática escolhida foi: “O diálogo dos grupos da região”, contando com a participação dos grupos atuantes e antigos mestres de capoeira. O evento contou com a colaboração dos professores Bruno Lacerda, Cláudio Roberto Almeida e Paula Galvão da Univasf, do Marcos Paulo (Gibor), que realiza e coordena os treinos e o projeto, além dos professores e capoeiristas Rasta, Kleiton e Dobrado.

5) A Exposição Mirada Enredadas, com coordenação da Prof^a Fabiane Pianowski do Colegiado de Artes Visuais da Univasf, realizou sua segunda edição entre os dias 06 e 27 de julho, no Hall da Reitoria da Univasf. Evento que faz parte do projeto Exposições EnREDadas sob coordenação da Prof^a Angeles Saura, da Universidade Autônoma de Madrid. De caráter coletivo, internacional e itinerante, a exposição recebeu 64 trabalhos de artistas/educadores da Argentina, Colômbia, Equador, Espanha, Itália, México, Portugal, Rússia e Uruguai, além do Brasil. As obras foram exibidas em duas formas: 28 impressas em papel no tamanho A3 e as demais em formato digital.

6) Entre os dias 02 e 11 de maio, a DACC participou com um stand pela terceira vez da Feira Internacional de Artesanato e Decoração de Petrolina – FEINCARTES. Contou com a participação de artesãos das cidades de Juazeiro e Petrolina, além de estudantes, professores e técnicos da universidade. Expôs trabalhos dos estudantes do Colégio São Bento, que atende internos da Penitenciária Doutor Edvaldo Gomes que atraíram os visitantes até a feira, a pesar de não estarem a venda.

7) O projeto A Todo Vapor III coordenado, pelo músico e estudante de Zootecnia, Marcelo Novaes, ocorreu na noite do dia 02 de novembro. O evento contou com a participação da Banda Delta do Velho Chico, que também tem um estudante de Ciências Sociais na banda, o Edu Rocha e como convidado externo o músico Igor Gnomon da cidade de Paulo Afonso, Bahia.

c) Atividades relacionadas ao meio ambiente

Dentre os vários projetos individuais voltados para a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, tanto de docentes quanto de técnicos administrativos, podem ser destacados 02 deles, os quais se tratam de programas institucionalizados e multiprofissionais: Centro de Referência e Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga (Crad/Univasf-Caatinga) e o Centro de Conservação e Manejo de Fauna (CEMAFAUNA-Caatinga). Estes dois maiores projetos em execução na Univasf serão mais detalhados em tópico a seguir.

Existem ainda projetos de pesquisa que promovem ou destacam o desenvolvimento de tecnologias limpas, destacando a necessidade e procedimentos para redução, reutilização e

reciclagem. É perspectiva desta comissão identificar, anualmente, todos os projetos de pesquisa e de extensão nesta temática.

Deve-se destacar que após apresentações do relatório da CPA continuam em prática ações voltadas para conscientização e sustentabilidade ambiental na Univasf, como entrega de canecas para servidores e realização de dinâmica, sob a responsabilidade da PROPLADI, no *campus* sede através da aplicação de questionários utilizando ferramentas ilustrativas/imagens.

Centro de Referência e Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga (CRAD/Univasf-Caatinga)

O Centro de Referência e Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga (CRAD/Univasf-Caatinga) é um projeto coordenado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sendo financiado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional. Este projeto conta com a cooperação de várias instituições atuantes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF) e tem como objetivo promover a recuperação e a conservação da flora de áreas prioritárias para a conservação da Caatinga, situadas na BHSF.

A missão do CRAD é formar jovens cientistas e extensionistas com apurado senso crítico para atuar especialmente nas Caatingas e em todo o Vale do Rio São Francisco, enfrentando as adversidades climáticas com determinação e preenchendo lacunas de conhecimento histórico-científico através da pesquisa e interação com as comunidades. Esta formação holística, permitirá que os alunos atuem na vida profissional de modo multidisciplinar sempre promovendo a sustentabilidade, mediante soluções perenes para as desigualdades econômico-sociais, que garantam a qualidade de vida nas comunidades urbanas e rurais balizados pelo conhecimento científico nas áreas biológicas, agrárias e socioambiental.

Centro de Conservação e Manejo de Fauna (CEMAFAUNA-Caatinga)

O Centro Conservação e Manejo de Fauna aqui denominado de CEMFAUNA -Caatinga é um Programa coordenado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), sendo financiado pelo Ministério da Integração Nacional.

Este Programa nasce da necessidade do acompanhamento do resgate de fauna e da realização do monitoramento da fauna presente nas áreas de influência direta e indireta do Projeto de Integração das Bacias do Rio São Francisco, vulgarmente denominado de Projeto de Transposição do Rio São Francisco, tendo como objetivo promover a conservação e o manejo da fauna silvestre da Caatinga.

Cursos à Distância

No ano de 2013 foram ofertadas 500 vagas para o Curso de extensão: Educação Ambiental: Escolas Sustentáveis e Com-Vidas 2013, distribuídas em nove pólos: Salgueiro-PE, Trindade-PE, Petrolina-PE, Juazeiro-BA, Pintadas-BA, Paulo Afonso-BA, Campo Alegre de Lourdes-BA, Remanso-BA e São João do Piauí-PI. Trata-se de um curso de capacitação em Educação Ambiental. É uma iniciativa do Ministério da Educação, através da Coordenação Geral de Educação Ambiental, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). Em parceria com a Univasf, através da Secretaria de Educação a Distância (SEAD) objetiva potencializar as ações de Educação Ambiental nas escolas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio, por meio da criação e manutenção da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-Vida), um espaço democrático e participativo que congregue toda a comunidade escolar e fomente iniciativas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e à melhoria da qualidade de vida na escola e sua comunidade, assim como o diálogo sobre temas socioambientais contemporâneos. O curso teve como público Alvo os professores (lotados em escolas municipais), dirigentes escolares, estudantes do Ensino Médio, comunidade escolar (pais e responsáveis), Membros da sociedade participantes de ONGs e instituições (com temática ambiental). Este curso finalizou em abril de 2014.

3.3. Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 02 (Política para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 04 (Comunicação com a Sociedade) e 09 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES - EIXO 3

O investimento nas três esferas da Universidade, compreendendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, vem crescendo a cada ano, tanto por parte das instituições de fomento quanto por parte da própria Univasf, incentivando a implementação de projetos de pesquisas através de bolsas de iniciação científica (IC), de mestrado e de Programas de Políticas Afirmativas (Tabela 8) e bolsas de extensão (Tabela 9).

Segundo consulta realizada em novembro de 2014, em torno de 100 novos grupos de pesquisa foram cadastrados, 16 projetos de pesquisa (com exceção da iniciação científica), 09 bolsas de programas de políticas afirmativas e 84 projetos de iniciação científica voluntária (PIVIC) (Memorando N° 002/2015 – PRPPGI, 2015).

Na modalidade mestrado, comparando os dados de 2014 com aqueles de 2013, houve aumento significativo no número de bolsas para os cursos de Ciência Animal, Engenharia Agrícola

e Ambiental e Ciências Veterinárias do Semiárido (Tabela 8).

Tabela 8 – Relação de bolsas vinculadas à PRPPGI nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016 (Fonte: PRPPGI em março de 2017).

Programa	Agência	Quantidade de bolsas				
		2012	2013	2014	2015	2016
Iniciação Científica						
PIBIC	CNPq	94	96	103	106	84
	Univasf	25	25	25	25	25
	FAPESB	19	30	39	40	24
	Jovens Talentos CAPES	-	25	*	09	-
PIVIC	-	-	28	84	81	113
PIBITI	CNPq	03	10 (07 ativas)	06	02	02
	Univasf	05	05	05	05	05
Bolsas de Mestrado						
Ciência Animal	CAPES	98	08	21	09	04
	FACEPE		08	19	10	06
Ciência dos Materiais	CAPES		09	06	06	06
	FACEPE		03	05	02	02
	FAPESB		04	05	04	03
Engenharia Agrícola	CAPES		06	12	07	06
	FACEPE		02	04	-	02
	FAPESB		06	03	03	03
Recursos Naturais do Semiárido	CAPES		10	08	06	06
	FACEPE		03	01	06	02
Ciências da Saúde e Biológicas	CAPES		05	*	02	03
	FACEPE		06	*	03	07
Ciências Veterinárias do Semiárido	CAPES		00	04	05	05
	FACEPE		03	08	11	09
Profissional em Física	CAPES		15	11	09	-
Políticas Afirmativas						
Políticas Afirmativas	CNPq	04	04	09	04	03
	Univasf		05			
Total		252	307	378		

* Informação não disponível.

Segundo a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), foram concedidas 92 bolsas de estágio para os discentes de graduação realizarem atividades nos diferentes setores da Univasf, um acréscimo de 4 bolsas de estágio em relação ao ano de 2014.

A Tabela 9 contém o quantitativo de bolsas vinculadas a programas e projetos de extensão. Foram acrescidas 15 bolsas em relação a 2014, contando hoje com 55 bolsas do programa PIBEX, com acréscimo de 9 bolsas de programa de Extensão (PROEXT), com relação à quantidade ofertada em 2014.

Tabela 9 – Relação de bolsas vinculadas à PROEX nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016. (Fonte: PROEX, fevereiro de 2017).

Programa	Quantidade de bolsas				
	2012	2013	2014	2015	2016
Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA) (Programa de Política Afirmativa da Univasf/FACEPE)	-	40	-		-
Extensão Universitária (PROEXT) – MEC/SESU	31	64	56	67	65
Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)	30	40	40	45	55
Total	61	144	96	112	130

Além das bolsas de IC, de atividades de extensão e de ensino, também foram concedidas outras bolsas no ano de 2016 (Tabela 10). Para assistência Estudantil: 61 bolsistas do Programa Bolsa de Residência Universitária Estudantil, 700 bolsistas do Programa Bolsa Permanência e 310 bolsistas do Programa bolsa de Auxílio Transporte (Tabela 10). Comparando com os anos de 2013 e 2012, tem-se o acréscimo relativo a discentes atendidos dentro do apoio a alimentação (Restaurantes Universitários – RU's), auxílio moradia Senhor do Bonfim e bolsa acadêmica do Programa de Elaboração de Material Didático.

Tabela 10 – Quantitativo de estudantes atendidos pelos programas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil nos anos de 2012 a 2016. Petrolina, 2016. (Fonte: PROAE em março de 2017).

Programa	Número de estudantes atendidos				
	2012	2013	2014	2015	2016
Bolsa Permanência	358	1.156	700	815	241
Auxílio Permanência	-	-	-	100	856
Residência Estudantil	42	46	52	58	58

Auxílio Transporte (Petrolina – Sede, CCA e Juazeiro)	600	322	310	141	53
Auxílio Alimentação	-	-	-	7	10
Transporte Estudantil (Ônibus)	700	700	700	4000	4000
Apoio Pedagógico	-	64	-	-	-
Bolsa PIBIC Ações Afirmativas	-	-	05	05	05
Restaurante Universitário	-	-	1.057	3.112	3.808
Auxílio Moradia (Senhor do Bonfim)	-	-	03	379	485
Bolsa Acadêmica Programa de Elaboração Material Didático	-	-	02	04	03
Auxílio Emergencial	-	-	-	162	-
Total	1700	2.228	2.829	8.783	9.519

3.3.1 Política para o ensino

A formação do *Ser* deve transformar o seu arquivo de informações em conhecimento aplicável, em saber crítico que o auxilie a lutar por seus direitos de cidadania. Só assim estará a universidade firmando os pilares de uma nova cultura de paz, de justiça, de respeito humano, de solidariedade, por meio da qual mulheres e homens possam garantir, para além da sobrevivência, a própria vida com mais qualidade e dignidade. Para tanto, faz-se necessário:

I) A reestruturação do fazer acadêmico articulando descentralização administrativa e integração institucional;

II) A interação efetiva com os diversos segmentos da sociedade;

III) A construção de pontes para o futuro, revendo os paradigmas que norteiam as atividades acadêmicas, tanto no processo de formação, envolvendo currículo, ensino-aprendizagem, avaliação, como na articulação da graduação com a pós-graduação, na produção e disseminação do conhecimento, e na gestão que deverá ser exemplar;

IV) Carreiras com atribuições adequadas;

V) A qualidade das condições de trabalho para docentes, pesquisadores e técnico administrativos, pela valorização e qualificação profissional, traduzida por salários dignos, correspondentes a cada função;

VI) Aproveitamento da experiência acumulada dos docentes aposentados em Fóruns Permanentes de interação Universidade/Sociedade e em Conselhos Consultivos;

VII) A autonomia universitária como condição do Ser Universidade.

As diretrizes e propostas para a política de Educação Superior pressupõem o lugar estratégico no conjunto das políticas públicas orientadas pela cidadania, para a justiça social e o desenvolvimento autossustentável, que se expressa no compromisso que o Estado deve ter com a definição e a manutenção dos padrões institucionais de referência, tais como a expansão de vagas e a gratuidade do ensino nas instituições públicas e a autonomia da universidade. Essa proposta que assegura a educação como direito na Univasf, toma como referência três diretrizes gerais:

- 1) Democratização do acesso e garantia de permanência para os discentes;
- 2) Qualidade social da educação;
- 3) Gestão democrática.

No seu cumprimento, a educação superior na Univasf passa a atender aos seus compromissos básicos com a comunidade acadêmica e a sociedade, por meio de:

a) Promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);

b) Reconhecimento do seu papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Semiárido, do nordeste e do Brasil;

c) Expansão significativa da oferta de vagas, em especial em cursos noturnos;

d) Envolvimento da Univasf com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão.

As Instituições Federais de Ensino Superior, legalmente obedecem a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que definiu a abrangência dos cursos e programas da educação superior brasileira: aos cursos tradicionais, foram acrescentados os cursos sequenciais. Assim sendo, a Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer n.º 968, orientador da nova modalidade de educação superior aprovado em 17 de dezembro de 1998. Esse parecer deu origem à Resolução CNE n.º 01, de 27 de janeiro de 1999, definindo os tipos de Cursos Sequenciais, considerados de Formação Específica, com destinações coletivas, conduzindo a diploma e de Complementação de Estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado. A resolução estabeleceu ainda as normas a serem obedecidas para que as IES implementassem os cursos sequenciais. Em complementação, têm-se a Portaria do MEC n.º 514/01, de 22 de março de 2001, dispondo sobre a oferta e o acesso a cursos sequenciais.

A política de ensino superior, por meio do entendimento das leis educacionais e da documentação complementar, regula o movimento das práticas universitárias na implementação dos

cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) e dos sequenciais (formação específica e complementação de estudos) em particular. Conforme a Resolução CNE/CES número 02, de 19 de maio de 1999, pode a Univasf, pelo Art.6º oferecer cursos superiores de complementação de estudos com destinação coletiva, por um ou mais cursos de graduação reconhecidos, não dependendo de prévia autorização. Nesse mesmo sentido, mas versando sobre os cursos sequenciais de formação específica, pode a Univasf pelo Art.4 ministrá-los através dos seus cursos já avaliados e reconhecidos pelo MEC.

De acordo com o §1º os cursos referidos no *caput* do Art.4º, estão dispensados de obedecer ao ano letivo regular e podem ser encerrados a qualquer tempo pela Univasf, desde que assegurada a conclusão dos estudos, no próprio curso, dos alunos nele matriculados. Esses cursos superiores de formação específica estarão sujeitos a processos de autorização e reconhecimento com procedimentos próprios e que resguardem a qualidade do ensino, ressalvada, quanto à autorização e a autonomia da universidade nos termos do art. 53 da Lei 9.394 de 1996. A carga horária desses cursos não pode ser inferior a 1.600 horas, nem poderá ser integralizada em prazo inferior a 400 dias letivos, nestes incluídos os estágios ou práticas profissionais ou acadêmicas, ficando a critério da Univasf os limites superiores da carga horária e do prazo máximo de sua integralização.

Pelo entendimento da legislação educacional, devem os cursos superiores permitir inovações e expansão com vistas às demandas sociais, se expressando de acordo com a realidade, assim, propõe-se:

- Ampliar a oferta de vagas na Univasf;
- Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento de recursos humanos para produção e difusão de conhecimento em articulação com o ensino de graduação, em conformidade com meta estabelecida pelo PNE – Plano Nacional de Educação;
- Promover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando à democracia interna, baseada na tomada de decisões por órgãos colegiados representativos e no controle social mediante mecanismos abertos de prestação de contas e de avaliação institucional;
- Planejar e incentivar a oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto regional de desenvolvimento;
- Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública. Tal medida deve-se fazer acompanhar, quando necessário, de programas de nivelamento de conhecimento sob a responsabilidade da universidade;

- Estabelecer medidas com vistas a reduzir a evasão escolar, nos seus cursos;
- Implantar de forma progressiva, após qualificação do seu corpo docente, uma rede local de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade;
- Ampliar os programas de iniciação científica e de iniciação à docência e à Extensão;
- Estabelecer marco legal para criação de uma Fundação de Apoio Institucional na Univasf, regulamentando suas atribuições na prestação de serviços ao setor produtivo e à sociedade, de modo a garantir seu estrito controle pelo Conselho Universitário e o retorno dos recursos financeiros e patrimoniais auferidos em suas atividades à Univasf, impedindo sua utilização por interesses de indivíduos ou grupos;
- Implantar programas de incentivo à cultura e artes na universidade;
- Criar condições para que os hospitais sob a responsabilidade da universidade integrem suas atividades acadêmicas de ensino e pesquisa com as necessidades da população;
- Envolver a universidade na formação e qualificação profissional dos trabalhadores urbanos e do campo;
- Envolver a universidade nos programas de apoio e difusão tecnológica às micros, pequenas e médias empresas.

Embora a Univasf tenha muitas funções a cumprir, duas apresentam-se como centrais no cumprimento da sua missão: reconstruir conhecimento e educar. Para tanto, *mister* se faz discutir o papel da pesquisa, tanto como princípio científico, quanto como princípio educativo. Como regra, não se busca formar o pesquisador profissional, mas o profissional pesquisador, ou seja, aquele que sabe usar a pesquisa como expediente permanente de aprendizagem e atualização. Professor não é apenas aquele que ministra aulas, mas aquele que está comprometido com a aprendizagem do aluno.

Com essa compreensão, faz-se necessário pensar a carga horária do docente em sala de aula, que não deve ultrapassar a 120 horas semestrais, a fim de que outras atividades típicas da docência com qualidade possam ser exercitadas, a exemplo da orientação a alunos pesquisadores e publicações, que é a forma dos docentes submeterem a avaliações externas a sua capacidade de reconstrução do conhecimento.

Para contribuir com a democratização do conhecimento e ampliação da oferta de vagas a Univasf passou a ofertar cursos à distância, os quais tiveram início em 2012. Hoje estão sendo ofertados 03 cursos de graduação e 07 especializações *lato sensu*, com um total de 2111 ingressantes, tendo 558 egressos nos cursos de especialização, ainda não há egressos nos cursos de graduação. Para a educação a distância foram ofertadas 104 bolsas para docentes e 112 bolsas para tutores. Em relatório solicitado pela CPA a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) foram

ressaltadas dificuldades em relação às metodologias utilizadas por alguns professores, a divulgação junto ao público-alvo, rotatividade dos professores, falta de espaço físico para as coordenações e secretarias de todos os cursos, pouca experiência dos professores com EaD e outras.

Ao analisar o contexto da globalização e da reforma do Estado, observa-se que a educação tem sido induzida a se reestruturar para se coadunar com as transformações da sociedade nas dimensões econômicas, políticas e culturais, gerando um movimento reformista em todos os níveis de ensino e, especialmente, no ensino superior. Na Univasf, esta situação se reproduz e, para construir um processo de formação de cidadãos e profissionais que desenvolvam a sua capacidade de pensar, isto é, estar em permanente trabalho de reflexão, precisa ela começar a escrever um novo capítulo de sua própria história, adaptando-se de forma crítica às demandas desse novo tempo, buscando a construção de um projeto político institucional que a coloque em condições de ser diversificada, por compreender muitos saberes e ser constituído por diferentes gerações.

Desafiada, a Univasf, precisa imergir na sua realidade estrutural, promovendo mudanças que permitam maior flexibilidade funcional e organizacional, permeabilidade às pressões externas e sensibilidade para o novo. Uma política pública de educação superior deve considerar além do rigor científico, da condição geradora de cultura, da liberdade de pensamento e de expressão, seu compromisso com os segmentos mais fragilizados da sociedade por responsabilidade social.

Para minimizar as reprovações e evasão, principalmente nas engenharias, bem como para facilitar o processo de ensino/aprendizagem, a Univasf vem apoiando por meio das ações da coordenação pedagógica e concessão de bolsas para realização de atividades de monitoria e tutoria. Segue quantitativo concedido no ano de 2016: Tutoria especial de nivelamento – 57 bolsas e Monitoria – 372 bolsas. Ressalta-se que a concessão destas bolsas é feita por meio de Editais específicos.

A Coordenação Pedagógica acompanha e oferta orientação pedagógica aos alunos dos *campi* da Univasf; oferece apoio didático-pedagógico aos programas de monitoria e tutoria de nivelamento, bem como verificação dos seus resultados no processo de aprendizagem dos alunos; obtém levantamento e diagnóstico dos números de evasão e retenção dos cursos de graduação; elabora projetos e/ou propostas que visam o progressivo desenvolvimento do aluno dentro da cultura acadêmica e conseqüente diminuição dos percentuais de evasão e retenção.

A Univasf deve manter como proposta continuada o diagnóstico de reprovação e evasão para promoção de atividades que atendam a realidade de cada curso ou área.

3.3.2 Política para a pesquisa

A pesquisa torna-se o epicentro da universidade, devendo orientar o caminho de toda a Instituição, pois somente onde há pesquisa, há produção e criação do conhecimento. Em todas as Instituições Federais de Ensino, a pesquisa é indispensável, tornando-se um diferenciador institucional, necessitando-se desta atividade em todos os segmentos sociais produtivos, sendo determinante para a possibilidade de sucesso competitivo.

Toda a comunidade acadêmica deverá se envolver com a pesquisa, porque é exatamente a partir deste processo coletivo inteligente institucional que poderá emergir novas formas e práticas institucionais, conseqüentemente mais criativas e inteligentes. Assim, independentemente de vínculo formal, a pesquisa tornou-se uma necessidade emergente em todos os níveis institucionais, pois a fantasia de uma separação entre pesquisa e ensino é, obviamente, uma fantasia de burocratas. Todo conhecimento explorado e produzido deve ser divulgado para efetivamente contribuir com os indicadores da pesquisa, ensino e extensão. Desta forma, uma sala de aula onde a pesquisa está ausente carece de vitalidade e entusiasmo, visto que conhecer é sempre um compartilhar, um tecer junto.

A Universidade que separa o ensino da pesquisa e na qual o ensino não é ele mesmo parte da pesquisa de professores e alunos está condenada ao passado, ainda mais considerando que numa sociedade da era digital, o fluxo de informação e saber é aberto e se movimenta continuamente. Neste sentido, toda atividade de pesquisa é necessariamente uma atividade viva de ensino e aprendizagem e não há dúvida de que o debate proporcionado por tais atividades alimenta e qualifica a vida acadêmica.

A divisão burocrática entre pesquisa e administração e seus procedimentos deve ser evitada, visto que quanto mais as atividades de pesquisa estiverem inseridas na Instituição, maiores são as chances de consolidação e sustentabilidade da Instituição. Desta forma, em todos os níveis da atividade acadêmica, habilidades e competências para pesquisa e para o aprendizado permanente, são indispensáveis para atuação eficiente no mercado de trabalho. Contudo, é preciso criar as condições institucionais adequadas para a atividade de pesquisa permanente dos professores. Neste sentido, a pesquisa não é apenas um direito, mas um dever de todo trabalho da atividade docente qualificada.

Para participação em eventos científicos, existe uma cota por colegiado baseada no quantitativo de docentes de cada colegiado. Adicionalmente são concedidas duas cotas, uma para coordenação e outra para a vice-coordenação do colegiado do curso.

Após o mencionado, cita-se como propostas para a política de pesquisa:

I) Acompanhar o desenvolvimento da produção científica, tecnológica e a contribuição para formação de recursos humanos, do corpo docente da Universidade;

II) Desenvolver as linhas de pesquisa dos Grupos certificados da Universidade de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Universidade e ainda, em consonância com propostas dos cursos de pós-graduação;

III) Estimular qualitativa e quantitativamente a produção científica da Universidade por meio da interação dos Grupos de Pesquisa com as agências de fomento, visando à captação de recursos;

IV) Priorizar a criação de Programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, a partir de uma avaliação institucional baseada na produção científica dos Grupos de Pesquisa e em consonância com a vocação da região, visando o fortalecimento das atividades de pesquisa e o desenvolvimento regional. Neste item, destaca-se a necessidade de aprovação de um Programa de Doutorado *stricto sensu*.

V) Fortalecer o papel dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* como agentes promotores de atividades de cooperação científica com instituições e organizações, nacionais e internacionais;

VI) Incentivar a criação de periódicos científicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e ao Sistema *Qualis* da CAPES, imprimindo visibilidade à Universidade no contexto da produção intelectual do País;

VII) Divulgar os programas de desenvolvimento científico e tecnológico dos governos municipal, estadual e federal;

VIII) Organizar e manter atualizado e disponível para todos os docentes, um sistema de informações sobre assuntos relacionados à pesquisa, incluindo o cadastramento dos líderes de grupos de pesquisa e certificação dos respectivos grupos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq;

IX) Coordenar e aperfeiçoar formas de divulgação interna e externa dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade;

X) Manter estímulo a submissão de projetos científico-tecnológicos nas diferentes áreas do conhecimento, buscando fontes alternativas de recursos;

XI) Estimular parcerias de pesquisa universidade e setor empresarial;

XII) Incentivar e aprimorar o Programa Institucional de Iniciação Científica;

Somado ao supramencionado, a Univasf, fundamenta-se nas seguintes diretrizes:

a) Para a caracterização de uma atividade como de pesquisa, é requisito imprescindível a geração de produção intelectual;

b) Considera-se produção intelectual o resultado da atividade de pesquisa abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos;

c) A pesquisa pode ocorrer nas categorias Básica e Aplicada. A pesquisa básica caracteriza-se pelo estudo teórico ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter em vista o seu uso ou a sua aplicação imediata. A pesquisa aplicada é realizada para determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar certo objetivo específico e predeterminado;

d) As atividades de pesquisa na Universidade serão desenvolvidas com recursos materiais e financeiros próprios, recursos de agências de fomento oficiais, recursos de fomento de interesse público resultante de aplicação compulsória conforme legislação, recursos de convênios com instituições públicas ou privadas, recursos de incentivos fiscais, ou recursos de cooperação com o setor empresarial;

e) Todos os repasses de recursos externos à Univasf serão formalizados por meio de contratos ou convênios;

f) Todas as atividades de pesquisa serão desenvolvidas na forma de projetos específicos e deverão ser aprovadas pelos órgãos vinculados à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - antiga Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (relatório CPA 2011);

g) O projeto de pesquisa será coordenado por servidor docente ou técnico administrativo em efetivo exercício na Universidade;

h) A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação deverá organizar um sistema de registro, informação e divulgação dos projetos de pesquisa da Universidade, bem como promover a publicação da produção intelectual dos servidores docentes e técnico administrativos da Univasf;

i) Os projetos de pesquisa, observadas as suas peculiaridades, deverão observar as normas de saúde, segurança e ao meio ambiente;

j) O projeto de pesquisa que envolva a experimentação com seres vivos, humanos ou animais, será submetido à apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e Animais da Univasf;

k) O projeto de pesquisa que utilize técnicas de engenharia genética ou organismos geneticamente modificados, deverá ser submetido à apreciação e aprovação de uma Comissão de

Biossegurança;

l) Os projetos de pesquisa deverão observar as normas específicas sobre propriedade intelectual estabelecidas na legislação pertinente;

m) Alocar em seu orçamento anual, percentual de recursos para viabilizar atividades de Pesquisa, que deverá ser encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação.

3.3.3 Política para a extensão universitária

A sistematização da Política de Extensão na Univasf tem como meta estabelecer referências institucionais para a prática extensionista, dado que esta ação faz parte da Política Acadêmica da Universidade. Neste sentido, a contribuição efetiva da extensão está nas possibilidades que essa atividade pode oferecer para facilitar ao aluno a interação entre a teoria e a prática, por constituir o momento do processo de construção do conhecimento no qual essas dimensões deverão estar indissociadas.

A Extensão Universitária é, portanto, considerada como uma prática acadêmica e pedagógica, capaz de interpretar as demandas sociais, constituindo-se como interlocutora para definir os rumos em relação ao ensino e à pesquisa.

No âmbito institucional, espera-se que a Política de Extensão oriente as ações extensionistas na Univasf e, ao mesmo tempo, incentive docentes, técnicos administrativos e discentes a se envolverem com estas ações, interligando-as com as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais, contribuindo, assim, para a Universidade cumprir seu compromisso social.

A Extensão é uma das atividades fim da Universidade que melhor permite compreender a realidade social e, conseqüentemente, possibilita a atualização das suas práticas de ensino e de pesquisa, abrindo caminho para a plenitude do seu destino na comunidade. Deve ser entendida como um processo educativo, cultural e científico que articule o ensino e a pesquisa, viabilizando as funções básicas da Universidade junto à sociedade. Neste sentido, possibilita uma relação de interação, intercâmbio e transformação mútua e de complementaridade recíproca entre as diferentes áreas de conhecimento e os diferentes segmentos da sociedade. Para atingir esse objetivo na Univasf, recursos materiais devem ser assegurados, tanto para a implementação da atividade como para a sustentação de tarefas administrativas e de controle a elas inerentes, cabendo à Pró-Reitoria de Integração, em harmonia com os proponentes de projetos e órgãos envolvidos nas atividades, articular as ações necessárias à captação de recursos, quer no setor público, quer no setor privado, para viabilizar a sua realização, respeitando-se a Lei número 8.958 de 20 de dezembro de 1994, que rege a celebração de convênios e contratos de órgãos públicos com agências de fomento e outras

organizações não governamentais.

A universidade vivencia, em seu cotidiano, várias situações de alto grau de complexidade que descortinam possibilidades, mas também limitações para suas ações. A sociedade vem, a cada dia, exigindo ensino de qualidade, investigações transformadoras e relações efetivas de intervenções no seu meio, razão pela qual para que se possa pensar na extensão faz-se necessário que se reflita sobre o cenário que ora se apresenta, considerando as questões socioeconômicas e políticas de um país com grande diversidade; a desarticulação entre o ensino básico e o superior; as contradições que se apresentam em relação à função da extensão nas instituições; a necessidade de se entender a extensão como espaço para a construção de conhecimento; e o afastamento definitivo da extensão como assistencialismo.

A partir dos itens apresentados, é importante que se reflita sobre o conceito de extensão, articulando-o ao próprio conceito de universidade, reforçando o vínculo com a Pesquisa, com o Ensino e com a identidade e missão da Instituição, que não se dá de forma direta, autônoma e voluntarista, mas está articulado a um movimento de gestão e a uma dinâmica de compreensão, que constituem forças mobilizadoras para a transformação social. A Universidade precisa ter um ouvido atento aos conhecimentos gerados e sistematizados na academia e outro aos rumores da realidade social. Para tanto, ela precisa se aproximar do seu entorno e observar a realidade não apenas partindo da racionalidade ética, mas, demonstrando competência humana, tecnológica e científica que possa contribuir com o desenvolvimento sustentável.

É com essa perspectiva que se concebe a Extensão na Univasf, na busca constante de compartilhar um conhecimento que pense o mundo atual, que interrogue a realidade contemporânea e que contribua com o direcionamento da história. Assim, ratifica-se a missão da Pró-Reitoria de Integração, de integrar universidade e comunidade por meio de programas, projetos, eventos e educação continuada, oportunizando a socialização do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentado.

A história das atividades de extensão nas universidades está associada à origem das universidades europeias, que era caracterizada por campanhas de saúde e assistência às populações carentes (ROCHA, 2001). Atualmente as atividades de extensão permitem a parcela da sociedade que não ingressou na universidade manter interação ou acesso a mesma. Neste caso é constituída uma relação de mão dupla entre a universidade e a sociedade, de modo que as atividades são marcadas pelo diálogo e valorização dos saberes populares.

O que se nota desde a sua origem é que, além do caráter opcional, a extensão sempre apareceu como a maneira de aproximar a Universidade da população, principalmente de forma

assistencial, esvaziada de qualquer significado emancipatório, mas como uma forma de realização das políticas de governo.

Muitas das atividades de extensão universitária serviram, e ainda servem como reveladora da abertura da Universidade para as comunidades, onde algumas propostas funcionam como as políticas sociais compensatórias, suficientes para acalmar os conflitos sociais sem criar ou possibilitar a criação de novas possibilidades e saídas para os grupos envolvidos. Porém, existem avanços na reflexão sobre a extensão universitária e os questionamentos feitos através dos anos trazem para o debate acadêmico a discussão de sua verdadeira função e quais devem ser suas características.

A trajetória da extensão evidencia o fato de que as propostas para rediscutir as suas funções surgem em épocas de transformações conjunturais, significando que cabe à universidade dar respostas às questões colocadas pela sociedade. Ver a extensão como prática social, significa para a Univasf qualificá-la junto aos setores organizados da sociedade que denunciam as desigualdades sociais.

Na Univasf, a extensão desenvolvida vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviços e difusão cultural, sendo concebida sob o ponto de vista pedagógico/acadêmico como atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem, traduzido também nas atividades de ensino, estágio e pesquisa. Em sua fase atual objetiva convergir dois aspectos fundamentais do projeto de Universidade: qualidade acadêmica/científica e compromisso social, relacionando os grandes temas sócio-político-culturais com os processos educativos.

A sua afirmação como espaço constitutivo do ensino e pesquisa aprofunda as possibilidades de reconhecimento dos vínculos entre as práticas profissionais e as práticas sociais, ampliando a relação entre formação profissional, compromisso social e transformação do saber acadêmico em um bem público.

A extensão universitária na Univasf deve ser capaz de transformar o saber acadêmico em um bem público a que todos possam ter acesso, estabelecendo parcerias com a sociedade para a construção de um projeto social que traga dignidade de vida às pessoas. Dessa forma:

1) As atividades da extensão se voltam para o desenvolvimento de práticas acadêmicas que interligam a Universidade nas suas atividades de Ensino e Pesquisa com as demandas da sociedade, contribuindo para a formação do profissional e do cidadão;

2) As atividades de ação comunitária se voltam para apoiar e auxiliar a comunidade acadêmica, objetivando o atendimento das suas necessidades por meio de oportunidades que promovam a sua integração e manutenção na universidade.

Nessa perspectiva, a extensão universitária na Univasf passa a reger-se pelos seguintes princípios:

a) Socialização do conhecimento - compartilhando o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, promovendo a socialização dos saberes da universidade com os saberes populares;

b) Inserção comunitária - compreendendo iniciativas de educação continuada, prestação de serviços, ações comunitárias promovendo a parceria entre Universidade, comunidade e outras organizações;

c) Articulação com Ensino e Pesquisa - na sua interface com o Ensino, a Extensão deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática do conhecimento e, na sua interface com a Pesquisa, deve responder cientificamente às demandas suscitadas pela comunidade;

d) Respeito às diferenças - valorizando as potencialidades e as peculiaridades de cada universo social, compartilhando o desenvolvimento cultural, biopsicossocial, ecológico e histórico;

e) Acessibilidade e permanência - assegurando condições para acesso e permanência do estudante na universidade, propiciando-lhe experiências importantes para o desenvolvimento de habilidades/competências, estabilidade e integração na vivência acadêmica.

Na Univasf, a extensão deve ser compreendida como uma atividade com dimensões de intervenção e de investigação, apresentando-se como diretrizes:

- Impacto e transformação: estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária. Frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos os seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;

- Interação dialógica: desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

-Interdisciplinaridade: caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares,

de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza à interinstitucionalidade, construída na interação e interrelação de organizações, profissionais e pessoas;

- Indissociabilidade Ensino–Pesquisa–Extensão: reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo “universitária” –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso;

- Reconhecimento da natureza da Extensão como atividade-fim da Universidade - com o papel de promover, de modo direto e sistemático, o compartilhamento do conhecimento com distintos sujeitos sociais;

- Concentração coordenada de Ações de Extensão - nos Territoriais Urbanos e Rurais implantados pela Universidade;

- Respeito aos valores culturais e às práticas de convivência e de vizinhança - que caracterizam os grupos sociais destinatários de Ações de Extensão;

- Apoio a políticas públicas - em direta função de demandas sociais identificadas no espaço de Núcleos Territoriais de Extensão;

- Execução de Serviços de Extensão - preferencialmente na órbita de Programas Setoriais de Extensão institucionalizados na Universidade, contemplando campos de atenção delimitados em função de homogeneidades características;

- Apoio a atividades de difusão cultural - divulgação de informações de interesse geral, desenvolvidas de modo sistemático e duradouro, preferencialmente na esfera de Programas Setoriais de Extensão;

- Afiliação das Ações e Serviços de Extensão - às Áreas Temáticas e Linhas de Extensão adotadas pela Instituição, preferencialmente na conformidade de Projetos de Extensão institucionalizados na Universidade;

- Estabelecimento de parcerias – com instituições e entidades, públicas ou privadas, bem como, com movimentos sociais, ou de ligações com Programas e Projetos de Extensão de outras organizações, para o desenvolvimento conjunto de Ações e Serviços de Extensão, desde que preservada, em qualquer caso, a influência da Universidade na condução das correspondentes atividades;

- Estímulo à oferta de Cursos de Extensão - que atendam as expectativas da Sociedade e

tenham perspectiva de autossustentação financeira;

- Promoção de Eventos de Extensão - que preservem e reforcem a imagem institucional da Universidade;

- Priorizar para efeito de investimentos financeiro, material e de recursos humanos - as atividades de extensão a ser desenvolvidas no município e na região, junto aos movimentos, entidades e organizações sociais, governamentais ou não governamentais, que potencializem ações multiplicadoras e contínuas, direcionadas para a autonomia da comunidade formada por pessoa empobrecidas, objetivando a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade, o maior número de cursos envolvidos, o impacto das ações para a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento institucional da Universidade;

- Mobilização da comunidade universitária - para, em parceria com a sociedade civil e o poder público, promoverem a intervenção por meio de ações nos campos: ambiental, político, ético, cultural, social e econômico, prioritariamente nos municípios e nas regiões de sua atuação, organizadas em programas e projetos permanentes;

- Promover a conscientização de alunos, professores e coordenadores de estágio supervisionado e das práticas de ensino das licenciaturas, de que estas atividades devem integrar programas e constituir projetos que priorizem e contribuam para a solução de problemas sociais, propiciando a participação crítica dos alunos e professores nas propostas que visem o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região;

- Favorecer o rompimento com as práticas restritas à sala de aula, que não constitui o único lugar para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, propiciando a interação recíproca de professores, alunos e sociedade em todos e quaisquer espaços e momentos;

- Criar um sistema de informações sobre e para a Extensão na Univasf, como forma de viabilizar o intercâmbio e a socialização das experiências;

- Criar o Fórum Permanente de Extensão da Univasf, enquanto espaço estruturado da Extensão na Universidade, visando constituir-se em um instrumento de debate e de intervenção nas políticas sociais e culturais, buscando articular-se com as instâncias do governo e da sociedade;

- Consolidar metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da Extensão, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias;

- Fazer do planejamento, do acompanhamento da avaliação e do monitoramento, uma dinâmica significativa de interação entre a universidade e a sociedade;

- Alocar em seu orçamento anual, percentual de recursos para viabilização das atividades de Extensão, que deverá ser encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação.

Para a institucionalização dessas diretrizes é essencial que uma política de extensão – que inclua conceito, finalidades ou funções, seja definida em instância superior - o CONUNI - Conselho Universitário, e normatizada no Estatuto e Regimento da Instituição. Entre os aspectos a serem normatizados devem ser incluídos o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão, as formas de participação de servidores técnico administrativos nas ações de extensão, entre outros.

A operacionalização das ações deve ocorrer por meio de:

- **Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integradas a atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

- **Projeto:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, a curto e médio prazo. O projeto pode ou não estar vinculado a um programa;

- **Curso:** ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos;

- **Evento:** ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com Clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade;

- **Prestação de serviço:** realização de trabalho oferecido pela Univasf ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. Quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão, deve ser registrada como tal;

- **Publicações e outros produtos acadêmicos:** caracterizam-se como a produção de publicações e produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão, para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica.

Dentre os objetivos dos diversos projetos que compõem os seus programas, é importante à Univasf:

- Criar condições para o desenvolvimento de parcerias com os vários segmentos sociais; - Articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;

- Possibilitar a reflexão e a produção de conhecimento na área de atuação do docente; contribuir para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos docentes, técnicos administrativos e discentes;

- Incentivar a formação de grupos interdisciplinares;

- Promover parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e na igualdade;

- Contribuir para a (re)definição do conceito de currículo, de maneira a incorporar a extensão como atividade rotineira do discente;

- Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da sociedade na vida da universidade;

- Elaborar/publicar critérios para concessão de passagens e diárias para que os docentes participem de extensão universitária, assim como descrito no item 2.2 referente a política para a pesquisa.

Somente a definição da missão da extensão na universidade não basta para o seu desenvolvimento. É preciso exercitar uma postura de acolhimento para as expectativas das organizações, reinventando permanentemente o trabalho, construindo a trajetória a que se propõe realizar juntos, amadurecendo um sentido de responsabilidade com o outro, transformando a realidade que aí está.

A Extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir novos rumos à Universidade, cuja existência, em todo o território nacional, sempre foi pensada para contribuir no desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção, adaptação, acumulação, socialização do conhecimento e formação de profissionais cidadãos, visando contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

Há de se elucidar, ainda, os programas de bolsas de estudo e apoio financeiro, nos quais a Univasf oferece, juntamente com demais órgãos de fomento, bolsas de estudo e de assistência estudantil. Os programas e respectivos números de bolsas, por agência, estão listados abaixo. Os alunos carentes, além de receberem a bolsa de incentivo, ainda recebem auxílio alimentação e

transporte. Ressalta-se que a concessão destas bolsas é feita através de Editais específicos.

No ano de 2016, a PROEX, através do Programa de Formação em Idioma Estrangeiro, ofertou 1015 vagas distribuídas em cursos de inglês, espanhol, alemão, francês e italiano para estudantes de graduação e pós-graduação da Univasf, bem como servidores e comunidade em geral. Os cursos foram realizados com o objetivo de facilitar o acesso de universitários e profissionais a línguas estrangeiras e preparar alunos para concorrerem ao Programa Ciências sem Fronteiras, além disso, oportunizar-lhes a participação em outros intercâmbios internacionais.

3.3.4 Comunicação com a Sociedade

No Brasil, a figura do ouvidor é conhecida desde o período colonial, onde sua função era atender ao titular do Poder, ou seja, reportava ao Rei de Portugal os acontecimentos da Colônia. Em 1538, foi nomeado o primeiro Ouvidor, Antônio de Oliveira. Todavia, sua função era de representar a administração da Justiça Real Portuguesa, atuando como o juiz de hoje em nome do rei. Nos meados do ano de 1986, a Prefeitura de Curitiba, Estado do Paraná, criou a primeira Ouvidoria pública no País.

Legalmente, em 1992, a Lei nº 8.490/92 cria a Ouvidoria-Geral da República, na estrutura regimental básica do Ministério da Justiça. Já, em 1998, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, em seu art. 37, § 3º, define que a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I. as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção dos serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II. o acesso dos usuários a registros e informações sobre os atos de governo;

III. a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo do cargo, emprego ou função na administração pública.

No ano de 2002, o Decreto nº 4.490/02 cria a Ouvidoria-Geral da República na estrutura regimental básica da Corregedoria-Geral da União. No ano subsequente (2003), a Lei nº 10.683/03 transforma a Corregedoria-Geral da União em Controladoria-Geral da União, mantendo dentre as suas competências as atividades de Ouvidoria-Geral. E, somente no ano de 2004, foi criada a Lei nº 10.689/04, que ajusta a denominação de Ouvidoria-Geral da República para Ouvidoria-Geral da União, que, pelo Decreto nº 4.785/03, tem entre outras, a competência de coordenar tecnicamente o segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

As ouvidorias constituem a grande novidade no âmbito das universidades brasileiras.

Segundo Vilanova (2009), elas começaram a ser criadas em 1992, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, após 18 anos, já estava presente em 861 instituições de ensino superior privadas, 14 municipais, 46 estaduais e 50 federais.

A Ouvidoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor, autoridade competente para nomear o Ouvidor Geral, objetiva empreender ações na defesa dos direitos individuais e coletivos da comunidade universitária, bem como o aperfeiçoamento das atividades institucionais destinadas a atender aos segmentos da sociedade civil e aos diversos setores da Universidade.

Trata-se de um canal de comunicação direto entre o cidadão e o Poder Público, funcionando como órgão interlocutor entre a sociedade e a comunidade acadêmica, com a incumbência de receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios, estimulando a participação do cidadão no controle e avaliação da prestação dos serviços públicos, atendendo às suas demandas. A Ouvidoria Geral da Univasf recebe, ainda, solicitação de variadas informações sobre quesitos universitários.

A Ouvidoria Geral garante a transparência e o atendimento das demandas da Univasf e da comunidade civil, com ética, eficiência e responsabilidade. De acordo com Vilanova (2009), ao relatar experiências pessoais na Universidade do Ceará, descreve que a Ouvidoria revelou-se um instrumento importantíssimo de participação da comunidade interna e externa no levantamento de problemas e na apresentação de propostas, propiciando um constante *feedback* à Reitoria, no sentido do atendimento aos anseios e expectativas da comunidade.

Nesta dimensão deve-se destacar que há também participação da Diretoria de Arte, Cultura e Ações Comunitárias (DACC), instituída em fevereiro de 2012, que destaca entre seus objetivos, a promoção do diálogo entre universidade e comunidade. Outros objetivos e atividades foram descritas no item 3.1., abordado durante avaliação da dimensão 3, que trata da responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, bem como, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

a) TV Caatinga

As atividades da TV caatinga tiveram início no dia 26/08/2012, com a primeira transmissão ao vivo.

Hoje a emissora universitária conta com 13 programas no seu portfólio, além de

Durante o ano de 2013, a TV Caatinga realizou o vídeo institucional da Univasf "Somos o que queremos ser.", Transmissões ao vivo e coberturas jornalísticas de eventos da universidade, e

produções e gravações de programas educativos.

Contatos: Equipe RTV Caatinga; Fone: (87) 2101-6897.

Site: www.rtvcaatinga.Univasf.edu.br

Facebook: RTV Caatinga

Twitter: @RTVCaatinga

Instagram: rtvcaatinga.

b) Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social está vinculada ao Gabinete da Reitoria, auxiliando o corpo diretivo na sua interface com a imprensa e na interlocução da universidade com os meios de comunicação, visando à projeção das ações institucionais, tendo com base nos princípios da comunicação pública.

Tem como objetivo promover a imagem institucional, em consonância com sua identidade, junto à comunidade acadêmica e à sociedade, tendo como foco os seus diversos públicos interno e externo, constituídos por estudantes, professores, técnicos, funcionários terceirizados, a população atendida pela universidade e instituições públicas e entidades que se relacionam com a instituição.

Entre as atribuições da Assessoria de Comunicação Social, destacam-se: Produção de textos de gênero jornalístico, *releases*, notas e comunicados institucionais, demandados pela administração superior, cobertura e divulgação de eventos em que a universidade esteja representada pelo reitor ou pelo vice-reitor; edição de matérias e demais conteúdos de gênero jornalístico para publicação no campo de notícias do *site* institucional; organização de entrevistas coletivas; cobertura fotográfica; alimentação do campo de eventos do *site* institucional; atendimento à imprensa, visando planejamento, agendamento e supervisão dos fluxos de entrevistas com as fontes da Univasf; gestão e atualização do *mailing* de imprensa; atendimento às pautas e entrevistas para a imprensa, disponibilizando informações de interesse público sobre a Univasf. Monitoramento dos programas de rádio (Radioescuta).

c) Ouvidoria

A Ouvidoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco, criada através da Portaria 317 de 04 de maio de 2009, com publicação no Diário Oficial da União no dia 11 de maio de 2009, atua diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor. Esta Ouvidoria segue orientações da Ouvidoria Geral da União, órgão vinculado à Controladoria Geral da União responsável pela coordenação técnica das Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal como determina o Decreto nº

5.683/2005, com autonomia e estabilidade na função.

A Ouvidoria Geral da Univasf é um dos canais de comunicação entre a universidade e a comunidade externa e interna. Apresenta como missão a realização da democracia e a efetividade dos direitos humanos, através da mediação de conflitos, exercendo suas atividades junto às unidades administrativas e acadêmicas da Univasf, não apresentando caráter administrativo, deliberativo, executivo ou judicativo.

Atualmente, encontra-se sob a gestão da servidora Técnico-Administrativa em Educação, Edileide de Sousa Coelho, ocupante do cargo Assistente em Administração, designada para a função de Ouvidora Geral da Univasf através da Portaria Univasf nº 463, de 11 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 158 do dia 19 de agosto de 2014.

c.1) Objetivos gerais

A Ouvidoria Geral da Universidade Federal do Vale do São Francisco tem o objetivo de estabelecer a comunicação entre a instituição e seus públicos interno e externo, com o intuito de conhecer o grau de satisfação do usuário, buscar soluções para as questões levantadas, oferecer informações gerenciais e sugestões aos dirigentes institucionais, visando o aprimoramento dos serviços prestados e a melhoria dos processos administrativos e das relações interpessoais.

c.2) Objetivos específicos

São objetivos específicos da Ouvidoria da Univasf:

- Assegurar a participação da comunidade junto à Instituição, mantendo a constante interação entre ambas, garantindo que a Univasf atenda às expectativas da comunidade, conforme suas demandas;
- Empreender ações destinadas aos membros da comunidade universitária e à comunidade civil, que visem permitir resposta às suas manifestações;
- Atuar com transparência e imparcialidade e de forma personalizada no auxílio ao controle da qualidade dos serviços destinados à comunidade externa e interna;
- Encaminhar as demandas sobre o funcionamento administrativo e acadêmico da Universidade, com o fim de contribuir para uma gestão institucional eficiente, de excelência acadêmica nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

c.3) Atribuições do Ouvidor

São atribuições do ouvidor:

- a) Receber e examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias da comunidade acadêmica e sociedade em geral relativos às atividades da Univasf;
- b) Encaminhar manifestações da comunidade acadêmica e sociedade aos setores responsáveis no âmbito da instituição;
- c) Encaminhar aos setores competentes para a apuração todas as denúncias, tão logo as mesmas sejam recebidas;
- d) Acompanhar as providências adotadas e garantir o retorno aos interessados;
- e) Organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas da comunidade acadêmica e da sociedade, monitorar, a partir delas, o desempenho da Univasf no cumprimento de suas finalidades;
- f) Produzir relatórios a partir da análise e interpretação das manifestações recebidas e sugerir mudanças quando necessárias;
- g) Recomendar a instauração de procedimentos administrativos e adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público quando for o caso;
- h) Aconselhar o interessado a se dirigir à autoridade competente no âmbito da instituição em situações que permitam adoção de tal procedimento;
- i) Atuar como interlocutor nas mediações de conflitos internos, promovendo processo de conciliação;
- j) Cooperar com as Ouvidorias do Governo Federal, visando salvaguardar os direitos e garantir a qualidade das ações e serviços prestados pela Univasf;
- k) Guardar sigilo referente às informações levadas ao seu conhecimento, no exercício de suas funções;
- l) Divulgar, por meio dos canais de comunicação da Univasf, como ter acesso ao trabalho realizado pela Ouvidoria Geral, assim como informações e orientações que considerar necessárias ao desenvolvimento de suas ações.

c.4) Relatório de atividades

O relatório de atividades da Ouvidoria Geral da Univasf tem previsão de redação a cada 12 meses.

c.5) Formas de contato

As reclamações, sugestões, elogios, solicitação de informações e/ou denúncias podem ser realizadas através dos seguintes meios:

- Atendimento Telefônico: (87) 2101-6851/6852;
- Correio Convencional: Avenida José de Sá Maniçoba, S/N - Centro - *Campus* Universitário - CEP 56.304-917 - Petrolina - PE – Brasil;
- Correio Eletrônico (e-mail): ouvidoria@Univasf.edu.br
- Página da *web* da ouvidoria: <http://www.Univasf.edu.br/~ouvidoria/>

Na página da Ouvidoria Geral da Univasf (<http://www.Univasf.edu.br/~ouvidoria/>) é disponibilizado o formulário padrão para o desejo de registro de manifestação do cidadão, o Manual da Ouvidoria Geral da Univasf e os relatórios elaborados nesta Instância.

c.6) Localização e equipe

A Ouvidoria Geral da Univasf está instalada por trás do centro de vivência, no *campus* Petrolina Sede.

- Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n, Centro – Campus Universitário. CEP: 53.304-205. Campus Petrolina (Centro)
- Ouvidora Geral: Edileide de Souza Coelho.
- Estagiários: Maurício Vitor Oliveira e Thiago Theophilo.

c.7) Natureza da demanda

As manifestações ou demandas dos cidadãos são classificadas em:

1. Elogios, quando é feito comentário que demonstre a satisfação ou agradecimento por qualquer motivo relacionado aos serviços prestados pela Univasf;
2. Sugestões, quando é proposto alterações nos tramites de determinado serviço;
3. Solicitações de informações, solicitações de informações sobre serviços prestados na Univasf;
4. Reclamações, manifestações de desagrado, descontentamento ou protesto quanto a um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou de seus servidores e funcionários terceirizados;
5. Denúncias, informação cujo conteúdo comunica infração de natureza penal, administrativa, civil ou disciplinar de um servidor ou setor que descumpre norma jurídica, o devido procedimento legal que deveria seguir ou causa prejuízo ou dano ao patrimônio público. É uma acusação de falta ou crime cometido. Alertamos que denuncia calúnia é crime (Delito tipificado no artigo 339 do Código Penal)

As denúncias deverão conter elementos comprobatórios que possibilitem a análise dos fatos relatados pelo setor/comissão competente.

c.8) Resultados

Entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, foram recebidas um total de 431 demandas (82,1% das demandas ocorridas em 2014). Entre as demandas ou contatos junto a Ouvidoria Geral, 58% foi estabelecida por intermédio do *e-mail*; 32,7% dos contatos foi feito por telefone; 9,3% presencial, não houve contatos por correspondência(Figura 9). Os tipos de contato mantiveram com distribuição bastante próxima daqueles ocorridos em 2014, que foram iguais a 55,2%, 42,3%,2,1% e 0,2%, para os contatos por *email*, telefone, presencial e processo protocolado, respectivamente, observando-se apenas uma diminuição nos contatos por telefone e refletindo o aumento de contatos presenciais.

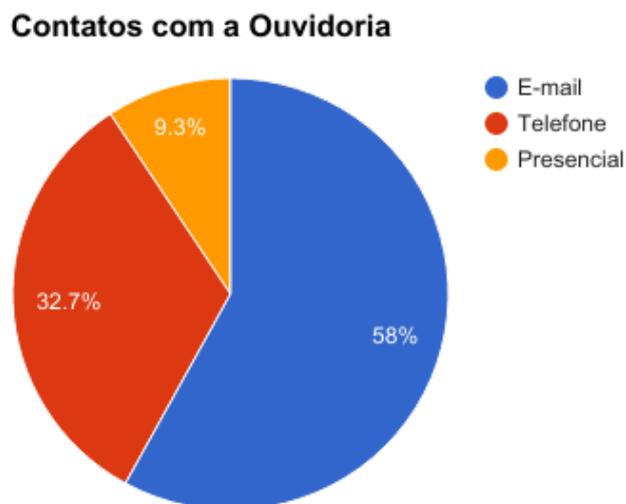


Figura 9 – Natureza dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido em 2016.

Além do recebimento de manifestações da comunidade interna e externa, as ouvidorias públicas também tem tido o papel de mediador de conflitos e processos. Este fato também ocorre na Univasf, onde a Ouvidoria Geral atuou em conciliações entre membros da comunidade acadêmica.

As denúncias totalizaram 3% das manifestações, dentre as quais duas geraram processo na

Comissão de Ética, uma na Comissão de Ética da Univasf e a outra foi encaminhada à Comissão de Ética do Poder Executivo Federal em Brasília/DF. Uma gerou Processo Administrativo Disciplinar (PAD). A demanda analisada pela Comissão de Ética da Univasf teve como fato gerador indício de plágio de trabalho acadêmico de um discente. A demanda que foi encaminhada para a Comissão de Ética do do Poder Executivo Federal em Brasília, trata-se de suposto assédio Docente-Discente. Já o PAD foi instaurado para averiguar suposta agressão física entre docentes da instituição.

Tanto em 2014, como em 2016, observa-se bastante variação na quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria ao longo do ano (Figura 10). Houve maior volume de contatos nos mês de fevereiro. Com base nos calendários acadêmicos de 2014 e 2016, também foi observado que os picos ocorrem nas transições entre os semestres acadêmicos. Isto pode então estar associado aos ingressantes solicitando informações externas ou outros aspectos relacionados ao final ou início de semestre letivo. Durante todo o ano predominou a solicitação de informações e reclamações.

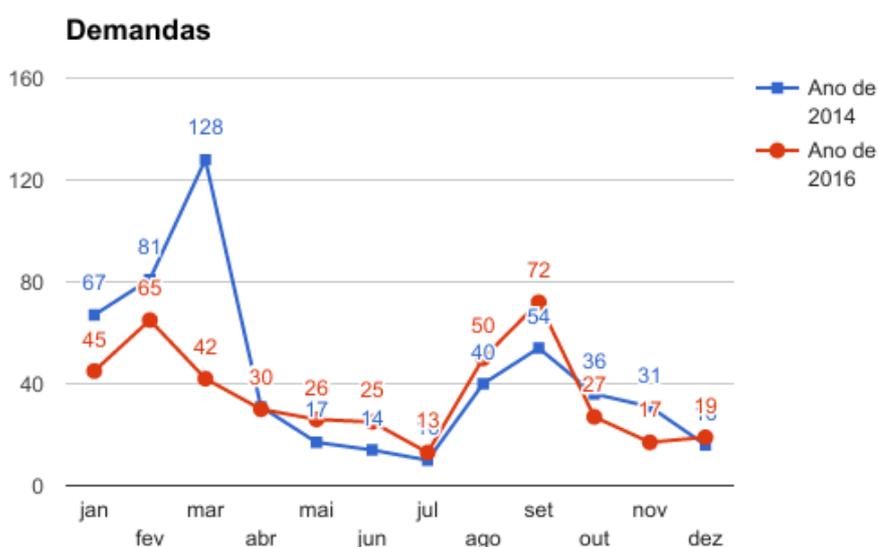


Figura 10 – Quantidade de contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, através do acompanhamento mensal, durante os anos de 2014 e 2016 .

Os contatos recebidos pela Ouvidoria foram classificados quanto a sua unidade (interna ou externa), e quanto sua natureza (informações, reclamações, sugestões, denúncias e elogios). Em

relação ao público total requisitante (431), foram 293 (68%) contatos a partir do público externo e 138 (32%) a partir do público interno (Figura 11). Foi observada um aumento no percentual dos contatos a partir da comunidade interna em comparação ao ano de 2014, no qual foram 24,76% dos contatos a partir da comunidade interna e 75,24% a partir da comunidade externa. Com base nos dados informados não foi possível identificar a unidade interna de cada demanda (Discentes, Técnicos Administrativos ou Discentes) (BRASIL, 2016c).

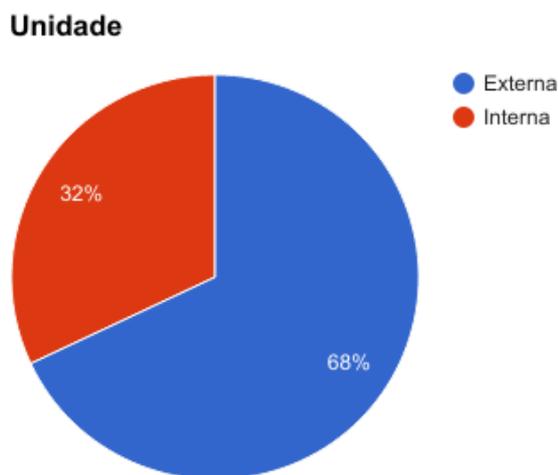


Figura 11 – Unidade (Interna ou Externa) dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014c).

O número total de demandas reduziu de 525, em 2014, para 431, em 2016. Quanto à natureza das manifestações recebidas por esta instância (Figura 12), constatou-se que, em sua maioria (308 contatos – 71,62%), foram inerentes à solicitação de informações, tratando sobre os mais diversos assuntos concernentes à Univasf. Em seguida, vieram as reclamações (108 contatos, uma aumento de 48 contatos em relação ao ano de 2014), representando 25,12% do total de contatos recebidos versando sobre situações referentes ao relacionamento interpessoal das três categorias acadêmicas (corpo docente, corpo discente e corpo técnico administrativo), 3,02% referentes a denúncias (13 contatos), 0,23% de elogios (1 contato) e por fim representação de 0,23% de sugestões.

Natureza do Contato

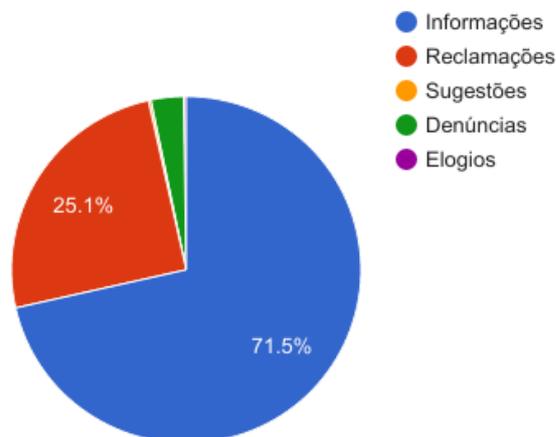


Figura 12 – Natureza dos contatos estabelecidos com a Ouvidoria Geral da Univasf, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2014c).

3.3.5 Políticas de Atendimento aos Discentes

Para que se cumpra o princípio da igualdade de condições de acesso e permanência para todo e qualquer estudante em instituições de ensino superior, é necessário que se tome como prioridade a assistência acadêmica, concebida como direito e como política de inclusão social dos diferentes segmentos da população, operando, pois, com o horizonte de universalidade da cidadania. Considera-se, pois, a assistência acadêmica como o direito de todo estudante de ter condições de permanecer na Universidade, independentemente de sua condição física ou financeira, e ser tratado com igualdade, respeitando-se as diferenças, e possibilitando a todos uma formação universitária consistente e compatível com as atuais exigências da sociedade.

Em relação aos alunos com deficiência, a Univasf, por meio da Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva, em substituição ao Núcleo “Univasf e Diversidade”, promove cursos de capacitação em libras, braile e acessibilidade ao corpo docente e técnico administrativo, de forma a se preparar para a inclusão destes alunos.

A Univasf pautou sua Política de Atendimento Estudantil, visando promover o acesso e a

permanência de todos os discentes no Ensino Superior, independentemente de sua condição física ou socioeconômica. Assegurando, a todos os discentes, igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica. Os discentes serão estimulados a formação integral, incentivando a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer, buscando garantir e ampliar os direitos sociais relativos ao acesso e à permanência dos discentes de baixa renda na graduação através de programas de assistência estudantil. A política de atendimento aos discentes é pautada nos quatro itens descritos a seguir:

- Formas de acesso e programas de apoio pedagógico e financeiro;
- Estímulos à permanência;
- Organização Estudantil e espaço para participação e convivência
- Acompanhamento dos egressos.

A Univasf aderiu ao processo de seleção para ingresso no ensino superior proposto pelo MEC, utilizando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como fase única para todos os seus cursos. O CONUNI também decidiu pela adoção de política afirmativa, com base na Lei nº 17.711, de 29 de agosto de 2012.

A Univasf, em atenção à necessidade de preenchimento de possíveis vagas remanescentes ou ociosas, que por motivos diversos possam vir a existir, e em detrimento das demandas advindas de toda a sociedade, possibilita o ingresso de estudantes que já possuam vínculo em curso superior ou já são graduados, através de outras modalidades de acesso. As vagas serão preenchidas por intermédio de edital próprio que permitirá ingresso pelas seguintes modalidades: reopção de curso (transferência interna), transferência externa, reintegração e portador de diploma de curso de graduação reconhecido pelo MEC.

Para atender o estudante, há também, a Coordenação Pedagógica - CP que é um instrumento de assessoria ao corpo docente e discente da Instituição, no tocante às dificuldades e problemas vivenciados pela comunidade acadêmica, principalmente com relação aos aspectos pedagógicos (relação professor-aluno, dificuldades de aprendizagem, prática educativa), visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pela Univasf. Além do apoio pedagógico prestado pelos docentes durante o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas das disciplinas, a CP tem como objetivo minimizar a evasão e otimizar o aproveitamento acadêmico por meio do acompanhamento da vida acadêmica dos alunos. A CP busca desenvolver uma gestão participativa, considerando as contribuições dos profissionais e pessoas envolvidas e integrando-as no planejamento de ações que contribuam para a oferta de um ensino de qualidade.

Dentre as ações da Coordenação Pedagógica, as quais abrangeram discentes, docentes e pessoas da comunidade externa, no ano de 2013, destacam-se:

- Recepção aos calouros;
- Elaboração de material gráfico com as "primeiras informações" ou informações mais relevantes para os alunos ingressantes;
- Avaliação dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação;
- Trabalho junto à Procuradoria Institucional nos processos de reconhecimento e avaliação dos cursos de graduação;
- Acompanhamento e orientação pedagógica aos alunos dos cinco *campi* da Univasf;
- Orientação didático-pedagógica aos docentes da Instituição;
- Formação continuada com temas propostos pelos Colegiados Acadêmicos;
- Acompanhamento e apoio didático-pedagógico aos programas de monitoria e tutoria de nivelamento, bem como verificação dos seus resultados no processo de aprendizagem dos alunos;
- Levantamento e diagnóstico dos números de evasão e retenção dos cursos de graduação;
- Elaboração de projetos e/ou propostas que visem o progressivo desenvolvimento do aluno dentro da cultura acadêmica e consequente diminuição dos percentuais de evasão e retenção;
- Aproximação da Universidade junto à educação básica da região, por meio de projeto de extensão desenvolvido com os estudantes do ensino médio da rede pública do município de Petrolina-PE, cujo objetivo é oferecer orientação profissional e acadêmica aos alunos;
- Participação em comitê institucional e fórum estadual de educação que discutem a formação de professores da educação básica da região; e
- Participação na comissão de avaliação da condição socioeconômica dos candidatos cotistas do SISU.

São diversos os fatores que podem levar à evasão escolar nas muitas escolas de ensino superior do país, conforme as especificidades de cada região. Na Univasf existem, ainda, políticas que visam minimizar a evasão escolar, através de ações práticas que levem a um nivelamento acadêmico, possibilitando a permanência da comunidade discente, facilitando o acesso e a permanência dos estudantes na Universidade, independentemente de sua condição física ou socioeconômica, assegurando:

- Igualdade de condições para o exercício da atividade acadêmica;
- Formação integral, garantindo a participação em atividades científicas, culturais, artísticas, esportivas e de lazer;
- Inclusão digital;

- Acesso ao aprendizado de línguas estrangeiras;
- Acesso à saúde, moradia, alimentação e transporte.

Além disso, deve assegurar ao estudante portador de necessidades especiais as condições básicas para o seu pleno desenvolvimento acadêmico.

Diversas são as dificuldades encontradas por jovens que chegam à Universidade: lacunas na formação do ensino médio e fundamental, alimentação, moradia, transporte, necessidade de trabalhar para garantir as condições mínimas de sobrevivência, entre outros, configurando-se muitas vezes em motivo de retenção e mesmo evasão dos cursos de nível superior, gerando, por consequência, vagas ociosas nas Universidades Federais.

É fundamental que uma Universidade democrática proporcione condições para o estudante dar continuidade ao seu curso e concluí-lo no menor tempo possível, não permitindo que as desigualdades socioeconômicas reproduzam-se em seu interior.

A Univasf finalizou a construção da residência estudantil nos *campi* de Ciências Agrárias e de São Raimundo Nonato, permitindo que estudantes de regiões fora do local em que se encontra a Universidade possam ter acesso aos cursos oferecidos.

O restaurante universitário é uma necessidade fundamental, que no ano de 2011, apesar de sua implantação e manutenção serem extremamente onerosos, a Univasf deu início à construção do restaurante universitário em cada *campus*, cujas obras foram concluídas. Hoje a Univasf conta com 3 unidades do restaurante universitário atendendo os *campus* de Petrolina Centro, Petrolina CCA e Juazeiro, estando em funcionamento desde o segundo semestre de 2014.

Outra ação implantada na Instituição, desde agosto de 2008, é a Tutoria Especial de Nivelamento. Este projeto piloto é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), sob a Coordenação das Atividades de Monitoria e Tutoria (CAMT) e Serviço de Apoio Pedagógico. As atividades da Tutoria Especial de Nivelamento visam: diminuir os percentuais de reprovação em disciplinas de graduação relacionadas com as áreas de conhecimento do projeto; reduzir a evasão nos cursos de graduação e; colaborar com o professor responsável pelas respectivas disciplinas, no sentido de facilitar a comunicação das dificuldades de aprendizado dos alunos. São ofertadas dez bolsas de tutoria especial de nivelamento, distribuído entre as áreas de química, física e matemática, sendo requisito para o aluno tutor que ele tenha nota mínima 7,0 (sete) em todas as disciplinas da área escolhida que tiverem sido cursadas. O processo seletivo para escolha do tutor é realizado por meio de prova escrita (eliminatória); prova didática (eliminatória) e entrevista (classificatória). Para se classificar, o aluno deverá obter nota mínima 7,0 (sete) tanto na prova escrita quanto na prova didática da área à qual ele estiver concorrendo. Em caso de empate, será usada como critério de

desempate a nota da prova didática. Persistindo o empate, será utilizado como critério de desempate o Coeficiente de Rendimento Escolar do candidato.

A listagem dos alunos ingressantes e que apresentaram rendimento inferior a 30% nas áreas atendidas pela tutoria especial de nivelamento esteve disponível nos Núcleos de Apoio ao Discente (NAD's) dos *campi*. Atualmente, estes setores foram substituídos pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC's).

O atendimento psicopedagógico foi criado na Univasf, mas ainda existem dificuldades quanto ao pequeno número de servidores da área.

Os alunos estão organizados em Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Diretórios Acadêmicos dos Cursos de Graduação (DA), com representação no Conselho Universitário e nos Colegiados dos Cursos, respectivamente, possibilitando a participação estudantil nos processos decisórios da Universidade.

Atualmente, a Univasf conta com uma área de vivência em cada *campus*, composta por centro de reprografia e espaço para cantina com gestão terceirizada.

A Univasf deve continuar buscando mecanismos de acompanhamento dos egressos, como através da criação de uma comissão institucional de acompanhamento de egressos (CAEg) e de uma associação de ex-alunos. No ano de 2013, a CPA encaminhou para o Conselho Universitário um proposta de resolução para acompanhamento dos egressos da Univasf. Espera-se estimular a participação dos discentes por meio da atualização de dados através de divulgação de propostas de emprego, planos de carreira, congressos, seminários, etc..

Deve-se destacar ainda que a avaliação dos serviços de apoio aos discentes de graduação ficou sob a responsabilidade de cada Comissão Própria de Avaliação no Colegiado, de modo que devem ser observados os anexos referentes aos relatórios destas comissões para elucidar a avaliação que reflete a opinião dos alunos de cada curso da Univasf.

Além de bolsas de IC, de atividades de extensão e de ensino, também são concedidas outras bolsas que servem de apoio à manutenção dos discentes na Instituição. No ano de 2014, além das bolsas dos Programas: Bolsa de Residência Universitária Estudantil, Bolsa Permanência e Bolsa de Auxílio Transporte, foram concedidas bolsas para apoio alimentação (Restaurantes Universitários), auxílio moradia Senhor do Bonfim e bolsa acadêmica do Programa de Elaboração de Material Didático.

3.3.6 Resultados da Avaliação pelos Técnicos Administrativos referentes as atividade de Pesquisa e Extensão

Questionamento: Envolvimento de Técnicos administrativos com pesquisa e extensão.

Levando em consideração o envolvimento dos técnicos administrativos em atividades de pesquisa e extensão, 25% consideram como ruim tal envolvimento, 13,89% não souberam opinar, 19,44% consideram o envolvimento apenas regular, 22,22% dos técnicos consideram bom, 2,78% excelente, ao passo que 16,67% consideram o envolvimento com pesquisa e extensão péssimo. (Figura 13). O percentual dos que avaliaram como ruim diminui para 25% no ano de 2016 de 31,43% em 2014.



Figura 13 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao envolvimento deles com pesquisa e extensão, Petrolina – 2016.

Questionamento: Mecanismos de apoio à produção científica e técnica dos Técnicos Administrativos

Neste quesito, 13,89% dos técnicos administrativos consideraram ruins os mecanismos de apoio à produção científica e técnica, 11,11% péssimos, 33,33% regular, 25% bons, 2,78% excelente, 13,89% registraram desconhecer e nenhum técnico registrou que este questionamento não se aplicava (Figura 14). Neste ano, ocorreu uma redução de 17,54% e 3,18% nos percentuais daqueles que registraram como ruim ou péssimo os mecanismos de apoio, respectivamente, em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a).

Apoio à Produção Científica

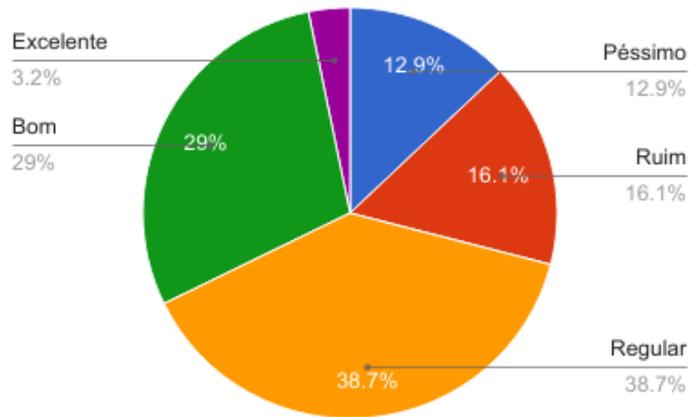


Figura 14 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos mecanismos de apoio à produção científica e técnica dos técnicos administrativos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Mecanismos de apoio à sua participação em eventos científicos e acadêmicos

Quanto aos mecanismos que apoiam a participação dos técnicos administrativos em eventos científicos e acadêmicos, 8,33% deles consideraram ruins, 27,78% regulares, 16,67% bons, 11,11% registraram como excelentes, ao passo que 16,67% avaliaram como péssimo, 16,67% opinaram que desconheciam e 2,78% dos técnicos respondentes considerou que tal conceito não se aplicava (Figura 15). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), ocorreu uma redução de 1,75% nos que responderam como excelentes. Redução de 6,19% nos que responderam como bons e de 23,1% nos que responderam como ruins. Houve redução de 4,43% nos que responderam regular.

Eventos Acadêmicos

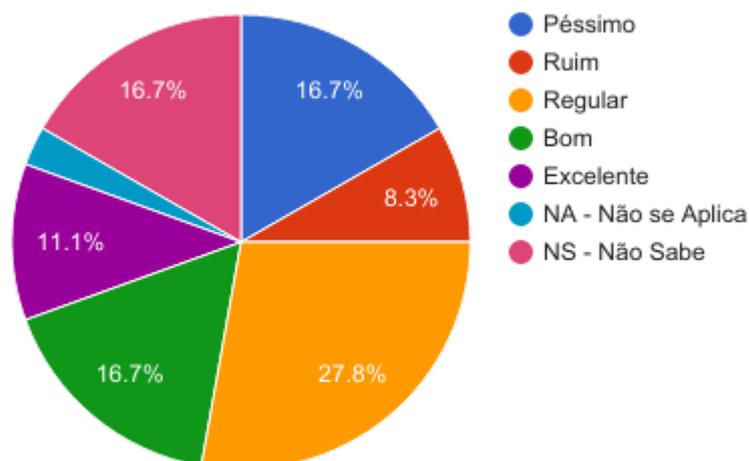


Figura 15 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos mecanismos de apoios à sua participação em eventos científicos e acadêmicos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação *lato sensu*.

Com relação aos mecanismos de aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação *lato sensu* foram obtidos os seguintes percentuais: 27,78% dos técnicos administrativos consideraram regular, 58,33% deles consideraram tais mecanismos como bons ou excelentes, enquanto 11% dos técnicos consideraram ruins, e 2,78% deles registrou que não tinha conhecimento sobre o aspecto, não houveram avaliações como péssimo (Figura 16). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 3,28% no percentual de técnicos que avaliou como ruim ou péssimo, e aumento de 12,61% no resultado da avaliação como bom ou excelente. Quanto aos que consideram apenas regular, houve também uma redução de 9,36%.

Aperfeiçoamento Lato Sensu

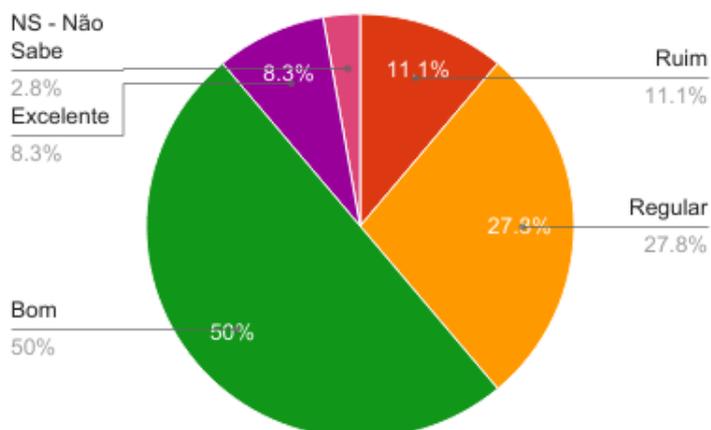


Figura 16 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação lato sensu, Petrolina – 2016.

Questionamento: Mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Com relação aos mecanismos de aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação *stricto sensu* foram obtidos os seguintes percentuais: 33,33% dos técnicos administrativos consideraram regular, 44,45% dos técnicos consideraram tais mecanismos como bons ou excelentes, enquanto 13,89% dos técnicos consideraram ruins ou péssimos, 2,78% registrou que esse questionamento não se aplicava e 5,56% dos técnicos registrou que não sabia responder (Figura 17). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 17,54% no percentual de técnicos que avaliou como ruim ou péssimo e aumento no percentual de 7,31% dos que avaliaram como bom ou excelente.

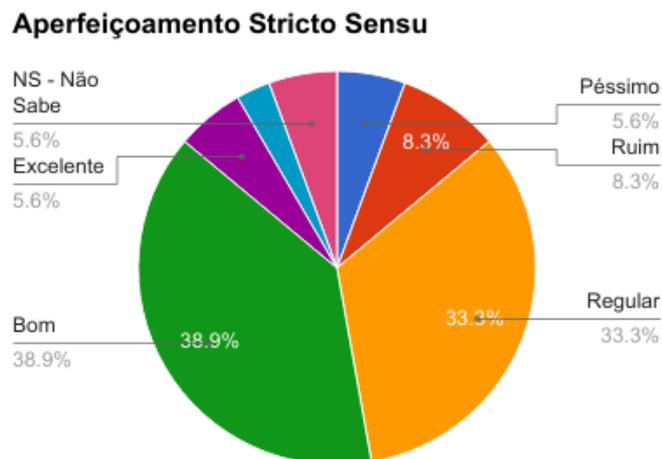


Figura 17 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de pós-graduação stricto sensu, Petrolina – 2016.

3.3.7 Resultados da avaliação pelos docentes relativos as atividade de ensino, pesquisa e extensão

Questionamento: Dimensionamento da carga horária da(s) disciplinas(s) - Ensino

Com relação ao dimensionamento da carga horária das disciplinas, a maioria (75,29%) avaliou como excelente ou boa, 18,82% avaliaram ser apenas regular, 3,53% como ruim e 1,18% avaliou como péssimo, ainda 1,18 desconheciam. (Figura 18).

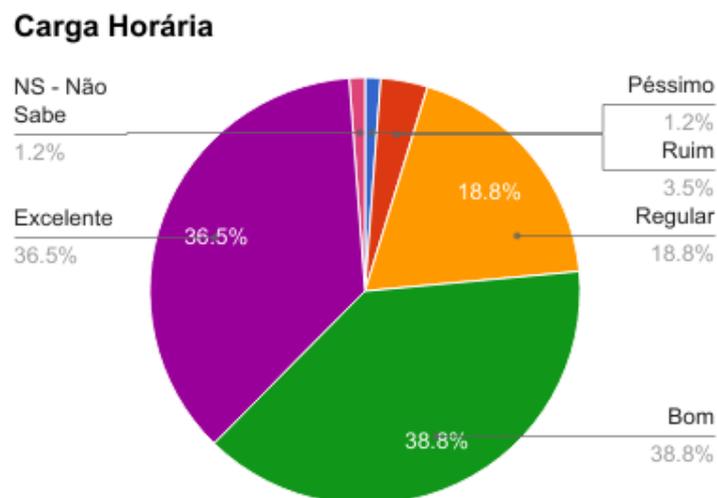


Figura 18 – Opinião dos docentes no que se refere à carga horária média dedicada à graduação, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como o docente se autoavalia quanto à prática docente em sala de aula - Ensino

Os resultados relativos à como os docentes se autoavaliam permitem concluir que 98,82% dos docentes avaliaram sua prática docente em sala de aula como excelente ou boa, outros 1,18% regular e nenhum informou ser ruim ou péssima. (Figura 19).

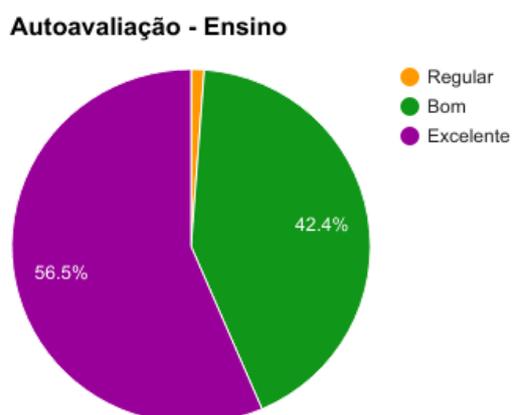


Figura 19 – Resultados relativos a como os docentes se autoavaliam quanto à prática docente em sala de aula,

Questionamento: Como o docente se autoavalia quanto à prática docente em extensão

Os resultados relativos à como os docentes se autoavaliam quanto à prática da extensão, permitem concluir que 61,2% dos docentes avaliaram sua prática em atividades de extensão como excelente ou boa, outros 24,7% regular, 4,7% como ruim, 2,4% como péssimo, 1,2% não soube responder ao questionamento e ainda 5,9% dos docentes registraram que esse questionamento não se aplicava (Figura 20). No ano de 2014, o percentual dos que destacaram como excelente ou bom foi de 53%. Comparando com o resultado quanto à prática de ensino, percebe-se que o percentual que se dedica a extensão é bem menor.

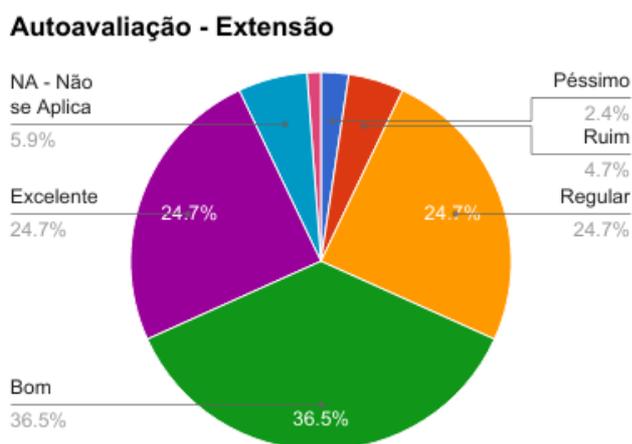


Figura 20 – Resultados relativos a como os docentes se autoavaliam quanto à prática de atividade de extensão, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como o docente se autoavalia quanto à prática docente da pesquisa

Os resultados relativos à como os docentes se autoavaliam quanto à prática da pesquisa, permitem concluir que 72,9% dos docentes avaliaram sua prática em pesquisa como excelente ou boa, outros 20% como regular, 5,53% como ruim, nenhum como péssimo, 1,2% não soube responder ao questionamento e ainda 3,5% dos docentes registraram que esse questionamento não se aplicava (Figura 21). Comparando ao ano de 2013, houve um aumento de 5,6% no percentual

dos docentes que destacaram ser excelente ou boa sua autoavaliação.

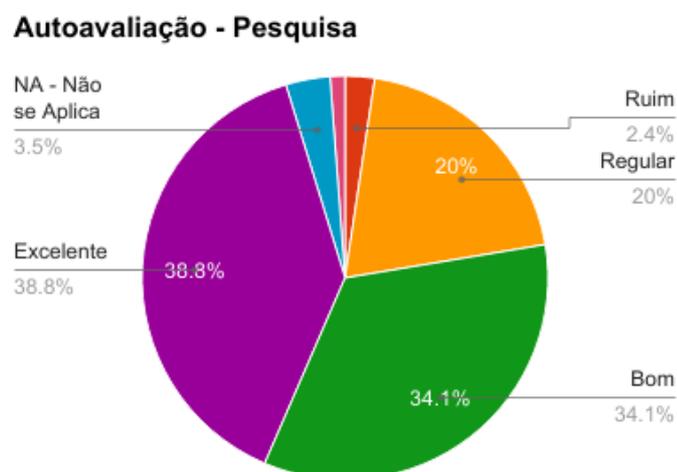


Figura 21 – Resultados relativos a como os docentes se autoavaliam quanto à prática da pesquisa, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como o docente se autoavalia quanto à prática de atividades de gestão (administrativa, comissões, etc.)

Os resultados relativos à como os docentes se autoavaliam quanto à prática de atividades administrativas, permitem concluir que 88% dos docentes avaliaram como excelente ou boa, outros 7,1% como regular, 1,2% como ruim, 1,2% como péssimo, 1,2% não souberam responder ao questionamento e ainda 1,2% dos docentes registraram que esse questionamento não se aplicava (Figura 22). Comparando com o ano de 2014, o percentual se manteve alto (76% em 2014) (BRASIL, 2014a), acima da dedicação à pesquisa e extensão.

Comparando os resultados relativos à prática profissional docente, percebe-se que há a seguinte ordem de dedicação às atividades: ensino, gestão, pesquisa e extensão.

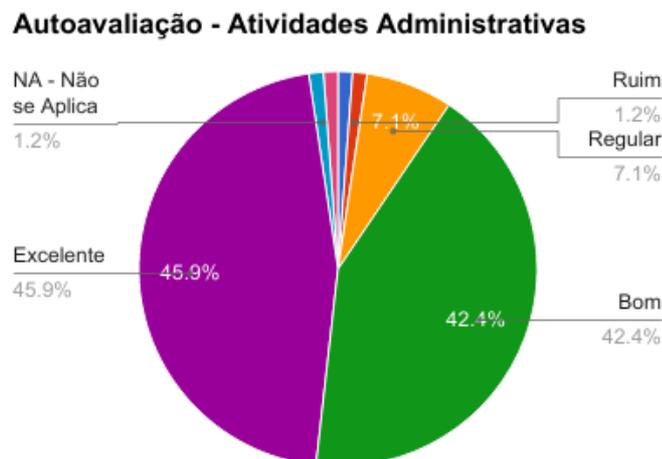


Figura 22 – Resultados relativos à como os docentes se autoavaliam quanto à prática de atividades administrativas, Petrolina – 2016.

3.3.8 Resultados da Avaliação pelos Discentes (matriculados a partir do 2º período) relativos as atividade de ensino, pesquisa e extensão

No questionário aplicado aos discentes no 1º período não são incluídos questionamentos desta natureza, devido pequeno tempo de ingresso no curso. São incluídos questionamentos para levantamento do perfil socioeconômico e relativos à infraestrutura das instalações prediais (salas de aula, biblioteca, transporte...), bem como sobre se os discentes têm conhecimento da representação estudantil e documentos institucionais.

Os resultados a seguir se referem ao cenário institucional, considerando o total de respondentes matriculados a partir do 2º período em todos os cursos de graduação da Univasf.

Questionamento: Com relação aos professores das disciplinas que você cursou, em sua opinião: Os professores cancelavam aulas com frequência pelos mais variados motivos, sem justificativas procedentes - Ensino

Para 63,2% dos discentes, os docentes não cancelavam aulas com frequência, sem justificativas procedentes. 15,8% informaram que sim e 21,1% registraram que acontecia em parte, ou seja, alguns professores o fazem (Figura 23).

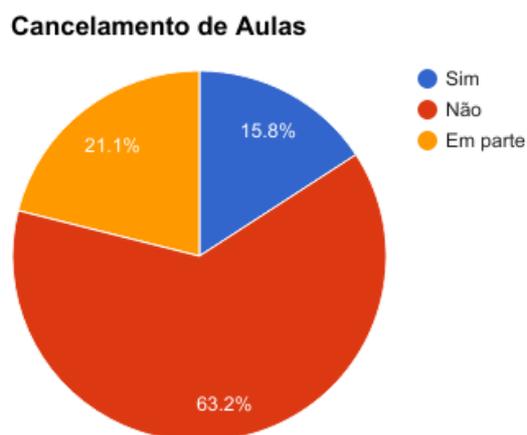


Figura 23 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores cancelam aulas com frequência pelos mais variados motivos, sem justificativas procedentes, Petrolina – 2016.

Questionamento: Com relação aos professores das disciplinas que você cursou, em sua opinião: Os professores repunham as aulas canceladas em horários inconvenientes para os alunos – Ensino

Os dados permitem concluir que 52,6% dos discentes avaliaram que os docentes não repunham aulas em horários inconvenientes para os discentes, outros 21,1% avaliaram que em parte e 26,3% registraram que sim. O docente repõe aulas em horários inconvenientes para os discentes (Figura 24).

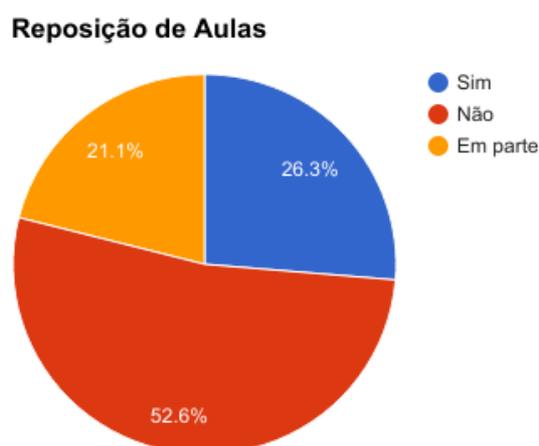


Figura 24 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores repunham as aulas canceladas em horários inconvenientes para os alunos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Com relação aos professores das disciplinas que você cursou, em sua opinião: Os professores não demonstravam interesse para preparar aulas – Ensino

Para 57,9% dos discentes que responderam ao questionário, os docentes demonstram interesse para preparar as aulas. O percentual de 10,5% registraram que SIM, os docentes não demonstravam interesse para preparar aulas e outros 31,6% destacaram que apenas parte dos docentes não demonstrou interesse (Figura 25).

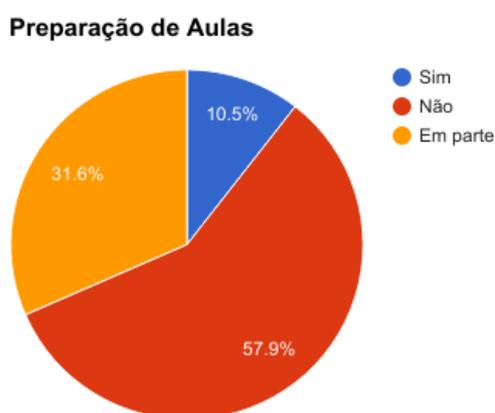


Figura 25 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores não demonstravam interesse em preparar aulas, Petrolina – 2016.

Questionamento: Com relação aos professores das disciplinas que você cursou, em sua opinião: Os professores estimularam a participação dos alunos em atividades de pesquisas ou extracurriculares de caráter profissionalizante? – Ensino, Pesquisa e Extensão

Para 21,1% dos discentes que responderam ao questionário, os docentes estimularam a participação dos alunos em atividades de pesquisas ou extracurriculares de caráter profissionalizante. O percentual de 36,8% registrou que apenas parte dos docentes não estimula a prática daquelas atividades e outros 42,1% registraram que os docentes não estimulam a participação dos alunos em atividades de pesquisa ou extracurriculares (Figura 26).

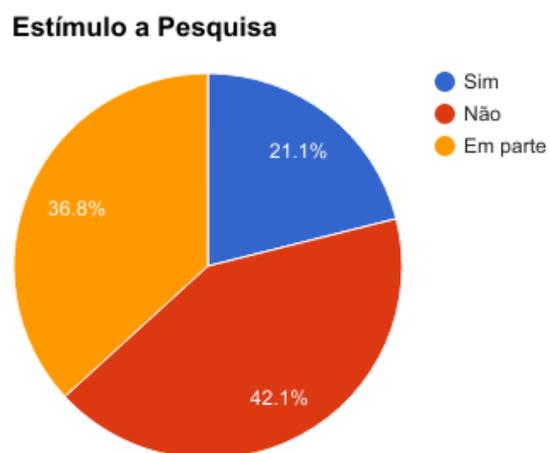


Figura 26 – Resultados relativos à opinião dos discentes sobre se os professores estimulam a participação dos alunos em atividades de pesquisas ou extracurriculares de caráter profissionalizante, Petrolina – 2016.

3.4. Políticas de Gestão: compreende as dimensões 05 (Política de Pessoal), 06 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES - EIXO 4

3.4.1 Política de Pessoal

A Univasf foi inicialmente formada por docentes e técnicos administrativos oriundos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que ao chegarem em Petrolina (PE), contataram o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), atualmente intitulado Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão – PE), no intuito de angariar recursos humanos capacitados, que pudessem contribuir naquele primeiro momento de instalação da entidade. Desde então, o quadro de docentes e técnicos administrativos da Univasf expandiu significativamente até o ano de 2010, e de forma menos evidente em 2011 e 2012. A Tabela 15 contém o quantitativo total de funcionários concursados em cada *campus* nos anos de 2015 e 2016. Conforme previsto, surgiram novas vagas, principalmente para técnicos administrativos (27 para docentes e 51 para técnicos).

Tabela 11 – Relação de funcionários por campus da Univasf, no anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

<i>Campus</i>	Funcionários	Total por categoria		Porcentagem por categoria (%)		Total por <i>campus</i>		Porcentagem por <i>campus</i> (%)	
		2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Ciências Agrárias, Petrolina (PE)	Docentes	82	87	17	16,3	115	118	14,00	13,3
	Técnicos Administrativos	33	31	9	8,6				
Juazeiro (BA)	Docentes	129	133	26	24,9	171	175	20,00	19,6
	Técnicos Administrativos	42	42	12	11,6				
Petrolina Sede (PE)	Docentes	188	210	38	39,4	423	467	50,00	52,5
	Técnicos Administrativos	235	257	66	71				
São Raimundo Nonato (PI)	Docentes	31	31	6	8,6	41	43	5,00	4,8
	Técnicos Administrativos	10	12	3	3,3				
Senhor do Bonfim (BA)	Docentes	26	40	5	7,5	35	51	4,00	5,8
	Técnicos Administrativos	9	11	3	3				

Paulo Afonso	Docentes	20	26	4	4,9	29	35	3,00	4
	Técnicos Administrativos	9	9	3	2,5				
Cedidos	Docentes	13	*	3	*	32	*	4,00	*
	Técnicos Administrativos	19		5					
TOTAL	Docentes	489	533	57,8	59,6	846	895	100	
	Técnicos Administrativos	357	362	42,2	40,4				

* Informação não disponível.

Na Figura 27 pode ser visualizada a evolução do quantitativo de docentes e técnicos desde o ano de 2004. Apesar do crescimento observado deve-se avaliar se o quantitativo de docentes e técnicos está compatível com o número de cursos de graduação, de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo os programas interinstitucionais e de pós-graduação *lato sensu*, distribuídos em 06 *campi*, estando localizados dois (02) em Petrolina-PE, um (01) em Juazeiro – BA, um (01) em Senhor do Bonfim – BA, um (01) em São Raimundo Nonato – PI e um (01) em Paulo Afonso – BA.

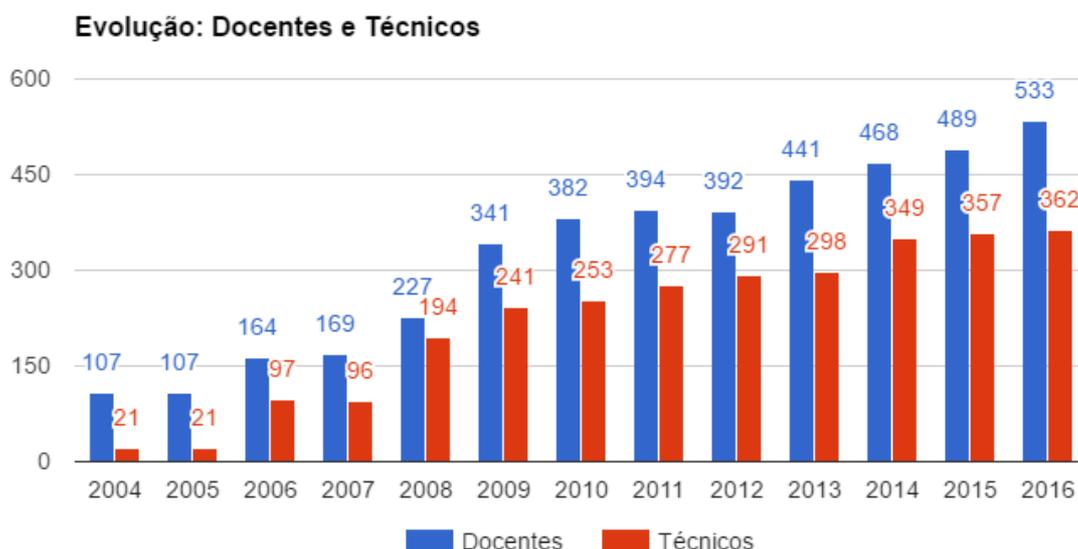


Figura 27 – Evolução do quantitativo de docentes e técnicos desde o ano de 2004 (FONTE: SGP – Univasf, março de 2017).

a) Corpo Docente

O quadro de servidores docentes da Univasf, nos termos estatutários, é composto por integrantes da carreira do magistério e demais professores admitidos em conformidade com a lei, por meio de habilitação em concurso de provas e títulos.

O tempo de vínculo dos docentes integrantes do quadro permanente da Univasf é

relativamente reduzido, uma vez que a própria universidade é recente e os seus cursos ainda estão em processo de implantação e consolidação.

Comparando com os anos anteriores (2014 e 2015) verifica-se um aumento percentual no quantitativo de doutores (2,51%) de 2014 para 2015 (BRASIL, 2016a) e novo aumento de 261, em 2015, para 316 doutores, em 2016 (Tabela 12). Estes resultados devem-se, em parte, a política de incentivo à capacitação docente da Univasf.

Tabela 12 – Titulação dos docentes da Univasf nos anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016. (Fontes: SGP – Univasf, fevereiro de 2016).

Titulação	Número de docentes		Porcentagem (%)	
	2015	2016	2015	2016
Graduados	4	3	0,82	0,56
Especialistas	42	41	8,59	7,69
Mestres	182	173	37,22	32,45
Doutores	261	316	53,37	59,28
TOTAL	489	533	100,00	100,00

Com relação ao regime de trabalho, no ano de 2016, 86,49% dos docentes se enquadram no regime de dedicação exclusiva (DE) como descrito na Tabela 13.

Tabela 13 – Regime de trabalho dos docentes da Univasf nos anos de 2015 e 2016 – Petrolina, 2016. (Fontes: BRASIL, 2016a; SGP – Univasf, março de 2017).

Regime de Trabalho	Número de Docentes		Porcentagem (%)	
	2015	2016	2015	2016
Dedicação Exclusiva	421	461	86,10	86,49
40 horas semanais	18	18	3,68	3,37
20 horas semanais	50	54	10,22	10,13
TOTAL	489	533	100,00	100,0

A Universidade Federal do Vale do São Francisco, ao longo de nove anos, estrutura-se e consolida-se enquanto Instituição de Ensino Superior, preconizando a excelência na oferta do ensino. Possui um corpo docente formado, em sua grande maioria, por mestres ou doutores (91,73% - Tabela 12), e, sobretudo, por jovens professores com até 40 anos (58,34% - Tabela 14), que estão, na maioria das vezes, iniciando a carreira na docência do ensino superior.

Tabela 14 – Faixa etária do corpo docente da Univasf, Petrolina, 2016 (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Faixa Etária	Número de Docentes	Porcentagem (%)
--------------	--------------------	-----------------

	2015	2016	2015	2016
Até 31anos	37	50	7,56	9,38
De 31 a 40 anos	256	261	52,35	48,96
De 41 a 50 anos	152	163	31,08	30,58
De 51 a 60 anos	33	47	6,75	8,81
Mais de 60 anos	11	12	2,00	2,25
TOTAL	489	533	100,00	100,00

b) Corpo Técnico administrativo

O corpo técnico administrativo da Univasf é composto por funcionários com nível de escolaridade superior ao exigido para o cargo inicial, sendo composto por uma grande maioria de Especialistas, o que contribui para o melhor desempenho de suas atribuições, e para a colaboração com as demais atividades de pesquisa, ensino e extensão, conforme descrito na Tabela 16. Entretanto, cabe à Universidade criar mecanismos de estímulo destes servidores, quer por meio de cursos de capacitação específicos para o cargo e para as funções exercidas, quer por meio de cursos voltados para o suporte às atividades acadêmicas, de pesquisa e de extensão, providências estas que estão em fase de implantação através de ações da Secretaria de Gestão de Pessoas da Univasf.

A Tabela 15 contém o quantitativo de técnicos de acordo as categorias para progressão por capacitação, de acordo com o anexo 3 da Lei 11.091/2005, com redação dada pela Lei 12.772/2012. De acordo com a SGP, existem quatro servidores na condição de excedente à lotação que não entram nas vagas ocupadas.

Tabela 15 – Número de vagas para as categorias de técnicos administrativos da Univasf: nível superior, nível médio e nível fundamental, nos anos de 2015 e 2016. (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Servidores Técnicos Administrativos						
Nível de Classificação	Ocupados		Vagos		Total	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Nível B	1	1	0	0	1	1
Nível C	12	12	1	1	13	13
Nível D	227	236	14	9	241	245
Nível E	114	113	2	5	116	118
TOTAL	353	362	25	15	370	377

Comparando os dados da Tabela 20 com os apresentados no Relatório Anual referente ao ano de 2015 (BRASIL, 2016a), percebe-se aumento significativo no quantitativo de servidores técnicos administrativos com mestrado: em 2015 havia quarenta e um (41) mestres.

Tabela 16 – Nível de escolaridade dos servidores técnicos administrativos da Univasf. (Fontes: BRASIL, 2014a; SGP – Univasf, fevereiro de 2017).

Escolaridade	Número de Técnicos		Porcentagem (%)	
	2015	2016	2015	2016
Ensino Fundamental	00	00	0,00	0,00
Ensino Médio	22	16	6,16	4,41
Técnico	19	14	5,32	3,86
Graduado	87	83	24,37	22,98
Especialista	186	178	52,10	49,17
Mestre	41	67	11,49	18,50
Doutor	02	04	0,56	1,10
TOTAL	357	362	100,00	100,00

Com base na análise dos dados descritos nas Tabelas 19 e 20, 362 técnicos estavam em atuação na Univasf no ano de 2016. Acrescentando-se 15 cargos vagos e reduzindo-se, obtém-se o total de 377 técnicos, número registrado no ano de 2016, na Tabela 19.

Plano de Capacitação 2014

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), através do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas/Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento, disponibilizou o Plano de Capacitação 2014, destinado aos servidores técnico-administrativos e docentes da Univasf. O Plano de Capacitação tem como objetivo a garantia do constante desenvolvimento profissional através da promoção de ações de capacitação que reflitam positivamente na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, bem como no desenvolvimento pessoal, integrando e motivando os servidores da instituição.

Os objetivos gerais do Plano de Capacitação 2014 da Univasf, conforme disposto no art. 1º do Decreto 5.707/2006, são:

Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;

Desenvolvimento permanente do servidor público;

E adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual.

Para tanto, os objetivos específicos são:

Promover o desenvolvimento das competências e habilidades do servidor, necessárias ao

bom desempenho das atividades;

Promover ações de capacitação que desenvolvam as competências gerenciais;

Ofertar ações de capacitação adequando as competências requeridas pelos servidores aos objetivos institucionais;

Propiciar ações de capacitação que incentivem a participação continuada do servidor, mediante às demandas específicas de desenvolvimento;

Contribuir para o desenvolvimento integral do servidor, proporcionando atuação funcional mais eficiente e eficaz e, conseqüentemente, melhoria na qualidade do trabalho.

Em 2014, o PAC foi dividido em três programas que apresentam os objetivos seguintes:

- Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG): Oferecer ações de capacitação que promovem o desenvolvimento das competências gerenciais atuais ou possíveis dirigentes da Univasf;

- Programa de Desenvolvimento de Carreiras (PDC): Oferecer ações de capacitação que promovam o desenvolvimento das competências técnicas dos servidores da Univasf;

- Programa de Desenvolvimento Pessoal (PDP): Oferecer ações de capacitação que promovam o desenvolvimento das competências individuais que são comuns a todos os servidores da Univasf.

Os critérios para seleção dos servidores são respectivamente:

Ordem de recebimento das inscrições;

Necessidade de progressão por capacitação no exercício 2014;

Possuir maior tempo de exercício na Univasf;

Desempenho de novas habilidades e competências compatíveis com o cargo/função;

Nota de avaliação de desempenho (quando houver);

Não tenha sido contemplado com nenhuma ação de capacitação nos exercícios anteriores;

Maioridade.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf estabeleceu parceria com a Universidade Federal da Bahia - UFBA visando o incentivo à qualificação dos servidores por meio da oferta de vagas para o Mestrado Profissional em Administração. Em de 12 de fevereiro de 2014 foi assinado o Termo de Cooperação entre as duas universidades federais e foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 14 de fevereiro. O mestrado possui conceito 4 pela CAPES e conta com três linhas de pesquisa: “Organização, Poder e Gestão”, “Administração Pública e Governança”, “Tecnologia, Inovação e Competitividade”.

No exercício de 2014, o orçamento disponibilizado para o Plano de Capacitação de Univasf

foi de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). Para a elaboração do Plano de Capacitação foram consideradas as informações prestadas pelos setores através do Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC 2014), as avaliações de reação dos planos de capacitação durante o exercício de 2013 e as sugestões de ações de capacitação informadas pelas chefias por meio do Programa de Avaliação de Desempenho – PROAD. Uma nova ação de capacitação denominada de Grupo Formal de Estudos em Administração Pública e Gestão de Pessoas, foi implementada, visando à promoção de um ambiente de troca de conhecimento entre servidores e uma melhor compreensão e execução das atividades.

O Quadro 6 apresenta os cursos ofertados pelo Plano de Capacitação 2014 da Univasf, relacionados com suas respectivas áreas temáticas, carga horária, quantidade de vagas e modalidade (presencial ou à distância). Conforme pode ser observado no quadro abaixo, o Plano de Capacitação 2014 ofertou 1.565 (mil quinhentos e sessenta e cinco) vagas.

Quadro 6 – Relação de cursos ofertados pelo Plano de Capacitação da Univasf para o ano 2014 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2015).

Programa	Área Temática	Ação de Capacitação	CH (em horas)	Vagas	Modalidade
Programa de Desenvolvimento Gerencial	Desenvolvimento Gerencial	Roda de conversa com os gestores	16	30	Presencial
		Oficina de desenvolvimento de equipes	20	30	
		Curso de planejamento estratégico	24	25	
		Palestra sobre Avaliação Institucional	2	50	
		Curso de liderança para Gestores	24	25	
		Curso de Formação Continuada para Coordenadores e Vice-Coordenadores	20	50	
Programa de Desenvolvimento de Carreiras	Formação inicial para novos servidores	Curso de iniciação ao serviço público	16	Conforme Nomeação dos novos servidores	Presencial
	Comunicação	Curso modular em comunicação e escrita	20	50	

		(EAD): Tecnologia da Informação Comunicação (Módulo I)			EAD
		Curso modular em comunicação e escrita (EAD): Tecnologia da Comunicação Institucional (Módulo II)	20	50	
		Curso modular em comunicação e escrita (EAD): Língua Portuguesa (Módulo III)	30	50	
		Curso modular em comunicação e escrita (EAD): Redação Oficial (Módulo IV)	30	50	
		Curso modular em comunicação e escrita (EAD): Oratória (Módulo V)	20	25	Presencial
	Gestão Administrativa	Treinamento sobre o uso de veículos oficiais	20	30	Presencial
		Curso de Organização de Eventos e Cerimonial	20	25	
		Grupo Formal de Estudo em Administração Pública e Gestão de Pessoas	20	30	
		Curso de Prevenção e Conservação em Documentos Bibliográficos	40	20	
	Gestão de pessoas	IV Encontro de Servidores da Univasf	4	100	Presencial
Economia, Orçamento e Finanças	Curso de Elaboração de Editais e Termo de Referência e Projeto Básico	28	25	Presencial	
	Curso de Gestão de Fiscalização de Contratos e Convênios	24	25		
	Curso de Licitação e	36	25		

		Contratos			
		Curso de Gestão e Execução Orçamentária e Finanças	24	25	
	Informática	Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Design Gráfico (Módulo I)	30	50	EAD
		Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Edição de Texto (Módulo II)	30	50	
		Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Planilhas Eletrônicas (Módulo III)	30	50	
		Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Edição de Slides (Módulo IV)	30	50	
Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Web Design (Módulo V)	30	50			
	Saúde	Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: Introdução a Biossegurança – Normas e Legislação (Módulo I)	40	30	Presencial
		Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: Biossegurança com ênfase em Laboratório de Química e Física (Módulo II)	40	30	Presencial
		Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: Biossegurança com ênfase em Laboratório Biológico (Módulo III)	40	30	Presencial

Programa de desenvolvimento pessoal	Comunicação	Curso Básico de Inglês	Turma 1: 60h	Turma 1: 25 vagas	Presencial
			Turma 2: 60h	Turma 1: 25 vagas	
		Curso Intermediário de Inglês	60	30	
		Curso Básico de Libras	Turma 1: 40h	Turma 1: 30 vagas	
			Turma 2: 40h	Turma 2: 30 vagas	
		Curso Intermediário de Libras	Turma 1: 60h	Turma 1: 30 vagas	
	Turma 2: 60h		Turma 2: 60h		
	Pessoa, família e sociedade	Inclusão e Acessibilidade	40h	25	Presencial
	Planejamento	Oficina de Gerenciamento de Tempo	20	30	Presencial
	Saúde	Oficina de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	20	30	Presencial
			Curso de primeiros socorros	Turma 1: 20h	
		Turma 2: 20h		Turma 2: 20 vagas	
		Turma 3: 20h		Turma 3: 20 vagas	
		Turma 4: 20h		Turma 4: 20 vagas	
		Turma 5: 20h		Turma 5: 20 vagas	
		Curso de Combate a Incêndio	Turma 1: 20h	Turma 1: 20 vagas	
			Turma 2: 20h	Turma 2: 20 vagas	
Turma 3: 20h			Turma 3: 20 vagas		

			Turma 4: 20h	Turma 4: 20 vagas	
			Turma 5: 20h	Turma 5: 20 vagas	

Como nos registros descritos no Quadro 7, foram realizados 35 cursos dentre os programados para o Plano de Capacitação 2014 da Univasf, atendendo à 789 inscritos, o que equivale a 50,4% das vagas disponibilizadas (1.565), dentre eles: docentes e técnicos da Univasf, servidores da Prefeitura Municipal de Juazeiro, do IF-Sertão, do INSS, bem como terceirizados e estagiários da Univasf.

Quadro 7 – Relação de cursos realizados para os servidores (docentes e técnicos administrativos) da Univasf durante o ano de 2014 – Petrolina, 2014 (Fonte: SGP – Univasf, fevereiro de 2015).

Nome do Curso	CH (h)	Modalidades	Período	Número de Servidores Capacitados
Curso de Preservação e Conservação em Documentos Bibliográficos	40	Presencial	07 a 11/04	22 (12 servidores e 10 terceirizados)
Roda de Conversa com os Gestores. Tema: Desenvolvimento de Equipes	1	Presencial	16/04/2014	11
Roda de Conversa com os Gestores. Tema: Desenvolvimento de Equipes	1	Presencial	23/04/2014	13
Grupo Formal de Estudos em Administração Pública. Tema: Comunicação Institucional	2	Presencial	21/05/2014	12 (11 servidores e 1 do INSS)
Curso de Formação Continuada de Coordenadores. Tema: Treinamento sobre STD	1	Presencial	23/05/2014	16
Curso de Modular em Informática Avançada (EAD): Módulo I – Design Gráfico	30	EAD	12/05 à 01/06/2014	17 (13 servidores, 2 estagiários, 1 terceirizados e 1 do INSS)
Curso de Modular em Informática Avançada (EAD): Módulo II – Edição de Slides	30	EAD	02/06 a 22/06/2014	9 (7 servidores, 1 do IF e 1 do INSS)
Oficina de Gerenciamento de tempo	20	Presencial	16/05 a 27/06/2014	15 (8 servidores, 1 terceirizado, 2 estagiários, 4 do INSS e 1 da Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA)

Curso de Iniciação ao Serviço Público – Tema 1	22	Presencial	08/07 a 11/07/2014	51 servidores capacitados
Curso Básico de Libras – Turma 01	40	Presencial	06/05 a 18/07	12 (7 servidores, 2 terceirizados, 2 do INSS e 1 do IF)
Curso Básico em Inglês – Turma 01	60	Presencial	05/05 a 22/07	17 (9 servidores, 1 terceirizado, 1 estagiário, 4 do IF e 2 da Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA)
Roda de Conversa com Gestores. Tema: Avaliação Institucional	1	Presencial	22/07/2014	Ação concluída com 5 servidores capacitados.
Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Módulo III – Edição de Textos	30	EAD	07/07 a 27/07	15 (13 servidores, 1 estagiário e 1 do INSS)
Módulo I: Curso Modular em Comunicação e Escrita: Comunicação Institucional	20	EAD	04 a 17/08	16 (12 servidores, 1 estagiário, 1 terceirizado, 1 do INSS e 1 do IF)
Curso de Iniciação ao Serviço Público – Turma 2	16	Presencial	13 a 14/08	16 servidores
Curso de Iniciação ao Serviço Público – Turma 2	16	Presencial	13 a 14/08	15 servidores
Grupo Formal de Estudos em Administração Pública. Tema: Portaria Interministerial 333/2013	3	Presencial	20/08	10 servidores
Curso de Formação Continuada de Coordenadores. Tema: Processo de Desligamento	2	Presencial	22/08/2014	16 servidores
Módulo III: Curso Modular em Comunicação e Escrita: Língua Portuguesa	30	EAD	01 a 23/08/2014	27 (20 servidores, 2 terceirizados, 1 do INSS e 4 da Prefeitura de Juazeiro)
Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Módulo IV – Planilhas Eletrônicas	30	EAD	04 a 24/08	27 (17 servidores, 1 estagiário, 6 terceirizados, 1 do INSS e 2 do IF)
Módulo II: Curso Modular em Comunicação e Escrita: TIC'S	20	EAD	18 a 31/08	20 (15 servidores, 1 estagiário, 3 terceirizados e 1 do INSS)
Curso Básico de Libras – Turma 02	40	Presencial	05/08 a	10 (3 servidores, 7 da

			04/09	Prefeitura de Jazeiro)
Curso Modular em Informática Avançada (EAD): Módulo V – Web Design	30	EAD	01 a 21/09	6 (3 servidores, 2 estagiários, 1 terceirizado)
Curso de Primeiros Socorros - SRN	20	Presencial	24, 25 e 25/09	17 (8 servidores, 1 aluno e 1 terceirizado)
Curso Básico em Inglês – Turma 02	60	Presencial	04/08 a 07/10	18 (17 servidores e 1 terceirizado)
IV Encontro de servidores da Univasf	8	Presencial	24/10	261 inscritos (117 Univasf e 144 IF)
Módulo IV: Curso Modular em Comunicação Redação Oficial	30	EAD	06 a 26/10	22 (13 servidores, 1 do INSS, 5 terceirizados e 3 do IF)
Curso de Inclusão e Acessibilidade	40	Presencial	01/10 a 03/11	12 (5 servidores, 1 estagiário, 4 do IF e 2 do INSS)
Roda de conversa dos Gestores. Tema: LNC 2015	1	Presencial	22/07	6 servidores capacitados
Curso intermediário de Libras – Turma 01	60	Presencial	02/10 a 20/11	16 (12 servidores, 2 terceirizados, 2 do INSS)
Curso Intermediário de Inglês	60	Presencial	13/10 a 09/12	22 (19 servidores e 3 do IF)
Oficina de Citações e Referências	6	Presencial	12 e 13/08	14 (7 servidores, 3 estagiários, 1 terceirizado, 1 do INSS e 2 do IF)
Curso beOne de Desenvolvimento Humano – Módulo I – Turma I	50	Presencial	01 a 05/11	9 servidores
Curso beOne de Desenvolvimento Humano – Módulo I – Turma II	50	Presencial	23 a 30/11	9 servidores
Treinamento do sistema de suporte	3	EAD	15 a 19/12	6 servidores

Alguns cursos foram apresentados pelo Plano de Capacitação no ano de 2014, porém, por diversos motivos não ocorreram, os quais estão listados no Quadro 8. No total, treze cursos planejados não foram executados. A principal justificativa da não realização foi o pequeno número de inscritos e outros três cursos por falta de divulgação.

Quadro 8 – Relação dos cursos não realizados aos técnicos administrativos da Univasf durante o ano de 2014 – Petrolina, 2014 (Fonte: SGP – Univasf – fevereiro de 2015).

Nome do Curso	CH (h)	Vagas Ofertados	Inscritos (percentual)
Grupo Formal de estudo sobre TIC'S no Serviço Público – PNZ	2	30	4 (13,3%)
Oficina de Desenvolvimento de Equipes	20	30	10 (33,3%)
Grupo Formal Sobre Comunicação Institucional - SBF	2	30	0 (0,0%)
Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: (Módulo I)	40	30	4 (13,3%)
Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: (Módulo II)	40	30	Não foi divulgado
Curso Modular em Biossegurança para Laboratórios: (Módulo III)	40	30	Não foi divulgado
Oficina de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho	20	30	13 (43,33%)
Palestra Sobre Avaliação Institucional	2	50	5 (10,0%)
Curso Intermediário de Libras – JZR	60	30	Não foi divulgado
Curso de Experimentação Animal - PNZ	40	40	8 (20%)
Grupo Formal de Estudo sobre Comitê de Ética - CCA	40	30	3 (10%)
Curso de Primeiros Socorros – SBF	20	20	3 (15%)
Curso de Primeiros Socorros – PNZ	20	20	5 (25%)

O Curso Modular em Biossegurança para Laboratório: Introdução a Biossegurança – Normas e Legislação (Módulo I), a Palestra Sobre Avaliação Institucional, a Oficina Sobre Qualidade Vida no Trabalho, o Grupo Formal de Estudo Sobre Comunicação Institucional – Campus Senhor do Bonfim e o Grupo Formal de Estudos Sobre Administração Pública, não foram realizados por falta de demanda significativa. Deve-se destacar, neste item, que a palestra sobre avaliação institucional seria proferida pela Coordenadora de Autoavaliação Institucional (Presidente da CPA/Univasf)

Apesar de diversas ações de divulgação que foram realizadas através de *e-mail*, cartazes, folders e redes sociais, o número de inscritos não atingiu o mínimo necessário para a execução dos cursos.

No ano de 2014, não foi informado o quadro de custos necessários para realização dos cursos.

Além da progressão funcional a cada um ano e meio, os certificados de cursos de capacitação são utilizados pelos servidores para obtenção de progressão por capacitação desde que

sejam atendidos os critérios de carga horária e de relação com o ambiente organizacional estabelecidos no anexo III, da Lei número 11.091/2005, com redação dada pela Lei número 11.233/2005, e da Portaria/MEC número 09, de 29 de junho de 2006.

a) Resultados da avaliação pelos Técnicos administrativos

Planos de capacitação e de carreira

Questionamento: Critérios para Progressão Funcional.

Quando encaminhado aos técnicos tal questionamento, foram obtidas as seguintes respostas: 75,67% dos técnicos afirmaram que os critérios para a progressão funcional são bons ou excelentes, 16,22% como regulares, bem como o percentual de 8,11% dos técnicos classificaram como ruim ou péssimo, conforme a Figura 28. Comparado aos resultados obtidos no relatório, apresentado pela CPA, referente ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), a percentagem de técnicos que avaliaram como excelente ou bom aumentou de 60,0% para 75,67%, diminuiu a percentagem dos que classificaram como regular (28,57% para 16,22%) e reduziu também o percentual dos que avaliaram como ruim (8,57% para 8,11%).

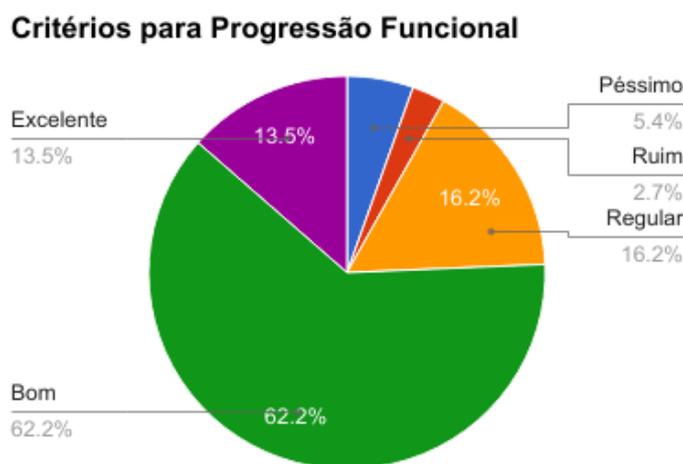


Figura 28 – Opinião dos técnicos administrativos quanto aos critérios para progressão funcional, Petrolina – 2016.

Questionamento: Mecanismos de capacitação, aperfeiçoamento Técnico-administrativo em nível de cursos complementares com possibilidade de aproveitamento para progressão

funcional.

Com relação aos mecanismos de capacitação e aperfeiçoamento com possibilidade de aproveitamento para progressão, foram obtidos os seguintes percentuais: 18,92% dos técnicos administrativos consideraram regular, 70,27% como bons ou excelentes, enquanto 10,81% dos técnicos administrativos consideraram tais mecanismos ruins ou péssimos (Figura 29). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), embora tenha sido observado decréscimo de 4% no percentual de técnicos que avaliou como bom ou excelente, houve também uma diminuição de 9,2% nas avaliações como ruim ou péssimo.

Mecanismos de capacitação e aperfeiçoamento

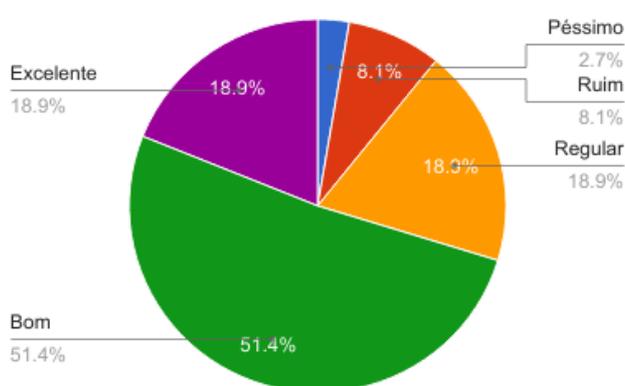


Figura 29 – Opinião dos técnicos administrativos quanto ao mecanismo de capacitação, e aperfeiçoamento técnico da universidade com possibilidade de aproveitamento para progressão funcional, Petrolina – 2016.

Questionamento: Experiência profissional. A formação técnica tem contribuído para desenvolver com qualidade a missão que o cargo exige?

Levando-se em consideração a formação técnica no desenvolvimento de suas atividades com qualidade, 64,86% dos técnicos administrativos avaliaram que a formação técnica tem uma boa contribuição no desenvolvimento de suas atividades, 21,62% dos técnicos avaliaram como excelente a formação técnica, ao passo que 2,7% deles avaliaram como regular ou ruime 8,11% como péssimo (Figura 30). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 27,72% na avaliação como bom e uma leve redução percentual para avaliação excelente (34,29% em 2014).

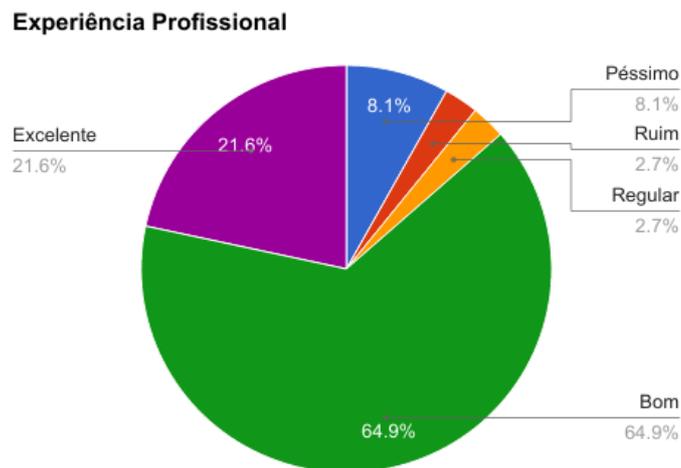


Figura 30 – Opinião dos técnicos administrativos quanto á sua experiência profissional, cuja formação técnica tem contribuído para desenvolver com qualidade a missão que o cargo exige. Petrolina – 2016.

Questionamento: Políticas de avaliação de desempenho.

No que diz respeito as políticas de avaliação de desempenho dos técnicos administrativos, em relação ao ano de 2014, a porcentagem dos que consideravam excelente aumentou 2%, já para os que consideravam bom o aumento foi de aproximadamente 17%. O percentual dos que opinaram como regular diminuiu de 6% neste ano, o percentual dos técnicos administrativos consideram as políticas de avaliação ruins ou péssimas manteve-se similar a 2014.. Nenhum técnico registrou não se aplica ou que não sabia responder (Figura 31).

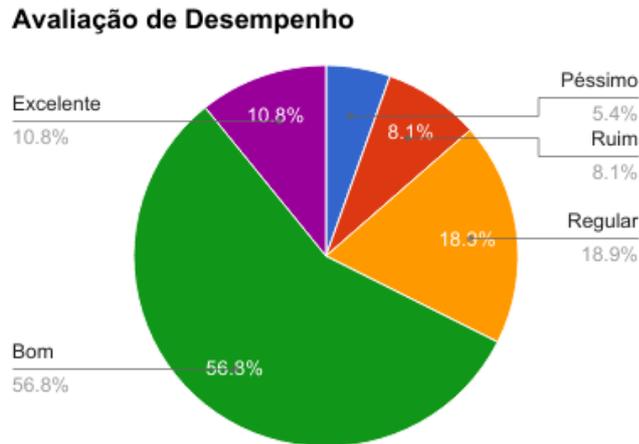


Figura 31 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às políticas de avaliação de desempenho, Petrolina – 2016.

Condições de trabalho/incentivos profissionais

Questionamento: Relação entre a quantidade de demandas e de Técnicos administrativos existentes no Setor/Colegiado

A relação entre quantidades de demandas e técnicos administrativos foi considerada boa ou excelente por 37,84% dos técnicos, regular por 37,84%, ruim para 18,92% dos técnicos administrativos, péssima para 5,41% (Figura 32). Em relação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 6,41% na avaliação como regular e aumento de 15% no percentual dos que consideravam como boa a relação as demandas e a quantidade de técnicos administrativos existentes no Setor/Colegiado.

Demandas ao Setor/Colegiado

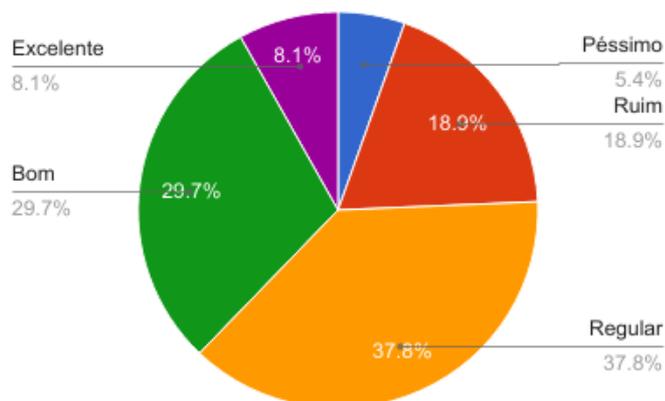


Figura 32 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à relação entre a quantidade de estudantes do curso e de técnicos administrativos existentes no setor, Petrolina – 2016.

Questionamento: Valorização do técnico administrativo pela chefia imediata.

A maioria dos técnicos administrativos que respondeu ao questionário considera boa a valorização dos mesmos pela sua chefia imediata, nas percentagens de 35,1% e 40,5% consideraram como bom e excelente, respectivamente. Teve 8,11% dos técnicos que consideraram a valorização pela chefia como regular e 16,2% como ruim ou péssima(Figura 33). Comparando com o ano anterior (BRASIL, 2014a), observa-se pequena redução no percentual dos que avaliaram como excelente e um aumento proporcional nos que avaliam como bom, de 44% para 40% e de 31% para 35%, respectivamente, com relação ao ano de 2014. Ainda foi observado um percentual de 16,2% que consideram ruim ou péssimo.

Valorização pela Chefia

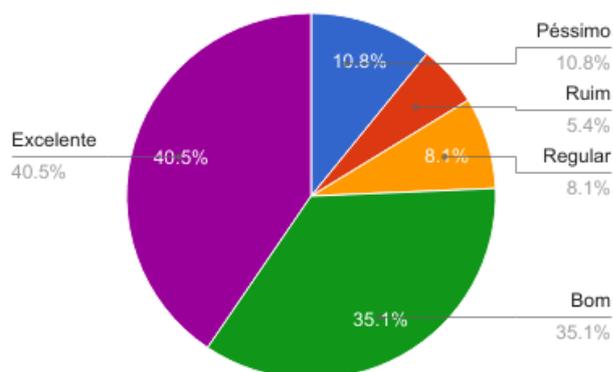


Figura 33 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à valorização do técnico administrativo pela chefia imediata, Petrolina – 2016.

Questionamento: Práticas institucionais que estimulam a melhoria do trabalho dos Técnicos administrativos.

As práticas institucionais que estimulam a melhoria do trabalho foram consideradas boas ou regulares por 37,8% dos técnicos administrativos, excelentes apenas para 2,7%, 10,8% consideraram as práticas institucionais ruins ou péssimas(Figura 34). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), ocorreu um pequeno aumento, no percentual de técnicos que consideraram boas as referidas práticas institucionais. O percentual de técnicos que as consideraram excelentes ou regulares permaneceu basicamente o mesmo.

Práticas Institucionais

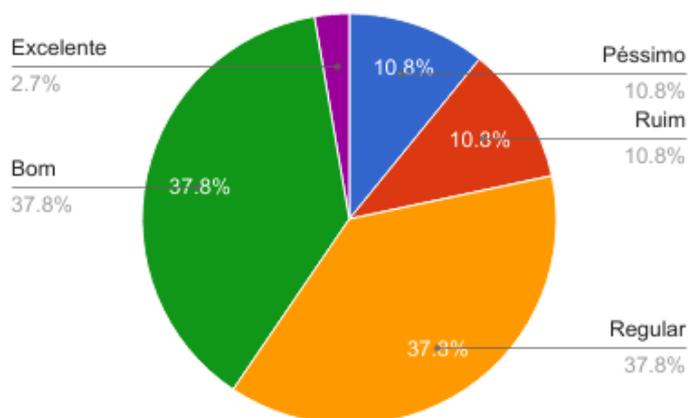


Figura 34 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às práticas institucionais que estimulam a melhoria do trabalho, Petrolina – 2016.

Questionamento: Aproveitamento, por parte da instituição, de Técnicos administrativos de nível superior com atividades inerentes a sua formação.

Levando em consideração o aproveitamento, por parte da instituição, dos técnicos com nível superior em atividades diretamente relacionadas com a sua formação, 25% dos técnicos administrativos consideraram que há um bom aproveitamento, 8,3% consideraram esse aproveitamento ruim, 30,00% regular, 19,4% descreveram como excelente o referido aproveitamento, enquanto 16,7% descreveram como péssimo (Figura 35). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve um aumento de 17% nos que consideravam bom, uma queda de 12% nos que consideravam ruim. Houve um acréscimo de 10% nos que consideravam regular, de 12% nos que consideravam excelente e ainda 11% nos que consideram péssimo. Apenas 2,7 não souberam responder..

Aproveitamento

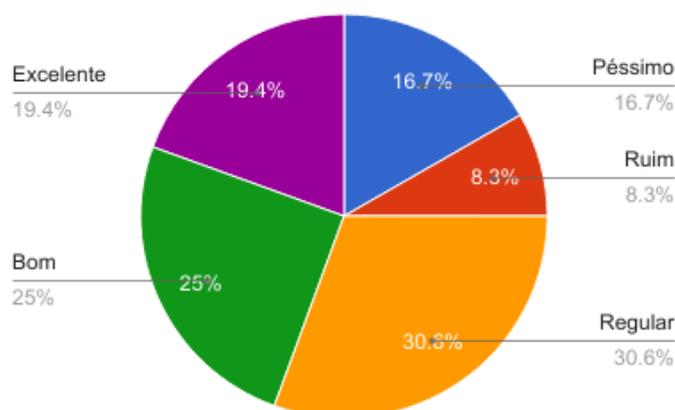


Figura 35 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao aproveitamento, por parte da instituição, dos técnicos administrativos de nível superior com atividades inerente a sua formação, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à instituição?

Considerando o bem estar no ambiente de trabalho, os técnicos foram questionados quanto a satisfação em relação à instituição, onde 16,22% consideraram excelente, 62,16% consideraram bom e 10,81 consideraram regular. Ainda 2,7% consideraram ruim e 8,11% péssimo (Figura 36). Tal questionamento não foi abordado em questionários anteriores, não tendo base para comparação.

Satisfação com a Univasf

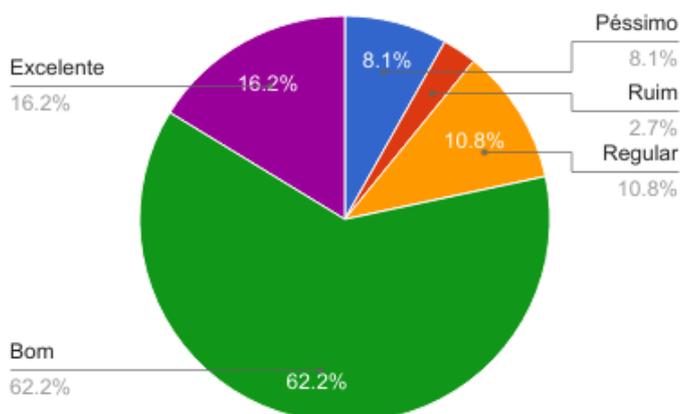


Figura 36 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao grau de satisfação em relação à instituição, Petrolina – 2016

Questionamento: Qual seu grau de satisfação no que diz respeito à remuneração?

Quando questionados a respeito da remuneração, 5,41% dos técnicos avaliou como excelente, 35,14% avaliaram como bom, 43,24% regular, 5,41% ruim e outros 10,81% avaliaram como péssimo (Figura 37). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), foi observado aumento da satisfação uma vez que houveram avaliações como excelente, enquanto que nenhum técnico avaliou como excelente a remuneração em anos anteriores, houve ainda um aumento de aproximadamente 13% nos que consideravam bom, uma leve redução de 5% nos que consideravam regular e um decréscimo de 6 e 7% nos que consideravam ruim e péssimo, respectivamente.

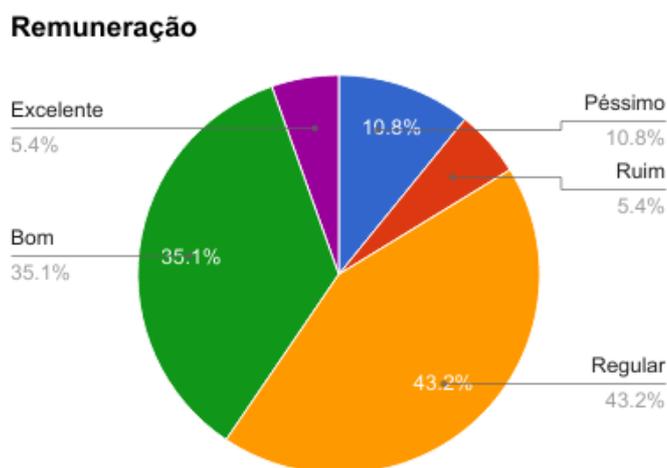


Figura 37 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à remuneração, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação a Jornada/Carga horária de trabalho.

Quando questionado sobre o grau de satisfação em relação a jornada/carga horária de trabalho, 10,81% responderam excelente, 24,32% responderam bom, 51,35% regular, 2,7% responderam ruim e outros 10,81% avaliaram como péssima (Figura 38). Comparado com os resultados obtidos em 2014 (BRASIL, 2014a), neste ano manteve-se similar o percentual daqueles que avaliaram ser boa ou excelente a carga horária/jornada de trabalho. Houve aumento dos que

consideravam o horário regular (34,29% para 51,35%) e uma queda em ruim (20,00% para 2,7%). O percentual que atribuiu péssimo manteve-se próximo aos anos anteriores.

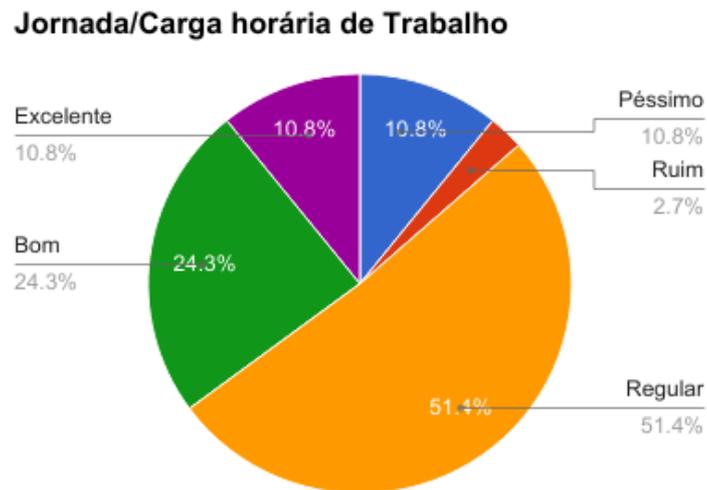


Figura 38 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação com relação à jornada/carga horária de trabalho, Petrolina – 2016.

b) Resultados da avaliação pelos Docentes

3.4.2 Organização e Gestão da Instituição

a) Estrutura Organizacional da Univasf

A Univasf tem sua administração distribuída nos seguintes níveis:

- I. Superior;
- II. Dos Colegiados Acadêmicos.

A Administração Superior será exercida pelos seguintes órgãos:

- I. Conselho Universitário;
- II. Conselho de Curadores;
- III. Reitoria.

O Conselho Universitário é o órgão superior deliberativo e consultivo em matéria de política universitária e administrativa, financeira e de planejamento, de supervisão de ensino, da pesquisa e da extensão. De acordo com a Reforma Estatutária, aprovada pela portaria 148/2012/SERES/MEC, publicada no DOU de 13/08/2012, o Conselho Universitário da Univasf passou a ter a seguinte composição:

- I. Reitor, como seu Presidente;
- II. Vice-Reitor;
- III. Coordenadores de Colegiados Acadêmicos de Graduação e de Pós-Graduação *stricto sensu*;
- IV. Pró-Reitor de Ensino;
- V. Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- VI. Pró-Reitor de Extensão;
- VII. Pró-Reitor de Assistência Estudantil;
- VIII. Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- IX. Pró-Reitor de Gestão e Orçamento;
- X. Representantes do corpo técnico administrativo, eleito por seus pares;
- XI. Representantes do corpo discente, eleito por seus pares;
- XII. Representante da comunidade externa.

Em comparação a composição do Conselho Universitário que vigorou até a aprovação do novo estatuto (13/08/2012), houve inclusão dos coordenadores de Pós-Graduação *stricto sensu*, do Pró-Reitor de Assistência Estudantil, Pró-Reitor de Gestão e Orçamento e de representante da comunidade externa. Houve ainda aumento do número de representantes do corpo técnico administrativo, assim como dos discentes e a exclusão do membro: “reitor imediatamente anterior, desde que tenha exercido integralmente seu mandato”.

O Conselho de Curadores da Univasf é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira e, de acordo com a Reforma Estatutária, aprovada pela portaria 148/2012/SERES/MEC, publicada no DOU de 13/08/2012, passou a ter a seguinte composição:

- I. 6 (seis) membros eleitos pelo Conselho Universitário, em votação secreta, dentre docentes em exercício na Univasf;
- II. 1 (um) docente representante do Ministério da Educação;
- III. 1 (um) representante do corpo técnico administrativo;

IV. 1 (um) representante do corpo discente;

V. 1 (um) representante da Comunidade, escolhido em votação secreta pelo Conselho Universitário, conforme normas por este estabelecidas.

Em comparação à composição anterior a agosto de 2012, houve aumento de três membros eleitos pelo Conselho Universitário e redução de um membro da comunidade.

A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da Univasf e conta com as seguintes Pró-Reitorias:

I. Pró-Reitoria de Ensino - PROEN, onde estão lotados: a Diretoria de Planejamento e Ensino, a Coordenação de Planejamento e Apoio ao Ensino, o Serviço de Apoio Pedagógico, a Diretoria de Programas Especiais de Graduação, a Comissão Permanente de Pessoal Docente, a Câmara de Ensino, o Comitê de Política de Estágio, a Comissão Gestora do Programa Integrado de Desenvolvimento e Capacitação Estudantil (PRODESCAPE), Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva, a Coordenação de Suporte aos Programas Especiais de Graduação;

II. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PRPPGI, onde estão lotados: o Departamento de Pesquisa, o Departamento de Pós-Graduação, o Departamento de Qualificação Institucional, a Coordenação de Programas de Iniciação Científica e os Comitês Institucional, Externo e de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas, além do Núcleo de Inovação Tecnológica;

III. Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, onde estão lotados: a Diretoria de Extensão, a Diretoria de Arte, Cultura e Ação Comunitária, a Diretoria do Espaço Ciência e Cultura e a Coordenação de Estágio;

IV. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE, onde estão lotados: a Diretoria de Assuntos Estudantis, a Coordenação de Residências Estudantis, a Diretoria dos Restaurantes Universitários, Bolsas e Auxílios e a Coordenação dos Restaurantes Universitários;

V. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - PROPLADI, onde estão lotados: a Diretoria de Planejamento, a Diretoria Administrativa e a Diretoria de Desenvolvimento Institucional;

VI. Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento – PROGEST: Coordenação de Licitações, Contratos e Patrimônio.

Ainda compondo o quadro administrativo da Reitoria estão:

1) Gabinete da Reitoria: Coordenação Administrativa do Hospital Veterinário; Coordenação de Apoio aos Conselhos Superiores; Coordenação de Autoavaliação Institucional; Coordenação de Revisão de Normas Institucionais; Coordenação Geral de Bioterismo; Coordenação Técnica da

WEBTV; Secretaria Administrativa da Reitoria; Seção de Assistência à Atividade de Protocolo

- 2) Gabinete da Vice-Reitoria:
- 3) Assessoria de Comunicação Social
- 4) Assessoria de Infraestrutura
- 5) Assessoria de Projetos Institucionais
- 6) Assessoria de Relações Internacionais
- 7) Assessoria Especial
- 8) Assessoria para o Desenvolvimento do Setor Produtivo do *campus* de Ciências Agrárias - CCA
- 9) Ouvidoria
- 10) Controladoria Interna
- 11) Chefia de Gabinete: Secretaria Geral do Gabinete da Reitoria
- 12) Procuradoria Jurídica
- 13) Secretaria de Educação à Distância: Diretoria de Educação à Distância, englobando Coordenação Administrativa e Secretaria Acadêmica
- 14) Controladoria Interna
- 15) Coordenação do Protocolo Central: englobando os SIC's: SIC – Petrolina; SIC - Ciências Agrárias; SIC – Juazeiro; SIC - São Raimundo Nonato e SIC - Senhor do Bonfim
- 16) Secretaria de Tecnologia da Informação, composto pela Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Redes, Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas, e Coordenação de Manutenção e Suporte;
- 17) Prefeitura Universitária composta pelo Prefeito Universitário, Coordenação Executiva, Departamento de Obras e Orçamento, Departamento de Manutenção, Seção de Orçamento e Coordenação de Manutenção.
- 18) Secretaria de Registro e Controle Acadêmico, composta pela Chefia da Seção de Administração da SRCA-SA, Coordenação de Registro Acadêmico, Chefia da Seção de Expedição e Registro de Diploma, Chefia do Núcleo de Atendimento dos *campi* , Técnico em Assuntos Educacionais e arquivista
- 19) Assessoria de administração
- 20) Assessoria de Planejamento e Projeto

A Univasf constitui-se de Unidades Acadêmicas estruturadas em forma de Colegiados Acadêmicos que, para todos os efeitos de organização administrativo-financeira e acadêmica, na

perspectiva do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, trabalha em favor do fortalecimento de relações com a comunidade acadêmica interna e externa.

O Colegiado Acadêmico é o órgão deliberativo de base, em matéria administrativa, didático-curricular, disciplinar e, congrega docentes para objetivos comuns de ensino e da formulação das atividades multidisciplinares dos núcleos temáticos, observando as diretrizes formuladas pelo Conselho Universitário.

A administração institucional ainda conta com órgãos suplementares, auxiliares e complementares, os quais seguem descritos abaixo:

- Hospital veterinário – HVET;
- Sistema Integrado de Bibliotecas;
- Espaço Ciência;
- Complexo Multieventos;
- Ouvidoria Geral da Univasf;
- Assessoria de Comunicação Social;
- Unidade de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS;
- Centro de Referências para a Recuperação de Áreas Degradadas da Caatinga - CRAD;
- Centro de Conservação e Manejo de Fauna - CEMAFUNA Caatinga;
- Laboratório de Meteorologia - LABMET;
- Centro de Estudos e Práticas em Psicologia - CEPPSI;
- Hospital Universitário;
- Comissão Permanente de Concursos;
- Comissão de Coleta Seletiva – CCS;
- Comissão Permanente de Licitação – CPL;
- Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- Comissão Interna de Supervisão;
- Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD;
- Comissão de Ética;
- O Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisa – CEDEP/Univasf;
- Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU);
- Comissão de Residência Médica (COREME).

b) Gestão de Serviços de manutenção e conservação das instalações físicas

Manutenção predial que compreende gastos com material, mão de obra e veículo.

A equipe de terceirizados que prestam serviços de manutenção é composta por 03 carpinteiros, 06 eletricitas, 03 encanadores, 01 encarregado, 08 pedreiros, 03 pintores, 15 serventes e 01 veículo, responsável pela manutenção preventiva e corretiva nos *campi* da Univasf.

Manutenção de ar condicionado. Sendo executados nesse contrato os serviços de instalações das câmeras frias dos restaurantes universitárias dos *campi* da Univasf.

Manutenção elevadores dos *campi* Petrolina e Juazeiro. Gastos apenas R\$ 2.540,00 por falta de envio de notas fiscais pela empresa fornecedora do serviço.

Manutenção das piscinas dos *campi* (Petrolina-PE e Juazeiro-BA). Realização de serviços de limpeza e conservação de piscinas para atender as demandas.

Serviço de controle sanitário. Finalidade de prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando dedetização, desratização, descupinização e desalojamento de morcegos em todas as áreas internas e externas, bem como serviços de limpeza e desinfecção de caixa d'água dos *campi* das Univasf. A garantia do serviço, bem como a possibilidade de refazer o serviço, fica estendida até o fim da vigência de 06 meses.

A partir de agosto de 2013 a Prefeitura Universitária, através da Diretoria de Manutenção, disponibilizou para todos os servidores o agendamento de serviços de manutenção através do *link* <http://www.sistemas.Univasf.edu.br/suportepu>.

Quando questionados sobre dificuldades do setor, na prefeitura universitária, foram descritas as seguintes informações:

Sem deixar de reconhecer o esforço institucional para garantir os recursos que são investidos nas obras, é importante registrar a pequena dimensão da equipe que fiscaliza os contratos. São três engenheiros civis, um engenheiro electricista e um técnico em edificações, que contam com o suporte de um secretário executivo, além do Diretor de Obras e do Prefeito Universitário. Só no período aqui descrito, foram praticamente 20 obras que representaram mais de 26 milhões de reais administrados, números que geraram para os servidores uma sobrecarga de atribuições técnicas e burocráticas.

Outro ponto a ser destacado é que a Prefeitura Universitária não possui um veículo caminhonete para atividades de obras, tendo que recorrer a outros setores quando da fiscalização de obras localizadas outras cidades ou cujo acesso demande um automóvel do tipo. A situação já gerou alguns cancelamentos de viagens de acompanhamento das construções, o que causa preocupação porque pode impedir a visualização de etapas críticas de serviços que têm grande representatividade no orçamento da instituição.

Por fim, alguns equipamentos também são aguardados para tornar o aparato administrativo da PU mais preparado para o volume de documentos que tramitam no setor. É o caso de um scanner profissional, uma impressora colorida para relatórios fotográficos, alguns softwares técnicos, entre outros itens já incluídos no Levantamento de Demandas Setoriais.

c) Gestão de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação atende as demandas que são levantadas através do link www.Univasf.edu.br/suporte. No ano de 2016 foram finalizados 3.115 chamados, 558 chamados a menos que no ano de 2014. A média de avaliação dos serviços foi de 9,6, em uma escala de 0 a 10.

No ano de 2016, a STI realizou 2877 serviços, entre os quais o maior número de chamados realizados através do sistema se referiram a análises em computadores ; instalações de sistemas, *softwares*, *Access Point*, computadores, impressoras, programas, *scanner* e *switch*, cadastros de computador pessoal e da Univasf na rede , configurações em *e-mails*, ramal telefônico, site institucional entre outras e criações de espaço para página pessoal, web, e-mail, maquina virtual entre outros . Os demais chamados se referiam a ajustes, alterações de senha de pasta compartilhada e *e-mail*, estabilizadores, impressoras, monitores, notebooks, linhas telefônicas, mouse, scanners, servidor entre outros, configuração de usuário na rede *WiFi*, acesso a VM, proxy CAPES e FTP, concertos em computadores, correções de erros no sistema, formatações em computadores e *notebooks*, habilitações de ponto de redes e ramal telefônico, manutenções no portal da Univasf, chamados de suporte ao Moodle - EAD, Pergamum, sistemas e eventos, problemas de acesso e senha, solicitações de caixa de som, dados e linha telefônica, remoção de vírus e serviços de redes. Houve ainda registro de três demandas que não são de competência da referida secretaria.

d) Gestão de Equipamentos e Material de Consumo

Para acompanhamento e avaliação do atendimento às demandas dos setores, a Coordenação da CPA solicitou a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) um relatório contendo os percentuais de atendimento as solicitações dos setores.

Para solicitação de equipamento e material de consumo cada setor “principal” (Colegiados, Secretarias, Pró-Reitorias, CPA, etc.), libera-se acesso ao link <http://www.sistemas.Univasf.edu.br/leds/>, através de login e senha onde são registrados os itens, quantidade, valor, prioridade (baixa, média ou alta). O sistema permite a criação de subsetores para inclusão de laboratórios e outros setores ligados aos principais.

No ano de 2013, o percentual de atendimento foi maior que 42%, tanto para os setores responsáveis pela graduação, como pela pós-graduação (Figura 9). O maior percentual de atendimento ocorreu para o Colegiado do Curso de Engenharia Civil (96,6%) e o menor para o Curso de Engenharia da Computação (42,5%). Deve-se destacar ainda que 74% dos Colegiados

tiveram mais que 70% de suas solicitações atendidas. Quanto aos demais setores administrativos da Univasf (Figura 14), o atendimento manteve-se acima de 40%, sendo que os setores menos atendidos foram a SEAD (40,4%), TV Caatinga (42,6%) e Prefeitura Universitária (44,6%). A Controladoria foi plenamente atendida em suas solicitações, seguida da Pró-Reitoria de Pesquisa (89,5%) e CPA (82,8%) (BRASIL, 2014a).

A previsão para finalização do relatório da PROPLADI para o ano de 2014 é abril, de modo que as informações referentes ao ano de 2014 somente serão inseridas no relatório de autoavaliação institucional do ano de 2015.

e) Avaliação pelos técnicos administrativos

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à limpeza do *campus*?

Na avaliação referente à limpeza do *campus* em que o funcionário está lotado, houve uma redução de 15,4% no percentual dos que avaliaram como excelente no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), e redução de 4,7% para os que consideravam como boa. O percentual dos que avaliaram como regular teve um aumento de 14,7% comparado com aquele obtido no ano de 2014 (15%). Diferente do ocorrido em 2014, houveram registros de avaliação ruim (5,4%) e de avaliação péssima (2,7%) em 2016 (Figura 39).

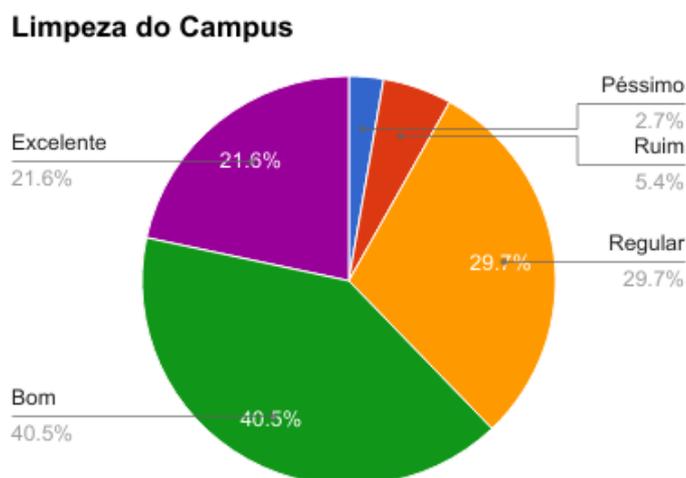


Figura 39 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à limpeza do campus, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à limpeza do setor ao qual pertence?

Quanto à limpeza do setor ao qual pertencem, 18,9% avaliaram como excelente, 35,1% como bom, 32,1% como regular, 10,8% como ruim e apenas 2,7% avaliaram como péssima (Figura 40). Em comparação ao ano de 2014, houve decréscimo de 26,81% na avaliação como excelente e aumento de 23,53% na avaliação como boa, destacando-se que a maioria (67,2%) considerou a limpeza no setor excelente ou boa.

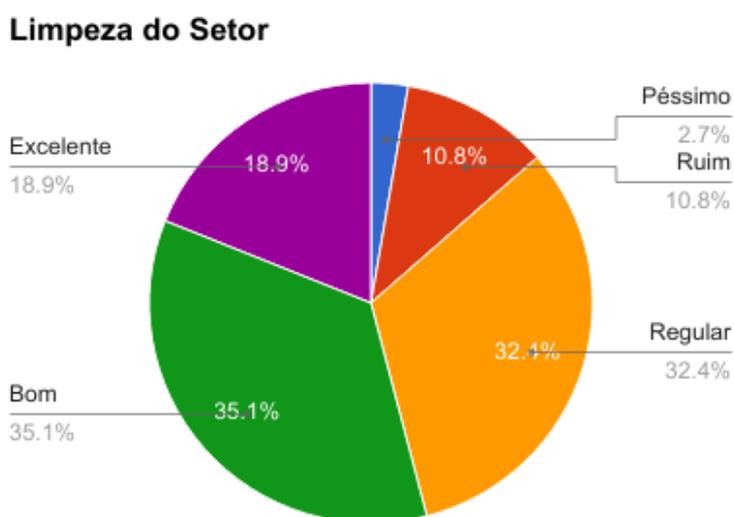


Figura 40 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à limpeza do setor ao qual pertence, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela instituição?

Na avaliação dos serviços prestados pela instituição, 11,1% avaliaram como excelente, 69,4% como bom, 8,3% como regular, 5,6% como ruim e 5,6% como péssimo. (Figura 41). Comparado ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve uma pequena redução no percentual daqueles que avaliaram como excelentes os serviços prestados, passando de 17,14% para 11,1% no ano de 2016. Houve também uma redução de 9,4% para os que avaliaram como bons e de 8,8% dos que avaliaram como regular, já os que avaliaram como ruins ou péssimos se mantiveram ambos com 5,6%.

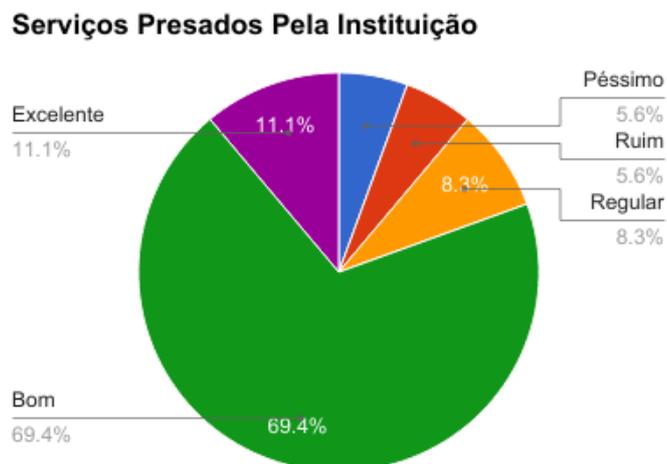


Figura 41 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação aos serviços prestados pela instituição, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à instituição?

Dos respondentes, 16,2% dos técnicos administrativos destacaram ser excelente sua satisfação com a instituição, 62,2% como bom, 10,8% como regular, 2,7% como ruim e outros 8,1% avaliaram como péssimo (Figura 42). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 1,91% no percentual daqueles que avaliaram como excelente e redução de 3,51% e de 6,34% naqueles que avaliaram respectivamente como boa ou regular sua satisfação com a instituição. No ano de 2016 houve avaliação de 2,7% como ruim e de 8,1% como péssima.

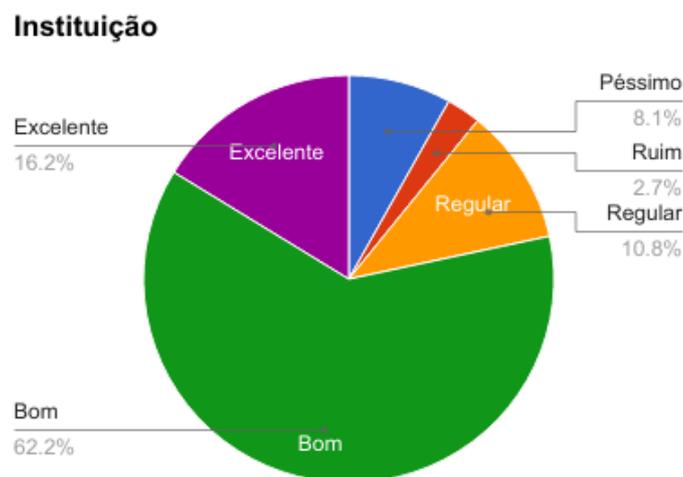


Figura 42 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à instituição, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à administração do *campus*?

No que diz respeito à administração do *campus*, 16,2% avaliaram como excelente, 56,8% bom, 13,5% regular, 8,1% como ruim e 5,4% como péssimo (Figura 43). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve pequena redução de 0,94% no percentual daqueles que avaliaram como excelente e de 0,34% dos que avaliaram como boa sua satisfação com à administração do *campus*. Diferente do ano anterior, neste ano ocorreu avaliação como péssima .. O percentual de técnicos que avaliou como regular caiu de 22,89% para 13,5% e o percentual de respondentes que atribuiu ruim a avaliação aumentou de 2,89% para 8,1%.

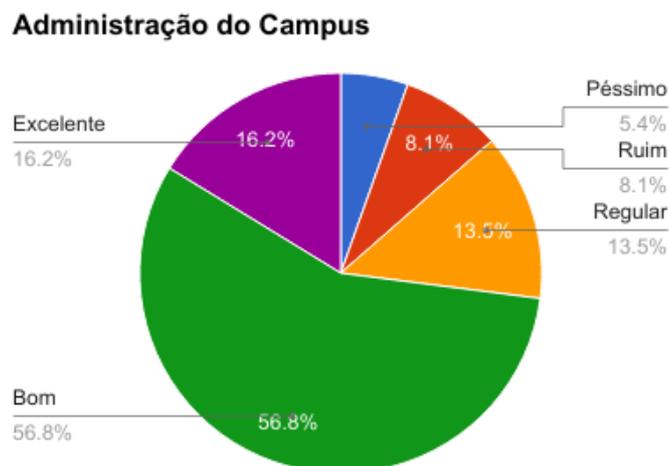


Figura 43 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à administração do *campus*, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação em relação à administração do setor?

No que diz respeito à administração do setor, 37,84% avaliaram como excelente, 48,3% como boa e 8,1% como regular (Figura 44). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 14,98% no percentual daqueles que avaliaram como excelente, houve também uma redução de 5,99% no percentual dos que avaliaram como boa sua satisfação com à administração do setor no qual os técnicos estão lotados. Diferente do ano de 2014, houveram registros de avaliação péssima (5,41%), mas se manteve sem registro de que este questionamento não se aplicava ou que não tinham conhecimento sobre ele. Ao contrário do ano de 2014, neste ano não houve registro de avaliação ruim. O percentual de técnicos que avaliou como regular reduziu de 14,29% para 8,1%.

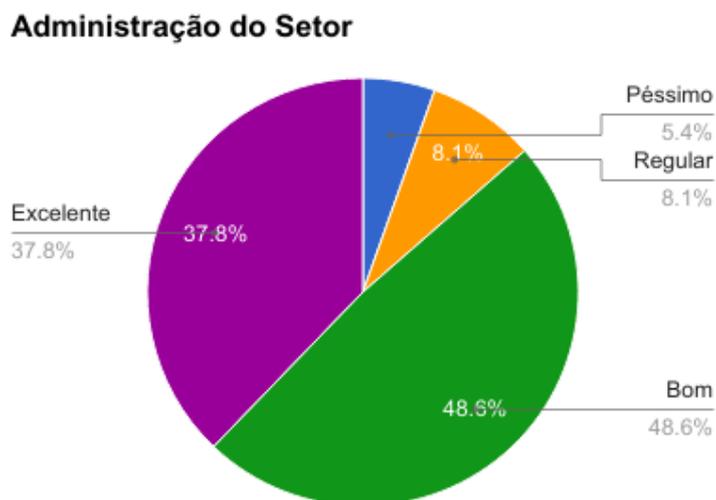


Figura 44 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação em relação à administração do setor em que está lotado, Petrolina – 2016.

Questionamento: Qual seu grau de satisfação com relação às condições de trabalho?

Quando questionados sobre o grau de satisfação em relação às condições de trabalho, 10,81% dos técnicos administrativos avaliaram como excelente, 45,95% como bom, 24,32% como regular, 13,51% ruim e 5,41% responderam como péssimo (Figura 45). Em comparação ao ano de 2014 houve uma pequena redução de 3,24% no percentual de respondentes que avaliaram as condições de trabalho como boas ou excelentes, ao passo que também houve redução de 1,39% dos que avaliaram como regular e aumento de 4,63% para os que avaliaram como ruim ou péssima.

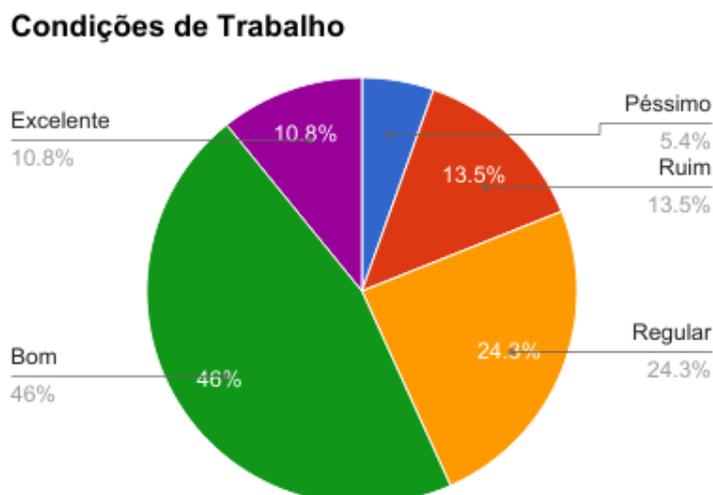


Figura 45 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu grau de satisfação com relação as condições de trabalho, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como você avalia o relacionamento entre técnicos administrativos e a administração do setor (Chefia Imediata)

O relacionamento entre técnicos administrativos e sua chefia imediata foi considerado excelente por 43,24% dos técnicos, 37,84% dos técnicos consideraram bom, 8,11% consideraram o relacionamento entre técnicos e chefia regular e 2,70% consideraram ruim e 5,41% consideram péssimo (Figura 46). A comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), permite concluir que houve redução de 85,72% para 81,08% dos técnicos administrativos que avaliaram como bom ou excelente o relacionamento com a chefia imediata. No ano de 2014, 5,41% dos técnicos avaliou como péssimo. O percentual dos que avaliaram como ruim manteve aproximadamente o mesmo, onde também houveram 2,71% que não soube opinar.

Técnicos-Administrativos x Administração do setor (chefia imediata)

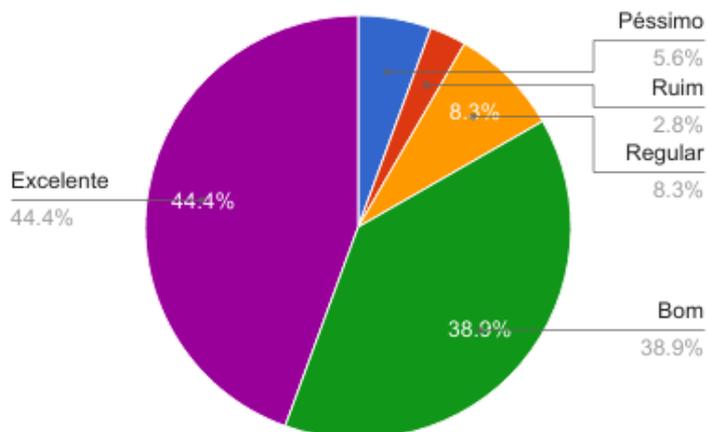


Figura 46 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a sua chefia imediata, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como você avalia o relacionamento entre técnicos administrativos e as Pró-Reitorias?

No quesito relação entre Técnicos Administrativos e as Pró-Reitorias, 13,51% dos técnicos consideraram como excelente, 67,57% como bom, 8,11% como regular, 5,41% como ruim e 2,70% como péssimo(Figura 47). Com base nos dados de 2014 (BRASIL, 2014a), houve um pequeno aumento de 1,39% no percentual de técnicos que avaliaram como bom ou excelente o relacionamento com as Pró-Reitorias, embora tenha ocorrido um aumento de 24,71% para os que responderam excelente. O percentual dos que avaliaram como ruim reduziu 3,16% em 2016. Diferente de 2014 houve registro de avaliação como péssimo e 2,70% não soube opinar.

Técnicos-Administrativos x Pró-Reitorias

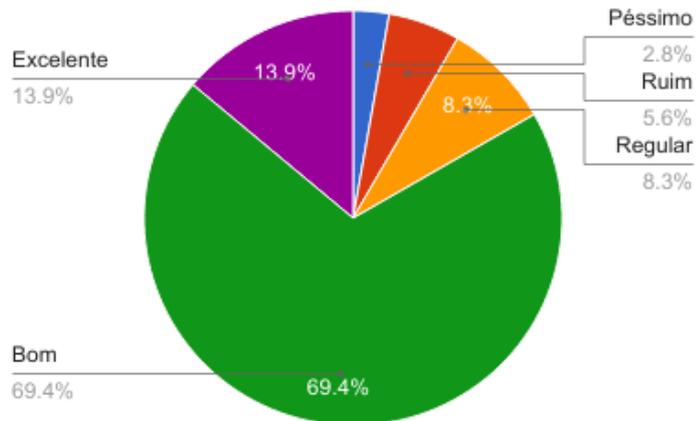


Figura 47 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e as Pró-Reitorias, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como você avalia o relacionamento entre técnicos administrativos e a Reitoria?

Quanto ao relacionamento com a Reitoria, 22,86% dos técnicos administrativos avaliaram como excelente, 48,57% como bom, 20,00% regular, outros 5,71% ruim e 2,86% registraram péssimo (Figura 48). Em relação a 2013 (BRASIL, 2014a), houve um aumento de 5,86% para os que avaliaram como excelente, com menor redução de 1,43% para os que avaliaram como bom. Houve redução de 5% no percentual de avaliação regular. Foi mantido o percentual de ~6% como ruim e neste ano houve registro 2,86% relativa a avaliação como péssima.

Técnicos-Administrativos x Reitoria

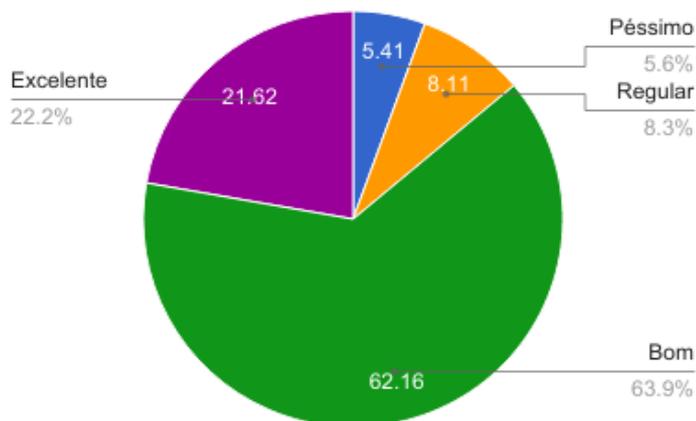


Figura 48 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a reitoria, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como você avalia a relação entre técnicos administrativos e a secretaria de gestão de pessoas - SGP?

Dos técnicos administrativos respondentes, 21,62% registraram que o relacionamento com a secretaria de gestão de pessoas é excelente, 54,05% consideraram boa, 10,81% consideraram regular, 8,11% ruim e 5,41% péssimo(Figura 49). Houve um aumento de 14% para aqueles que responderam ser bom e uma redução de 13% em relação aqueles que avaliaram como excelente e 15% regular. Destaca-se que houve registro de avaliação como péssima, fato que não ocorreu em 2014.

Relação com a SGP

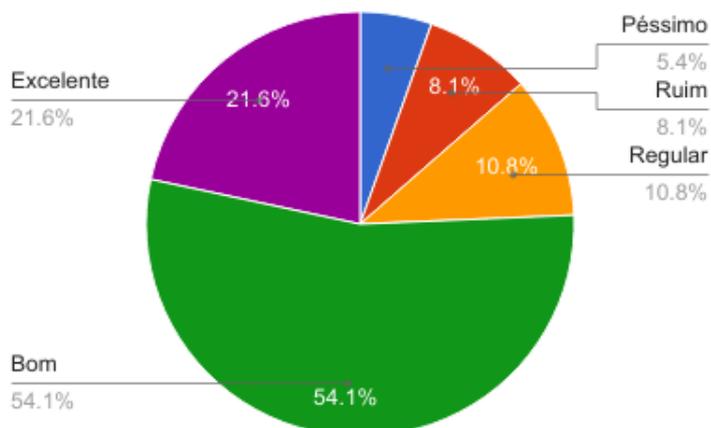


Figura 49 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e a SGP, Petrolina – 2016.

Questionamento: Como você avalia a relação entre técnicos administrativos e aos demais setores que integram a Univasf?

Dos respondentes, 13,51% dos técnicos administrativos consideraram que o relacionamento com demais setores é excelente, 62,16% consideraram boa, 13,51% regular e 8,11% péssimo e nenhum considerou ruim, 2,7% não souberam opinar. (Figura 50). Comparando com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 15% no percentual dos que avaliaram como regular e um aumento de 14% nos que consideravam como excelente ou bom. Destaca-se a avaliação de 8% como péssimo, uma vez que não houveram avaliações assim nos anos anteriores, sendo nula em 2013 e 2014.

Relação com demais setores

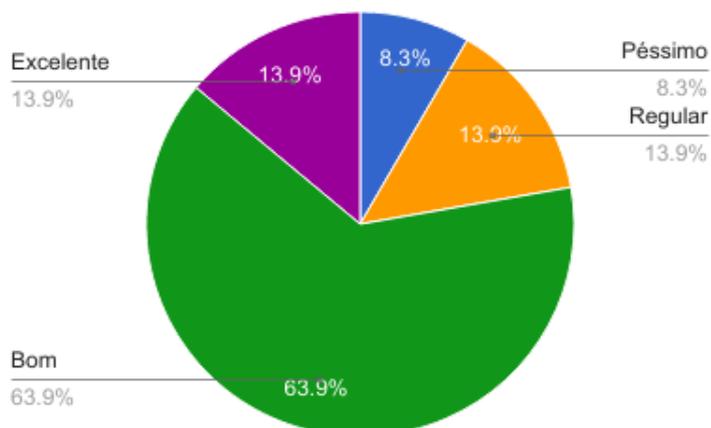


Figura 50 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao relacionamento entre os técnicos administrativos e os demais setores que integram a universidade, Petrolina – 2016.

Questionamento: Manutenção e conservação das instalações físicas

Sobre a manutenção e conservação das instalações físicas, 2,7% avaliou como ruim ou péssimo, 32,43% como regular, 54,05% como bom e 8,11% como excelente (Figura 51). Assim como no ano de 2014, a maioria considera bom ou excelente (77,15% em 2014 e 62,16% neste ano). Houve redução de aproximadamente 8% no percentual que avaliou como ruim e uma aumento de 23% nas avaliações como regular. Neste ano manteve-se similar a quantidade de avaliações que consideram bom..

Manutenção e Conservação das Instalações Físicas

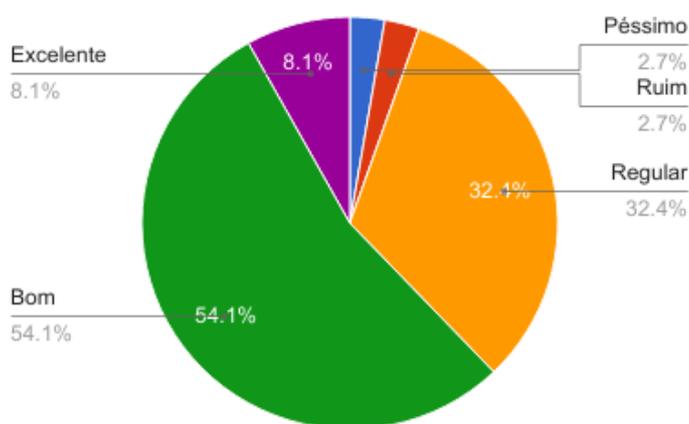


Figura 51 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à manutenção e conservação das instalações físicas da universidade, Petrolina – 2016.

Questionamento: Manutenção e conservação dos equipamentos

Em relação à manutenção e conservação dos equipamentos, 10,81% dos técnicos avaliou como ruim, 2,7% como péssimo e 29,73% como regular, 51,35% avaliaram como bom, 5,41% referiram como excelente(Figura 52). Houve aumento de 3% no percentual dos que avaliaram como bom e de 12% como regular, em comparação aos dados obtidos no ano de 2014 (BRASIL, 2014a). O percentual que avaliou reduziu em 7% como ruim e 9% como excelente.

Manutenção e Conservação dos Equipamentos

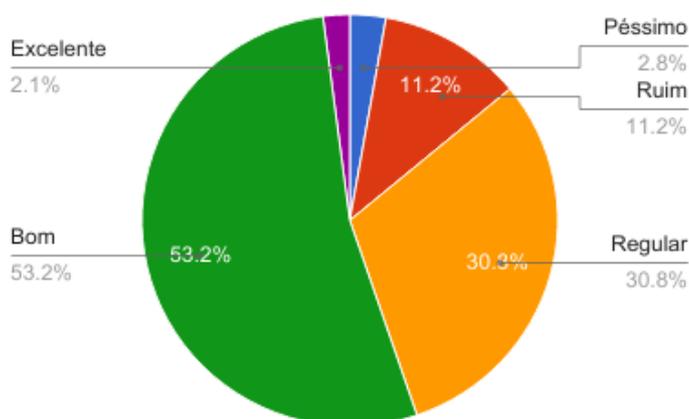


Figura 52 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à manutenção e conservação dos equipamentos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços prestados pelo setor de transportes

Quanto aos serviços de transporte, 2,7% dos técnicos administrativos desconhece o item questionado, 18,92% avaliaram como regular, 54,05% como bom, 16,22% atribuíram excelente e 5,41% registraram que não se aplicava o questionamento, ainda 2,7 dos técnicos que responderam consideram o serviço péssimo (Figura 53). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), o percentual dos que consideraram os serviços prestados pelo setor de transporte, excelentes ou bons continuou o mesmo, o que também se observou nos que consideravam regular.

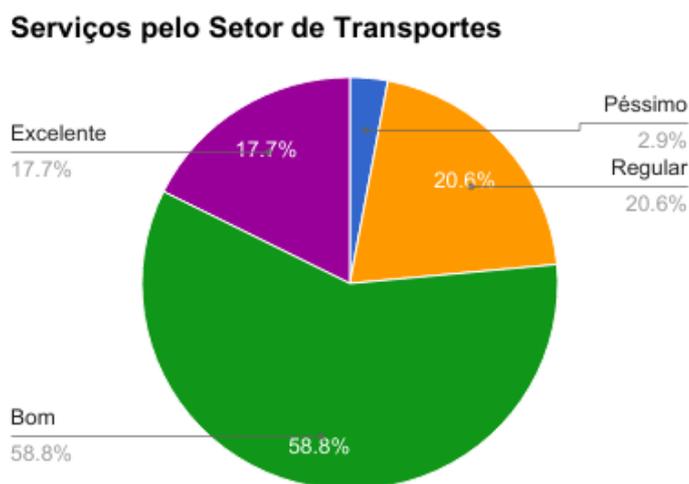


Figura 53 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pelo setor de transporte, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços prestados pela Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Sobre os serviços prestados pelo STI, 8,11% avaliaram como regular, 72,97% como bom, 10,81% atribuíram excelente, 5,41 como ruim e 2,7% registraram como péssimo (Figura 54). Observa-se um aumento de% em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a) no total que registrou como bons ou excelentes os serviços prestados pela STI. Destaca-se que houve registro de 2,7% de péssimo, sendo que o mesmo registro foi nulo na avaliação anterior e que o percentual de

avaliação regular reduziu cerca de 20%.

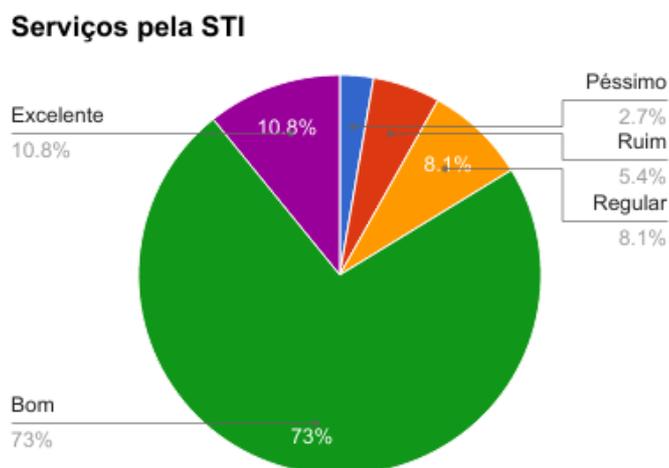


Figura 54 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pela STI, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços prestados pela Secretaria de Recursos Humanos - SGP

Quanto aos serviços prestados pela secretaria de recursos humanos, 10,81% avaliaram como regular, 59,46% como bom, 18,92% atribuíram excelente, 8,11% como ruim e 2,7% consideraram o serviço péssimo (Figura 55). Em comparação aos resultados obtidos no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), não houve mudança significativa no percentual dos que consideraram os serviços prestados pela SGP excelentes ou bons. O percentual que avaliou como regular teve redução de aproximadamente 6%, porém foram registrados que 10% dos técnicos avaliaram de forma negativa, enquanto em 2014 nenhum técnico avaliou os serviços prestados como ruins ou péssimos.

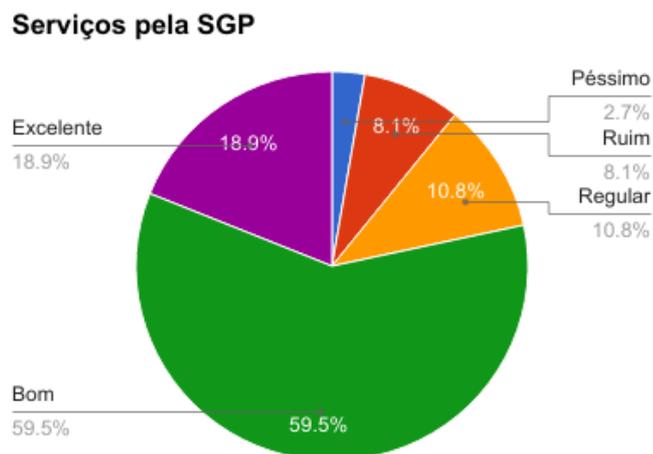


Figura 55 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pela SGP, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços prestados pelas Pró-Reitorias e demais secretarias

Quanto aos serviços prestados pelas Pró-Reitorias e demais secretarias, 11,1% dos técnicos administrativos consideraram como regular, 72,2% como bons e 8,3% avaliaram como excelentes, 5,5% considera m que o questionamento não se aplica e 2,7% não souberam opinar.(Figura 56). Em comparação aos resultados obtidos no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), apesar do aumento de 5% no número de avaliações como regular e aumento de bons, 18% a mais, observou-se não haver registros de avaliações como ruim ou péssimo, observou-se ainda uma queda considerável do percentual dos que avaliaram como excelente, de 25,7% para 8,3%.

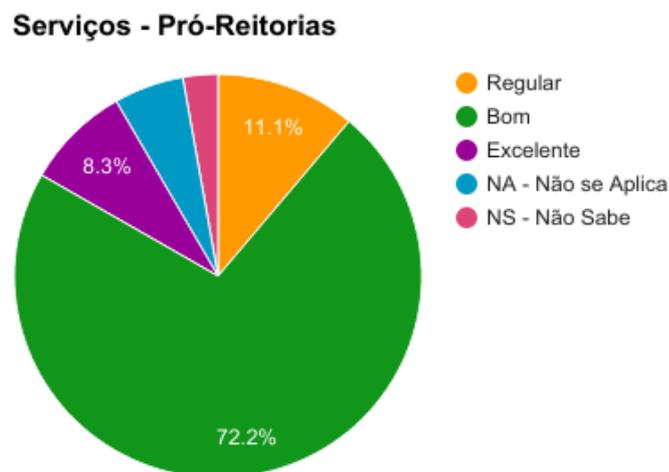


Figura 56 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere aos serviços prestados pelas Pró-Reitorias e demais Secretarias, Petrolina – 2016.

Questionamento: Conhecimento do plano de gestão

Em relação ao conhecimento do plano de gestão do departamento acadêmico ou setor, ao qual está lotado, 38,9% consideraram regular seus conhecimentos sobre o plano de gestão, 30,6% bom, 8,3% excelente, 5,6% ruim, 2,8% péssimo e 11,1% destacaram que não sabem opinar sobre seu conhecimento com relação ao plano e 2,8% consideram que o questionamento não se aplica (Figura 57). Ao comparar com ano de 2014 (BRASIL, 2014a), os que responderam ser bom ou excelente esse quesito aumentou de 31,4% para 38,6% no ano de 2016. O percentual dos que consideram teve uma redução de 6%, com aumento de 11% no percentual dos que consideram regular.

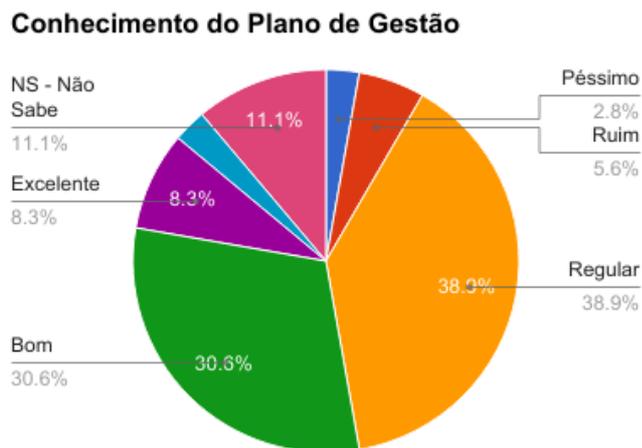


Figura 57 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao seu conhecimento sobre o plano de gestão, Petrolina – 2016.

Questionamento: Cumprimento do plano de gestão.

Perguntados pelo desempenho da gestão, quanto à realização do que é planejado, para 5,6% é considerado excelente, 33,3% consideraram bom, 30,6% classificaram como regular, 2,8% entenderam que é ruim e 5,6% péssimo. Para 19,4% essa informação é desconhecida e 2,8% consideraram que o questionamento não se aplica (Figura 58). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 10,3% no percentual dos técnicos que avaliaram como bom ou excelente o desempenho da gestão quanto à realização do que é planejado. Ao passo que houve redução no percentual dos que consideram ruim ou péssimo e redução de 12% no percentual dos que avaliaram regular.

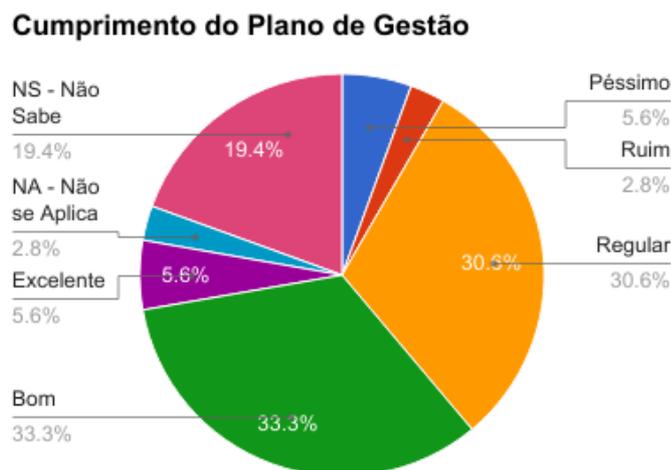


Figura 58 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao cumprimento do plano de gestão, Petrolina – 2016.

Questionamento: Comprometimento da chefia imediata com o Colegiado que representa

Neste quesito, 47,2% consideraram excelente o grau de comprometimento do gestor, 38,9% consideraram bom, 8,3% regular, 2,86% consideraram péssimo ou que não se aplica (Figura 59). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), embora a maioria considere bom ou excelente o comprometimento do gestor com os seus respectivos setores, houve aumento de 74,3% para 86,1%. O percentual dos que avaliaram como regular diminuiu cerca de 12% e manteve-se igual o percentual dos que avaliaram como péssimo e não houve registros como ruim.

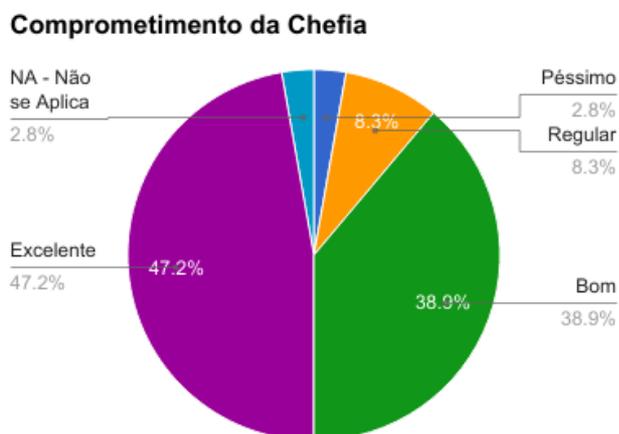


Figura 59 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao comprometimento do gestor com o colegiado acadêmico/setor administrativo, Petrolina – 2016.

Questionamento: Ações desenvolvidas pelo gestor, para auxiliar o técnico administrativo no desempenho de suas atividades

Dos técnicos administrativos que responderam ao questionário, 13,9% consideraram como excelentes as ações desenvolvidas pelo gestor na busca de condições facilitadoras ao desempenho dos técnicos na Univasf, 55,6% como boas, 11,1% como regular, 5,6% avaliaram como ruim, ou péssimo ou não se aplica (Figura 6). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve pequena redução de 3% no percentual dos que avaliaram como ruim e aumento de 9,5% no percentual total dos que avaliaram como bom ou excelente.

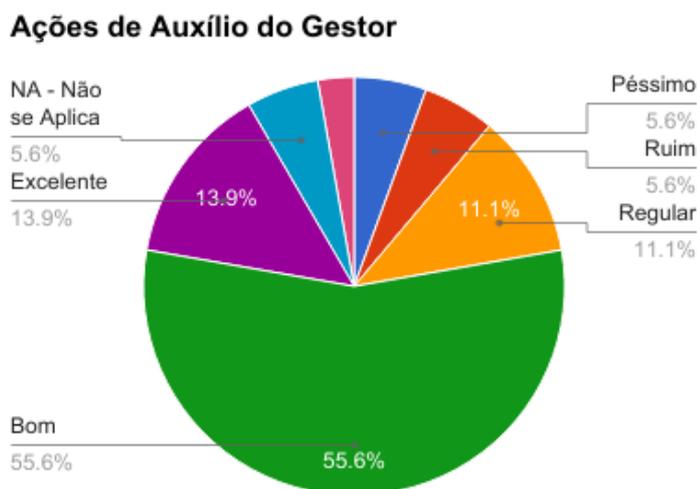


Figura 07 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às ações desenvolvidas pelo gestor, para auxiliar o técnico administrativo no desempenho de suas atividades, Petrolina – 2016.

Questionamento: Pessoal técnico administrativo qualificado para atender a comunidade acadêmica

Neste quesito, 38,9% dos técnicos consideraram que a qualificação do pessoal técnico administrativo como excelente no atendimento à comunidade acadêmica, 47,2% consideraram bom, 11,1% consideraram regular, não houve avaliações como ruim ou péssimo e 2,8% consideraram que

o questionamento não se aplica(Figura 61). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 10,3% no percentual dos que avaliaram como excelente e de 4,4% no percentual total dos que avaliaram como bom. Houve redução de 9% quanto aos que consideraram regular

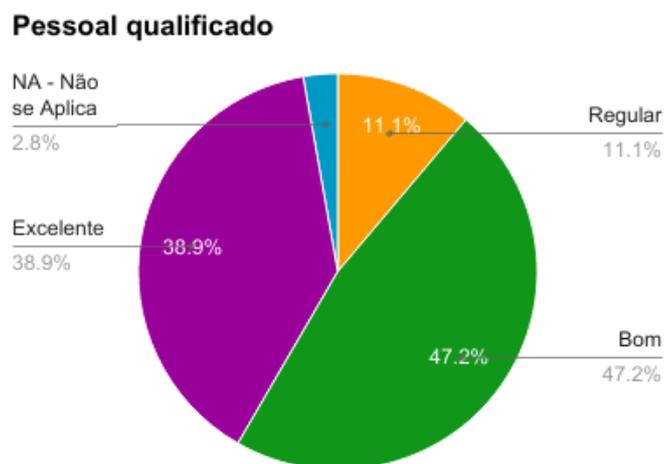


Figura 61 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a qualificação do pessoal técnico administrativo para atender a comunidade acadêmica, Petrolina – 2016.

Quanto a Administração Superior da Univasf (Reitoria):

Questionamento: É acessível para esclarecimento de dúvidas?

Na Figura 62 estão as respostas dos técnicos administrativos quanto ao quesito da acessibilidade à reitoria para o esclarecimento de dúvidas pelos técnicos administrativos, ao que 33,3% avaliaram como excelente, 55,6% como bom, 2,8% como regular, 2,8% como ruim, 2,8% como péssimo e 2,8% registraram que não sabiam. Em comparação ao ano de 201 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 2% com relação ao percentual de técnicos que avaliaram como excelente a acessibilidade à reitoria para esclarecimento de dúvidas e de 15,6% com relação aos que avaliaram como bom, redução de 17,2% nos que avaliaram como regular. O percentual dos que avaliaram como ruim diminuiu 2%.

Acessibilidade para Esclarecimentos

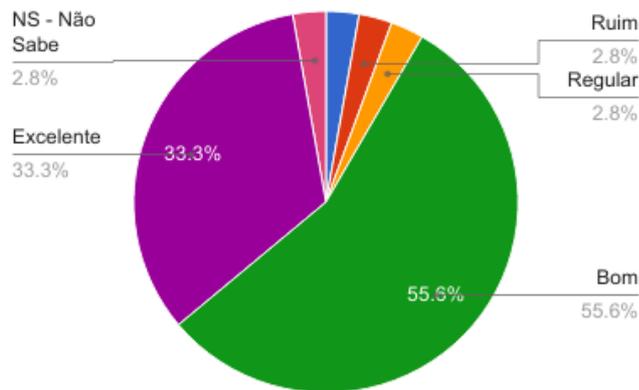


Figura 69 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria ser acessível para esclarecimento de dúvidas, Petrolina – 2016.

Questionamento: Fornece regularmente informações sobre a Instituição?

Dos que responderam o questionário 22,2% consideraram excelente, 47,2% consideraram boa a regularidade com que a Reitoria fornece informações sobre a Instituição, para 25,7% é regular, para 2,8% é ruim ou péssimo (Figura 63). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de cerca de 7% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente o fornecimento de informações sobre a instituição, redução de 3% no percentual dos que avaliaram como regular e de 3% como ruim, houve registros de 2,8% para péssimo, número que foi nulo na última avaliação.

Fornecimento de Informações

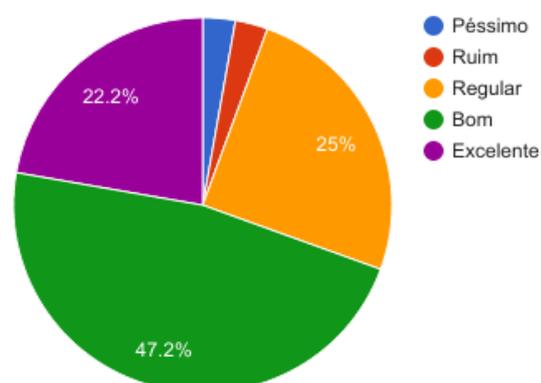


Figura 63 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria fornecer regularmente informações sobre a instituição, Petrolina – 2016.

Questionamento: Agiliza o encaminhamento de soluções dos problemas do seu setor/ departamento e da Instituição como um todo?

Neste quesito, 25% dos técnicos administrativos avaliaram como excelente, 47,2% como bom, 13,9% como regular, 5,6% como ruim e 2,8% destacaram desconhecer como o gestor encaminha a solução dos problemas institucionais do setor/departamento em que atua, 2,8% consideram que não se aplica e outros 2,8% consideram como péssimo. (Figura 64). Houve aumento de 15% no percentual de técnicos que avaliaram como bom ou excelente a agilidade no encaminhamento de soluções pela Reitoria, caiu de 28,6% para 13,9%.

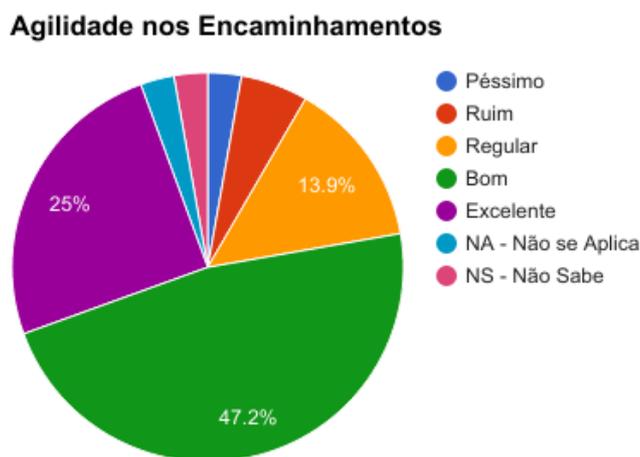


Figura 71 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria agilizar o encaminhamento de soluções dos problemas de seu setor/departamento e da instituição como um todo, Petrolina – 2016.

Questionamento: Tem buscado políticas e ações de apoio administrativo-didático-pedagógico aos docentes, discentes e técnicos administrativos?

Excelente foi à opção de resposta de 16,7% dos técnicos administrativos que responderam ao questionário, 38,9% avaliaram como bom, 33,3% como regular, 5,6% como ruim, 2,8% como péssimo e 2,8% registraram desconhecer se a reitoria tem se empenhado na busca por políticas e ações de apoio administrativo-didático-pedagógico aos docentes, discentes e técnicos

administrativos (Figura 65). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), manteve-se similar o percentual de técnicos que avaliaram como bom ou excelente. Destaque para o aumento de 11% nos que consideram regular e redução de 11,5% nos que consideram ruim..

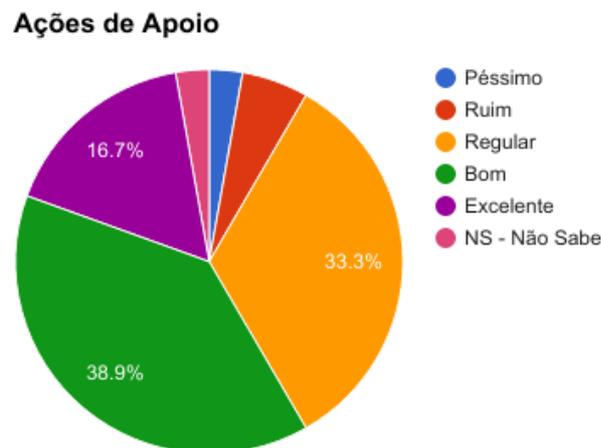


Figura 65 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à Reitoria estar buscando políticas e ações de apoio administrativo-didático-pedagógico aos docentes, discentes e técnicos administrativos, Petrolina – 2016.

Quanto aos demais setores acadêmicos

Questionamento: São acessíveis para esclarecimento de dúvidas?

Neste quesito, 19,4% dos técnicos administrativos avaliaram como excelente, 52,8% como bom, 22,2% como regular e 5,6% como ruim a acessibilidade aos demais setores para esclarecimento de dúvidas (Figura 66). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve um leve aumento de 3% de técnicos que avaliaram como bom ou excelente. Não houve registro de péssimo no ano de 2016.

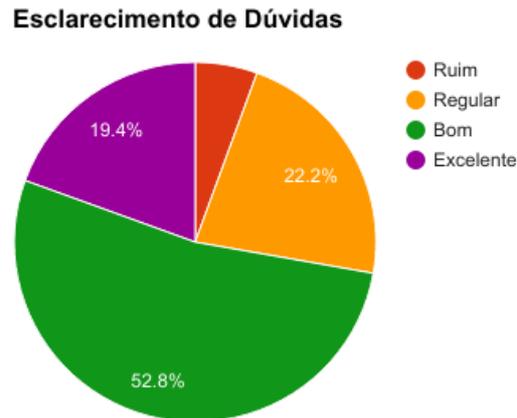


Figura 66 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao acesso aos demais setores administrativos para esclarecimento de dúvidas, Petrolina – 2016.

Questionamento: Agilizam o encaminhamento de soluções e providências de sua competência?

Dos que responderam o questionário, 16,7% consideraram excelente o encaminhamento, pelos demais setores administrativos da administração superior, de soluções e providências de sua competência, 50% consideraram bom e outros 25% como regular e 8,3% como ruim(Figura 67). Assim como observado no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), a maioria considera excelentes os procedimentos tomados para agilizar o encaminhamento de soluções e providências pelos demais setores da Univasf.

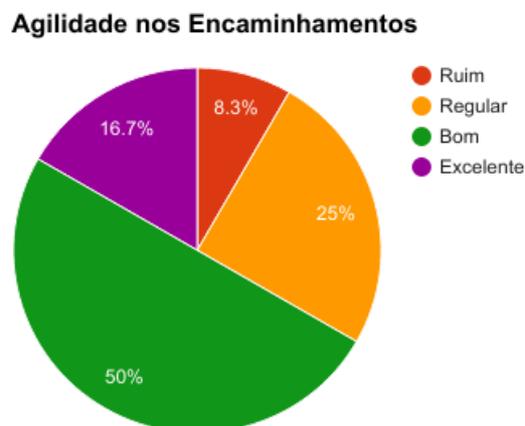


Figura 67 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao encaminhamento, pelos demais setores administrativos da Instituição, de soluções de sua competência, Petrolina – 2016.

Questionamento: Tornam públicas as informações/atribuições?

Dos que responderam o questionário 13,9% consideraram excelente a publicidade das informações/atribuições pelos demais setores da Univasf, 52,8% consideraram boa. Para 25% é apenas regular, para 8,3% é ruim(Figura 68). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 3,2% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente a publicação das informações/atribuições dos setores. Aumentou o percentual de 40% para 52,8% os que consideravam boa e houve redução de 6,4% no percentual dos que consideraram regular.

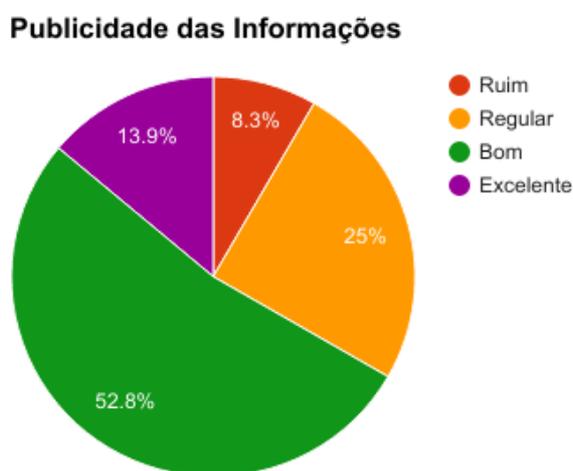


Figura 68 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a publicação de informações/atribuições pelos demais setores administrativos da Univasf, Petrolina – 2016.

Quanto ao seu setor

Questionamento: É acessível para esclarecimento de dúvidas?

Neste quesito, 63,9% avaliaram como excelente, 25% como bom e 8,3% consideraram regular e 2,8% como ruim (Figura 69). Nenhum técnico pssima a acessibilidade do seu setor para esclarecimento de dúvidas. A maioria (88,9%) avaliou que no seu setor há excelente ou boa acessibilidade para esclarecimento de dúvidas.

Esclarecimento de Dúvidas

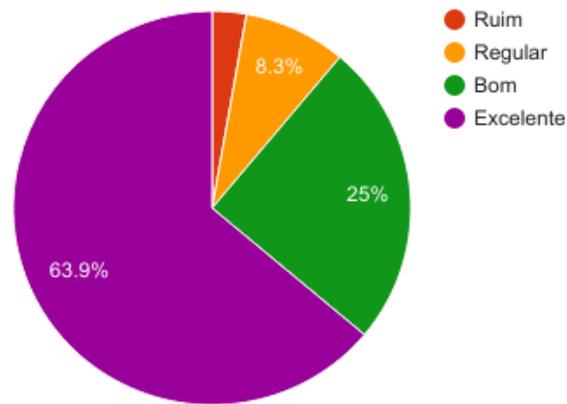


Figura 69 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao esclarecimento de dúvidas nos seus respectivos setores de atuação, Petrolina – 2016.

Questionamento: Agiliza o encaminhamento de soluções e providências de sua competência?

Dos que responderam o questionário, 55,6% consideraram excelente o encaminhamento de soluções e providências de sua competência, 33,3% bom e apenas 5,6% consideraram apenas regular, 2,8% consideraram ruim ou péssimo (Figura 70). Assim como no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), a grande maioria (88,9%) avaliou como bom ou excelente, embora com redução de 2,5%. Neste ano houve registro de ruim por 2,8%, assim como de péssimo, para a avaliação da agilidade no encaminhamento de soluções e providências de sua competência quanto aos seus setores.



Figura 70 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao encaminhamento de soluções e providências de sua competência, Petrolina – 2016.

Questionamento: Tornam públicas as informações/atribuições?

Dos que responderam o questionário, 41,7% consideraram excelente a publicidade das informações/atribuições dos seus setores, 44,4% consideraram boa, 8,3% regular e 5,6% registraram como ruim (Figura 71). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 20,4% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente e redução de 17,4% no percentual dos que consideram regular.

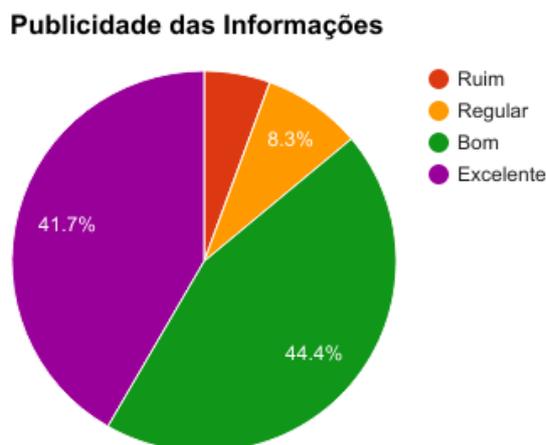


Figura 71 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a publicação de informações/atribuições dos seus setores, Petrolina – 2016.

Questionamento: Tem buscado políticas e ações de valorização dos técnicos administrativos?

Neste quesito, 30,6% consideraram excelente a busca por políticas e ações de valorização dos técnicos administrativos pelos gestores dos seus setores, 30,6% consideraram boa, 19,4% regular, 2,8% dos técnicos informaram que o quesito não se aplicava ou que não sabiam, 8,3% avaliaram como ruim e outros 5,6% como péssimo (Figura 72). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), manteve-se similar às avaliações como bom e excelente, houve ainda redução nas avaliações como regular de 9%



Figura 72 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à busca por políticas e ações de valorização dos técnicos administrativos pelos gestores dos seus setores, Petrolina – 2016.

Questionamento: Fomenta a discussão sobre cursos de capacitação e contínua qualificação?

Neste quesito, 27,8% avaliaram como excelente, 33,3% como bom, 22,2% como regular, 8,3% como ruim, 2,8% como péssimo e 5,6% registraram que esse quesito não se aplicava (Figura 73). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), manteve-se muito similar o resultado do questionamento.

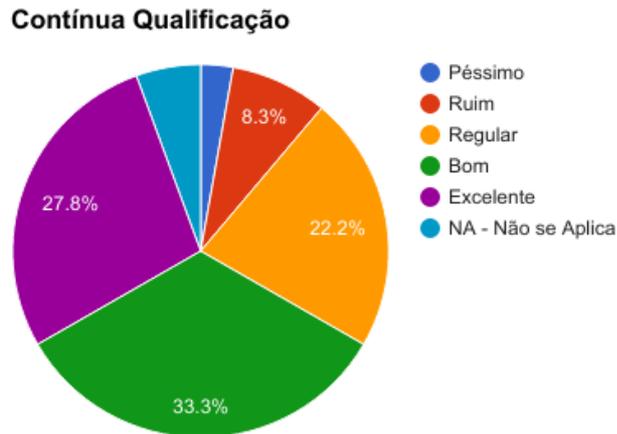


Figura 73 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere a ações para fomentar a discussão sobre cursos de capacitação e contínua qualificação, Petrolina – 2016.

Questionamento: Sobre a segurança no *campus*

Neste quesito, 5,6% avaliaram como excelente, 38,9% como bom, 38,9% como regular, 11,1% como ruim e 5,6% como péssimo (Figura 74). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 14% no percentual de técnicos que avaliaram como excelente, de 13,2% no percentual que avaliou regular e também aumento de 2,5% no percentual que avaliou ruim ou péssimo.

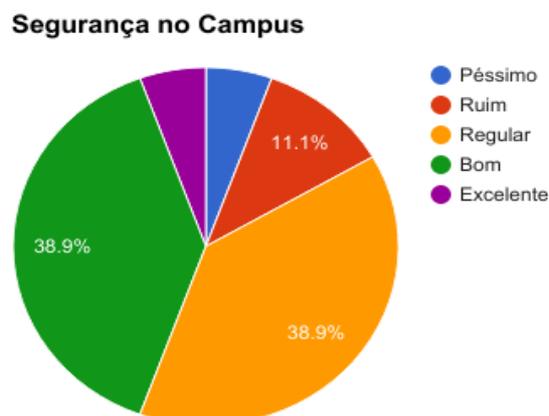


Figura 74 – Opinião dos técnicos administrativos sobre os serviços de segurança no *campus*, Petrolina – 2016.

f) Resultados da Avaliação pelos Docentes

Questionamento: Gestão/Coordenação no curso onde está lotado - Agiliza o encaminhamento de soluções para os problemas do curso

Quanto questionados sobre o encaminhamento de soluções para os problemas do curso pela coordenação, 58,8% avaliaram como excelente, 27,1% como bom, 7,1% como regular e iguais percentuais (2,4%) avaliaram como ruim, péssimo e não se aplica (Figura 75). Em comparação ao ano de 2013 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 3,95% dos docentes que avaliaram como excelente ou bom. Manteve-se o percentual (10%) dos que consideram regular e reduziu os percentuais dos que avaliaram como ruim (6% para 2,30%) e como péssimo (5% para 2,30%).

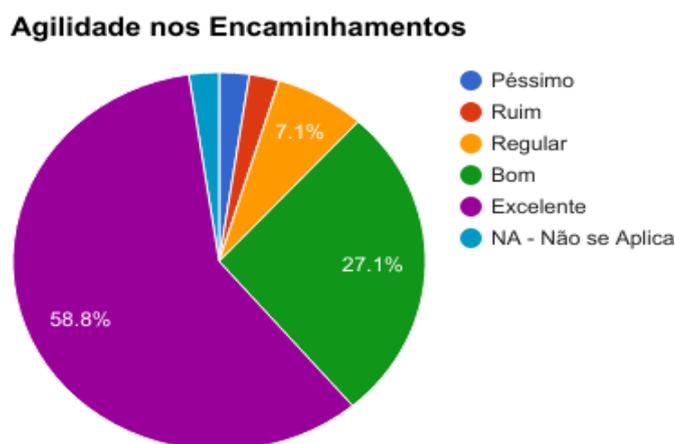


Figura 75 - Opinião dos docentes quanto ao encaminhamento de soluções dos problemas do curso pela Coordenação, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços de manutenção e conservação das instalações físicas

Sobre os serviços de manutenção e conservação das instalações físicas, 15,3% dos docentes avaliaram como excelente, 29,4% como bom, 36,5% como regular, 10,6% como ruim e 8,2% como péssimo (Figura 76). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução na avaliação como excelente ou bom, de 57,6% para 44,7%. Aumento de 5,62% no percentual dos que consideraram regular. Para os que consideravam ruim ou péssimo, houve aumento de 8,22%.

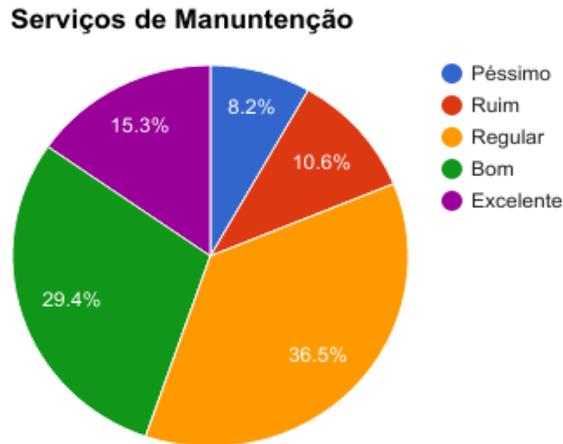


Figura 76 – Opinião dos docentes quanto aos serviços de manutenção e conservação das instalações físicas, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços de manutenção e conservação de equipamentos

Sobre os serviços de manutenção e conservação de equipamentos, 10,6% dos docentes avaliaram como excelente, 21,2% como bom, 31,8% como regular, 15,3% como ruim e 20% como péssimo (Figura 77). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução na avaliação como excelente ou bom, de 40,45% para 31,8%. Houve redução de 2,76% no percentual dos que consideram regular. Para os que consideravam ruim ou péssimo houve aumento de 11,8%. Diferente do ano de 2014, 1,2% respondeu que não sabe.

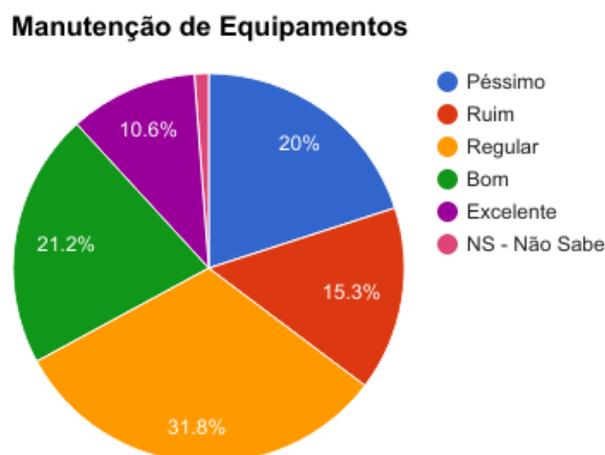


Figura 77 – Opinião dos docentes quanto aos serviços de manutenção e conservação de equipamentos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Sobre a segurança no *campus*

No que diz respeito à segurança no *campus*, 12,9% avaliaram como excelente, 37,6% bom, 29,4% regular, 12,9% como ruim e ainda 7,1% avaliaram como péssimo (Figura 78). 50,7% dos docentes consideraram a segurança no *campus* excelente ou boa. Comparando com resultados da avaliação no ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução no percentual que avaliou como excelente ou bom, de 57,14% para 50,7%. Houve pequena redução de 0,55% no percentual dos que consideravam regular. Quanto a avaliação ruim ou péssimo, houve aumento de 7,55%.

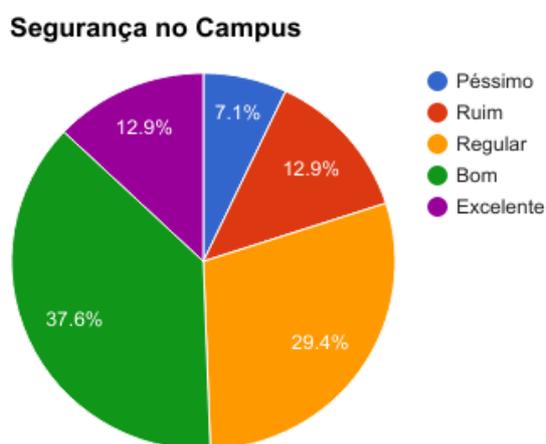


Figura 78 – Opinião dos docentes no que se refere à segurança no *campus*, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Reitoria

Para avaliação da atuação da reitoria, 24,1% dos docentes consideraram excelente, 36,7% como boa, 22,8% consideraram regular, 10,1% ruim e 6,3% péssima. Diferente do ano de 2014, ninguém respondeu que não sabia ou não se aplica (Figura 79). Observa-se que a maioria (60,8%) considera a atuação da reitoria boa ou excelente. Em comparação com o ano de 2014, houve uma redução de 6,75% do percentual dos que acharam excelente ou boa. Houve aumento de 9,44% dos

que julgaram regular. Também houve aumento de 9,03% dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

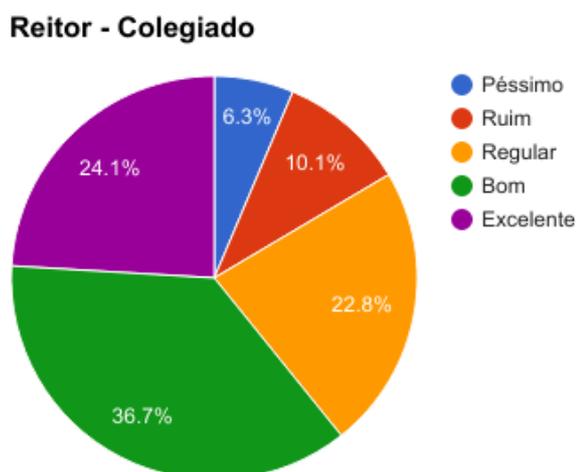


Figura 79 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da reitoria, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

Quanto à atuação da PROEN, 21,2% dos docentes consideraram excelente, 40% como boa, 20% consideraram regular, 4,7% ruim e 4,7% péssima. O percentual de 9,4% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 80). Observa-se que a maioria (61,2%) dos respondentes considera a atuação da PROEN boa ou excelente. Em comparação com o ano de 2014, houve uma redução de 1,47% do percentual dos que acharam excelente ou boa. Houve redução de 0,83% dos que julgaram regular. Houve pequeno aumento de 1,57% dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

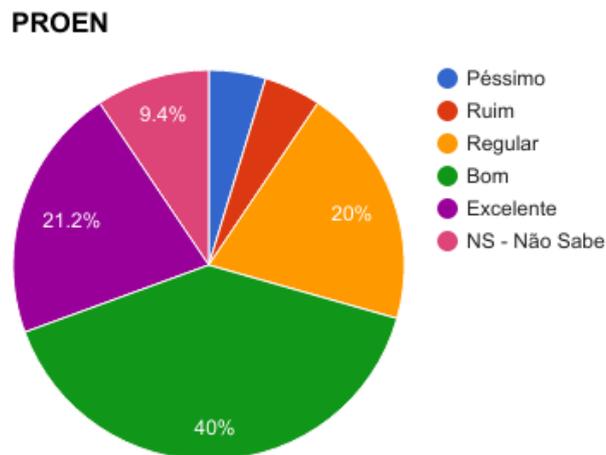


Figura 80 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROEN, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Pró-Reitoria de Extensão – PROEX

Quanto à atuação da PROEX, 23,5% dos docentes consideraram excelente, 45,9% como boa, 14,1% consideraram regular, 2,4% ruim e 1,2% como péssimo. O percentual de 12,9% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 81). Observa-se que a maioria (69,4%) considera a atuação da PROEX boa ou excelente. Em comparação com o ano de 2014, houve um pequeno aumento de 0,74% no percentual dos que acharam excelente ou boa. Também houve aumento de 2,58% dos que julgaram regular. E aumento de 0,85% dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

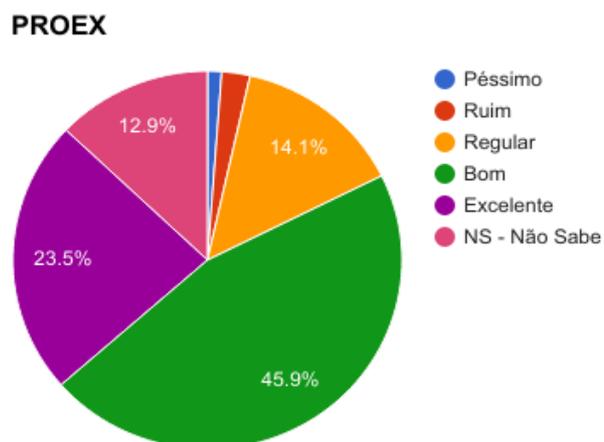


Figura 81 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROEX, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPPGI

Quanto à atuação da PRPPGI, 22,4% dos docentes consideraram excelente, 38,8% como boa, 20% consideraram regular, 7% ruim e 2,4% péssima. O percentual de 9,4% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 82). Observa-se que a maioria (61,2%) dos docentes considera a atuação da PRPPGI boa ou excelente. Em comparação com o ano de 2014, houve uma redução de 5,62% do percentual dos que acharam excelente ou boa. Houve aumento de 5,25% dos que julgaram regular. Também houve aumento de 6,18% dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

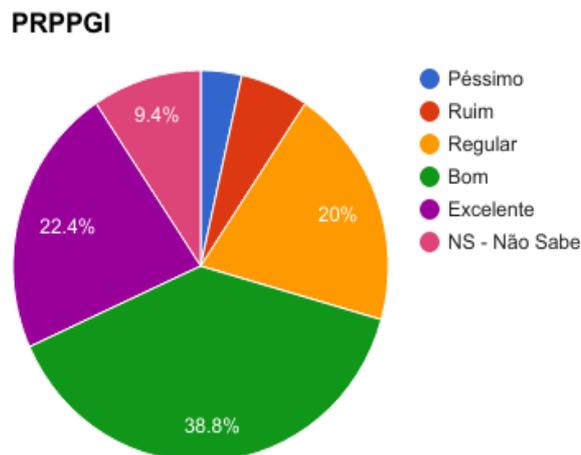


Figura 82 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PRPPGI, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLADI

Para avaliação da atuação da PROPLADI, 23,5% dos docentes considera excelente, 36,5% como boa, 22,4% considera regular, 4,7% ruim e 2,3% péssima. O percentual de 10,6% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 83). Observa-se que a maioria (60%) dos docentes considera a atuação da PROPLADI boa ou excelente, redução de 4,06% em comparação ao ano de 2014. Também em comparação a 2014, houve um aumento de 9,96% no percentual dos que avaliaram a PROPLADI como regular e também um aumento de 2,85% dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

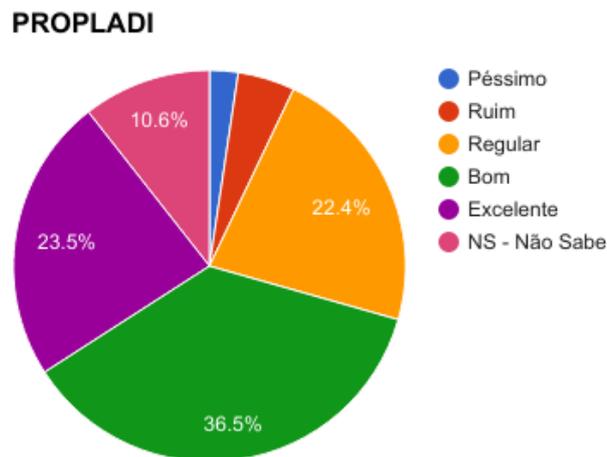


Figura 83 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROPLADI, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE

Quanto à atuação da PROAE, 23,5% dos docentes consideraram excelente, 30,6% como boa, 15,3% consideraram regular, 1,4% ruim e 2,3% péssimo. O percentual de 24,7% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 84). Observa-se que 54,1% registraram que a atuação da PROAE é boa ou excelente, um aumento de 5,71% comparado a 2014. A porcentagem dos que avaliaram como regular aumentou em 1,01% quando comparado a 2014. Observa-se também que o percentual dos que avaliaram a atuação da PROAE como ruim ou péssima se manteve o mesmo.

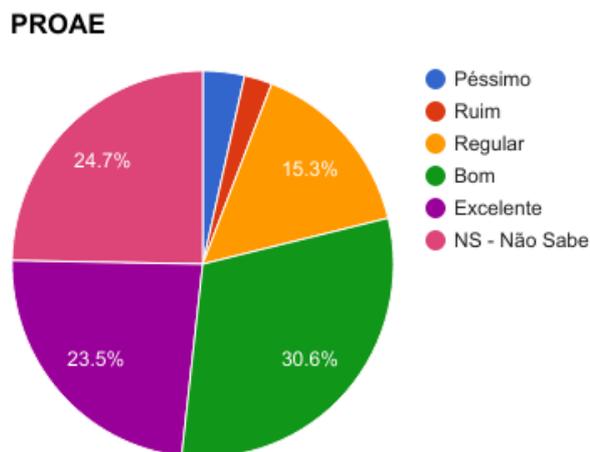


Figura 84 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PROAE, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Secretaria de Registro e Controle Acadêmico – SRCA

Quanto à atuação da SRCA, 27,1% dos docentes consideraram excelente, 36,5% como boa, 17,6% consideraram regular, 1,4% ruim e 1,4% péssimo. O percentual de 14,1% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 85). Observa-se que a maioria (63,5%) registrou que a atuação da SRCA é boa ou excelente, redução de 1,02% comparado a 2014. Comparando com 2014, houve um aumento dos que julgaram que o SRCA tem uma atuação regular aumentou em 4,7%, já os que julgaram ruim ou péssima se manteve a mesma.

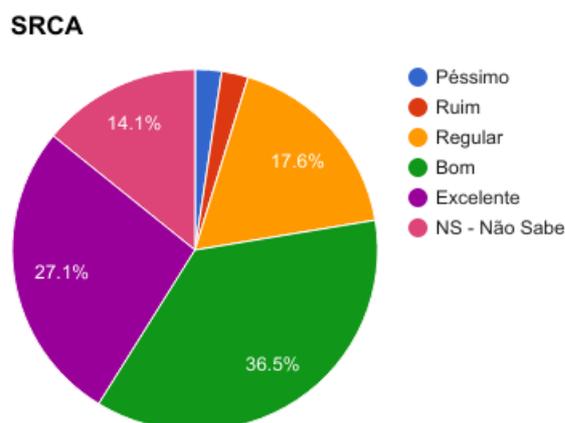


Figura 85 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SRCA, Petrolina – 2014.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Secretaria de Educação à Distância – SEAD

Quanto à atuação da SEAD, 15,3% dos docentes consideraram excelente, 22,4% como boa, 16,5% consideraram regular, 1% ruim e 3,6% péssimo. O percentual de 31,8% respondeu que não sabia e 9,4% que o quesito não se aplicava (Figura 86). Observa-se que quase metade dos respondentes (47,1%) registrou que a atuação da SEAD é boa ou excelente, uma redução de 3,59% comparado a 2014. Um aumento de 4,98% dos que julgaram como regular e o percentual dos que julgaram como ruim ou péssimo se manteve o mesmo. Também pode ser observado um aumento de 8,03% dos que responderam como não sabe ou não se aplica.

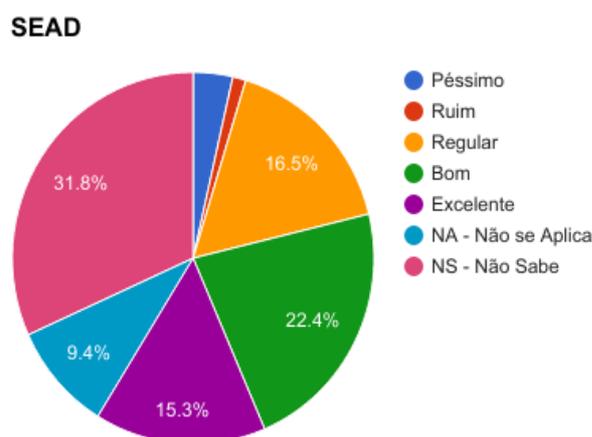


Figura 86 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SEAD, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Quanto à atuação da SGP, 30,6% dos docentes consideraram excelente, 38,8% como boa, 15,3% consideraram regular, 2,3% ruim e 1,2% péssimo. O percentual de 10,6% respondeu que não sabia e 1,2% que o quesito não se aplicava (Figura 87). Observa-se que a maioria (69,4%) registrou que a atuação da SGP é boa ou excelente, uma redução de 9,86% comparado a 2014. Também houve um aumento de 6,54% do percentual que julgou a atuação da SGP como regular. Um pequeno aumento de 1,66% dos que julgaram ruim ou péssimo. Um pequeno aumento de 1,66%

também foi observado nos percentual dos que responderam não sabia ou não se aplica.

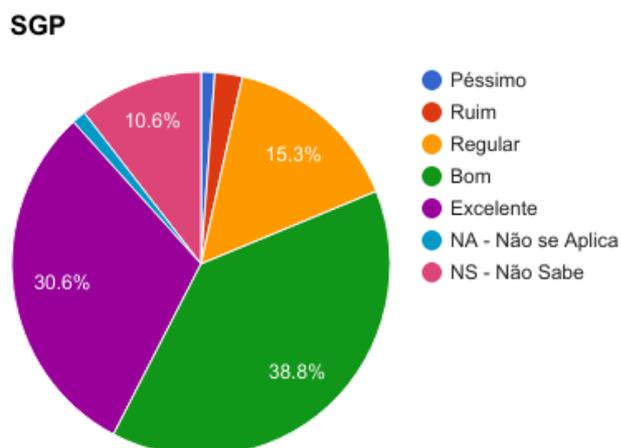


Figura 87 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da SGP, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Secretaria de Tecnologia da Informação – STI

Para avaliação da atuação da STI, 15,3% dos docentes consideraram excelente, 37,6% como boa, 28,2% consideraram regular, 5,9% ruim e 7,1% péssimo. O percentual de 5,9% respondeu que não sabia e 0,0% que o quesito não se aplicava (Figura 88). Observa-se que um percentual significativo (52,9%) registrou que a atuação da STI é boa ou excelente, redução de 6,55% comparado a 2014. Um aumento de 11,15% pode ser observado no percentual dos que julgaram regular a atuação do STI. Também houve um aumento de 6,55% no grupo que julgou como ruim ou péssima. Houve uma redução de 11,15% dos que responderam não sabia ou não se aplica.

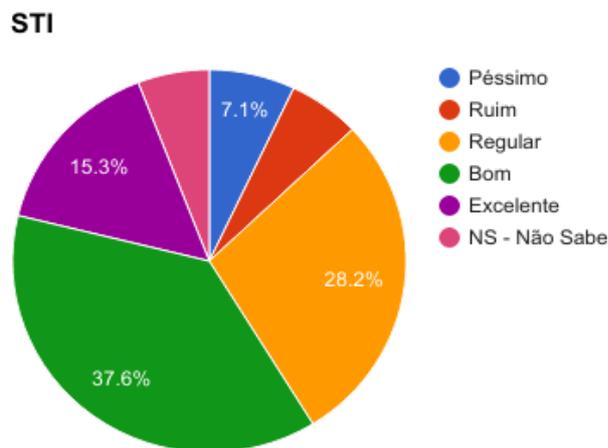


Figura 88 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da STI, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Prefeitura Universitária – PU

Quanto à atuação da PU, 14,1% dos docentes consideraram excelente, 22,4% como boa, 18,8% consideraram regular, 5,8% ruim e 7,1% péssimo. O percentual de 25,9% respondeu que não sabia e 5,9% que o quesito não se aplicava (Figura 89). Observa-se que 36,5% registrou que a atuação da PU é boa ou excelente, redução de 2,21% comparado a 2014. Houve também um elevado percentual desconhece sua atuação (31,8%), uma pequena redução de 0,46 comparando a 2014. Uma redução de 8,01% é observada no percentual dos que julgaram a atuação da PU como regular. Houve um aumento de 3,23% nos que julgaram ruim ou péssima a atuação da PU.

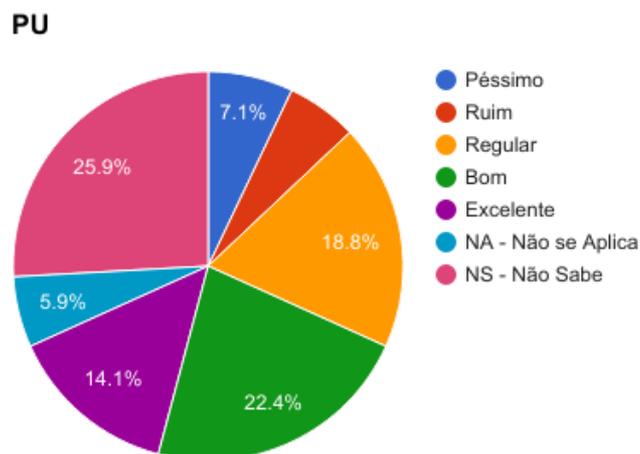
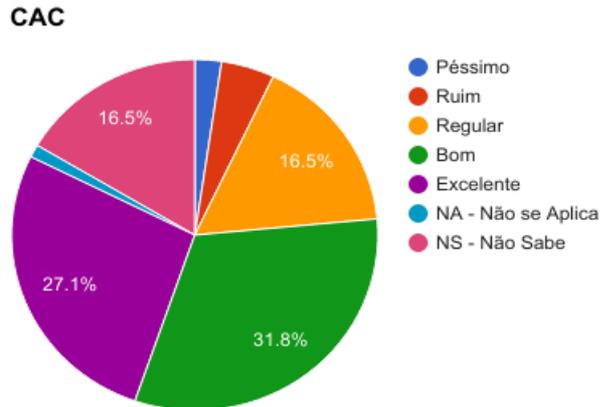


Figura 89 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da PU, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quanto aos setores administrativos - Coordenação Administrativa do *Campus* - CAC

Quanto à atuação da CAC, 27,1% dos docentes consideraram excelente, 31,8% como boa, 16,5% consideraram regular, 4,7% ruim e 2,2% péssimo. O percentual de 16,5% 21,66% respondeu que não sabia e 1,2% 0,46% que o quesito não se aplicava (Figura 90). Observa-se que mais da metade (58,9%) registrou que a atuação da CAC é boa ou excelente, aumento de 3,14% comparado a 2014. Comparando com 2014, houve uma redução de 0,09% dos que julgaram como regular, um aumento de 1,37% dos que julgaram como ruim ou péssima a atuação do CAC e uma redução de 4,42% que respondeu não sabia e não se aplica.



e

Figura 90 – Opinião dos docentes no que se refere à atuação da CAC, Petrolina – 2016.

Questionamento: Técnicos de Laboratório: suficientes para a demanda de trabalho de laboratório pelo qual é responsável (quantidade) – Caso não seja responsável deve-se assinar NA (não se aplica)

No que diz respeito se a quantidade de técnicos para atender as demandas dos laboratórios é suficiente, 11,8% dos docentes avaliaram como excelente, 9,4% bom, 16,5% regular, 9,4% como ruim, 22,4% avaliaram como péssimo, 8,2% dos docentes não souberam responder e outros 22,4% registraram que esse questionamento não se aplicava (Figura 91). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 16,13% para 21,2% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente. Houve um pequeno aumento de 14,29% para 16,5% no percentual dos que avaliaram como regular e aumento de 27,65% para 31,8% o percentual dos que consideram ruim ou péssimo. O percentual de registro NA reduziu de 36,87% para 22,4%, de modo que grande percentual dos respondentes não é responsável por laboratório.

Demanda de Técnicos

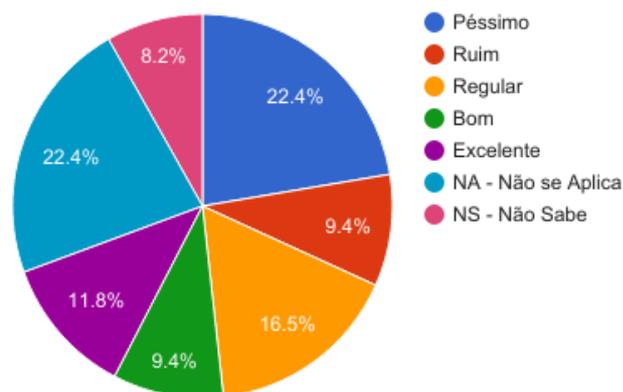


Figura 91 – Opinião dos docentes sobre se a quantidade de técnicos é suficiente para atender as demandas de trabalho de laboratório pelo qual é responsável, Petrolina – 2016.

Questionamento: Serviços de acesso ao acervo - Biblioteca

Quanto aos serviços de acesso ao acervo, 32,9% registraram excelente, 45,9% como bons, 11,8% dos docentes consideraram regulares, 1,15% consideraram ruins, 1,15% registraram como péssimos, 7,1% não souberam responder e 0,0% assinalou que não se aplica (Figura 92). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve grande aumento de 24,43% para 78,8% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente. Houve redução do percentual dos que avaliaram como regular (de 39,63% para 11,8%) e também no percentual dos que avaliaram como ruim ou péssimo (de 33,64% para 2,3%).

Biblioteca - Acervo

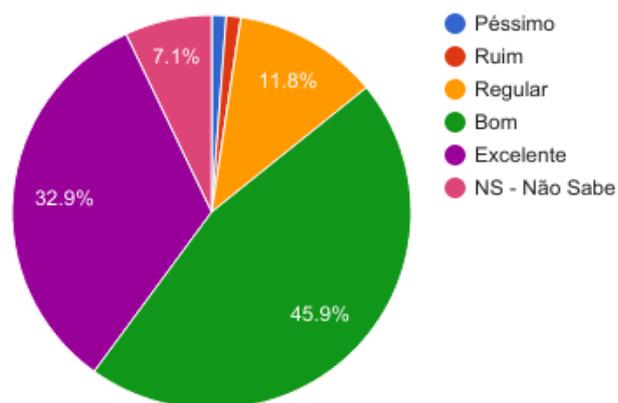


Figura 92 – Opinião dos docentes no que se refere ao serviço de acesso ao acervo, Petrolina – 2016.

Questionamento: Pessoal técnico-administrativo (quantidade)

Sobre a quantidade do pessoal técnico-administrativo para organização acadêmica e administrativa, 24,7% dos docentes avaliaram como excelente, 30,6% como bom, 21,2% registrou ser regular e um percentual de 22,4% registrou ser ruim ou péssimo. 0,0% registrou que não se aplicava e 1,1% como não sabia (Figura 93). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 45,16% para 55,3% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente. Ao passo que houve redução de 5,99% no percentual dos que avaliaram como regular e de 4,79% no percentual dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

Técnico-Administrativo (Quantidade)

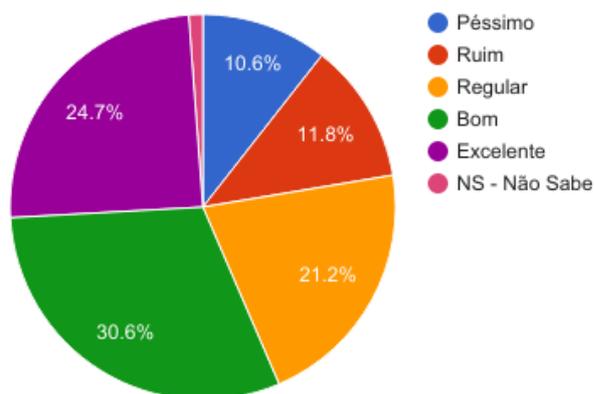


Figura 93 – Opinião dos docentes no que se refere à quantidade do pessoal técnico-administrativo, Petrolina – 2016.

Questionamento: Pessoal técnico-administrativo (qualificação)

No que diz respeito à qualificação do pessoal técnico-administrativo para organização acadêmica e administrativa, a maioria (83,5%) avaliou ser excelente ou bom, 9,4% regular, 2,36% como ruim e outros 2,36% avaliaram como péssimo e 2,36% não soube responder ao questionamento (Figura 94). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve aumento de 74,19% para 83,5% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente. Houve redução de 10,42% no percentual dos que avaliaram como regular, ao passo que aumentou de 4,61 para 4,72% o percentual dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

Técnico-Administrativo (Qualificação)

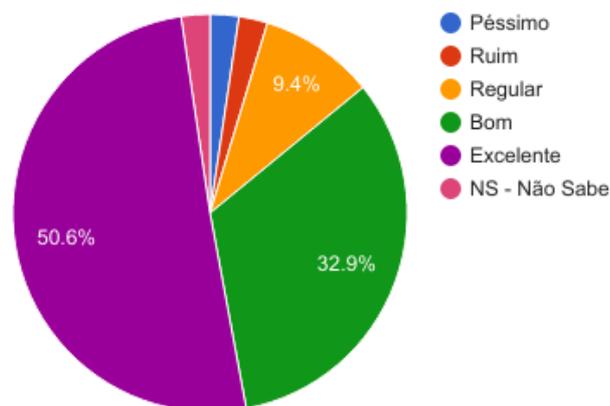


Figura 94 – Opinião dos docentes no que se refere à qualificação do pessoal técnico-administrativo, Petrolina – 2016.

3.4.3 Sustentabilidade Financeira

Sustentabilidade financeira é a maneira com a qual, determinado segmento, possibilita o seu funcionamento de forma efetiva e indefinida, mesmo após o término da assistência financeira proposta inicialmente, permitindo a manutenção dos investimentos para recompor o desgaste e conduzir à expansão da Instituição, dando continuidade ao compromisso de oferecer educação superior de qualidade.

Para descrição desta dimensão, contou-se com a colaboração da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI/Univasf) e da Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento, sendo que a análise foi embasada a partir de dados oferecidos à CPA/Univasf.

a) Captação de recursos

No ano de 2013, de acordo com a Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento da Univasf, o custo corrente da instituição foi de cento e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e três centavos (R\$122.688.950,33). Para o ano de 2014, o custo corrente aumentou, sendo de cento e trinta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e um centavo (R\$139.992.641,01).

Para avaliação dos diferentes itens empregados, faz-se necessário o cálculo de algumas variáveis, como o Grau de Participação Estudantil, o Grau de Envolvimento com Pós-Graduação, o

Conceito CAPES, o índice de Qualificação do Corpo Docente e a taxa de Sucesso na Graduação, as quais seguem detalhadamente nos próximos parágrafos, além do número absoluto de outros componentes e indicadores.

O Grau de Participação Estudantil (GPE) é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, principalmente aquelas que mantêm uma produção científica – como, por exemplo, as IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), que informa o grau de utilização da capacidade instalada na instituição pelo alunado e também a velocidade de integralização curricular. O GPE, que é bastante utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior, é obtido pelo quociente entre o número total de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos ativos na graduação (números de cabeças). Os dados semestrais são somados e divididos por 2.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) mede o grau de titulação do corpo docente de ensino superior de uma instituição. Seu cálculo é efetuado a partir da equação abaixo:

$$\text{IQCD} = \frac{(5D+3M+2E+1G)}{(D+M+E+G)}$$

Legenda:

D – Número de professores com doutorado;

M – Número de professores com titulação de mestre;

E – Número de professores com titulação de especialista e

G – Número de professores com apenas a graduação.

O Grau Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG) é determinado em conformidade com o número de alunos vinculados a programas de mestrado e doutorado, dividido pelo total de alunos da graduação, mestrado e doutorado.

O Conceito Capes é a média das notas de avaliação realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de todos os cursos de mestrado e doutorado da Instituição. Já, a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes.

O Quadro 9 a seguir contém dados em conformidade com os relatórios encaminhados à Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, através do Sistema Integrado de Monitoramento do MEC.

Comparando os resultados para a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) nos últimos três anos,

2012 a 2014, observa-se aumento significativo de 2012 para 2013 e pequena queda de 2013 para 2014. Os valores foram 13,92% em 2012, 32,55% em 2013 e 29,69% em 2014, lembrando que este indicador refere-se à relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes.

Quadro 9 – Descrição dos componentes e indicadores de desempenho relativos aos anos de 2013 e 2014. (Fontes: BRASIL, 2014a; Memorando N° 018/2015 – PROGEST, 2015).

COMPONENTES		
	2014	2016
Número de alunos em tempo integral	4.237	5.016
Número de alunos equivalentes	9.130	10.088
Número de professores equivalentes	421	470
Número de funcionários equivalentes	951	696
INDICADORES		
Custo corrente/aluno equivalente	R\$14.369,99	R\$17.007,3
Aluno tempo integral/número de professores equivalentes	10,05	10,67
Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes	4,45	7,21
Funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no HU)/número de professores equivalentes	2,26	1,48
Grau de participação estudantil	0,76	0,74
Grau de envolvimento com pós-graduação	0,04	0,06
Conceito CAPES	3,00	3,00
Índice de qualificação do corpo docente	3,92	4,1
Taxa de sucesso na graduação	29,69	31,76

Quanto ao Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) (Figura 104), a Univasf teve este valor novamente aumentado (4,1) em comparação aos anos anteriores. O crescimento deste indicador vem sendo observado, exceto para o ano de 2009, quando foi observada pequena queda em comparação ao ano anterior.

IQCD UNIVASF

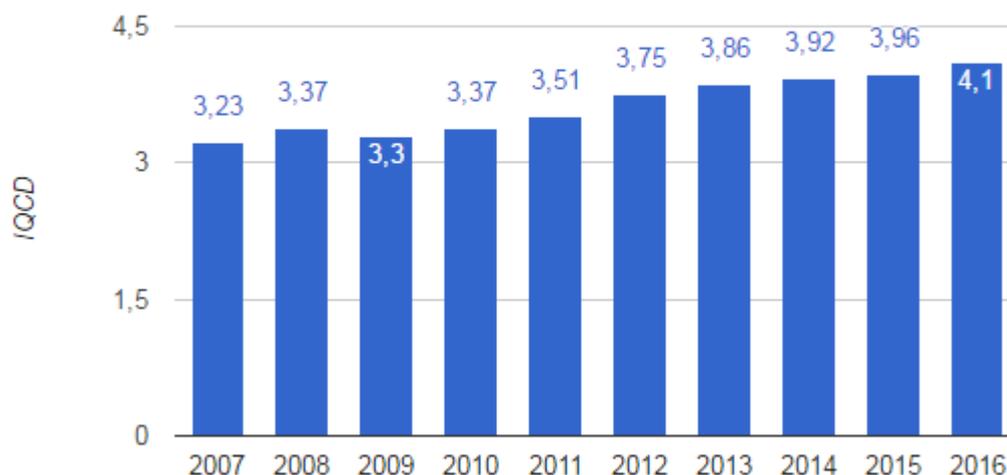


Figura 104 – Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD da Univasf entre 2007 e 2016.
Fonte: PROGEST – Univasf, fevereiro de 2017.

b) Alocação e aplicação de recursos

Alocação de recursos é o processo pelo qual recursos existentes são distribuídos entre usos alternativos, que podem ser finais (programas ou atividades-fim), intermediários (os diversos insumos e atividades necessários à produção do serviço final), ou definidos em termos dos usuários dos serviços. Desta forma, a alocação de recursos da Univasf segue conforme a Tabela 17.

Tabela 17 – Descrição da alocação de recursos da Univasf durante o ano de 2016 – Petrolina. (Fonte: PROGEST, 2017).

ALOCÇÃO DOS RECURSOS		VALOR PARCIAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Despesa Corrente	Pessoal e Encargos Sociais	106.442.000,00	192.829.200,00
	Outras Despesas Correntes	86.387.200,00	
	Despesa de capital	Obras e instalações	
	Equipamentos	11.552.500,00	
TOTAL			213.996.340,00

É importante destacar o aumento total de R\$74.003.699,00 em alocação de recursos da Univasf no ano de 2016 em relação a 2014. Em despesa corrente, o aumento foi de R\$70.629.690,00 e em despesa de capital R\$3.374.010,24.

Não foram informados pela PROGEST, dados que tratam da alocação dos recursos para aplicação de recursos distribuídas nos programas de ensino, pesquisa e extensão (separadamente).

A execução orçamentária para o ano de 2016 foi designada conforme a Tabela 18.

Tabela 18 – Execução orçamentária da Univasf no ano de 2016 – Petrolina, 2016. (Fonte: PROGEST – Univasf, fevereiro de 2017).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (R\$)	DESPEDA EMPENHADA (R\$)	SALDO NÃO EMPENHADO (R\$)
Código da Ação: 20GK - Atividades				
Programa 2080 – Educação de Qualidade Para Todos				
Expansão, reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.	1.303.839,00	1.303.839,00	1.118.283,62	185.555,38
Código da Ação: 4002 - Atividades				
Programa 2080 – Educação de Qualidade Para Todos				
Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.	5.702.528,00	5.702.528,00	5.669.120,94	33.407,06
Código da Ação: 8282 – Atividades				
Programa 2080 – Educação de Qualidade Para Todos				
Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação de oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e	12.654.932,00	16.121.411,00	14.116.219,73	2.005.191,27

extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
Código da Ação: 20RK - Atividades				
Programa 2080 – Educação de Qualidade Para Todos				
Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	30.411.389,00	32.994.910,00	32.455.299,53	539.610,47
TOTAL GERAL	50.072.688,00	56.122.688,00	53.358.923,82	2.763.764,18

No ano de 2016, de acordo com as Tabelas 21 e 22, a Univasf empenhou um percentual menor da dotação autorizada, chegando a 95,07% do valor autorizado.

3.5. Infraestrutura: contempla a dimensão 07 (Infraestrutura Física) do SINAES - EIXO 5

Devido à necessidade de maior tempo para mudanças significativas na estrutura física da Univasf, ficou decidido em reunião da CPA, que as visitas *in loco* serão realizadas a cada dois anos. Além disso, optou-se pela aplicação de questionários não concomitante ao ano de realização de visitas *in loco*. Devido às visitas realizadas nos anos de 2012 e 2013, optou-se pela aplicação de questionários em 2014 e realização das visitas em 2015. Sendo assim, neste documento consta apenas a descrição do quantitativo de prédios por *campus*, obras em andamento e obras finalizadas em 2014.

Com base nas informações enviadas pela Assessoria de Infraestrutura, no ***campus de Petrolina Sede*** existem as seguintes instalações prediais:

1. Pavilhão Administrativo - Reitoria;
2. Centro de Convivência;
3. Restaurante Universitário;
4. Biblioteca;
5. Bloco de Salas de Aula;
6. Bloco de Laboratórios;
7. Centro de Estudos de Psicologia;
8. Complexo de Educação Física;
9. Complexo de esportes e atividades didáticas diversas - Campus Petrolina/PE;
10. Centro de Estudos da Saúde;
11. Unidade de Atenção à Saúde do Servidor - Siass;
12. Policlínica;
13. Espaço de Arte, Ciência e Cultura.

O Quadro 10 contém as obras e seus respectivos custos, no *campus* de Petrolina – Sede, com situação no ano de 2016.

Quadro 10 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Petrolina - SEDE, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Obra	Valor (R\$)	Situação
Construção de uma subestação abrigada de energia Policlínica da Univasf, no campus Petrolina-PE, Centro	1.251.638,21	Concluída
Urbanização do entorno do prédio da policlínica, no campus Petrolina-PE, Centro	1.615.366,52	Concluída
Finalização do edifício da Policlínica da Univasf no campus Petrolina-PE - Centro	5.614.132,53	Concluída

Total	8.481.137,26	-
--------------	--------------	---

No **campus de Juazeiro**, funcionam as instalações prediais:

1. Espaço Plural (Antiga Facju);
2. Área de Convivência, com Ginásio Poliesportivo Coberto e Piscina Semiolímpica;
3. Restaurante Universitário;
4. Complexo Multieventos;
5. Bloco de salas de aula e laboratórios;
6. Bloco de salas de aula, colegiados e biblioteca;
7. Bloco de Laboratórios de Engenharia Civil, de Produção e Agrícola e Ambiental;
8. Laboratórios de Engenharia Mecânica;
9. Instituto de Pesquisa em Ciência dos Materiais – IPCM;
10. Ateliê de Artes;
11. Galpão de Almojarifado e Logística;
12. Instituto de Pesquisas de Substâncias Bioativas – Ipesb.

No **campus de Ciências Agrárias** funcionam as instalações prediais:

1. Centro de Convivência;
2. Restaurante Universitário;
3. Biblioteca;
4. Bloco de Salas de Aula;
5. Bloco de Colegiados;
6. Complexo de Laboratórios - 1;
7. Complexo de Laboratórios - 2;
8. Laboratório e Museu de Anatomia;
9. Laboratório de Reprodução Animal;
10. Laboratórios Profissionalizantes de Agronomia;
11. Laboratório de Metabolismo Animal;
12. Setores de Produção Animal;
13. Biotério;
14. Canil;
15. Centro de Apoio à Suinocultura;
16. Hospital Veterinário;
17. Núcleo de Ecologia Molecular;
18. Centro de Referência para Recuperação da Flora das Áreas Prioritárias da Bacia do São Francisco -Bioma Caatinga – Crad;
19. Blocos “Aves” e “Apoio” do Programa de Conservação de Fauna e Flora – Animais Silvestres – Cemafauna;
20. Centro de Visitantes (museu), Recinto para jacarés, Recinto para mamíferos e corredor de voo para aves do CEMA/FAUNA;
21. Gaiolões para reabilitação de mamíferos e primatas no Cemafauna Caatinga, Campus

Ciências Agrárias – CCA

22. Estão em construção:
23. Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental – Nema;
24. Laboratório de Nutrição;
25. Estufas de plantas do Crad.

Os cursos de graduação no **campus de Senhor do Bonfim** funcionam em Prédio contendo Guarita e instalação predial com dois pavimentos contendo todas as instalações: salas de aula, laboratórios, cantina, Biblioteca, banheiros, auditório, salas de professores, estacionamento para carros, motos e bicicletas.

O Quadro 11 contém as obras e seus respectivos custos, no *campus* de Senhor do Bonfim - BA, com situação no ano de 2016.

Quadro 11 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Senhor do Bonfim - BA, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Obra	Valor (R\$)	Situação
Construção de cerca em gradil metálico no campus da Univasf em Senhor do Bonfim-BA	365.732,16	Concluída
Total	365.732,16	-

No **campus de São Raimundo Nonato**, os cursos funcionam nas seguintes instalações:

1. Bloco Administrativo e de Salas de Aula;
2. Pavilhão de Serviços e Apoio;
3. Bloco de laboratórios;
4. Prédio Biblioteca e Auditório;
5. Residência Estudantil

O Quadro 12 contém as obras e seus respectivos custos, no *campus* de São Raimundo Nonato - PI, com situação no ano de 2016.

Quadro 12 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus São Raimundo Nonato - PI, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Obra	Valor (R\$)	Situação
Construção de reservatório de água no campus da Univasf em São Raimundo Nonato - PI	388.977,04	Concluída
Execução de reforma da cobertura do bloco administrativo e de salas de aula no campus da Univasf em São Raimundo Nonato - PI	139.541,02	Concluída

Total	528.518,06	-
--------------	------------	---

Os cursos de graduação no **campus de Paulo Afonso** funcionam em instalações provisórias, contendo:

1. Bloco 1 - Salas de aula, biblioteca e apoio administrativo;
2. Bloco 2 - Salas administrativas, colegiado e laboratório de informática;
3. Bloco 3 - Laboratórios;
4. Prédio de salas de aula e laboratórios do campus de Paulo Afonso-BA (em fase inicial de construção).

O quadro abaixo apresenta as obras que estão sendo executadas neste campus:

Quadro 13 – Descrição das obras e respectivos investimentos, no campus Paulo Afonso - BA, relativos ao ano de 2016 (Fonte: Prefeitura Universitária da Univasf).

Obra	Valor (R\$)	Situação
Construção de cerca em gradil metálico no campus da Univasf em Paulo Afonso-BA	1.038.271,03	Em fase de finalização
Construção do prédio de salas de aula e laboratórios do campus de Paulo Afonso-BA	15.486.586,25	Em andamento
Total	16.524.857,28	-

O total de investimentos em obras, no ano de 2016, foi de R\$25.900.244,76.

O transporte até os *campi* de São Raimundo Nonato – PI, de Juazeiro – BA, de Ciências Agrárias – Petrolina – PE e de Petrolina - Sede pode ser realizado, pelos discentes, através de ônibus da Univasf.

3.5.1 Resultado da Avaliação pelos Técnicos Administrativos

a) Dimensões da instalação/espço físico

Questionamento: Dimensão da sala de trabalho em relação à quantidade de serviços e servidores

Na avaliação pelos técnicos administrativos quanto à dimensão de salas de trabalho em relação à quantidade de serviços e servidores, 13,9% avaliaram como excelente, 30,6% como boa, 41,7% como regular, 13,9% como ruim e 13,9% consideraram péssima (Figura 96). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 57,15% para 44,5% no percentual dos que avaliaram como bom ou excelente. Houve aumento de 15,99% no percentual dos que

avaliaram como regular e de 10,65% no percentual dos que avaliaram como ruim ou péssimo.

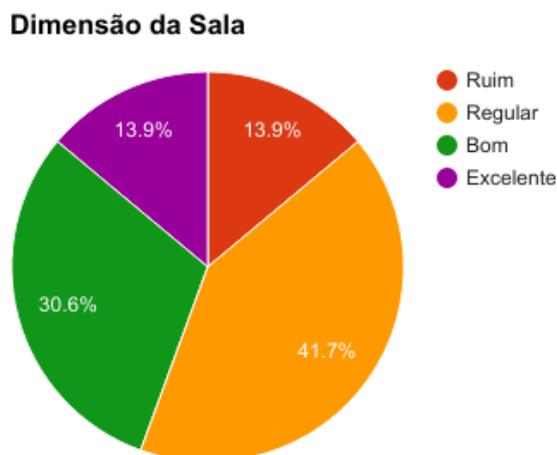


Figura 96 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere às dimensões da sala de trabalho em relação à quantidade de serviços e servidores, Petrolina – 2016.

Questionamento: Adequação e limpeza do ambiente

Com relação à adequação e limpeza do ambiente, 11,1% avaliaram como excelente, 50,0% como bom, 30,6% como regular e 8,3% como ruim (Figura 97). Em comparação ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), Houve uma redução de 80,0% para 61,1% (18,9%) do percentual que avalia como bom ou excelente a adequação e limpeza do ambiente de trabalho. Houve aumento de 16,31% no percentual dos que avaliaram como regular. Assim como no ano anterior não houve avaliação como péssimo, havendo pequeno aumento de 2,59% no percentual dos que avaliaram como ruim.

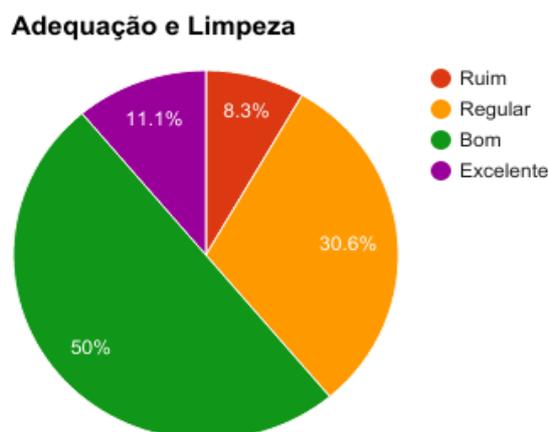


Figura 97 - Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à adequação e limpeza do ambiente, Petrolina – 2016.

Questionamento: Quantidade e condições das instalações sanitárias – adequação e limpeza

Quanto às instalações sanitárias, 41,7% consideraram como bom, 11,1% como excelente, 33,3% como regular, 11,1% registrou ser ruim e 2,8% registrou ser péssimo (Figura 98). Neste ano, para tal quesito, apesar da grande maioria avaliar como bom ou excelente, houve pequena redução de 77,14% no ano passado para 52,8% no ano de 2014. Diferente do ano de 2014, neste ano houve registro de péssimo..



Figura 98 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à quantidade e às condições das instalações

sanitárias, adequação e limpeza, Petrolina – 2016.

Questionamento: Condições de acesso para portadores de necessidades especiais

Quanto às condições de acesso para portadores de necessidades especiais, 36,1% dos técnicos administrativos consideram como bom, nenhum como excelente, 30,6% como regular, 25% considera ruim e 8,3% destacou ser péssimo (Figura 99). Comparando a 2014 (BRASIL, 2014a), em 2016 houve redução no percentual daqueles que informaram serem boas ou excelentes as condições de acesso, passando de 37% para 36,1%. Redução de 40% para 30,6% do percentual atribuído a regular e aumentou 10,3% o percentual daqueles que consideram ruim ou péssimo.

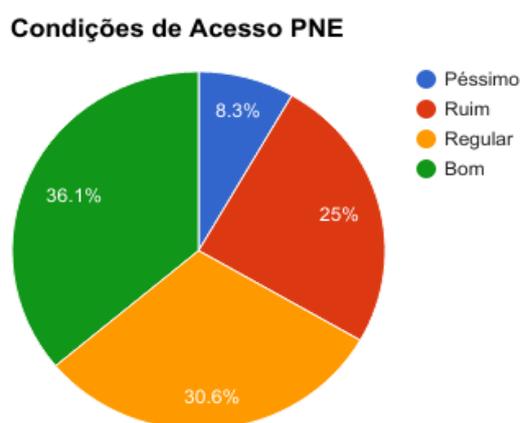


Figura 99 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à condições de acesso para portadores de necessidades especiais, Petrolina – 2016.

Questionamento: Espaço de convivência (jardim, banco, cantina, espaço para prática de esportes)

Quanto ao espaço de convivência, 11,43% dos técnicos administrativos avaliaram como bom, 14,29% como excelente, 45,71% como regular, 11,43% consideraram ruim, 17,14% destacaram como péssimo (Figura 100). Comparando a 2014 (BRASIL, 2014a), em 2016 houve redução no percentual daqueles que informaram serem excelentes ou bons os espaços de convivência, passando de 25,72% para 16,7%. Houve pequeno aumento no percentual atribuído a regular de 45,71% para 30,6% e o percentual de técnicos que avaliou com ruim ou péssimo se manteve o mesmo.

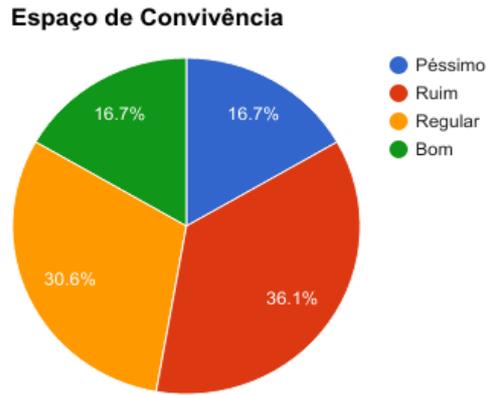


Figura 100 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao espaço de convivência (jardim, banco, cantina, espaço para prática de esportes), Petrolina – 2016.

Questionamento: Quantidade e condições dos equipamentos e materiais de expediente necessários ao desenvolvimento das atividades do seu setor/laboratório

A respeito da quantidade e condições dos equipamentos e materiais de expediente necessários ao desenvolvimento das atividades do setor/laboratório, 5,54% dos técnicos administrativos avaliaram como ruim, 2,77% como péssimo, 22,2% como regular, 52,8% como bom, 13,9% referiram excelente e 2,77% foram obtidos para não se aplica (Figura 101). Em 2014 (BRASIL, 2014a), 48,57% avaliaram como bom ou excelente, sendo observado aumento de 18,13% em 2016. O percentual dos que avaliaram como ruim ou péssimo diminuiu 0,26% em 2016, com redução no percentual com atribuição a avaliação como regular de 37,14% para 22,2%.

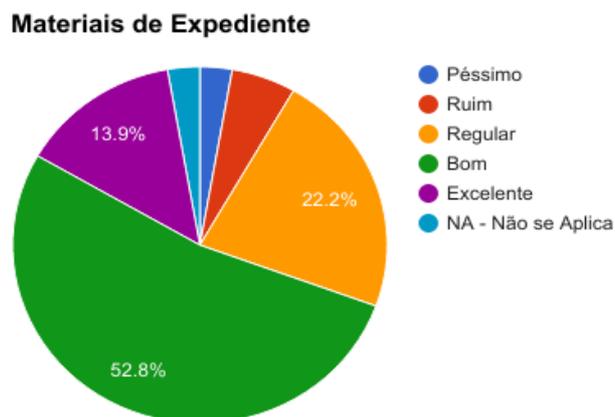


Figura 101 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à quantidade e condições dos equipamentos e materiais de expediente necessários ao desenvolvimento das atividades do setor/laboratório, Petrolina – 2016.

Questionamento: Existência de rede de comunicação (*Internet*)

Quanto ao serviço de *internet*, 2,75% avaliaram como ruim, outros 13,9% como regular, 55,6% como bom e 25% referiram ser excelente (Figura 102). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), observa-se grande aumento na satisfação com a *internet*, com o percentual de técnicos que atribuiu avaliação boa ou excelente passando de 54,29% para 80,6%. Houve redução de 14,67% no percentual atribuído a regular e de 8,19% no percentual atribuído a ruim.

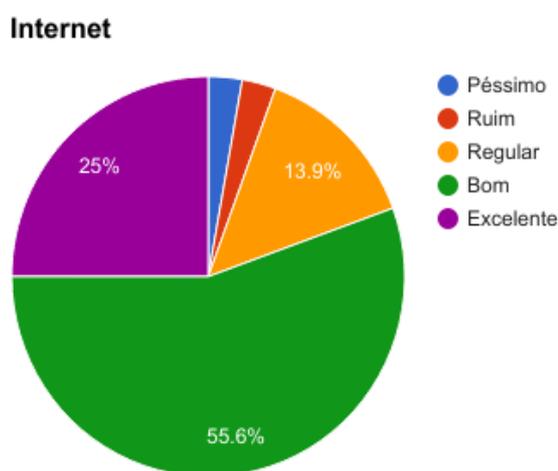


Figura 102 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere à existência de rede de comunicação (*internet*), Petrolina – 2016.

Questionamento: Plano de expansão e da atualização de equipamentos

Quanto ao plano de expansão e atualização de equipamentos, 13,9% dos técnicos administrativos desconhecem o item questionado, 16,7% avaliaram como ruim, 5,5% como péssimo 30,6% como regular, 30,6% como bom e 2,7% referiram como excelente (Figura 103). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 6,7% para avaliação como bom ou excelente. Houve pequeno aumento de 2,03% no percentual atribuído a regular, e redução de 3,51% no percentual dos que julgaram ruim ou péssimo.

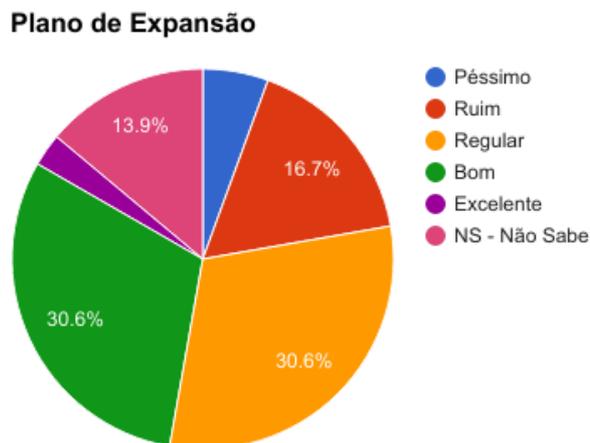


Figura 103 – Opinião dos técnicos administrativos no que se refere ao planos de expansão e da atualização de equipamentos, Petrolina – 2016.

3.5.2 Resultado da Avaliação pelos Docentes

Questionamento: Condições dos laboratórios dos cursos

Quanto às condições dos laboratórios, 11,8% dos docentes avaliaram como ruins, 20% regulares, 34,1% como bons, 15,3% registraram excelente, ao passo que 7,1% registraram péssimo, 5,85% opinaram que desconhecem e 5,85% consideraram que tal questionamento não se aplicava (Figura 104). Em comparação com o ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução no percentual atribuído à avaliação como excelente ou bom, de 50,69% para 49,4%. Também houve redução no percentual que avaliou como regular de 5,35% e aumento 4,62% no percentual atribuído a ruim ou péssimo.

Condições de Laboratório

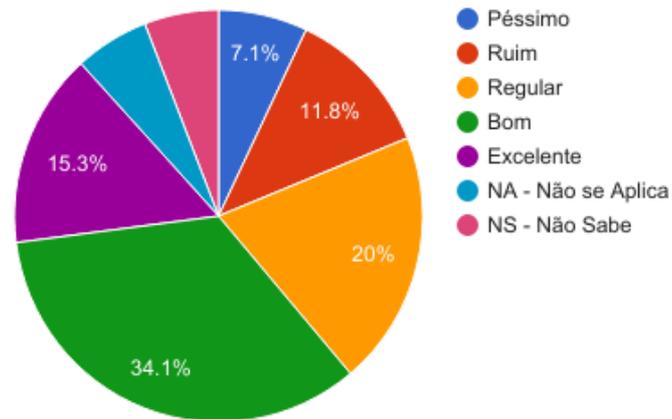


Figura 104 – Opinião dos docentes no que se refere as condições dos laboratórios dos seus respectivos cursos, Petrolina – 2016.

Questionamento: Condições de sala de aula

Quanto às condições de sala de aula, 36,41% dos docentes avaliaram como excelente, 43,32% como bom, 17,05% como regular e 2,76% como ruim (Figura 105). Em comparação com o ano de 2016 (BRASIL, 2014a), pode-se observar que houve redução nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom de aproximadamente 5,63%, mas se manteve o fato de que a grande maioria está satisfeita com as condições das salas de aula. Houve aumento de 5,35% para a avaliação como regular e um leve aumento de 0,74% na avaliação como ruim.

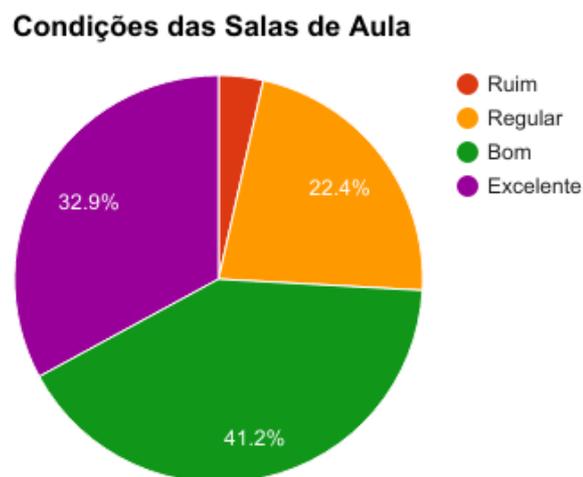


Figura 105 – Opinião dos docentes no que se refere a condições de salas de aula, Petrolina – 2016.

Questionamento: Conforto térmico nas salas de aula

Quanto ao conforto térmico nas salas de aula, 37,6% dos docentes avaliaram como excelente, 49,4% como bom, 8,2% como regular e 4,8% como ruim (Figura 106). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve pequeno aumento de 85,25% para 87% nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom, de modo que grande maioria dos docentes está satisfeita com o conforto térmico nas salas de aula.

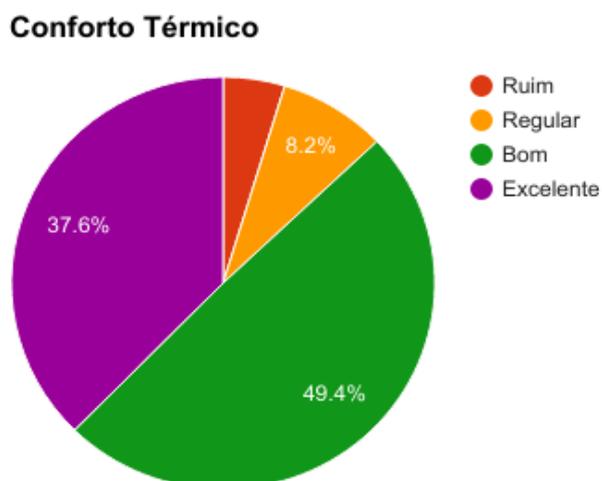


Figura 106 – Opinião dos docentes no que se refere ao conforto térmico nas salas de aula, Petrolina – 2016.

Questionamento: Espaços de convivência

Quanto aos espaços de convivência, 9,4% dos docentes avaliou como excelente, 18,8% bom, 24,7% regular, outros 21,2% como ruim e 22,4% péssimo (Figura 107). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 9,12% nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom, verificando-se que entre os respondentes há considerável insatisfação com os espaços de convivência, uma vez que 43,6% dos docentes atribuiu avaliação como ruim ou péssimo.

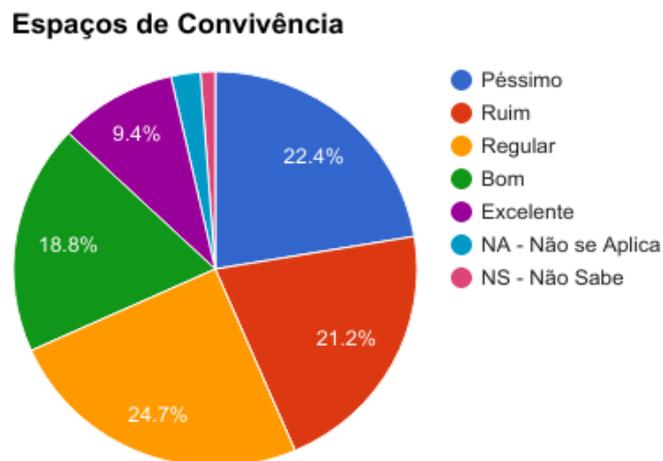


Figura 107 – Opinião dos docentes no que se refere aos espaços de convivência, Petrolina – 2016.

Questionamento: Auditórios e salas de conferência

Quanto aos auditórios e salas de conferência, 24,7% dos docentes avaliaram como excelente, 36,5% como bom, 20% regular, 10,6% como ruim, 3,5% péssimo, 1,7% não souberam responder e outros 3,5% registraram que esse questionamento não se aplicava (Figura 108). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve pequena redução de 6,54% nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom, mesmo assim a maioria dos docentes está satisfeita com os auditórios e salas de conferência na Univasf.

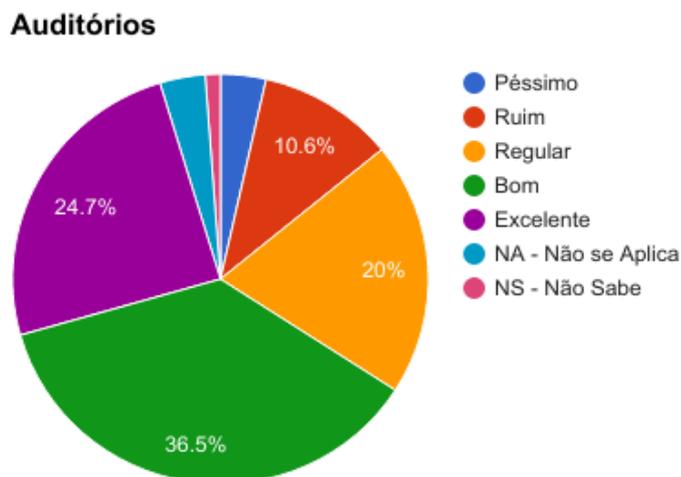


Figura 108 – Opinião dos docentes no que se refere ao auditório e salas de conferência, Petrolina – 2016.

Questionamento: Banheiros

No que se refere aos banheiros, 27,1% dos docentes avaliaram como excelente, 45,9% como bom, 20,00% regular, 3,5% como ruim e 3,5% péssimo (Figura 109). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve redução de 8,56% nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom, mantendo-se que a grande maioria dos docentes continua satisfeita com as instalações dos banheiros.

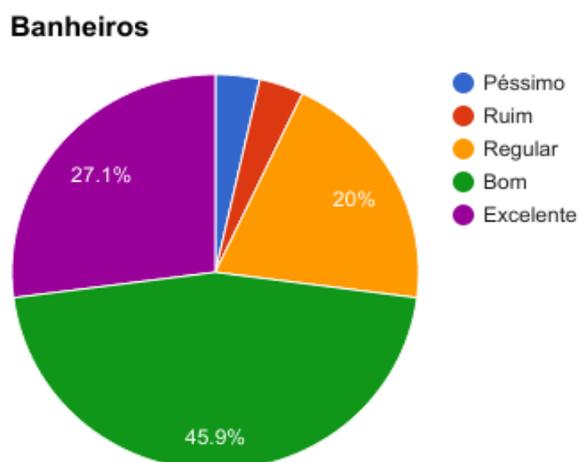


Figura 109 – Opinião dos docentes no que se refere aos banheiros, Petrolina – 2016.

Questionamento: Acesso a equipamento de informática

Quanto ao acesso a equipamentos de informática, 18,8% dos docentes avaliaram como excelente, 32,9% como bom, 34,1% regular, e percentuais iguais a 4,74 para ruim, péssimo e que não souberam responder (Figura 110). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve um pequeno aumento de 2,67 nos percentuais atribuídos a avaliação como excelente ou bom, mostrando que a maioria dos docentes continua satisfeita com o acesso a equipamentos de informática.



Figura 110 – Opinião dos docentes no que se refere ao acesso a equipamentos de informática, Petrolina – 2016.

Questionamento: Recursos audiovisuais e multimídia

Quanto aos recursos audiovisuais e multimídia, 18,5% dos docentes avaliaram como excelente, 38,5% como bom, 32,1% regular, 9,9% como ruim e 1,2% avaliaram como péssimo (Figura 111). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve um aumento de 10,44% no percentual dos docentes que atribuíram a avaliação como excelente ou bom, mostrando assim que a maioria dos docentes continua satisfeita com os recursos audiovisuais e multimídia.

Recursos Audiovisuais e Multimídia

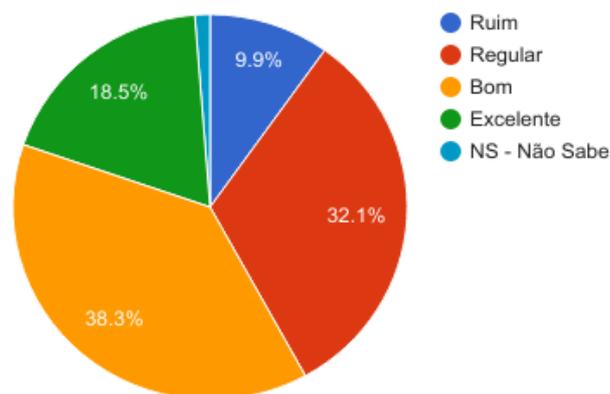


Figura 111 – Opinião dos docentes no que se refere aos recursos audiovisuais e multimídia, Petrolina – 2016.

Questionamento: Rede de comunicação científica (*internet e intranet*)

Quanto à rede de comunicação científica (*internet e intranet*), 7,83% dos docentes avaliaram como excelente, 33,18% como bom, 33,18% regular, 17,05% como ruim, 8,29% péssimo (Figura 112). Comparando ao ano de 2014 (BRASIL, 2014a), houve pequeno aumento de 2,12% no percentual dos docentes que atribuíram a avaliação como excelente ou bom e aumento de 5,26% no percentual dos docentes que consideravam como ruim ou péssima a rede de comunicação científica (*internet e intranet*).

Comunicação Científica

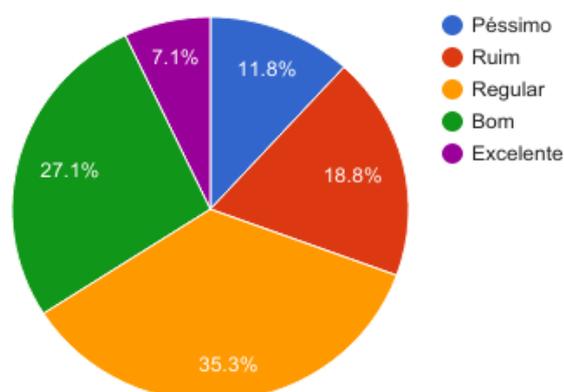


Figura 112 – Opinião dos docentes no que se refere a rede de comunicação científica (*internet e intranet*), Petrolina – 2016.

3.5.3 Resultados da Avaliação pelos Discentes matriculados no Primeiro Período dos Cursos (no semestre 2016.2)

Os resultados a seguir, tanto neste item, como no item 5.4., são referentes aos resultados dos questionários aplicados a todos os discentes. Os resultados por curso são analisados pelos membros de cada CPAC.

Questionamento: Quanto à iluminação das salas de aula

Quanto à iluminação das salas de aula, 7,7% dos discentes consideraram ruim, 7,7% como regular, 38,5% como bom e 46,2% registraram excelente (Figura 113), nota-se uma redução de 7,36% no dos discentes do primeiro período considerou a iluminação das salas de aula adequada, atribuindo avaliação como boa ou excelente, mas mesmo assim mantendo-se a grande maioria (84,7%.) satisfeita.

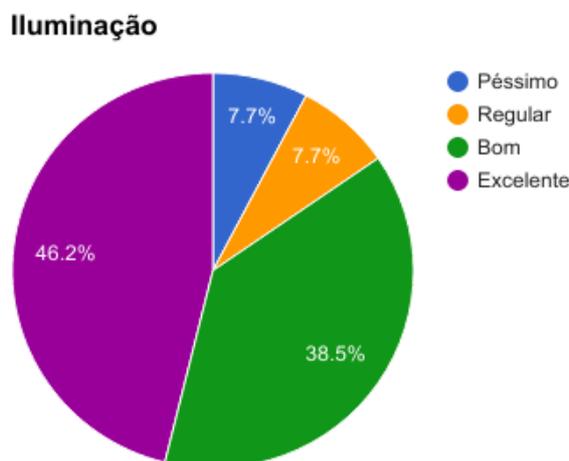


Figura 113 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à iluminação das salas de aula – 2016.

Questionamento: Quanto ao conforto térmico das salas de aula

Grande maioria dos discentes (92,3%) considera as salas termicamente confortáveis,

assinalando como excelente (53,8%) ou bom (38,5%), sendo observado um leve aumento de 0,24% comparado ao ano de 2014. 7,7% dos discentes consideraram o conforto térmico das salas ruim e não houve registro de péssimo (Figura 114). Percebe-se que grande parte dos respondentes considera satisfatório o conforto térmico das salas de aula.

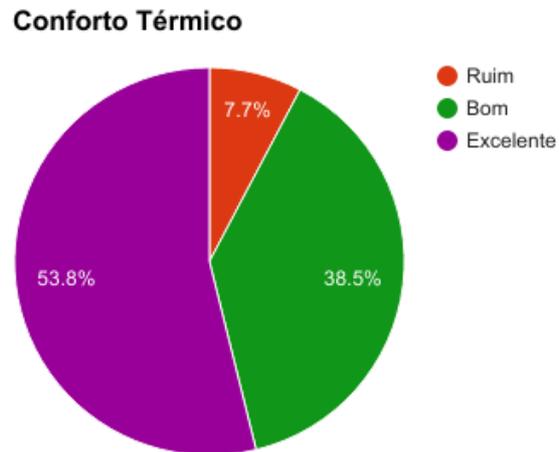


Figura 114 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto ao conforto térmico das salas de aula – 2016.

Questionamento: Quanto à acústica das salas de aula

Quanto à acústica, 7,7% responderam ser ruim, 23,1% registraram regular, 23,1% consideraram bom e 46,2% como excelente, não havendo registro de péssimo (Figura 115). Portanto, a grande maioria (69,3%) dos discentes registraram que estão satisfeitas com a acústica das salas de aula.

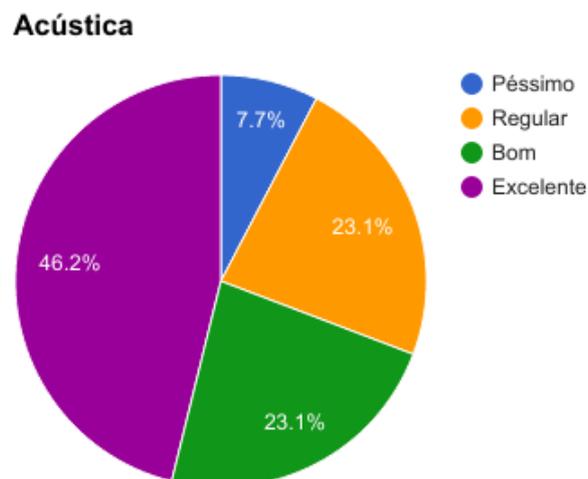


Figura 115 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à acústica das salas de aula – 2016.

Questionamento: Quanto à capacidade da sala em função do número de alunos

23,1% dos respondentes julgaram como ruim a capacidade da sala de aula, a grande maioria discentes registraram este item como bom (30,8%) ou excelente (46,2%) (Figura 116), demonstrando satisfação representada por 77% dos discente (redução de 21,42% comparado a 2014) em relação à capacidade, em função do número de alunos.

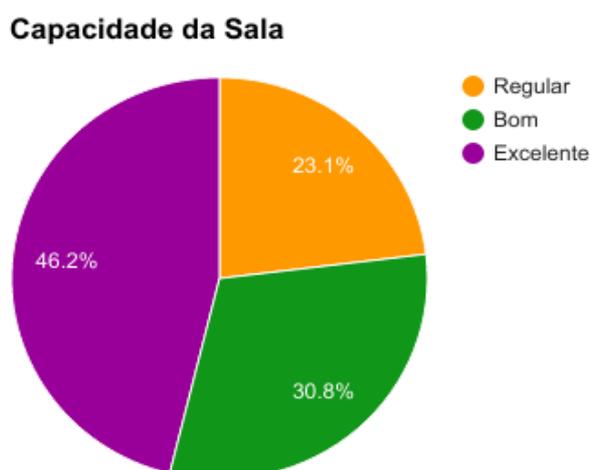


Figura 116 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto à capacidade da sala em função do número de alunos – 2016.

Questionamento: Quanto aos recursos didáticos (áudio-visuais, lousa) das salas de aula

Quanto aos recursos didáticos, 23,1% dos discentes avaliaram como excelentes, 46,2% assinalaram como bom, 7,7% como regular. Dentre os respondentes, 15,4% assinalaram como ruins os recursos didáticos e 7,7% atribuíram avaliação como péssimos (Figura 117). Portanto, 69,3% dos alunos registrou como satisfatórios os recursos didáticos das salas da aula, atribuindo como bom ou excelente sua avaliação (redução de 14,82% em comparação a 2014).



Figura 117 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto aos recursos didáticos (áudio-visuais, lousa) das salas de aula – 2016.

Questionamento: Quanto ao Restaurante Universitário

Quanto ao Restaurante Universitário, 61,5% dos discentes marcaram a opção Não se Aplica. Dentre os respondentes, 23,1% assinalaram como péssimo e o restante (15,4%) assinalou como bom (Figura 118). Nota-se que grande insatisfação dos discentes com relação ao RU.

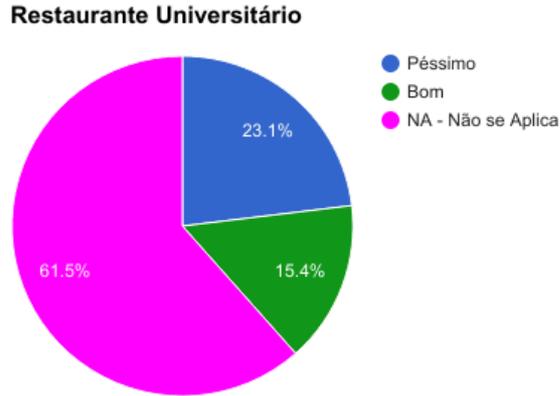


Figura 118 – Opinião dos discentes do primeiro período quanto ao Restaurante Universitário – 2016.

3.5.4. Resultados da Avaliação pelos Discentes Matriculados a partir do Segundo Período dos Cursos (no semestre 2016.2)

Questionamento: O curso dispõe de laboratórios estruturados para dar suporte as disciplinas oferecidas

Quanto à infraestrutura dos laboratórios, 36,8% dos discentes avaliaram que o curso dispõe deste apoio, 52,6% registrou que em parte e 10,5% avaliaram que os laboratório não dispõem de estrutura apropriada. Pode ser notado que comparando com 2014, houve uma redução de 10,66% dos que registraram que os laboratórios dispõem de estrutura e um aumento de 13,62% dos que registraram que os laboratórios dispõem parte da estrutura necessária(Figura 119).



Figura 119 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à disponibilidade de laboratórios com estrutura adequada para suporte as disciplinas – 2016.

Questionamento: Os laboratórios existentes são adequados ao número de alunos por aula prática?

Quanto à adequação dos laboratórios ao número de alunos por aula prática, 31,6% dos discentes avaliou que os laboratórios existentes são adequados ao número de alunos por aula prática (redução de 22,64% em comparação a 2014), 42,1% registraram que em parte e 26,3% consideraram que não (Figura 120).

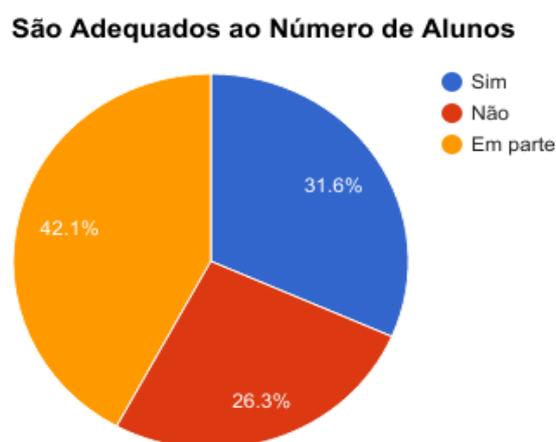


Figura 120 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à adequação dos laboratórios ao número de alunos por aula prática – 2016.

Questionamento: Os equipamentos dos laboratórios, destinados ao ensino de aulas práticas, funcionam adequadamente.

Quando questionados sobre se os equipamentos dos laboratórios, destinados ao ensino de aulas práticas, funcionam adequadamente, a minoria (5,3%) dos discentes avaliou que equipamentos estão funcionando adequadamente (redução de 54,02% em comparação a 2014), 78,9% registraram que em parte e 15,8% avaliaram que não (Figura 121). Pode-se notar grande insatisfação já que os discentes avaliaram que os laboratórios não atendem todas as demandas das aulas práticas.

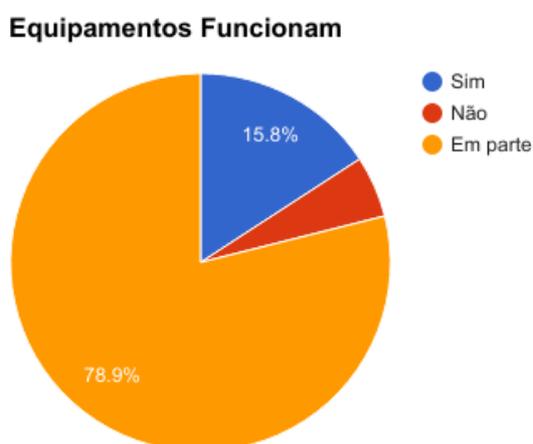


Figura 121 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período sobre se os equipamentos dos laboratórios, destinados ao ensino de aulas práticas, funcionam adequadamente – 2016.

Questionamento: Os equipamentos dos laboratórios são suficientes em função do quantitativo de alunos por aula?

Quando questionados sobre se os equipamentos dos laboratórios são suficientes em função do quantitativo de alunos por aula, 42,1% avaliaram que sim, 31,6% que não e 21,1% apenas em parte. Dentre os respondentes, 5,2% não souberam opinar (Figura 122). Portanto, para a maioria (52,7%), os equipamentos não são suficientes para o quantitativo de alunos por aula ou são suficientes apenas em parte.

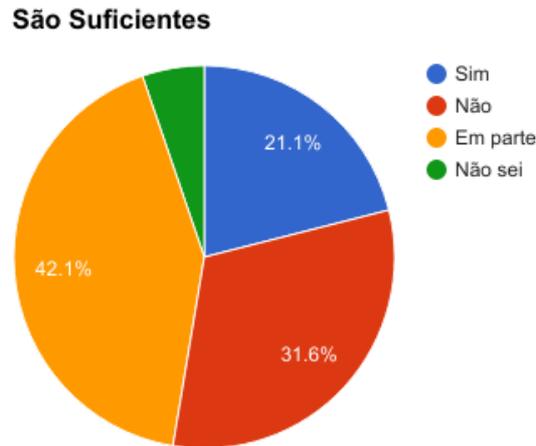


Figura 122 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período sobre se os equipamentos dos laboratórios são suficientes em função do quantitativo de alunos por aula – 2016.

Questionamento: Infraestrutura do laboratório de informática quanto ao número de computadores por aluno

Quando questionados sobre o número de computadores por aluno no laboratório de informática, 15,8% como bom, 52,6% como regular, 15,8% como ruim e outros 5% como péssimo. Dentre os respondentes, 10,8% registraram que não se aplicava (Figura 123), notando que não houve registro de excelente.

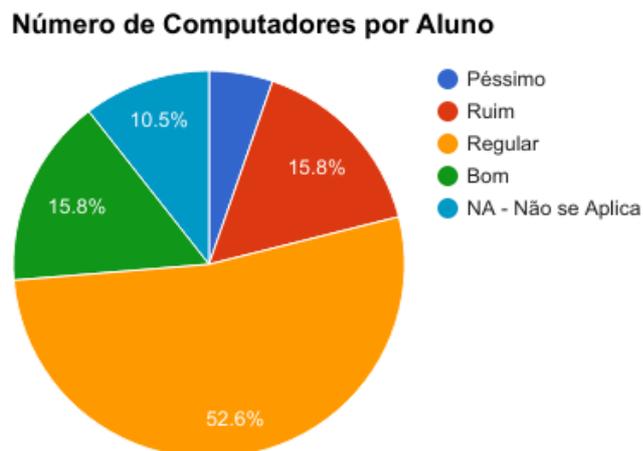


Figura 123 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de computadores por aluno no laboratório de informática – 2016.

Questionamento: Com relação ao funcionamento e a infraestrutura do Laboratório de informática de acordo com a capacidade dos computadores.

Quando questionados sobre se a capacidade dos computadores é adequada para funcionamento e infraestrutura do laboratório de informática, 42,1% dos discentes avaliaram como bom, 31,6% avaliaram como regular, 10,5% avaliaram como ruim e 5,3% avaliaram como péssimo. Dentre os respondentes, 10,5% do percentual registrou que não se aplica (Figura 124). Portanto, para 47,4% a capacidade dos computadores regular ou inferior.

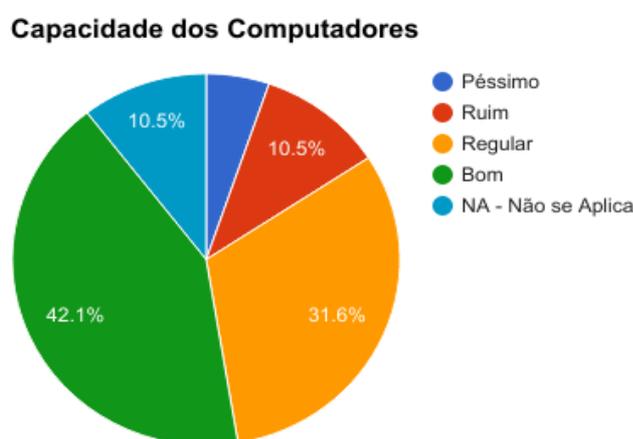


Figura 124 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, sobre se a capacidade dos computadores é adequada para funcionamento e infraestrutura do laboratório de informática – 2016.

Questionamento: Infraestrutura do laboratório de informática, quanto ao acesso à *internet*

Quando questionados sobre o acesso à *internet* no laboratório de informática, 16,7% avaliaram como excelente, 55,6% como bom, 22,2% como regular e 5,5% como ruim (Figura 125). Portanto, a grande maioria (72,3%) está satisfeita com o acesso a internet nos laboratórios, aumento de 38,4% comparado a 2014.

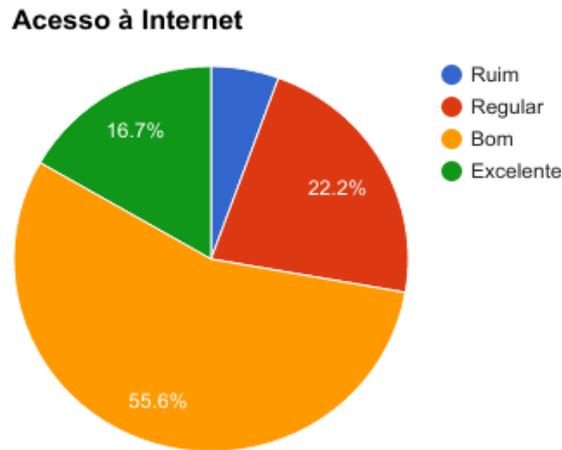


Figura 125 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto ao acesso à *internet* no laboratório de informática – 2016.

Questionamento: Conforto (ventilação/iluminação/acústica) das instalações no laboratório de informática do seu *campus*

Quando questionados sobre o conforto (ventilação/iluminação/acústica) das instalações no laboratório de informática, 26,3% avaliaram como excelente, 26,3% como bom, 36,8% como regular e outros 5,3% como péssimo. Dentre os respondentes, 5,3% registraram que não se aplicava (Figura 126). Portanto, quanto ao conforto (ventilação/iluminação/acústica), a maioria (52,6%) avaliou como bom ou excelente.

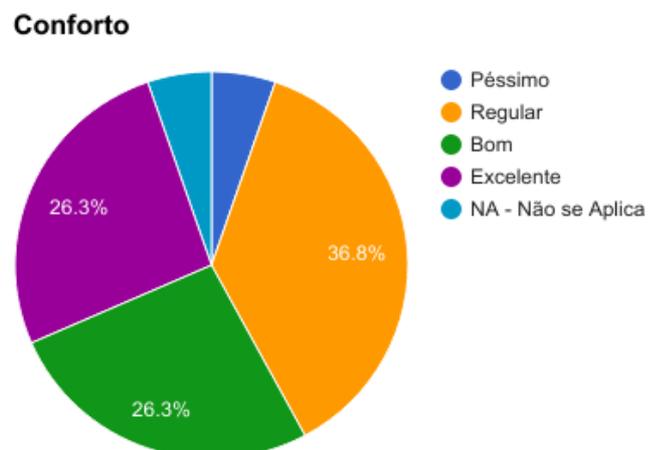


Figura 126 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto ao conforto (ventilação/iluminação/acústica) das instalações no laboratório de informática – 2016.

Questionamento: Infraestrutura das salas de aula - iluminação

Quando questionados sobre iluminação nas salas de aula, 26,3% avaliaram como excelente, 26,3% como bom, 36,8% como regular e 5,3% péssimo (Figura 127). Portanto, embora 5,3% tenham avaliado como ruim a iluminação nas salas de aula, mais da metade (52,6%) avaliou como bom ou excelente (redução de 32,14% comparado a 2014).

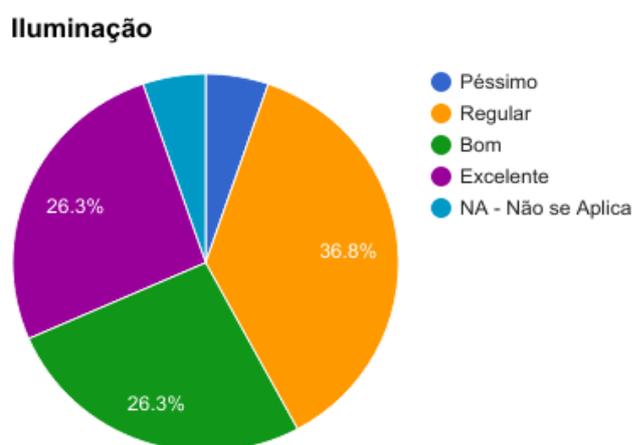


Figura 127 – Opinião dos discentes matriculados a partir do segundo período quanto à iluminação nas salas de aula – 2016.

Questionamento: Infraestrutura das salas de aula - conforto termico

Quando questionados sobre o conforto térmico nas salas de aula, iguais percentuais de 31,6% avaliaram como excelente, bom e regular e outros 5,2% avaliaram como péssimo. Nenhum discente registrou não sei ou não se aplica (Figura 128). Portanto, a grande maioria (63,2%) registrou como bom ou excelente (redução de 11,37% comparado a 2014), ou ainda como regular (aumento de 12,96% comparado a 2014).

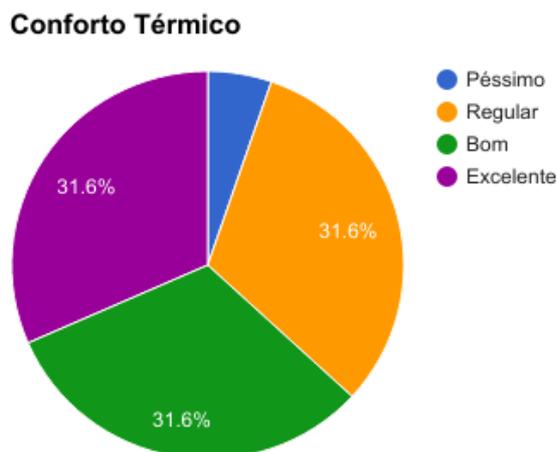


Figura 128 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao conforto térmico nas salas de aula – 2016.

Questionamento: Infraestrutura das salas de aula - acústica

Quando questionados sobre a acústica nas salas de aula, 15,8% avaliaram como excelente, 52,6% como bom, 21,1% como regular, 5,25% como ruim e 5,25% como péssimo (Figura 129). Portanto, embora 10,5% tenham avaliado como ruim ou péssima a acústica nas salas de aula, a maioria (68,4%) registrou como boa ou excelente (redução de 9,57% comparado a 2014).

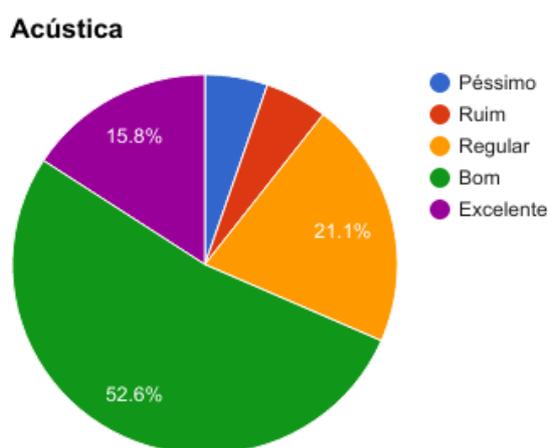


Figura 129 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à acústica nas salas de aula –

2016.

Questionamento: Capacidade das salas de aula em relação ao número de alunos por aula

Quando questionados sobre o número de alunos por sala de aula, 42,1% avaliaram como excelente, 36,8% como bom, 15,8% como regular e 5,3% como ruim (Figura 130). Portanto, a maioria (78,9%) registrou como boa ou excelente (redução de 4,15% comparado a 2014)

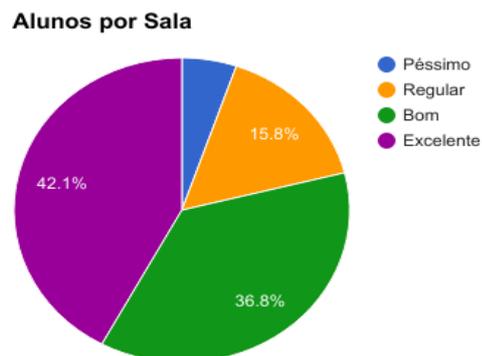


Figura 130 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de alunos por sala de aula – 2016.

Questionamento: Infraestrutura nas salas de aula em relação aos recursos didáticos (áudio-visuais, lousa)

Quando questionados sobre a disponibilidade de recursos áudio-visuais nas salas de aula, 10,5% avaliaram como excelente, 42,1% como bom, 21,1% como regular, 21,1% como ruim e 5,2% como péssimo (Figura 131). Portanto, embora 26,3% tenham avaliado como ruins ou péssimos (aumento de 11,05% comparado a 2014) os recursos didáticos, mais da metade dos respondentes (52,6%) registrou como bons ou excelentes (redução de 25,37% comparado a 2014).

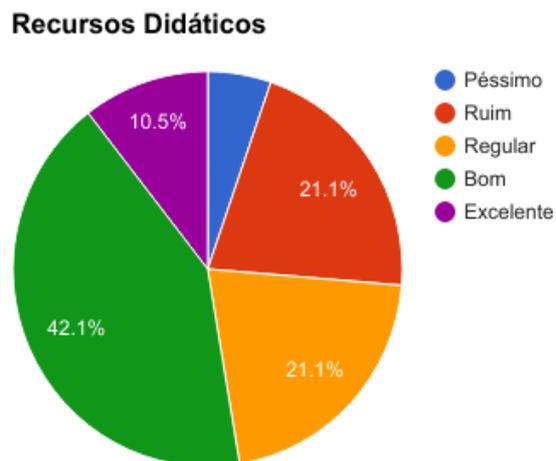


Figura 131 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à disponibilidade de recursos áudio visuais nas salas de aula – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Número de computadores por aluno

Quando questionados sobre o número de computadores por aluno na biblioteca, apenas 5,25% avaliaram como excelente, 21,1% como regular, 15,8% como ruim e 52,6% como péssimo (Figura 132). Portanto, quanto ao número de computadores por aluno na biblioteca, a maioria (68,4%) avaliou com ruim ou péssimo (aumento de 34,5% comparado com 2014).



Figura 132 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de computadores por

Questionamento: Biblioteca – Capacidade dos Computadores

Quando questionados sobre a capacidade dos computadores na biblioteca, 5,27% avaliaram como excelente, 5,27% como bom, 21,1% como regular, 26,3% como ruim e 36,8% como péssimo. 5,26% dos discentes registraram não se aplica (Figura 133). 63,16% dos discentes registraram que a capacidade dos computadores da biblioteca é ruim ou péssima (aumento de 35,99% em comparação a 2014).

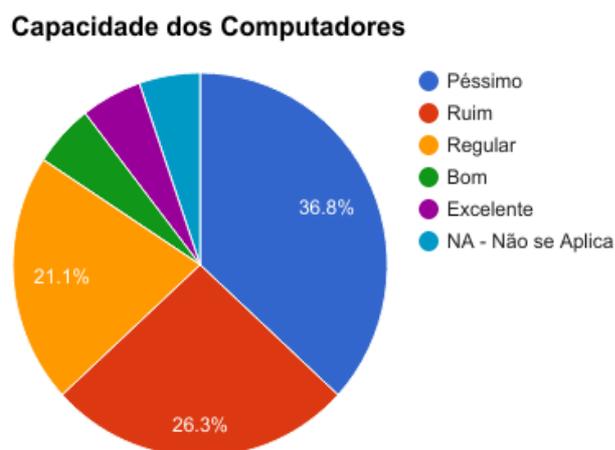


Figura 133 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à capacidade dos computadores, para acesso dos alunos, na biblioteca – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Acesso à *internet* (rede local)

Quando questionados sobre o acesso à *internet* na biblioteca, 5,3% avaliaram como excelente, 36,8% como bom, 26,3% como regular, 21,1% como ruim e 10,5% como péssimo (Figura 134). Portanto, quanto ao acesso à *internet*, os que avaliaram como excelente ou bom somam 42,1% (aumento de 1,42% em comparação a 2014).

Acesso à Internet

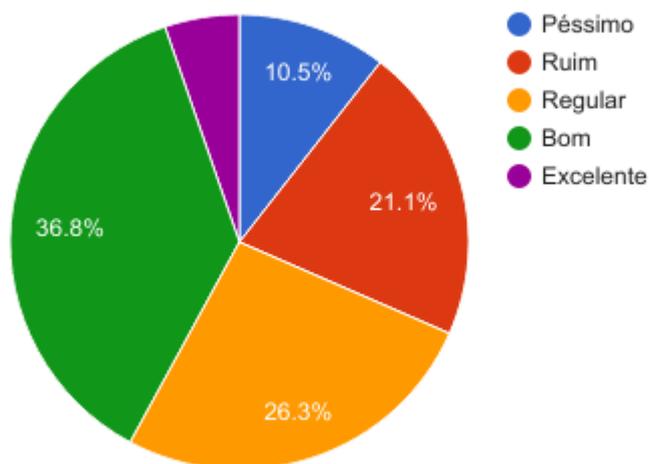


Figura 134 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao acesso à *internet* na biblioteca – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Salas e ambientes de estudo individual e em grupo

Quando questionados sobre as salas e ambientes de estudo individual e em grupo da biblioteca, 5,2% avaliaram como excelente, 21,1% como bom, 42,1% como regular, 15,8% como ruim e 15,8% como péssimo (Figura 135). Pode ser notado que 26,3% dos respondentes avaliaram como bom ou ruim e que houve uma redução de 36,41% se comparado com 2014.

Estudo Individual ou em Grupo

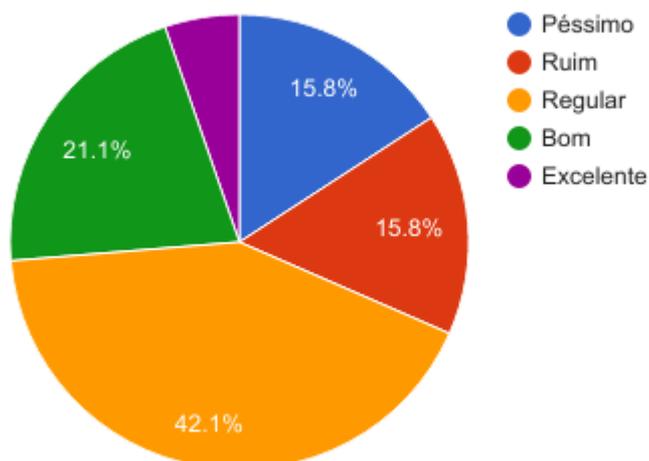


Figura 135 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto as salas de estudo individual e em grupo da biblioteca – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Atualização das coleções existentes

Quando questionados sobre a atualização das coleções existentes, 15,8% como bom, 47,4% como regular, 10,5% como ruim e 26,3% como péssimo (Figura 136). Portanto, pode ser observado que, apesar de não terem sido registrada nenhuma avaliação excelente, 63,2% dos respondentes avaliaram que a atualização das coleções é boa ou regular.

Atualização das Coleções

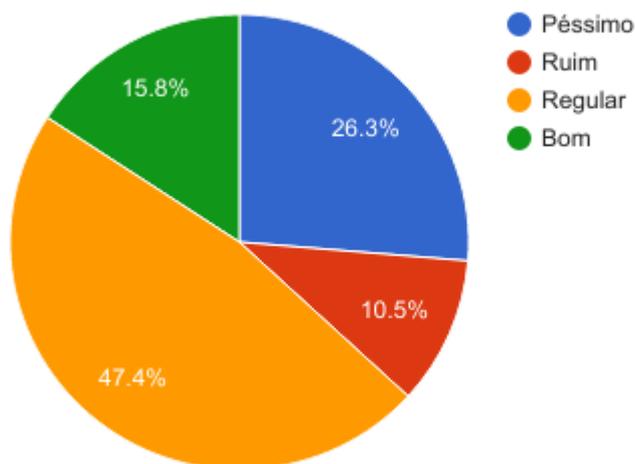


Figura 136 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à atualização das coleções existentes – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Número de exemplares de livros disponíveis por aluno

Quando questionados sobre o número de exemplares de livros disponíveis por aluno, 10,5% como bom, 31,6% como regular, 21,1% como ruim e 36,8% como péssimo (Figura 137). Pode-se notar que, a maioria (57,9%) avaliou a disponibilidade de livros como ruim ou péssima (um aumento de 29,09% comparado a 2014) e que não houveram registros de excelente.

Exemplares por Aluno

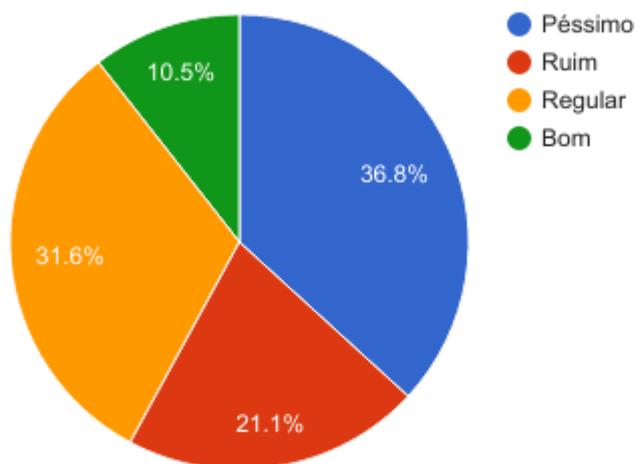


Figura 137 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao número de exemplares de livros disponíveis por aluno– 2016.

Questionamento: Biblioteca – Estado de conservação

Quando questionados sobre o estado de conservação, 42,1% como bom, 31,6% como regular, 10,5% como ruim e 15,8% como péssimo (Figura 138). Pode ser observado que menos da metade (42,1%) considera que a conservação dos livros é boa (uma redução de 29,09% em comparação a 2014), notando também que não houve registro de avaliação excelente.

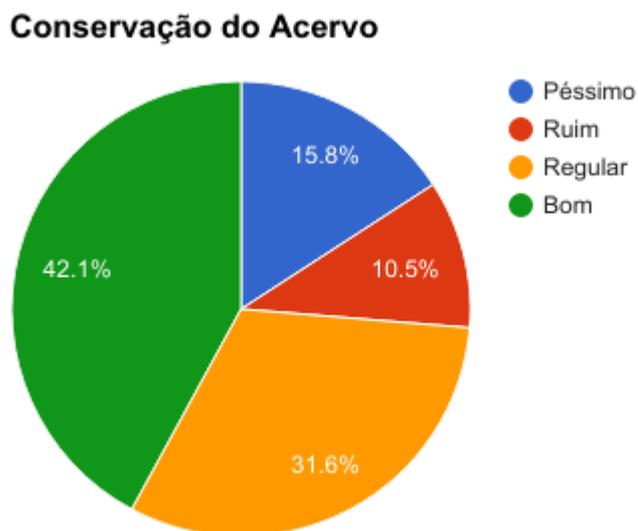


Figura 138 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto ao estado de conservação dos livros na biblioteca – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Existência da bibliografia indicada pelo professor na biblioteca

Quando questionados sobre a existência na biblioteca da bibliografia indicada pelo professor, 21,1% de discentes avaliaram como boa a existência da bibliografia indicada pelo docente na biblioteca, 31,6% como regular, 26,3% como ruim e 21,1% como péssimo (Figura 139). Nota-se que 47,4% avaliaram que não existem as bibliografias indicadas pelos docentes na biblioteca (aumento de 33,85% comparando com 2014).

Bibliografia Indicada

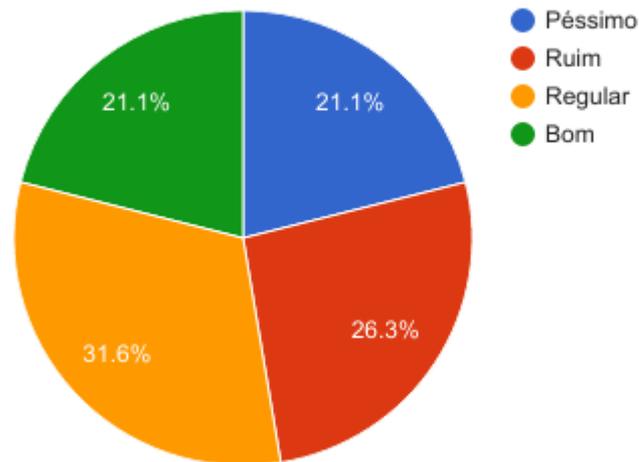


Figura 139 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à existência da bibliografia indicada pelo professor na biblioteca – 2014.

Questionamento: Biblioteca – Coleção de periódicos

Quando questionados sobre a coleção de periódicos, 10,5% como bom, 10,5% como regular, 26,3% como ruim e outros 26,3% como péssimo. E os demais 26,3% não souberam responder (Figura 140). Um pouco mais da metade dos discentes (52,6%) avaliaram a coleção de periódicos da biblioteca como ruim ou péssimo (aumento de 32,26% se comparado a 2014).

Coleção de Periódicos

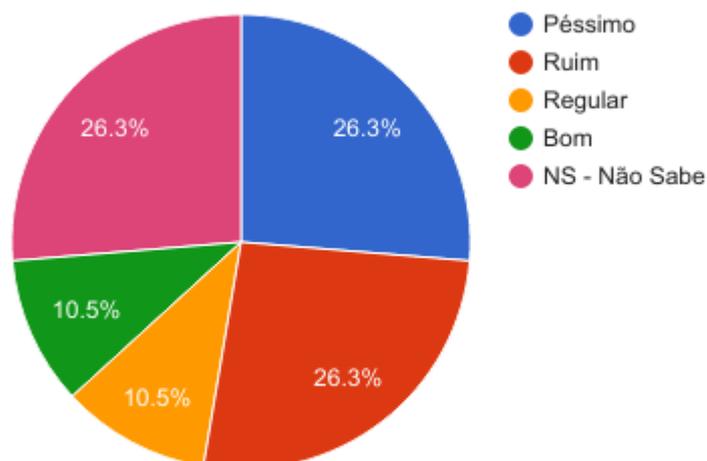


Figura 140 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à coleção de periódicos disponível na biblioteca – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Coleção de Referência (dicionários, enciclopédias)

Quando questionados sobre a disponibilidade de coleção de referência (dicionários, enciclopédias), 5,3% avaliaram como excelente, 15,8% como bom, 26,3% como regular, 15,8% como ruim e 10,5% como péssimo. 26,3% não souberam responder (Figura 141). Pode ser observada uma redução de 34,83%, comparando a 2014, do percentual dos que avaliaram a coleção de referências da biblioteca como boa ou excelente, totalizando 21,1%.

Coleção de Referência

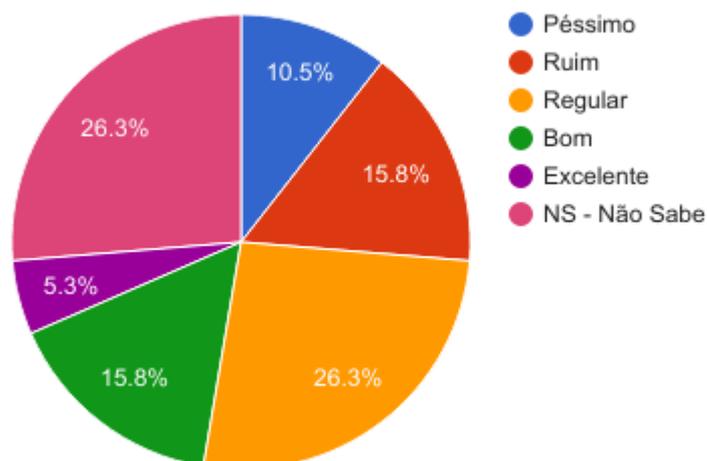


Figura 141 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto a Coleção de Referência (dicionários, enciclopédias) – 2016.

Questionamento: Biblioteca – Organização das estantes

Quando questionados sobre a organização das estantes na biblioteca, 10,% avaliou como excelente, 52,6% como boa, 21,1% como regular, 5,3% como ruim e 10,5% como péssima (Figura 142). Portanto, a maioria (63,1%) julgou boa ou excelente a organização das estantes (tendo uma redução de 9,78% comparando com 2014).

Organização das Estantes

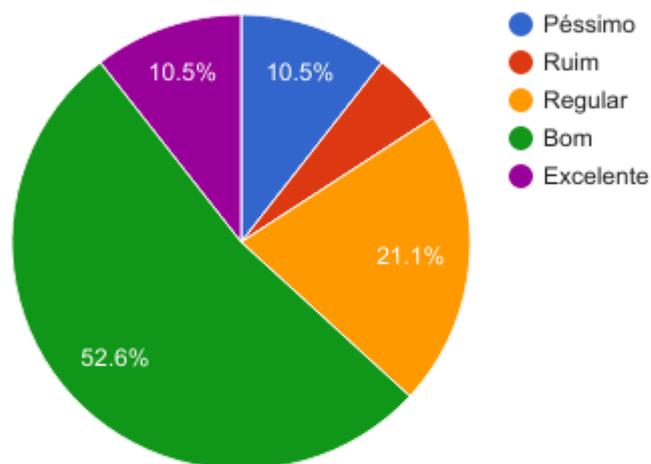


Figura 142 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto à organização das estantes na biblioteca – 2016.

Questionamento: Com relação às instalações e serviços de apoio para uso da comunidade acadêmica existentes em seu campus – Cantinas

Quando questionados sobre as cantinas, 26,3% como bom, 31,6% como regular, 15,8% como ruim e 26,3% como péssimo (Figura 143). Pode ser observado que, 42,1% considerou ruim ou péssimo as instalações e serviços prestados pelas cantinas.

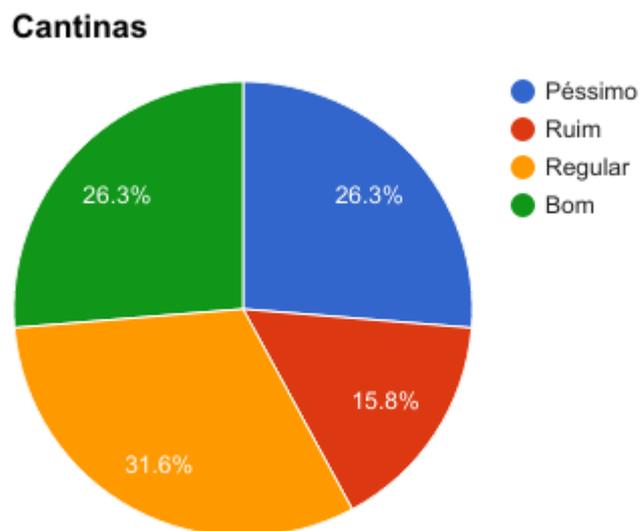


Figura 143 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às cantinas – 2016.

Questionamento: Com relação às instalações e serviços de apoio para uso da comunidade acadêmica existentes em seu campus – Área de convivência social

Quando questionados sobre área de convivência social na Univasf, 5,2% como bom, 15,8% como regular, 21,1% como ruim e 47,4% como péssimo (Figura 144). Portanto, enquanto 68,5% dos discentes avaliaram as instalações para área de convivência social como ruins ou péssimas, apenas 5,2% registrou como boas, já que não houveram registros de avaliação como excelente.

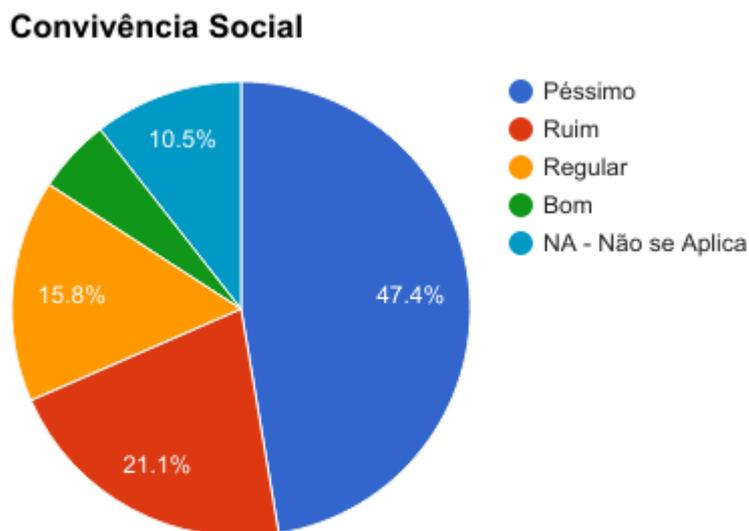


Figura 144 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às áreas de convivência social na Univasf – 2016.

Questionamento: Com relação às instalações e serviços de apoio para uso da comunidade acadêmica existentes em seu campus – Instalações para desporto

Quando questionados sobre as instalações para desporto, 5,25% avaliaram como excelente, 15,8% como bom, 10,5% como regular, 5,25% como ruim e 31,6% como péssimo. 15,8% não souberam responder e outros 15,8% registraram que não se aplica (Figura 145). Portanto, nota-se que 36,85% julga que as instalações para desporto são ruins ou péssimas (uma redução de 14% se comparado a 2014).

Instalações para desporto

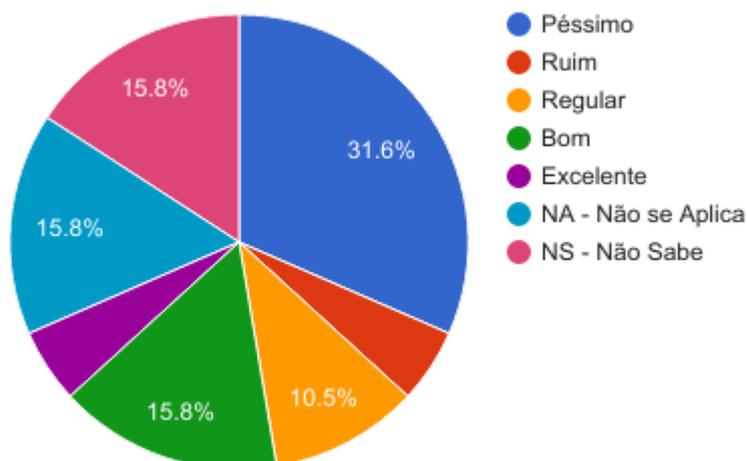


Figura 145 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto às instalações para desporto na Univasf– 2016.

Questionamento: Com relação às instalações e serviços de apoio para uso da comunidade acadêmica existentes em seu *campus* – Sanitários

Quando questionados sobre as instalações dos sanitários, 5,3% avaliaram como excelente, 36,8% como bom, 42,1% como regular, 10,5% como ruim e 5,3% como péssimo (Figura 146). Portanto, houve uma redução considerável de 71,19% em 2014 para 42,1% em 2016 dos registros de avaliação boa ou excelente (redução de 29,09%).

Sanitários

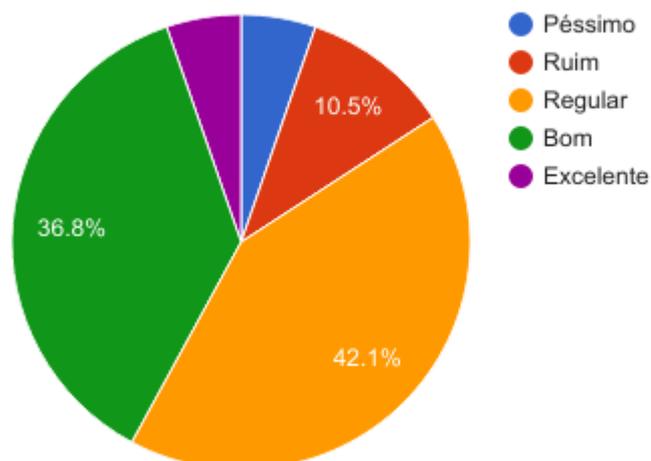


Figura 146 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto aos sanitários nos *campi* da Univasf – 2016.

Questionamento: Com relação às instalações e serviços de apoio para uso da comunidade acadêmica existentes em seu *campus* – Reprografia (Xerox)

Quando questionados sobre as instalações e serviços de reprografia (Xerox), 21,1% avaliaram como excelente, 31,6% como bom, 31,6% como regular, 5,2% como ruim e outros 10,5% como péssimo (Figura 156). Portanto, nota-se que mais da metade avaliou como bom ou excelente (pequena redução de 3,92 se comparado a 2014).

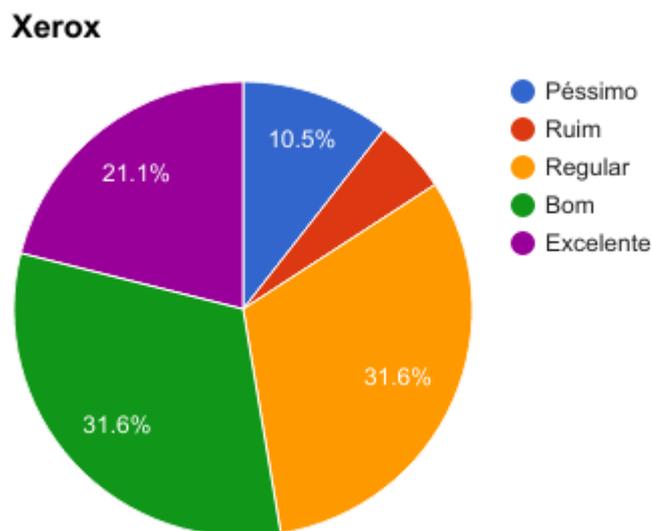


Figura 147 – Opinião dos discentes, matriculados a partir do segundo período, quanto as instalações e serviços de reprografia (Xerox) – 2016.

3.5.5 Sugestões/Críticas registradas nos questionários

Nos questionários aplicados aos segmentos acadêmicos, era disponibilizado espaço para inserção de críticas e/ou sugestões.

a) Sugestões e/ou Críticas dos Técnicos Administrativos

Abaixo estão descritas as sugestões/críticas dos técnicos administrativos que responderam o questionário no ano de 2014. Os textos estão recuados por terem sido transcritos na íntegra.

- 1) Falta melhoria na articulação da instituição com a comunidade externa, melhoria nos espaços de internos no que diz respeito à identificação/localização de setores e, principalmente, melhor valorização do quadro de pessoal (recursos humanos).
- 2) Falta de setor capacitado no planejamento estratégico, para elaboração de projetos, seja no plano orçamentário, compras, licitação e principalmente de infraestrutura, o que se vê, são prédios inacabados, ou, se acabados, funcionando precariamente.
- 3) A Universidade necessita, urgentemente, utilizar dos meios cabíveis para promover a qualificação dos seus servidores no que diz respeito aos mestrados profissionais e acadêmicos.
- 4) Olá, sugiro que o critério das notas/critérios fique abaixo de cada página para facilitar.

No ano de 2014 houve o registro de apenas 04 sugestões/críticas, número reduzido em comparação ao ano de 2013, quando foram registradas 15 sugestões/críticas. Neste ano, as sugestões/críticas estão relacionados à preocupação com a infraestrutura, necessidade de setor de projetos, qualificação de servidores e uma sugestão para melhoria do questionário de avaliação disponibilizado pela CPA/Univasf.

3.5.5 Sugestões/Críticas registradas nos questionários

Nos questionários aplicados aos segmentos acadêmicos, era disponibilizado espaço para inserção de críticas e/ou sugestões.

a) Sugestões e/ou Críticas dos Técnicos Administrativos

Abaixo estão descritas as sugestões/críticas dos técnicos administrativos que responderam o questionário no ano de 2014. Os textos estão recuados por terem sido transcritos na íntegra.

1. É extremamente necessário que os campi afastados sejam realmente integrados à Universidade. Vários setores como SRCA e SGP deveriam ter servidores lotados em cada campus, para agilizar as demandas e evitar a sobrecarga dos técnicos dos colegiados/sic. Todos os setores deveriam acompanhar as demandas enviadas pelo STD diariamente.
2. Plano de ações para promoção do bem-estar dos servidores; ex; ginástica labora, integração dos servidores (confraternizações) estimulando a real participação de TODOS, criação de comissão específica para planejar e desenvolver essas ações (convite enviado à lista de servidores)
3. É importante pesquisar sobre satisfação na comunicação e incentivar o trabalho em equipe, os setores e campi trabalham muito de forma isolada e sem colaboração.
4. Não tenho qualquer sugestão ou avaliação complementar.
5. A Gestão tem como adotar o controle de ponto não eletrônico como já acontece, fazendo com que as chefias imediatas exerçam o efetivo acompanhamento.
6. Ouvir a comunidade acadêmica antes de retirar o pessoal terceirizado e outras condições que atuem no exercício profissional dos técnicos.
7. Inclusão sobre segurança no trabalho EPI, e instalações de equipamentos.
8. A avaliação presente refere-se ao setor do STL o qual por foi necessário me afastar para não continuar a receber investidas administrativas de restrição às minhas atividades. Este setor deveria apresentar a cada semestre ou período similar um relatório das atividades desenvolvidas e um resumo das atividades dos técnicos administrativos de nível superior.

No ano de 2016 houve o registro de apenas 08 sugestões/críticas, o dobro em comparação ao ano de 2014. Neste ano, as sugestões/críticas estão relacionados à preocupação com a infraestrutura, necessidade de setor de projetos, qualificação de servidores e uma sugestão para melhoria do questionário de avaliação disponibilizado pela CPA/Univasf.

b) Sugestões e/ou Críticas dos Docentes

Ao contrário da última avaliação, não houve registros de sugestões dos docentes, no qual registraram 55 sugestões em 2014.

c) Sugestões e/ou Críticas dos discentes matriculados no 1º período em 2014.2

As sugestões e/ou críticas direcionadas ao processo de avaliação foram incluídas no final do item referente ao eixo 1.

1. A falta de um restaurante universitário dificulta muito a nossa estabilidade na universidade a pouca quantidade dificulta mais ainda a nossa estadia.
2. A Univasf é muito compromissada com seus alunos. To muito feliz em fazer parte desta instituição.
3. EU não funciona no Campos nem cantina e o espaço de convivência precisa melhorar e muito.O transporte é excelente mais precisa de mais um para os alunos pq o q tem é insuficiente.
4. Bom a univasf campos serra da capivara .precisa de um restaurante e a segurança na minha opinião e boa as salas de aulas são totalmente capacitadas pra receber os alunos mas falta o restaurante.
5. A única coisa que falta melhorar no campus Paulo Afonso, de imediato, para mim, é a biblioteca. Ela é pequena, não comporta muitos alunos, e nem tem variedades de livros.

d) Sugestões dos discentes matriculados a partir do 2º período em 2016.2

Entre os comentários inseridos pelos discentes, através do sistema, foram removidos apenas dois, devido não incluir sugestão ou crítica.

1. O questionário deveria abordar questões relacionadas à competência do docente no quesito "formação pedagógica". Lamentavelmente, sinto-me em uma instituição em que reina a falácia do apelo à autoridade.
2. Quanto as formas de avaliações com os discentes, acho que poderia ter mais clareza principalmente nos resultados finais, para que não prejudique os acadêmicos de maneira injustiça.
3. Universidade com boa estrutura e programas para atuação extracurricular.
4. O reitor da instituição deveria ser mais responsável e cuidar dos campi já existentes e melhorar suas qualidades, ao invés de querer abrir campus novo em outros lugares.
5. Caixa eletrônico no campus confere mais comodidade e se certa forma segurança aos alunos.
6. não tenho do que falar.
7. A avaliação e contemplação de bolsas de auxílio, deveriam ser realizadas com mais cautela e ter uma avaliação mais rígida.
8. É necessário um aumento do aporte de segurança na universidade;
9. Anteriormente havia um caixa eletrônico, porém o mesmo foi tirado. O mesmo ajudava bastante os alunos.
10. O curso não é separado em faculdades, p. ex. faculdade de medicina, farmácia, etc. Portanto as ideias tem que ser tomadas em conjunto, o que gera bastantes conflitos de interesse. A divisão seria benéfica.
11. O cca é extremamente inseguro por de tratar da distância e pela presença do matagal. Sugiro a instalação de câmaras de segurança, monitoramento nos portões de acesso e mais vigilantes confiáveis presentes no campus
12. Não lembro de nada no momento.
13. Há uma questão que já foi amplamente discutida com os alunos, professores e outros, sobre os problemas recorrentes de falta de água e energia no Campus de Ciências Agrárias, que compromete o funcionamento normal do campus.
14. O levantamento geral das respostas deveria estar disponível a todos os alunos
15. Plantem mais árvores e não arranquem as que já existem! Grato.

16. Seria útil um caixa por campus, no entanto para o campus longe das cidades isso pode sim prejudicar a segurança.
Poderia estar disponível cantina em local diverso. Uma única dificulta acesso e onera no preço dos produtos e serviços.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O primeiro Relato Institucional (RI) da Univasf foi elaborado com base nos relatórios da CPA/Univasf desde o ano de 2006 (BRASIL, 2014b). As considerações finais, resultantes do RI relatam que, embora nova (com apenas 10 anos), a Univasf conta com infraestrutura física bastante satisfatória e um corpo de servidores bastante qualificado. Com relação a este último, a política de incentivo à qualificação docente e dos técnicos vem contribuindo, fortemente, para o aumento do Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) e também qualificação dos técnicos.

Ao longo dos dez anos da obrigatoriedade de realização do processo de autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, pode-se destacar que a CPA/Univasf está consolidada. Resultados relevantes vêm sendo alcançados, com aumento da participação da comunidade acadêmica e reconhecimento da importância da referida comissão pela Gestão Universitária. Espera-se contribuir cada vez mais para o desenvolvimento de ações centradas nos objetivos e necessidades institucionais.

5. AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Assim como nos anos anteriores, a partir dos dados e informações apresentadas no item de desenvolvimento, são marcadas reuniões para apresentação do relatório para os representantes dos setores da instituição e também para toda a comunidade acadêmica.

Com base na experiência, no ano de 2015, buscando facilitar ainda mais a interação da gestão com a CPA, foi proposto e está sendo utilizado o ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) adaptado (Figura 148), no qual estão definidas em quais etapas a gestão da IES deve atribuir a responsabilidade aos setores administrativos ou a CPA. As quatro etapas do ciclo (Planejar-Executar-Verificar- Agir) serão detalhadas a seguir.

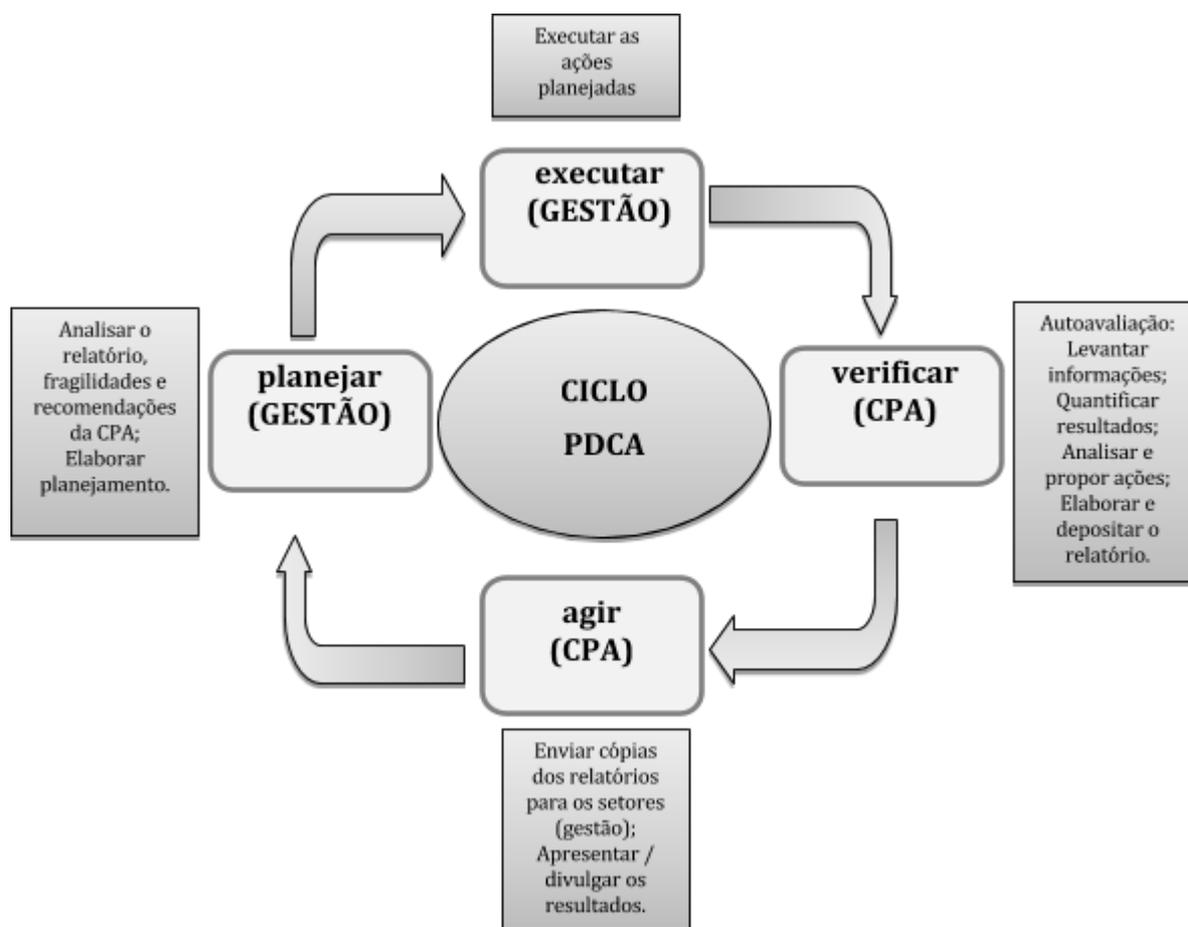


Figura 148 – Ciclo PDCA para gestão da qualidade no ensino superior.

Para realizar a etapa de planejamento (PLAN), a presidente da CPA sugeriu a criação de uma Comissão presidida pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), a qual deverá conter um representante de cada setor administrativo da Instituição. Esta comissão terá prazo estipulado para análise do relatório da CPA e proposição de ações para minimizar ou solucionar fragilidades ou aspectos que geraram insatisfação pelos segmentos acadêmicos. O resultado da análise deverá ter objetivos específicos, os quais deverão ser iniciados de imediato. Uma cópia deste documento também deverá ser encaminhado à CPA e Reitoria.

As quatro etapas do ciclo aplicado à gestão institucional, estão descritas a seguir:

- Planejar (PLAN): Nessa etapa o objetivo é focar na análise das informações contidas no relatório da CPA para elaboração de planejamento, solucionando fragilidades e definindo metas, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Executar (DO): Etapa de execução das ações planejadas;
- Verificar (CHECK): Nesta fase tem-se a realização do processo de autoavaliação pela CPA, através da definição de metas ou parâmetros a serem avaliados, elaboração/revisão/aplicação de questionários, análise quanti-qualitativa, recomendação de ações para solução das fragilidades identificadas, bem como a elaboração/depósito do relatório anual;
- Agir (ACT): Os membros da CPA encaminham os resultados para os setores administrativos da IES, apresentam os resultados à comunidade acadêmica e realizam ampla divulgação. Faz-se necessário a elaboração de um novo planejamento pela gestão administrativa da IES.

Com base no ciclo PDCA proposto e devido ao curto espaço de tempo (avaliações anuais), a sugestão dos membros da CPA será direcionar o planejamento para abordagem de fragilidades específicas, de acordo com o grau de relevância, uma vez que de nada adiantaria planejar objetivos

ou metas impossíveis de serem alcançadas, ou iniciadas, no período compreendido entre uma verificação e outra.

Espera-se que de acordo com o ciclo PDCA proposto, seja iniciada a etapa de planejamento (PLAN) no mês de abril/2017, com a criação de uma Comissão presidida pela Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), a qual deverá conter um representante de cada setor administrativo da Instituição. Esta comissão terá prazo estipulado para análise do relatório da CPA e proposição de ações para minimizar ou solucionar fragilidades ou aspectos que geraram insatisfação pelos segmentos acadêmicos. O resultado da análise deverá ter objetivos específicos, os quais deverão ser iniciados de imediato. Uma cópia do documento gerado na etapa PLAN também deverá ser encaminhada à CPA e a Reitoria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme descrito em Relatórios de anos anteriores, a Comissão Própria de Avaliação da Univasf gradativamente vem se tornando cada vez mais conhecida na instituição. Isto se deve as atividades de avaliação que vem realizando anualmente. Um dos fatores que contribui significativamente é a divisão de responsabilidade no processo de avaliação com as Comissões Próprias de Avaliação nos Colegiados – CPAC's, uma vez que os membros destas comissões passaram a participar ativamente do processo de avaliação, devido à necessidade de elaboração do relatório de avaliação interna pela CPAC.

Apesar das atividades de conscientização, os resultados obtidos em 2016 novamente identificaram que muitos colegiados ainda não participam do processo, não efetivando o papel das respectivas CPAC's (Resolução 09/2013). No ano de 2016, a CPA novamente disponibilizou estagiários da área de computação para auxiliar as CPAC's, esperando favorecer a participação, entretanto ainda assim vários colegiados não cumpriram o prazo, sendo necessário estipular novos prazos.

No ano de 2016 foram entregues os relatórios das CPAC's dos cursos de Zootecnia, Engenharia de Produção, Medicina (Campus Petrolina-Sede e Campus Paulo Afonso), Geologia, Farmácia, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental, Ecologia, Ciências da Natureza, Ciências Biológicas, Arqueologia, Antropologia, representando 41.67% dos cursos de graduação da Univasf. Assim como nos anos anteriores, ainda não há realização do processo de autoavaliação em um percentual significativo de cursos da Univasf. Entre as justificativas enviadas à CPA, destacam-se a dificuldade no cumprimento de metas em função do calendário complicado resultante da greve e excesso de feriados e o grande número de matérias para apreciação no CONUNI, com demanda excessiva de reuniões ordinárias e extraordinárias.

Diante da necessidade de todos os Colegiados desenvolverem a cultura da autoavaliação, a CPA continuará realizando reuniões de sensibilização com os Presidentes das CPAC's, apresentando os resultados dos anos anteriores, avaliando o grau de participação dos mesmos, bem como esclarecendo dúvidas e disponibilizando modelos de questionários a serem adaptados e aplicados. Neste aspecto, a CPA decidiu que irá encaminhar um alerta para os Coordenadores de Cursos que não enviaram o relatório.

O investimento nas três esferas da Universidade, compreendendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, vem crescendo a cada ano, tanto por parte das instituições de fomento quanto por parte da própria Univasf, incentivando a implementação de projetos de pesquisas através de bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão e bolsas de monitoria, tutoria e estágio na própria Instituição. Portanto, é oferecida aos alunos a oportunidade de realizar pesquisas, desenvolver ações junto à comunidade e capacitação profissional em nível de tutoria, monitoria e estágio, desde o seu ingresso na Instituição.

A política de responsabilidade social na Univasf está constituída a partir do conceito de universidade pública cuja identidade se caracteriza pelo compromisso histórico do fortalecimento da dimensão social e ética do fazer universitário.

A Ouvidoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco tem papel de destaque para este canal de comunicação. Atualmente está diretamente subordinada ao Gabinete do Reitor, que tem a autoridade de nomear o Ouvidor Geral, que objetiva empreender ações na defesa dos direitos individuais e coletivos da comunidade universitária, e o aperfeiçoamento das atividades institucionais destinadas a atender aos segmentos da sociedade civil e aos diversos setores da Universidade, com jurisdição em todos os setores acadêmicos e administrativos dos *campi* da Univasf.

Deve-se registrar também o papel da Assessoria de Comunicação Social e da TV Caatinga, auxiliando a comunicação com a sociedade através da imprensa e na interlocução da universidade com os meios de comunicação, visando à projeção das ações institucionais, tendo com base nos princípios da comunicação pública.

Quanto à política de incentivo à capacitação docente, deve-se destacar que a Univasf continua contribuindo com a capacitação de docentes efetivos através dos Programas de Pós-Graduação, além de permitir afastamento para até 20% dos docentes por colegiado para realização de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. É preciso registrar que há necessidade de mais vagas de professores substitutos.

Comparando com os anos anteriores (2014 e 2015) verifica-se um aumento percentual no quantitativo de doutores (2,51%) de 2014 para 2015 (BRASIL, 2016a) e novo aumento de 261, em 2015, para 316 doutores, em 2016 (Tabela 16). Estes resultados devem-se, em parte, a política de incentivo à capacitação docente da Univasf.

Com base nos afastamentos, para cursar doutorado, encerrados em anos anteriores, observa-se que parte daqueles doutores, que compõem o quadro atual de docentes da Univasf, foi beneficiada pelo incentivo institucional ao aperfeiçoamento/qualificação. Adicionalmente não se pode esquecer que este quantitativo também se deve as novas contratações. Dessa forma, a política de incentivo da Univasf está permitindo a obtenção de maiores índices de qualificação do seu corpo docente (IQCD), o qual corresponde a um dos indicadores de desempenho requisitados pelo Ministério da Educação.

Ainda dentro da temática do apoio à capacitação, a Univasf concede horário especial aos servidores técnicos administrativos que estejam regularmente matriculados em curso de Educação Formal em Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC, desde que atenda requisitos pré-estabelecidos.

Além disso, embora jovem, pode-se observar que a Univasf conta com uma infraestrutura física considerável, o que viabiliza qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto as visitas permitem identificar as dificuldades de cada setor, as quais deverão ser expostas para avaliação de mecanismos para saná-las ou minimizá-las.

Os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários estão sendo avaliados e espera-se obter ganhos significativos na participação da comunidade acadêmica no ano de 2016, além de retorno positivo quanto ao aumento da satisfação em relação aos diversos aspectos avaliados, conforme distribuição nos 5 eixos propostos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC/CONAES/SESU/INEP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES: Roteiro de autoavaliação institucional**. Brasília: MEC/CONAES/SESU/INEP, 2004.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa das instituições de educação superior: diretrizes e instrumentos**. Brasília: EC/CONAES/SESU/INEP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. Ampl. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação - 2008**. Petrolina: [s. n.], 2009. 226p. 01 CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação – 2009 (sem anexos)**. Petrolina: [s. n.], 2010. 338p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação - 2010**. Petrolina: [s. n.], 2011. 340p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação – 2011 (sem anexos)**. Petrolina: [s. n.], 2012. 366p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação - 2012 (sem anexos)**. Petrolina: [s. n.], 2013. 401p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação - 2013 (sem anexos)**. Petrolina: [s. n.], 2014a. 401p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relato Institucional: Comissão Própria de Avaliação/Univasf**. Petrolina: [s. n.], 2014b. 37p. CD-ROM.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório Anual da Ouvidoria Geral da Univasf – Exercício 2014**. Petrolina: [s. n.], 2014c. 8p.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório Anual da SEAD - 2014**. Petrolina: [s. n.], 2014d. 32p.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Relatório Final: Atividades Desenvolvidas durante organização, realização e encaminhamentos do III Fórum das CPA's de Pernambuco e I Seminário de Autoavaliação das IES's de Pernambuco – I SAIESPE**. Petrolina: [s. n.], 2015. 50p. 01 CD-ROM.

COORDENADORA CPEI. Re: solicitação de atualização de informações. [mensagem institucional]. Mensagem recebida por <cpa@Univasf.edu.br> em 03 mar. 2015.

CPEG-PROEN. Solicitação quantitativo de bolsas para enviar ao MEC. Mensagem recebida por <cpa@Univasf.edu.br> em 30 jan. 2015.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=356>>, acessado em 08/10/2013

PDI 2009-2014 – Plano de Desenvolvimento Institucional. Pró-Reitoria de Planejamento. Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, 2009. disponível em <<http://www.Univasf.edu.br>>.

RIBEIRO, M. S. S.; PEREIRA, L. M. **Reflexões sobre o novo Enem e análise de suas repercussões na Univasf**. Petrolina: [s. n.], 2010. p. 15 – 28. 01 CD-ROM.

ROCHA, R. M. G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (org) Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, p13-29, 2001.

SANTOS, V. M. L. dos. (org.). Comissão própria de avaliação em Pernambuco: Balanço dos 10 anos. Petrolina, PE, 143 p. Univasf, 2014.

VILANOVA, M. F. V. As ouvidorias universitárias. In.: PINTO, E.; LYRA, R. P. **Modalidades de ouvidoria pública no Brasil**. 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2009. p. 251-259.

SITES:

www.rtvcaatinga.Univasf.edu.br (acessado em janeiro de 2015)

www.srca.Univasf.edu.br/ (acessado em janeiro de 2015)